

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**

AS MULHERES DE “PARAIBURGO”: representações de
gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)

RITA DE CÁSSIA VIANNA ROSA

**NITERÓI
2009**

RITA DE CÁSSIA VIANNA ROSA

AS MULHERES DE “PARAIBURGO”:
representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG
(1964 a 1975)

NITERÓI
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO**

AS MULHERES DE “PARAIBURGO”: representações de
gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)

RITA DE CÁSSIA VIANNA ROSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^ª. Dr^a. Rachel Soihet

**NITERÓI
2009**

R788 Rosa, Rita de Cássia Vianna.

As mulheres de “Paraiburgo”: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964-1975) / Rita de Cássia Vianna Rosa. – 2009.

247 f. ; il.

Orientador: Rachel Soihet.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

Bibliografia: f. 237-247.

1. Imprensa – Aspecto histórico – Juiz de Fora (MG) – 1964-1975. 2. Mulher na imprensa – Juiz de Fora (MG). 3. Gênero. 4. Representação. I. Soihet, Rachel. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 079.8151

AS MULHERES DE “PARAIBURGO”: representações de gênero em jornais de Juiz de Fora/MG (1964 a 1975)

Rita de Cássia Vianna Rosa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre. Área de Concentração: Cultura e Sociedade.

Comissão Examinadora

Prof^a. Dr^a. Rachel Soihet (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Suely Gomes Costa (Suplente)
Universidade Federal Fluminense

Dedico este trabalho à memória de meu pai, Leopoldino Rosa, o Dino, que faleceu em um dos dias mais decisivos de minha vida. Eu, que sempre estive tão junto de você, estava distante naquele dia, fazendo a prova do Mestrado em Niterói.

AGRADECIMENTOS

Cada dissertação de mestrado recebe uma assinatura única, porém nessa autoria estão implícitos e invisíveis vários nomes de pessoas especiais sem as quais o trabalho seria inviável. Assim ocorreu com o presente trabalho que leva a minha assinatura, mas que contou com muitas mãos amigas de longa data e de outras que conheci recentemente.

Concluída a tarefa da pesquisa e escrita, tentarei enumerar aqueles que foram importantes para que eu chegasse a essa etapa. Portanto, meus agradecimentos são para:

Os meus familiares - Conceição (mãe), Rachel (irmã), Cecília (tia), Cássio (irmão), Regina (cunhada) e Rosângela (madrinha) – que muitas vezes não compreenderam minhas “ausências” (na opinião deles “maluquices”) em função de conciliar trabalho, pesquisa e estudos. Sem vocês seria muito difícil concluir essa empreitada, pois representaram e representam um porto seguro.

As amigas de longa data, Raquel Pereira Francisco e Sonia Maria Souza, que ouviram pacientemente as minhas queixas e dúvidas. Raquel é companheira desde a época da graduação e está sempre pronta para escutar, opinar, selecionar textos e dar sugestões imprescindíveis em meu trabalho. Sonia, que foi minha orientadora na Especialização, é paciente e enérgica para corrigir meus projetos e precisa na sugestão de leituras.

A professora Rachel Soihet, orientadora dessa pesquisa, presença segura em todos os momentos. Confirmando o que dizem seus pares, a professora foi de uma generosidade ímpar e de um profissionalismo inigualável. Acolheu-me sem me conhecer. Teve a paciência para corrigir meus textos, indicando-me claramente o caminho que deveria ser trilhado.

As professoras Samantha Viz Quadrat e Sonia Lino, que tiveram importância grande na qualificação e ao longo de minha formação, pois sempre fizeram sugestões fundamentais em meus trabalhos. A professora Samantha, que conheci no Mestrado, foi de um profissionalismo e simpatia em suas aulas sobre as Ditaduras na América Latina. A professora Sonia, que conheci durante a Graduação em Juiz de Fora, levou-me a refletir muito em suas aulas de Contemporânea.

Os professores do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense - Carlos Gabriel Guimarães, Jorge Ferreira e Cezar Honorato – que ministraram aulas fundamentais no direcionamento de minha pesquisa, além de terem indicado leituras, emprestado materiais e sugerido questões importantes.

Os professores do Nupehc, especialmente as professoras Suely Gomes Costa, Cecília Azevedo e Rebeca Gontijo com seus comentários preciosos em minha apresentação no Seminário, que foram incorporados ao meu trabalho.

Aqueles que em virtude desse trabalho se tornaram muito próximos: Jefferson de Almeida Pinto, “um anjo da guarda” com seus e-mails de incentivo e a preocupação em encontrar textos que eu necessitava; Rogério Rezende atento em fotografar as notícias de meu interesse e Luciano Senna pronto a esclarecer minhas inúmeras questões sobre Juiz de Fora.

Os colegas de profissão presentes desde o início dessa jornada: Ângelo Henrique de Araújo Creston, impagável com suas aulas “improvisadas” de inglês para a minha prova do Mestrado; Valdemiro Paixão, amigo em todas as horas; Álvaro Creston e os inúmeros livros que me emprestou; Dalcylene Dutra Lazarini com suas inúmeras sugestões e Elba Zappa, que me substituiu na escola. Especialmente, a professora Maria José Rosso, atualmente aposentada, que contribuiu com informações preciosas sobre a história do período pesquisado.

As diretoras, vice-diretoras e ex-diretora da Escola Estadual Estevão de Oliveira e da Escola Municipal Manuel Bandeira: Maria das Graças (a querida “Gracinha”), Maria Helena, Marcela, Rita Brum e Suely e às coordenadoras Xislene e Suely, que compreenderam a necessidade de minhas “faltas” e ajustes nos horários para conciliar minha atividade profissional com a estudantil.

Os colegas do Mestrado, presenças iluminadoras nessa caminhada: Alan Kardec, Eliza, Isabel, Sonia Meneses, Juliana, Paula Teixeira e Claudia Hansen.

Heliane Casarin, responsável pelo Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, foi presença incansável desde o início de minha pesquisa: buscou fontes, entrou em contato com pessoas, sugeriu leituras e frequentemente tinha uma novidade para me mostrar.

Os funcionários e estagiários do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora e da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, que me atenderam com a maior solicitude e simpatia, especialmente Larissa, Marília, Anadir, “seu” Rui, Jairo e Flávio.

O ex-deputado Amilcar Padovani e o redator do *O Lince* Adail de Oliveira, que vivenciaram os anos de 1960 e 1970 e se mostraram solícitos em me ajudar a identificar imagens, fatos e detalhes acerca dos quais eu tinha dúvidas. Tributo, meu especial agradecimento ao sr. Adail, detentor de uma memória privilegiada dos acontecimentos.

Por fim, deixo registrado que sem a contribuição de tantos amigos, inclusive dos que me ajudaram por algum tempo ou motivo, como Maria Josefina (a “Jô”), Carlos Henrique, Neida, Flávia e Elizangela, que souberam sorrir, ouvir, calar, aconselhar, dar broncas não seria possível finalizar essa dissertação iniciada no momento complicado de minha vida.

O sentido da beleza aprendi de ti, Juiz de Fora. Seu primeiro sinal foi a paineira da chácara dos Tostes esgarçando contra o céu seus flocos brancos? O mês de Maria? As procissões da Semana Santa? Ou teria sido ao vir ao mundo, escutar os sinos distantes, perceber o rumor das águas do Paraibuna? Bem sei que a cidade o outorgou a mim no nascimento, nunca o perdi, busquei-o e encontrei-o pela vida afora. Como teria sobrevivido se não tivesse nascido de ti, Juiz de Fora? De onde teria ido buscar tanto orgulho e altivez se não tivessem vindo de ti? Minha Minas de ferro é esta, a das duras ferramentas de tuas velhas fábricas hoje mortas, vivas nas camadas com que te desenterro. (Rachel Jardim. “Elegia”. *Num Reino à Beira do Rio*, p. 92-93)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as representações de gênero construídas na imprensa de Juiz de Fora no período de 1964 a 1975, com ênfase nos jornais: o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*. Editados em uma cidade do interior de Minas Gerais em um contexto de ditadura no Brasil e também de avanços em termos de conquistas femininas, os referidos jornais contribuíram na demarcação de espaços delimitados por fronteiras nem sempre visíveis, que deveriam ser ocupados por mulheres dos diversos segmentos da sociedade. Assim, as representações de gênero valorizaram determinados grupos de mulheres e reportaram com negatividade aquelas que não estavam em consonância com valores defendidos pela sociedade, que valorizava a mulher atenta ao “ser” e “parecer direita”.

Palavras-chave: gênero, imprensa, representações, mulheres.

ABSTRACT

This study has as objective to analyze the representations of gender constructed in the press of Juiz de Fora in the period of 1964 to 1975, with emphasis in periodicals: *Diário Mercantil* and the *Diário da Tarde*. Edited in a city of the interior of Minas Gerais in a context of dictatorship in Brazil and also of advances in terms of feminine conquests, the related periodicals had contributed in the landmark of spaces delimited for borders nor always visible, that would have to be busy for women of the diverse segments of the society. Thus, the representations of gender had valued definitive groups of women and had reported with negativity those that were not in accord with values defended for the society, that valued the intent woman to the ‘being’ and ‘to seem right’.

Key words: gender, press, representations, women.

INDICE DE IMAGENS DOS ANEXOS

Anexo 1: “É um prazer passar na ‘confusão’ do progresso!”	248
Anexo 2: Região da Praça da Estação antes da demolição dos “pardieiros”	249
Anexo 3: Os pseudos dormitórios e o fim de uma “avenida proibida”	250
Anexo 3: A mulher na Organização “Associada”	251
Anexo 5: Campanha da CAMDE – Eleições de 1962	252
Anexo 6: Imagens do comício em repúdio aos comunistas em 1964	253
Anexo 7: Mulheres da CAMDE protestam contra a transferência da 4ª R.M	254
Anexo 8: A Capela para Nossa Senhora Aparecida no Quartel General	255
Anexo 9: As comemorações pelo 2º aniversário da “Revolução”	256
Anexo 10: “10 anos de Brasil Grande”	257
Anexo 11a: A mulher juizforana também deu o exemplo, fazendo a Revolução ..	258
Anexo 11b: Maria Mourão: um exemplo de amor e muita coragem	258
Anexo 12a: “Essas mulheres que não podem andar por aqui”	259
Anexo 12b: “Na fila da triagem, a triste realidade”	259
Anexo 13: As debutantes de 1964	260
Anexo 14: As debutantes de 1967	261
Anexo 15: Mulher agora quer mandar em tudo. Até no homem	262
Anexo 16: <i>Women’s Liberation...</i> ”	262
Anexo 17: “Jacira: emancipação da mulher de JF”	263
Anexo 18: “Dona Ofélia, sapateira sim senhor.”	263
Anexo 19a: Lavadeiras do Arado (Vila São Benedito)	264
Anexo 19b: Praça das Lavadeiras	264
Anexo 20: As mulheres entram no “campus” de batalha	265
Anexo 21: “Lar Desfeito”	266
Anexo 22: A paquera, versão – JF	267
Anexo 23: Lesbianismo	268
Anexo 24: Veja o que a polícia acha desses casos de sedução	269
Anexo 25: Erotismo: obsessão de nossos dias	270
Anexo 26: Sexo: esse desconhecido	271
Anexo 27: Hora da bóia	272
Anexo 28: As “boas” do DT	273
Anexo 29: Carnaval de 1964	274

Anexo 30: Carnaval de 1974	275
Anexo 31: Os concursos de Miss	276
Anexo 32: Vergonha e humilhação	277
Anexo 33: Cenas da Zona Boêmia e a Assistência Social	278

INDÍCE DE ABREVIATURAS

AHCJF: Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora – Juiz de Fora/MG.

SMBMMM: Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Juiz de Fora/MG.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - Em “Paraiburgo”: A cidade dessas mulheres... ..	13
1.1. A cidade em foco	13
1.2. As notícias em circulação	26
1.3. As mulheres da “ <i>Família Associada</i> ”	36
Capítulo 2 – As bravas guardiãs dos lares e da Pátria	45
2.1. As “senhoras democratas” em ação	45
2.2. A força da mulher na “Capital Revolucionária”	54
2.3. Mantendo acesa a “Chama Revolucionária”	64
Capítulo 3 “Ser mulher” na “Metrópole Interiorana”	73
3.1. É preciso ser e parecer direita... ..	73
3.2. As damas no jogo social	85
3.3. “Elas também sabem mandar!”	95
Capítulo 4 – As mulheres no ritmo dos novos tempos	117
4.1. “E a família, como vai?”	117
4.2. Ser mãe... Eis a questão!	134
4.3. “O amor mudou ou mudamos nós?”	143
Capítulo 5 – Nem sempre amadas... ..	157
5.1. “Em mulher não se bate nem com uma flor!” Mas... ..	157
5.2. “Se te agarro com outro... Te mato!”	168
5.3. Mocinhas ou bandidas: Elas também matam	179
Capítulo 6 - Os corpos das “Filhas de Eva”... ..	196
6.1. Sob as bênçãos de Vênus	196
6.2. Musas nos desportos	206
6.3. As “Operárias da Noite”	211
Considerações finais	234
Fontes	236
Referências bibliográficas	237
Referências virtuais e em mídias	247
Anexos	248

INTRODUÇÃO

Queria conhecer o cotidiano daquelas existências, desde o despertar até a hora de dormir. Deste cotidiano sabia que iria descobrir trilhas que me ajudariam a responder a perguntas que eu vinha me fazendo durante todos aqueles anos, perguntas sobre as imposturas a que nos submetemos desde que nascemos e as imposturas às quais submetemos as pessoas com quem vivemos. (Rachel Jardim. *O penhoar chinês*, p. 116-117)

Ao se debruçar sobre um determinado tema e período o historiador procura responder a questões que lhes são significativas enquanto pesquisador e sujeito histórico. Nesse sentido, dar visibilidade através da narrativa histórica ao cotidiano de mulheres, em tempos de libertação de costumes, mas de repressão política tornou-se um tema que me atraiu e seduziu. A imprensa ao escrever e descrever o cotidiano o “constrói” e o “inventa” com sutilezas ímpares, pois ao selecionar notícias e imagens lhe confere o caráter de verdade. A cidade e seus habitantes reais retratados e ao mesmo tempo criados e imaginados **nos** e **pelos** jornais foram materializados pelo discurso da imprensa que se constitui em um jogo de representações **nas** e **pelas** palavras e imagens, assim como **nas** e **pelas** entrelinhas.

Portanto, a presente proposta consiste em analisar as representações construídas **nos** e **pelos** dois principais jornais da imprensa juizforana nos anos de 1960 e 1970, a saber, o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*, em torno da categoria gênero, em uma cidade interiorana que buscou estar afinada com o progresso. A hipótese aqui defendida é a de que ao construírem as múltiplas representações de gênero, os referidos jornais definiram e reforçaram um ordenamento de lugares a serem ocupados pelas mulheres dos diversos segmentos sócio-econômicos na vida privada, urbana, social, econômica e cultural. Os jornais teriam, nesse sentido, a função normatizadora, ou seja, de modelar e estabelecer linhas divisórias, que eram ao mesmo tempo visíveis e invisíveis, definindo os papéis de gênero, através do discurso estabelecido **pelas**, **das** e **nas** representações de mulheres de diversos segmentos sociais. Assim, alguns questionamentos foram estabelecidos: Em que sentido foram construídas as representações de gênero nos jornais de Juiz de Fora, no período de 1964 a 1975? Quais grupos de mulheres receberam as representações positivas e os que receberam as negativas? Como a imprensa definiu o papel feminino nas relações familiares e sociais em um contexto de mudanças comportamentais? As representações explicitadas nos discursos desses jornais teriam um caráter pedagógico ao apontar, sobretudo para as camadas populares, o que esperava do “ser mulher” honesta ou “direita”?

Por que um estudo voltado à categoria gênero? Os estudos em torno das “mulheres”, da “condição feminina”, do “feminino” ou aqueles que fazem referência ou uso da categoria gênero cresceram muito nos últimos anos no Brasil, seguindo a senda iniciada por trabalhos pioneiros resultados de pesquisas acadêmicas, que foram publicados na década de 1980 e início dos anos 1990.¹

A implantação da ditadura civil-militar no Brasil ocorreu em um momento de intensa movimentação na vida do país.² Para Elio Gaspari, a ditadura brasileira iniciada em 1964, que suprimiu liberdades públicas, se deu “quando o mundo vivia um dos períodos mais ricos e divertidos da história da humanidade”.³ Os grupos denominados minoritários como jovens, negros, homossexuais e mulheres assumiram o protagonismo histórico ao desafiar a ordem estabelecida. Surgiram questões específicas do feminino em torno do controle legal da procriação: o uso da pílula anticoncepcional, os contraceptivos, a esterilização e o aborto ampliando o poder das mulheres quanto à decisão sobre a reprodução. As mulheres ocupavam cada vez mais o mercado formal de trabalho, constituindo-se em parcela significativa do grupo economicamente ativo. No momento, em que homens e mulheres buscavam resignificações sobre si e sobre o mundo construindo novas identidades, o conceito de gênero foi se definindo. O feminismo ganhou forças nesse contexto histórico.

Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy destacam a importância do feminismo que rompeu com os modelos políticos tradicionais ao considerar que “o sexo é político, pois contém também ele relações de poder”.⁴ As autoras esclarecem que o movimento feminista

¹ Nesse grupo de trabalhos se destacam por chamarem a atenção para a questão das “mulheres” enquanto sujeitos da história ou pelo uso da categoria “mulheres”: “Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX”, de Maria Odila Leite da Silva Dias; “A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros”, organizado por Miriam Moreira Leite; “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930”, de Luzia Margareth Rago; “Condição Feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920”, de Rachel Soihet; “Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*”, de Martha Abreu; “Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro”, de Magali Engel; “As mulheres, o poder e a família: São Paulo século XIX”, de Eni de Mesquita Samara e “Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe”, de Joana Maria Pedro. Cf. SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.” In: *Revista Brasileira de História*. n. 54. v. 27. São Paulo: ANPUH, jul./dez., 2007. pp. 281-300. p. 2.

² HOLLANDA, Heloisa Buarque; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 8.

³ GASPARI, Elio. *A ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 211.

⁴ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é o feminismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 8. Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy ressaltam que é difícil estabelecer uma definição para feminismo e informam que o mesmo ressurgiu num momento histórico em que outros movimentos de libertação (como os movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas e homossexuais) denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitavam ao econômico. Cf. Idem, p. 7. O feminismo, segundo Yasmine Ergas, indica um conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres. Cf. ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (dir.) *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento. v. 5, 1994. pp. 583-635. p. 590.

procurou repensar e recriar a identidade de sexo sob uma perspectiva “em que um indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade.”⁵

Entre as feministas norte-americanas o termo gênero foi inicialmente usado no intuito de “insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo.”⁶ Portanto, o termo gênero é utilizado desde os anos 70 do século XX para teorizar a questão da diferença sexual, ou seja, “as feministas fizeram a história das mulheres muito antes que as historiadoras dela se ocupassem.”⁷ O momento (a partir de meados da década de 1970) era de recuo do estruturalismo e do florescimento da antropologia e da história das mentalidades, assim como das novas aquisições da história social. O meio acadêmico abriu-se às pesquisas sobre a História das Mulheres. Assim, em fins de 1970, alimentadas pelos novos ventos das mentalidades, vida material e antropologia, as historiadoras norte-americanas Natalie Zemon Davis e Joan Kelly demonstraram as intenções em “estudar e compreender os grupos de gênero no passado, a construção dos papéis sexuais, seus sentidos e significações”.⁸

As autoras Joan Scott e Michelle Perrot são fundamentais no debate sobre gênero, pois ao entenderem que a noção entre as relações de sexos são relações sociais, trouxeram a viabilidade de uma distinção entre o social e o político.⁹ Joan Scott afirmou que o uso inicial da categoria gênero foi com o objetivo de analisar as diferenças entre os sexos, mas “foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença”.¹⁰ A proposta formulada por Joan Scott consistia em ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando a utilização de formulações teóricas. Como observam Rachel Soihet e Joana M. Pedro, Scott propôs que “de um lado, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.¹¹

Em sua análise Luciana M. Gandelman ressalta a visão de Joan Scott para o entendimento e a utilização da categoria gênero vinculada com as idéias sobre as relações de poder trabalhadas por Michel Foucault. Assim, a construção de gênero se opera através das

⁵ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline, op. cit., p. 9.

⁶ SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 275-311. p. 279.

⁷ COSTA, Suely Gomes. “Gênero e História”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003. pp. 187-208. p. 193.

⁸ DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. pp. 217-457. p. 220 e 231.

⁹ COSTA, Suely Gomes, op. cit., p. 187.

¹⁰ SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 63-95. p. 87.

¹¹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 9-10.

representações sociais, doutrinas, política e identidade subjetiva individual.¹² Entre as mulheres existem diferenças étnicas, sociais, culturais, sexuais e econômicas. A dominação masculina constrói-se com a feminina. As mulheres também oprimem, pois o poder está em toda a parte, como lembra Michel Foucault. As mulheres são desiguais entre si.¹³

O uso da categoria gênero chamou a atenção para a invisibilidade das mulheres, assim como mostrou que tanto elas quanto os homens são produtos do meio social. A dimensão das relações de poder foi incorporada à categoria gênero que enfatiza o caráter sócio-cultural das distinções baseadas no sexo e afasta o fantasma da naturalização, dando precisão à idéia de assimetria e hierarquia nas relações entre homens e mulheres.¹⁴

Novas propostas trouxeram diferentes rumos ao estudo da categoria gênero. A idéia de que o gênero que constituía o sexo com base nas reflexões de Thomas Laqueur contraria a concepção do sexo anteposto ao gênero, como propunha Joan Scott. Nessa linha, também trilhando uma perspectiva “foucaultiana”, Judith Butler sugere “pensar como foi construída a dualidade sexual, ou seja, como os diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente.”¹⁵ Portanto, para Butler o sexo é culturalmente construído. Também nessa linha de pensamento se incorpora Linda Nicholson, que afirma que separar sexo do gênero é uma forma de sair do “determinismo biológico”, mas constitui-se num “fundacionalismo biológico”.¹⁶ As propostas citadas, denominadas desconstrutivistas são alvos de críticas de algumas feministas por dissolverem o sujeito político mulheres. Nesse contexto, autoras propõem uma nova utilização da categoria “mulher”, que se abre às possibilidades de reconhecimento de diferenças entre mulheres, bem como semelhanças.¹⁷

Na historiografia brasileira, o uso da categoria “gênero” se constituía em novidade, quando em 1989 a *Revista Brasileira de História* lançou no número intitulado “A Mulher no Espaço Público” um olhar ao tema “Mulher”.¹⁸ O mencionado número foi organizado por Maria Stella Martins Bresciani, que na apresentação afirmou tratar-se da “história da exclusão”.¹⁹ No Brasil, a introdução da discussão teórico-metodológica de gênero ocorreu na década de 1990 com a tradução do trabalho de Joan Scott: “Gênero uma categoria útil de

¹² GANDELMAN, Luciana M. “Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003. pp. 209-220. p. 214-215.

¹³ COSTA, Suely Gomes, op. cit., p. 192.

¹⁴ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 8.

¹⁵ Idem, p. 11-12.

¹⁶ Ibidem, p. 13.

¹⁷ Ibidem, p. 14-15.

¹⁸ Ibidem, p. 1.

¹⁹ Ibidem.

análise”. Contribuíram de forma significativa nos estudos de gênero no Brasil, os *Cadernos Pagu*, editados pela UNICAMP, assim como a *Revista Estudos Feministas*.²⁰

O grande número atualmente de publicações e revistas dedicadas ao gênero, enquanto categoria de análise contrasta com a trajetória difícil da mesma na historiografia, pois dentro das ciências humanas a história a incorporou tardiamente, bem como “Mulher” ou “Mulheres”. Por outro lado, no século XXI iniciou-se nos Estados Unidos uma onda antifeminista, ou seja, um movimento que faz um balanço negativo: as mulheres se tornaram vítimas de suas conquistas. São as idas e vindas da História.²¹

A emergência da História Cultural foi um fator decisivo na ascensão do estudo de gênero. A História Cultural (ou Nova História Cultural) - que tem sido um dos campos mais explorados pelos historiadores na atualidade e é considerada como um refúgio “mais consistente” da História das Mentalidades - apresenta diferentes modelos de interpretações, dos quais se destacam os formulados por três autores de origens diversas: Carlo Ginzburg, pertencente à micro-história italiana; Roger Chartier, representante da historiografia francesa e Edward P. Thompson, oriundo da tradição historiográfica anglo-saxônica.²²

No presente trabalho foi adotado o modelo de História Cultural proposto por Roger Chartier, que traçou como o objetivo central da mesma: “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”²³ Para Roger Chartier a noção de representação se constitui em “pedra angular”, mas salienta a existência de duas famílias distintas de significações para a palavra representação: a primeira, em que “faz ver uma ausência” supondo “uma distinção clara entre o que representa e o que é representado”; a segunda, a “apresentação (exibição) de uma presença”, ou seja, a “apresentação pública de algo ou de alguém.”²⁴ O autor atribui às lutas de representações tanta importância quanto às lutas econômicas, para a compreensão dos mecanismos através dos quais um grupo impõe ou tenta impor concepções de mundo, valores ou domínio. A proposta por ele apresentada consiste num conceito de representação com sentido mais particular e historicamente determinado, assim:

²⁰ COSTA, Suely Gomes, op. cit., p. 197.

²¹ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria, op. cit., p. 3-4. COSTA, Suely Gomes, op. cit., p. 199.

²² VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: campus, 1997. pp. 127-162. p. 148.

²³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre prática e representações*. Lisboa/Rio: Difel/Bertrand, 1988. p. 16-17.

²⁴ CHARTIER, Roger, 1988, p. 20-21. CHARTIER, Roger. “O Mundo como representação”. In: *Estudos Avançados*. 11(5), 1991. pp. 173-191. p. 184.

É no processo de longa duração, de erradicação e de monopolização da violência, que é necessário inscrever a importância crescente adquirida pelas lutas de representações, onde o que está em jogo é a ordenação, logo a hierarquização da própria estrutura social. Trabalhando assim sobre as representações que os grupos modelam deles próprios ou de outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiado estrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutivo da sua identidade.²⁵

Ao lado da representação, duas outras noções são fundamentais para Roger Chartier, a saber, prática e apropriação (a última em sentido diferente de Michel Foucault e da hermenêutica), que o autor explica da seguinte forma: “A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.”²⁶

A outra contribuição teórica, que também foi fundamental para a presente análise, é de Pierre Bourdieu com suas reflexões em torno das questões do poder simbólico e da dominação e violência simbólica. O autor lembra “que se vê o poder por toda a parte”, ou seja, está em “uma espécie de ‘círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma’ – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado”, sendo esse o poder simbólico.²⁷ O poder simbólico, no ponto de vista de Pierre Bourdieu é “invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.”²⁸

As mudanças na historiografia, com a inserção de grupos outrora não vislumbrados proporcionaram as incorporações de novas fontes, antes preteridas por não terem sua autenticidade, veracidade e credibilidade atestadas por historiadores com ranço do positivismo. A escrita da “história vista de baixo” seria inviável somente com os documentos oficiais marcados pela aura da verdade. Portanto, a concepção de documento mudou, bem como a sua crítica.²⁹

A escritora Rachel de Queiroz em uma matéria publicada no *Diário Mercantil* escreveu: “Com um tiro v. pode matar o Rei; com o jornal, pode derrubar a dinastia.”³⁰ A frase da escritora resumiu o poder dos jornais na formação de ideologias e na destruição de

²⁵ CHARTIER, Roger, 1988, p. 23.

²⁶ Idem.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 7.

²⁸ Idem, p. 7-8.

²⁹ LUCA, Tania Regina de. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 111-153. p. 113.

³⁰ RACHEL de Queiros esposa causa de João Calmon. *Diário Mercantil*, 1 fev. 1966, p. 6.

“impérios”. No entanto, os jornais enquanto fontes históricas mereceram desprezo durante muito tempo por parte de historiadores por serem considerados não confiáveis. Mas ocorreram mudanças quanto a essa percepção conforme observa, Maria Helena R. Capelato: “O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época.”³¹

O pioneirismo na utilização de periódicos na escrita da história coube a Gilberto Freyre, que através de anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade brasileira do século XIX.³² Os trabalhos que buscavam a “a escrita da História **por meio da** imprensa” [grifos no original] nos anos de 1970 eram poucos no Brasil, mas a constatação não era prerrogativa brasileira, pontua Tania Regina de Luca.³³ A autora informa que na década de 1970, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica na tese de doutoramento de Arnaldo Contier intitulada “Imprensa e ideologia em São Paulo”, que analisou o vocabulário político-social de jornais publicados no século XIX, valendo-se da Lingüística e da Semântica.³⁴

Maria Helena R. Capelato salienta a parcialidade e subjetividade dos jornais, que não transmitem com neutralidade os acontecimentos, mas nem por isso devem ser um tipo de fonte desprezível. Alerta também para a questão da objetividade relativa, pois o fato jornalístico é construído. A autora vê a imprensa como “um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”, por isso o historiador deve estudar os jornais como agentes da história, captando “o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas [suas] páginas.”³⁵ Conclui que: “A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época.”³⁶ Dessa forma, o historiador não pode deixar-se “morder pela mosca azul da mídia.”³⁷

Partindo da formulação de Roger Chartier de que as representações do mundo social “são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”, a proposta do presente trabalho é analisar os discursos construídos nos jornais juizforanos em torno da questão de gênero.³⁸ Os jornais constroem representações, mas também através deles é possível conhecer

³¹ CAPELATO, Maria Helena R.. *A imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1988. p. 13.

³² LUCA, Tania Regina de, op. cit., p. 117.

³³ Idem, p. 111.

³⁴ Ibidem, p. 118.

³⁵ CAPELATO, Maria Helena R., op. cit., p. 21-22.

³⁶ Idem, p. 24.

³⁷ Ibidem, p. 26.

³⁸ CHARTIER, Roger, 1988, p. 17.

o cotidiano das mulheres e suas representações, por isso os mesmos foram alçados ao *status* de fontes privilegiadas para presente análise.³⁹

Dentre os periódicos editados em Juiz de Fora, foram escolhidos como fontes básicas os jornais, o *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde*, que pertenceram ao *Grupo Associado*, do empresário Assis Chateaubriand. A escolha destes dois jornais da imprensa convencional se deveu a vários motivos: pertencimento a um grande grupo empresarial, a circulação ininterrupta no período recortado para estudo, as características específicas de cada um embora fizessem parte da mesma empresa, a disponibilidade e organização dos mesmos em dois grandes arquivos públicos de Juiz de Fora. O matutino *Diário Mercantil* era vendido através de assinaturas, fator que somado a outros enumerados a seguir levou-o a ser tido como voltado às elites: contava com textos mais elaborados, dedicava amplo espaço ao noticiário internacional e nacional, não excluindo o local, mas sem grande destaque ao cotidiano do homem comum. O vespertino *Diário da Tarde* circulava com número de páginas inferior, contendo notícias com enfoque mais local redigidas com expressões e vocabulário mais simples, textos menores e fontes graúdas, sendo que ganhavam evidência em suas páginas os acontecimentos do cotidiano, sobretudo das camadas populares. O *Diário da Tarde* era distribuído por meio dos pequenos jornaleiros nas ruas principais do Centro da cidade e nas portas das fábricas, por isso é considerado um diário mais popular.

Outros periódicos circularam na cidade no período analisado, no entanto apresentaram problemas diversos. A *Gazeta Comercial* era um jornal tradicional, mas diante de dificuldades que enfrentou no período focado por este estudo, reproduziu textos de jornais nacionais e internacionais, portanto não tinha um jornalismo ativo em termos de notícias da cidade, por isso foi descartada como fonte principal. A revista *O Lince*, fundada em 1912, no mesmo ano do *Diário Mercantil*, também enfrentou crises, que afetaram a sua periodicidade. Embora, as limitações mencionadas, o jornal *Gazeta Comercial* e a revista *O Lince* foram utilizados no confronto de fontes.

A pesquisa para o presente trabalho consistiu na leitura e fotografia digital de todos os exemplares do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde* publicados entre 1964 e 1975, que fazem parte do acervo do Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes (coleção

³⁹ Vários trabalhos utilizando os periódicos como fontes têm se dedicado especificamente à questão das “mulheres” ou de gênero, como exemplo, cf. ARCHANJO, Lea R. “Ser Mulher na década de 50 – Representações sociais veiculadas em jornais.” In: TRINDADE, Etelvina Maria de. (org.) *Mulheres na História: Paraná – Séculos 19 e 20*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Cursos de Pós-Graduação, 1997. pp. 148-172. NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre A Mulher Ideal e a Mulher Moderna: Representações Femininas na Imprensa Mineira - 1873-1932*. Dissertação de Mestrado: Belo Horizonte: UFMG, 2006.

incompleta) e do Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora (coleção completa). Como a proposta não foi de uma pesquisa quantitativa, mas qualitativa as notícias e reportagens mais significativas foram utilizadas na escrita da presente dissertação, após uma seleção que levou em consideração critérios como os assuntos mais recorrentes e o espaço dado ao acontecimento nas páginas dos jornais.

Por que a escolha do título *As mulheres de “Paraiburgo”*? Em 1968, um grupo que se autodenominou “Marginais” escreveu para o suplemento dominical *Arte e Literatura*, do *Diário Mercantil*, uma série crítica à cidade de Juiz de Fora, que foi por eles alcunhada de “Paraiburgo”.⁴⁰ A denominação dada pelos “Marginais” é bastante significativa, porque remete à presença do Rio Paraibuna que corta a cidade marcando com sua trajetória a história de Juiz de Fora. Como foram pelas lentes dos jornais do *Grupo Associado* em Juiz de Fora, que as representações de gênero foram analisadas, a denominação “Paraiburgo” se encaixa perfeitamente. Assim como “os Marginais” construíram a “Paraiburgo”, cidade teoricamente fictícia e com personagens fictícios no jornal, mas existente; os redatores dos diários construíram representações em torno do cotidiano de mulheres reais de todas as classes sociais, porém repletas de significações dentro do discurso articulado pelos jornais. Um discurso imbuído de relação de poder entre os gêneros.

Em 1964, Juiz de Fora se projetou no cenário nacional e passou a ser denominada pela imprensa da cidade como a “Capital Revolucionária”. Os periódicos locais, em sintonia com a imprensa que apoiou o movimento golpista, divulgaram manchetes a favor dos “democratas” e da “Revolução Gloriosa”.⁴¹ A participação das mulheres no contexto “revolucionário”, ao saírem às ruas contra a presença de líderes “esquerdistas” na cidade, bem como ao contribuírem na divulgação e afirmação da ideologia anticomunista foi decisiva. Devido à importante atuação feminina, como protagonistas, na construção do perfil de “Capital Revolucionária”, gerando a “Paraiburgo”, o ano de 1964 servirá de recorte temporal inicial. É necessário destacar que embora as mulheres em Juiz de Fora tenham se organizado em torno da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) desde 1962, foi em 1964 que elas ocuparam o espaço público na defesa dos lares e da Pátria. No mesmo ano, o *Diário Mercantil*, começou a circular com uma página feminina *A Mulher e o Tempo* assinada por jornalistas com formação acadêmica em comunicação, Margarida Miranda e Mariléa Ferreira, sendo que a primeira prosseguiu com este trabalho no jornal ao longo do período pesquisado.

⁴⁰ MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 193. O grupo dos “Marginais” era formado por estudantes e intelectuais ligados aos PCB (Partido Comunista do Brasil). Cf. Idem, p. 163.

A presença feminina na esfera pública foi fundamental para a guinada “revolucionária” de 31 de março, que em nome da salvação da democracia inaugurou um regime, que adotou uma série de medidas autoritárias, consideradas necessárias, como por exemplo, a censura à imprensa. Por seu turno, o ano de 1975, que foi definido como o Ano Internacional da Mulher, pela ONU (Organização das Nações Unidas) e como o do início da Década da Mulher (1975 a 1985), ganhou contornos especiais no Brasil, como pontua Joana Maria Pedro, pois possibilitou o ressurgimento do movimento feminino organizado.⁴² Nesse ano no Brasil, ocorreu a criação do CMB (Centro da Mulher Brasileira), em 8 de setembro de 1975, que se tornou o representante do movimento feminista no Rio de Janeiro e contribuiu para a criação de entidades similares em outros locais do Brasil.⁴³ Além dos mencionados acontecimentos importantes para a questão feminina ocorridos em 1975, a ditadura no Brasil evidenciava sinais de crise, sendo dois acontecimentos do ano anterior significativos: a vitória nas eleições do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição consentida e a posse de Ernesto Geisel que anunciou um processo de “abertura lenta, gradual e segura”.⁴⁴ Acerca do programa de governo de Geisel, Evaldo Vieira assinala: “falava de máximo de desenvolvimento possível, com mínimo de segurança indispensável, pilares de sua teoria da ‘distensão’”, assim, “os princípios de segurança nacional e do desenvolvimento seriam incorporados na Constituição, tornando desnecessário o Ato Institucional n. 5”.⁴⁵ Com a retirada dos censores da redação do *O Estado de São Paulo* o processo de distensão política atingiu a censura à imprensa escrita a partir de 1975, como observa Maria Aparecida de Aquino.⁴⁶ Portanto, o contexto de 1975 no Brasil e, sobretudo, de Juiz de Fora, que se dividiu em debates em torno do divórcio cuja emenda do senador Nelson Carneiro não foi aprovada nesse ano; que recebeu visitas de líderes feministas; que viu a segunda mulher assumir uma vaga na Câmara Municipal permite um balizamento neste ano como o do recorte final.

⁴¹ CAPELATO, Maria Helena R., op. cit., p. 53.

⁴² PEDRO, Joana. Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. pp. 249-272. p. 251-252.

⁴³ SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Copio. “O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs.) *Revolução e Democracia (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 355- 384. p. 358.

⁴⁴ REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: _____ et. al. (orgs.) *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. pp. 29-52. p. 44. VIEIRA, Evaldo. “Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização”. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.) *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp. 185-217. p. 201. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano. v.4). pp. 243-282. p. 247.

⁴⁵ VIEIRA, Evaldo, op. cit., p. 201.

A presente dissertação foi dividida em seis capítulos, subdivididos em três itens cada.

No primeiro capítulo, inicialmente será delineado um perfil de Juiz de Fora pela ótica dos jornais, uma vez que as múltiplas histórias das mulheres construídas pelos periódicos se desenrolaram em um espaço urbano específico, determinado por fatores de todas as ordens: econômicos, sociais, políticos, sexuais, culturais e até geográficos. Em seguida, ganham relevo os meios de comunicação disponíveis e responsáveis pela circulação de idéias e notícias na cidade. Por fim, a participação feminina na redação dos jornais do *Grupo Associado*.

As mulheres da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) denominadas de “senhoras democratas”, as suas ações e as suas representações como guardiãs dos lares, da Pátria e também da memória da “Revolução Gloriosa de 31 de março de 1964” são os enfoques do segundo capítulo.

O “ser mulher” na “metrópole interiorana” será o tema do capítulo três, no qual os embates de gênero estabelecidos em Juiz de Fora, observados através dos jornais serão analisados. Recebe a atenção inicialmente, a questão do “ser” e “parecer direita” como um dilema imposto pela sociedade e referendado pelos jornais. Em segundo lugar, a geografia ocupada pelas damas da sociedade nos jornais, mulheres consideradas distintas e por isso, dignas de representações nos espaços especiais das colunas sociais. No terceiro item, serão tratadas as profissões femininas e as ações cotidianas das mulheres que foram retratadas pelos periódicos, bem como as construções estabelecidas em torno delas.

No quarto capítulo, questões que vieram à tona nos anos de 1960 e 1970 se tornam objetos de análise: os rumos da família, os debates em torno da separação judicial dos casais através do desquite e a aprovação ou não da lei do divórcio, a maternidade após o advento da pílula, o amor em tempos de mudanças comportamentais e sexuais. A mulher considerada desde o início do século XX como a responsável pelo bem-estar familiar e o sustentáculo moral, assumiu novos papéis a partir dos anos 60 e dentro desse novo cenário que as representações femininas foram construídas pelos jornais *Associados* em Juiz de Fora.

As histórias de mulheres que amaram demais e foram amadas de menos ganham evidência no quinto capítulo. As violências físicas e simbólicas que sofreram fizeram com que muitas mulheres reagissem. As atitudes de mulheres que por razões diversas se tornaram criminosas e as imagens delas delineadas pelos jornais também receberão análise.

⁴⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 215.

Por fim, serão analisadas no sexto capítulo as representações das “Filhas de Eva”, isto é, das mulheres que através de seus corpos se revelaram à sociedade. Em primeiro plano, a questão do erotismo em alta a partir dos anos de 1960, as mudanças na exposição do corpo nos carnavais do período e as jovens que ao se identificarem com Vênus, a deusa da beleza, e enfrentaram maratonas em concursos de beleza em um momento em que o corpo feminino foi se tornando cada vez mais uma mercadoria. Em segundo plano, o corpo feminino no esporte, setor no qual mulheres foram excluídas de determinadas práticas desportivas consideradas prejudiciais ou impróprias para a sua constituição física. O último dado a ser estudado será o mundo das prostitutas, mulheres que vendem seus corpos, sob a ótica dos periódicos: os motivos da prostituição, as imagens das meretrizes, a campanha de moralização, a zona boêmia e as razões do seu declínio.

Resta ressaltar que um trabalho em torno das representações não se constitui em tarefa fácil, pois como alertou Roger Chartier: “Os textos não são depositados nos objetos manuscritos ou impressos, que o suportam como em receptáculos, e não se inscrevem no leitor como o fariam em cera mole.”⁴⁷ Portanto, as práticas que os leitores se apropriam do texto são histórica e socialmente variáveis. O autor rompeu com a idéia que dotava os textos e as obras de um “sentido intrínseco, absoluto, único.”⁴⁸ Assim, as análises das representações de gênero construídas **nos** e **pelos** jornais, envolvem diferenciações muito complexas nas quais práticas, estratégias e apropriações de diferentes grupos giram em torno de uma dada realidade.

⁴⁷ CHARTIER, Roger, 1988, p. 25.

⁴⁸ Idem, p. 25.

CAPÍTULO 1 - EM “PARAIBURGO”: A CIDADE DESSAS MULHERES...

Juiz de Fora, com o seu nome que não é de lugar, nunca teve muito a ver com a realidade, ou talvez tenha tanto para mim, que eu não consiga suportar. (Rachel Jardim. *Num Reino à Beira do Rio*, p. 61)

1.1. A CIDADE EM FOCO

Na análise da questão do gênero na cidade Michelle Perrot destacou a tese de Anne-Marie Sohn intitulada “*Chrysalides. Femmes dans la vie privée (XIX^e-XX^e siècles)*” por trazer elementos importantes ao assunto.¹ Segundo Perrot:

Globalmente, a autora pensa que a cidade, no final das contas, mostrou ser sobretudo um local de liberação e de liberdade para as mulheres, e de modernização das relações sociais e sexuais, conclusão com a qual concordo plenamente. Frequentemente madrastra a cidade foi também a abertura dos destinos, uma fronteira das possibilidades, sem dúvida desigual segundo os sexos, mas igualmente para as mulheres.²

A cidade é demarcada por fronteiras sociais e sexuais, assim, no espaço urbano delineado por múltiplas diferenciações definidas por linhas invisíveis e nem sempre explícitas, são construídas as relações de poder entre os gêneros. A segregação do espaço urbano, inclusive a sexual, se escreve também por símbolos, por cercas e fronteiras imaginárias.³

Como a relação entre cidade e gênero é indissociável, se torna imprescindível o conhecimento de Juiz de Fora, espaço urbano onde se construíram múltiplas representações⁴ **na e pela** imprensa entre 1964 a 1975. Perguntas básicas se impõem: Como era a cidade de Juiz de Fora no período? Como a imprensa a representou?

Juiz de Fora a partir de 1964 se representou e foi representada em associação ou em função da “Revolução” (nome dado na época ao golpe civil-militar), sendo adotado pela

¹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, S P: EDUSC, 2005. p. 344.

² Idem.

³ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 215-216. BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 75.

⁴ Para Roger Chartier a noção de representação, pedra angular de uma abordagem em nível de história cultural permite articular três modalidades da relação com o mundo social: 1- “o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos sociais”; 2- “as práticas que visam reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”; 3- “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.” Cf. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre prática e representações*. Lisboa/Rio: Difel/Bertrand, 1988. p. 23.

imprensa local o título de “Capital Revolucionária”.⁵ Nesse contexto, o grupo chamado de “Marginais” que escrevia no suplemento dominical *Arte e Literatura* do *Diário Mercantil* criou a denominação “Paraiburgo” para a cidade.⁶ Os criadores de “Paraiburgo” apresentaram-na aos leitores da seguinte forma:

A equipe de “Arte e Literatura”, fazendo uma excursão arqueológica pelas imediações do Campo do Serrote, nas férias de 1968, encontrou no subsolo de algumas ruínas lá existentes uma urna contendo diversos rolos de pergaminho, que contam a história de Paraiburgo.

Como o estado dos documentos encontrados na urna não permitia a sua leitura imediata, a equipe se propôs a recompilá-los, dentro das possibilidades. Pronto o trabalho, verificou-se que os pergaminhos contavam a história de um agitado período de Paraiburgo.

(...)

É bom notar, ainda, que as únicas informações referentes a Paraiburgo, fora os documentos encontrados, são extremamente reduzidas e se pode, resumir no seguinte: Paraiburgo nasceu no dia da mentira, de parto segundo a técnica do dr. Pero Alves Cabralino. Teve lugar no calendário astrológico sob o signo de Áries, no ano cujo milhar no jogo-do-bicho representa o burro.⁷

No texto acima foi usado o jogo da metáfora, recurso comum na época da ditadura para responder à censura imposta pela “língua-de-espuma”, ou seja, a falada pelos militares, após 1964.⁸ Em seu trabalho sobre a censura e as formas de resistência, Eni P. Orlandi explica que: “sob um governo ditatorial que impõe a censura proibindo assim a circulação de certos sentidos – os autores exercem a resistência dizendo o ‘mesmo’ (o que é permitido) para dizer, no entanto, efetivamente ‘outra coisa’ (o que é proibido).”⁹ Assim, a linguagem metafórica permitiu aos colaboradores do jornal contar a história de um agitado período de uma cidade supostamente imaginária: “Paraiburgo”, mas existente: Juiz de Fora.

Enquanto os estudos referentes ao perfil de Juiz de Fora nos anos iniciais do século XX são fartos, os focados na segunda metade são raros. No preenchimento desse vazio historiográfico, a principal contribuição é a análise elaborada por Christina Ferraz Musse, que usou como fontes jornais editados em Juiz de Fora nas décadas de 1960 e 1970 e entrevistas

⁵ Cf. ROTEIRO da Revolução. *O Lince*, abr. 1964, p. 2. O epíteto mais conhecido para Juiz de Fora é “Manchester Mineira” dado pelo escritor e jornalista Heitor Guimarães no começo do século XX.

⁶ MEDEIROS, Rogério Bitarelli et. al. Pequena Introdução à história de Paraiburgo. *Diário Mercantil*, 25 e 26 ago. 1968. *Arte e Literatura*, p. 3. Os seis colaboradores do jornal que subscreveram o mencionado artigo foram: Rogério Bitarelli Medeiros, José Paulo Netto, Gilvan Procópio Ribeiro, Eugênio Malta, José Cláudio Botelho e Nilo Batista.

⁷ Idem.

⁸ ORLANDI, Eni P.. *As formas de violência no movimento dos sentidos*. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1995. p. 102.

⁹ Idem, p. 111.

com pessoas que vivenciaram a história do período para elaborar uma interpretação para a cidade.¹⁰

Na sua tese Christina F. Musse trabalha com a idéia proposta pelo pesquisador local José Paulo Netto de “identidade perdida” pela cidade, após o golpe civil-militar.¹¹ Sobre o novo perfil adquirido por Juiz de Fora nesse período, Christina F. Musse observa:

A ruptura provocada no curso da história com o golpe de 64 tem conseqüências as mais diversas em todo o país. Em Juiz de Fora, num primeiro momento, ainda pré-Ato Institucional nº 5, o que nos parece mais sintomático em termos de ruptura com antigos modelos vigentes é a substituição das antigas oligarquias que tiveram o comando da cidade por praticamente um século, por **elites emergentes**, criadas à sombra do golpe e alimentadas pelo modelo econômico abraçado pela ditadura militar. Se o processo de “desindustrialização” já vinha se acentuando desde a década de 40, se a cidade atravessa os anos 50, vindo ser reconfigurada a sua vocação, isto é, ela vai abandonando o mito de Manchester e assumindo paulatinamente o perfil de cidade terciária e prestadora de serviços, os anos 60 trazem o golpe de misericórdia, isto é, praticamente **enterram uma cidade e recriam outra**, à imagem e semelhança das novas elites que chegam ao poder. Ao mesmo tempo, de forma paradoxal, este período se caracteriza como um dos mais ricos e curiosos da produção cultural da cidade.¹² [Grifos no original].

Para Christina F. Musse o processo de descaracterização sofrido pela cidade, com o qual contribuiu o milagre econômico, possibilitou a emergência de “novas elites” descompromissadas com Juiz de Fora, que passaram a comandá-la e transformaram-na em uma “cidade de passagem” nos anos 60, ou seja, em um centro de referência regional para onde “as pessoas chegam e vão embora, não criam raízes.”¹³

Qual foi o discurso da administração municipal diante dessa nova identidade? Entre 1964 a 1975, estiveram à frente do executivo municipal quatro administradores: Adhemar Rezende de Andrade, Itamar Augusto Cautieiro Franco, Agostinho da Silva Pestana Filho e Saulo Pinto Moreira.¹⁴ Os três últimos nomes citados foram administradores eleitos pelo

¹⁰ MUSSE, Christina Ferraz. Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

¹¹ Idem, p. 109.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem, p. 110.

¹⁴ Adhemar Rezende de Andrade teve um mandato de 1955 a 1958 e outro de 1963 a 1966. Itamar Augusto Cautieiro Franco foi eleito duas vezes prefeito: 1967 a 1970 e 1973 a 1974. Ele enquadrava-se no modelo do audacioso, o corajoso “jovem conquistador que se legitima pela impetuosidade dos atos”. (Cf. FREIRE, Américo. “A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos”. In: *Revista do Rio de Janeiro*, n. 10, mai./ago. 2003, pp. 113-124. p. 121.) Nas lutas enquanto estudante Itamar começou a acumular o “capital político” (cf. BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 187-188.), pois “revelou-se um homem de iniciativas”. Como engenheiro da Prefeitura de Juiz de Fora, se projetou por ter arquitetado, criado e dirigido o DAE (Departamento de Água e Esgoto). Foi um empresário da construção civil: diretor-presidente da BLOKRET S. A. sediada em Vitória (ES) e diretor da Construtora Instaladora ITEC Ltda. com sede em Juiz de Fora. Atuando nesses setores acumulou o “capital pessoal”, de “notoriedade” e de “popularidade”. (Cf. DADOS sobre o Engenheiro Itamar Franco. *Diário Mercantil*, 31 jan. 1967, p. 6.) O engenheiro e empresário bem sucedido Agostinho da Silva Pestana Filho recebeu o apoio político

MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da oposição consentida, que dentro do sistema bipartidarista que vigorava no país, disputava com o partido governista a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Nesses governos houve a incorporação da idéia do progresso, com maior intensidade a partir de 1967, na administração Itamar Franco.

A imprensa local encampou a idéia de progresso e tornou-a constante nas publicações do período. O discurso do progresso foi reforçado nas referências às obras e aos atos aprovados pelo poder público. Por exemplo, no artigo de *O Lince* exaltando a “metrópole interiorana” o redator disse que não se incomodava com o fato da revista ser chamada de bairrista ou regionalista por exaltar o progresso de Juiz de Fora e que o periódico continuaria focalizando em suas páginas o crescimento da cidade.¹⁵ Assim também fez o *Diário da Tarde* em um texto no qual explicou a escolha do nome para o bairro Progresso, que com apenas dois anos e oito meses, contava com 600 casas e 2 mil habitantes aproximadamente: “No antigo Sítio do Stoppa, [sic] no Bonfim, ergue-se hoje, mais um bairro juizforano, cujo nome, progresso, é coerente com seu crescimento e com o da cidade de Juiz de Fora.”¹⁶ As propagandas evidenciavam a idéia do progresso mostrando que os transtornos das obras eram necessários para alcançá-lo. A *Viação Útil* usou esse artifício em sua publicidade que dizia: “É um prazer passar na ‘confusão’ do progresso!” (**Anexo 1**)

No processo longo e permanente de reescrita da cidade, como observa José D’Assunção Barros, construções que numa época foram continentes da riqueza e símbolos de poder passam a ser associados à pobreza e à marginalidade.¹⁷ Os velhos casarões do século XIX representavam a idéia de atraso, ao ocuparem espaços que seriam melhores utilizados, na ótica do capital, para a implantação de grandes empreendimentos imobiliários. Dessa forma, em nome do progresso Juiz de Fora perdeu muitos de seus traços arquitetônicos e urbanísticos do passado.

As transformações operadas na paisagem urbana da cidade eram tratadas em algumas oportunidades em tons de nostalgia e de denúncia. Morador na cidade desde jovem Paulino de Oliveira, autor da clássica obra “História de Juiz de Fora” e que atuou como cronista do

de Itamar Franco para ser eleito prefeito para o curto período de 1971 a 1972. O médico Saulo Moreira foi eleito vice-prefeito no segundo mandato de Itamar Franco. O pleito foi disputadíssimo, sendo que o ex-prefeito Itamar concorreu com o candidato arenista, o vereador e professor universitário Francisco Antônio de Mello Reis. Informações coletadas nos arquivos do SMBMMM.

¹⁵ OLIVEIRA, Adail de. Agiganta-se a Metrópole Interiorana. *O Lince*, ago. 1965, p. 22-25.

¹⁶ PROGRESSO, eis um bairro que ganha o seu nome. *Diário da Tarde*, 28 set. 1970, p. 3. A denominação correta é “Sítio do Stroppa” e não “Stoppa”.

¹⁷ BARROS, José D’Assunção, op. cit., p. 41-42.

Grupo Associado, observou as mudanças no cenário urbano.¹⁸ Em artigo de 1974, o cronista concluiu que “Juiz de Fora não é mais a aquela, mas uma cidade nova, muito nova” e denunciou a demolição de antigos prédios históricos que cediam espaços aos arranha-céus, que começaram a ser construídos no fim da década de 1940.¹⁹ O sentimento do cronista era de “estranhamento” como assinala Ana Fani A. Carlos,²⁰ uma vez que a

queda dos referenciais revela-se no desaparecimento das marcas do passado histórico na e da cidade provocando não só o estranhamento porque as formas se mudam rapidamente, mas também porque produzem as possibilidades que atestam o empobrecimento das relações de vizinhança, a mudança das relações dos homens com os objetos que lhes são próximos e o esfacelamento das relações familiares.²¹

Na ânsia de se tornar moderna, a cidade não hesitou em descartar muitos prédios importantes para a sua História. O progresso foi a justificativa do grande capital para se reproduzir. Nos anos 1960 e 1970 Juiz de Fora assistiu a grandes empreendimentos imobiliários saudados entusiasticamente e que ocuparam amplos espaços na publicidade da imprensa, como em 1972, a inauguração do Edifício Fidelidade Mineira com mais de vinte andares, que se tornava o mais alto da cidade.²² Por outro lado, o aumento das críticas em relação aos prédios velhos que resistiam no Centro chamados de “pardieiros” e à existência de “sub-residências” denominadas de “favelas” se deu paralelamente ao processo de verticalização na região central com a construção de prédios de dez pavimentos e edifícios-garagens.²³

Os proprietários dos “pardieiros”, que os mantinham na esperança de valorização de suas posses, foram rotulados pela imprensa como pessoas de “espírito atrasado” ou de “mentalidade pouco aberta” e acusados de só se preocuparem com os lucros proporcionados pelos aluguéis, uma vez que muitos dos referidos prédios abrigavam lojas que revendiam

¹⁸ O jovem Paulino esteve na cidade por seis ou sete meses trabalhando como tipógrafo, antes que sua família mudasse para Juiz de Fora em 1918, vinda da vizinha cidade de Rio Novo. A primeira edição do livro “História de Juiz de Fora” foi em 1953 e a segunda em 1966. Cf. OLIVEIRA, Paulino de. *Memórias quase póstumas de um escriba provinciano*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica S. A., 1974. p. 25-33 e 107.

¹⁹ OLIVEIRA, Paulino de. A velha cidade está morrendo devagar. É o desenvolvimento. *Diário da Tarde*, 17 abr. 1974, p. 7. Paulino de Oliveira salientou que os dois primeiros arranha-céus da cidade, ambos com doze andares foram: o Edifício Baependi (Rua Halfeld) inaugurado em 16 de maio de 1948 e o Edifício Primus (Avenida Rio Branco), cuja inauguração ocorreu em 31 de maio de 1949.

²⁰ CARLOS, Ana Fani A.. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 32-33.

²¹ CARLOS, Ana Fani A.. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 9-10.

²² O maior edifício da cidade. *Diário Mercantil*, 31 mai. 1972, p. 1. A inauguração fez parte do programa de comemorações pelo aniversário de Juiz de Fora.

²³ Cf. MONSTRENGO ameaça vida de uma cidade. *Diário Mercantil*, 23 e 24 jan. 1966, p. 6. APELO: Não deixem essa favela crescer mais. *Diário Mercantil*, 8 jun. 1970, p. 1 e 3. OS velhos e incômodos pardieiros da cidade. *O Lince*, Jul. 1974, p. 1. Sobre Frederico Marques Godinho que em 22 meses incorporou e vendeu seis

inclusive “artigos luxuosos e importados”.²⁴ Nos “pardieiros” localizados no “miolo” da cidade era comum a sublocação. A presença dessas velhas edificações consideradas de aspectos piores do que muitas favelas faziam com que a “estética da cidade [fosse] pro inferno!”.²⁵ É importante destacar que na defesa da destruição de velhos prédios a questão da estética foi muito explorada, aliada à justificativa de serem entraves ao progresso. A imprensa insistiu que cabia à Câmara Municipal examinar o problema dessas construções consideradas incômodas em defesa do urbanismo que fazia jus a cidade que mais crescia no interior de Minas Gerais.²⁶

Um fator muito mencionado nas reportagens do período foi a caducidade do Código de Obras, que não atendia às necessidades de Juiz de Fora com um mercado imobiliário em expansão.²⁷ Apesar das limitações do Código de Obras que estava em vigor na década de 1960 e 1970, somente em 1986 a promulgação da Legislação Urbana Básica substituiu a editada em 1938.²⁸

O poder público interferiu em algumas regiões da cidade empreendendo obras que destruíram construções consideradas como “pardieiros” ou “antros”, portanto perigosas à ordem e à moral. A importância da intervenção do Estado no espaço urbano foi analisada por Ana Fani A. Carlos: “A ação do Estado – por intermédio do poder local – ao intervir no processo de produção da cidade **reforça a hierarquia de lugares**, criando novas centralidades e expulsando para a periferia os antigos habitantes, **criando um espaço de dominação**.”²⁹ [Grifos meus].

A expansão da cidade para a periferia nos anos de 1960 e 1970, com o surgimento de novos bairros e a necessidade de viabilizar o acesso aos mesmos, materializou a eliminação de prédios considerados como afrontosos à moral, por abrigarem “dormitórios” usados como prostíbulos. As campanhas de moralização da região da Praça da Estação (Praça João Penido) foram empreendidas pelas autoridades policiais e a imprensa por muitos anos. O entorno da antiga Estação Ferroviária, que no pretérito foi o ponto de entrada de riquezas, pessoas e

prédios superiores a dez pavimentos e o primeiro edifício-garagem de Juiz de Fora. Cf. GENTE jovem construindo Juiz de Fora. *O Lince*, mai. 1968, s/p.

²⁴ CÓDIGO de Obras e casas velhas: um entrave ao progresso e beleza. *Diário da Tarde*, 12 jun. 1970, p. 1. CÓDIGO de Obras de 32 anos e prédios velhos: a cidade feia. *Diário da Tarde*, 12 jun. 1970, p. 3. OS VELHOS e incômodos pardieiros da cidade. *O Lince*, jul. 1974, p.1.

²⁵ OS VELHOS e incômodos pardieiros da cidade. *O Lince*, jul. 1974, p.1.

²⁶ Idem.

²⁷ CÓDIGO de Obras de 32 anos e prédios velhos: a cidade feia. *Diário da Tarde*, 12 jun. 1970, p. 3. CRESCIMENTO desordenado em Juiz de Fora. *O Lince*, nov. 1971, p. 22-23.

²⁸ A autora salienta que o código de obras foi apresentado em primeira versão em 1936. Cf. MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1990. p. 71.

idéias, tornou-se espaço que deveria ser moralizado, pois atraía o mundo da não-produção: prostitutas, vigaristas, vadios e contraventores. **(Anexo 2)** Os velhos casarões que margeavam o Rio Paraibuna foram demolidos para a construção da Avenida Brasil, pois as avenidas marginais se tornaram necessárias para retirar do centro da cidade a população pauperizada.³⁰

A notícia das demolições dos “dormitórios” onde o lenocínio era praticado foi anunciada pelo *Diário da Tarde* com a esperança de que a prostituição fosse extinta do local:

Sem os dormitórios, as mulheres estarão automaticamente afastadas da praça da Estação. E, com a intensa campanha contra o “trottoir” elas se verão em dificuldades, se forem encontradas pelas ruas. Finalmente, parece que o problema da prostituição na praça vai ser resolvido.³¹

Os dormitórios foram derrubados, **(Anexo 3)** a avenida que margeia o Rio Paraibuna foi alargada possibilitando o acesso a diversos bairros, porém a Praça da Estação continuou a atrair o “mundo da desordem”, conforme atestaram as reportagens dos jornais exemplificadas pelo trecho a seguir:

A praça da estação, em outros tempos, era um sério problema para a polícia. Especialmente quando existiam nas imediações – av. Raul Soares, Bargiona etc. uma série de casas de prostituição. Com a abertura da av. Brasil, os “hotéis” foram demolidos e o local melhorou um pouco. Mas, ainda existem alguns bares mal freqüentados e que abrigam uma série de elementos nocivos, que após tomarem cachaça, transformam o local em inacessível, pois não se pode passar pela Praça sem se ouvir um palavrão, ou então ficar sujeito a ser vítima de agressão por parte dos elementos inconvenientes que ali se reúnem.³²

Apesar da ação do poder público na reconfiguração da área da Praça da Estação com novos usos, a escrita da cidade é construção de seus habitantes, que traçam estratégias para a utilização do espaço urbano, subvertendo em muitas das vezes as determinações do Estado.³³

Além da presença dos “pardieiros”, a perspectiva de favelização em vários pontos da cidade foi denunciada pela imprensa. Em 1967, por exemplo, foi noticiada a demolição de barracões de latas e tábuas de caixotes habitados por cerca de cem pessoas que viviam em um terreno de 80 metros quadrados, onde passaria o canal do Córrego da Avenida Independência,

²⁹ CARLOS, Ana Fani A., 2001, p. 15.

³⁰ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 112. Das obras executadas no período destacam-se a construção da Avenida Brasil e a retificação das margens do Rio Paraibuna, este último um antigo sonho acalentado pelos habitantes da cidade. O Rio Paraibuna, que possuía originalmente um traçado muito sinuoso, por várias vezes provocou catástrofes na cidade, como em 1906 e 1940. (Cf. *Diário Mercantil*, mar. 1941. Suplemento Enchente de 1940). As obras de retificação do traçado do Rio Paraibuna foram parciais desde a década de 1940, contemplando trechos da cidade, mas com a construção da Avenida Brasil na década de 1960, “a calha do Paraibuna foi ampliada e suas curvas ganharam um traçado mais harmônico.” (Cf. *Tribuna de Minas*. Suplemento especial comemorativo do 147º aniversário de Juiz de Fora. Paraibuna: o futuro pulsa nas curvas do velho rio. p. 11.)

³¹ COMEÇOU o fim de uma Avenida Proibida. *Diário da Tarde*, 3 fev. 1971, p. 8.

³² POLÍCIA quer “limpar” a praça da Estação *Diário da Tarde*, 13 mar. 1975, p. 8.

na região próxima à Estação Ferroviária da Central, na Vila Bargarion.³⁴ Locais como esse chamados de “cabeça-de-porco”, “sub-habitações”, “favelas” ou “cortiços” preocupavam pela questão estética e por serem focos de promiscuidade. A idéia do cortiço como “*locus* da pobreza”, onde residiam tanto trabalhadores como vagabundos foi retomada pelos jornalistas de Juiz de Fora quando se referiam às habitações paupérrimas da cidade.³⁵ No imaginário local estava impregnada a idéia do “Cabeça-de-Porco”, nome do cortiço do Rio de Janeiro que foi destruído no final do século XIX, o que pode ser observado pelo emprego recorrente da expressão pela imprensa em referência aos locais onde proliferavam habitações populares caracterizadas pela “ausência” de qualquer infra-estrutura.³⁶

O crescimento de habitações populares qualificadas como favelas, preocupava a sociedade local. Em 1972, Juiz de Fora contava com treze pontos diferentes de núcleos de sub-residências, que abrigavam em torno de 845 famílias (3380 pessoas), representando 5% dos habitantes da área urbana, sendo que muitos dos “favelados” eram pessoas oriundas de cidades vizinhas (“da roça”). Os fatores apontados para o surgimento desses núcleos de favelização, que em dez anos aumentaram de quatro para treze eram diversos, incluindo o crescimento físico da cidade, a valorização imobiliária e as causas de natureza sócio-econômica.³⁷ Para o poder público era difícil controlar o surgimento das favelas, que significavam um sério problema social. As representações dos moradores das ditas “favelas” construídas pela imprensa variavam de vítimas da exploração a pessoas com tendência à promiscuidade (meretrizes, vadios e “famílias incompletas”, isto é, vindas do meio rural contando com mãe e filhos, essas mulheres arrumavam novos companheiros na cidade, gerando desajustes familiares) e marcadas pela ausência do sentimento comunitário.³⁸ A imprensa juizforana divulgou com ênfase as notícias das remoções de favelados promovidas pelo governo na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1960, corroborando com a visão de que

³³ BARROS, José D’Assunção., op. cit., p. 41.

³⁴ ÚLTIMO Estágio da Miséria Humana (II). Crianças sofrem os efeitos da incúria das autoridades. *Diário Mercantil*, 28 jan. 1967, p. 6.

³⁵ VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 24.

³⁶ SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Luiz Barbosa. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2005. p. 24. Os autores concluíram que a na representação da favela, a mesma é definida pelo que “não teria: um lugar sem infra-estrutura urbana – água, luz, esgoto, coleta de lixo -, sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável. Ou seja, o caos.”

³⁷ DRAMA social: favelas atingem cinco por cento dos juizforanos este ano. *Diário da Tarde*, 19 dez. 1972, p. 2. Os núcleos citados nessa reportagem foram: Sítio do Stroppa com 50 barracos; Várzea Carlos Barbosa, 100 barracos; Margem do Paraibuna, 71; Vila Marumbi, 18; Linhares, 56; Estrada São Pedro, 20; Vila Santa Rita, 50; Serrinha, 45; Teixeiras, 22; Boa Vista, 23; Vila Olavo Costa, 280. Vila São Benedito, 50, S.A.S.C., 60.

³⁸ “É muito difícil controlar o surgimento das favelas”. *Diário Mercantil*, 20 e 21 mai. 1973, p. 6.

essas sub-residências deveriam ser extirpadas para o bem da estética urbana e da moral.³⁹ As ditas “favelas” não se adequavam à idéia de progresso, por isso a imprensa cobrou ostensivamente providências do poder público e retratou em tons sombrios esses locais e seus habitantes:

A promiscuidade ali é patente. As casas, míseros barracos de pau-a-pique ou de madeiras velhas e corroídas quase não se suportam de pé. As crianças, sub-nutridas, contaminadas pela água impura, brincam nos terreiros sujos infestados de lixos, malcheirosos. As famílias que ali vivem não têm noção da miséria que lhes cerca. É uma imagem triste, deprimente a favela da Praça da Estação Central.⁴⁰

Os deslocamentos da população para regiões mais periféricas da cidade tornaram-na irreconhecível, pois as antigas linhas divisórias – as fronteiras – que demarcavam os bairros proletários foram derrubadas.⁴¹ Para José Paulo Netto, em entrevista a Christina F. Musse, a perda da identidade dos bairros transformou a cidade em “estandardizada”, a partir de 1966.⁴² Os chamados de subúrbios, como Gramma, Retiro, Serrinha ou Ipiranguinha, passaram a atrair moradores oriundos do centro da cidade preocupados com a busca de casas amplas e adquiridas por preços razoáveis. Esses “novos suburbanos”, por opção, ao contrário da maioria dos antigos moradores, possuíam automóveis não sofrendo assim com as dificuldades de transportes para os locais de trabalho.⁴³ Muitos bairros surgiram e cresceram desordenadamente, o que levou a imprensa a explorar o filão e dedicar espaço à história e aos problemas dos novos e dos tradicionais, denunciando o abandono do poder público de várias regiões da cidade. Nas reportagens especiais a população reclamava, em geral, de problemas de infra-estrutura: a falta de água encanada, a iluminação pública inexistente ou precária, a necessidade de construir escolas e o sistema de transportes ineficiente, deixando visível a segregação espacial de várias camadas da sociedade. Os moradores buscaram se representar junto ao poder público através das associações e sociedades pró-melhoramentos, que foram criadas em vários bairros, muitas delas com forte atuação das mulheres das comunidades.⁴⁴

As opiniões de personalidades que durante visitas à cidade enfatizaram o progresso ganharam as páginas dos diários locais. O professor Cândido Mendes que veio ministrar uma

³⁹ Sobre as remoções no Rio de Janeiro, cf. SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Luiz Barbosa, op. cit., p. 45-50.

⁴⁰ ASSIM nasce uma favela, ali é só fome e miséria. *Diário da Tarde*, 8 jun. 1970, p. 3.

⁴¹ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 111.

⁴² Idem.

⁴³ NA paz dos subúrbios a fuga dos juizforanos ricos. E os pobres? *Diário da Tarde*, 23 out. 1973, p. 7.

⁴⁴ Por exemplo, em uma reportagem o *Diário da Tarde* noticiou a eleição de quatro mulheres para a Sociedade Pró-Melhoramento do Bairro Santa Cândida, sendo uma delas para a presidência. Cf. SANTA Cândida tem mulher na presidência. *Diário da Tarde*, 21 ago. 1974, p. 2.

aula inaugural do curso de Administração de Empresas, declarou em entrevista coletiva concedida antes do evento:

É difícil se encontrar hoje uma administração municipal, para quem a palavra **racionalização seja um fator mágico de mobilização. Todas as energias para a construção desta nova Juiz de Fora, com a que encontramos aqui, em volta da administração Itamar Franco.**⁴⁵ [Grifos meus].

Ainda na mesma reportagem o embaixador Negrão de Lima, que era presidente da Sociedade Brasileira de Instrução, entidade mantenedora da Cândido Mendes,

confessou-se deslumbrado com o progresso de Juiz de Fora e falou de amenidades, como a beleza da cidade: “Está linda de morrer!” e do “delicioso pão de queijo que não é aquele que se come no Rio de Janeiro, porque esse é feito com polvilho mineiro”. Ressaltou sua surpresa, de ver, depois de tantos anos, “uma Juiz de Fora admirável, uma cidade de grande porte, de acordo com suas tradições de cultura e civilização”.⁴⁶

Os dois visitantes ressaltaram a “nova Juiz de Fora”, que unia o progresso à tradição acolhedora representada pelo “delicioso pão de queijo”. As imagens da cidade, durante o governo Itamar Franco, traçadas pelos dois visitantes coincidiram com a construção da idéia de uma “metrópole interiorana”, onde o moderno e tradicional se harmonizavam admiravelmente. As obras realizadas no governo do prefeito Itamar Franco, que foi apelidado pelos “Marginais” de “Cautimar Itec”,⁴⁷ receberam grande visibilidade nos jornais e consistiram nas reformas e embelezamento da Avenida Rio Branco, de infra-estrutura como a canalização do córrego da Avenida Independência e outras que visaram solucionar o antigo problema das enchentes do Rio Paraibuna, que atingiam as ruas da “parte baixa” da cidade.⁴⁸

Os trilhos que no passado representaram o progresso, nos anos 60 e 70 passaram a ser incômodos. A Leopoldina fez sua última viagem na cidade em 31 de janeiro de 1972, no

⁴⁵ NEGRÃO de Lima, romântico, diz que Juiz de Fora está linda de morrer. *Diário Mercantil*, 14 ago. 1973, p. 5.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ “Cautimar Itec” (da “Paraiburgo”) foi o personagem criado pelos colaboradores do caderno *Arte e Literatura*, baseado no então prefeito de Juiz de Fora, Itamar Franco. Sendo ITEC a empreiteira que pertenceu ao engenheiro Itamar Franco. MUSSE, Christina F., op. cit., p. 187 e 200.

⁴⁸ As melhorias e o embelezamento da via principal da cidade, a Avenida Rio Branco, foram colocados como prioritários nos governo de Itamar Franco e Agostinho Pestana. A obra de destaque foi a abertura da “Garganta do Dilermando”, um corte no meio da rocha ao norte dessa avenida, concretizando um antigo projeto iniciado em 1947 no governo do prefeito Dilermando Cruz, que proporcionou o acesso mais rápido em direção ao subúrbio da Gramma e a várias cidades da região. Cf. “NOVA Avenida rio Branco” apresentada na entrevista coletiva de Itamar Franco. *Diário Mercantil*, 17 jan. 1967, p. .6. AVENIDA Rio Branco dá a média do progresso de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 28 fev. 1967, p. 8. AV. Rio Branco é totalmente inaugurada. *Diário Mercantil*, 31 mai. 1972, p. 1. As obras na Avenida Independência foram onerosas e demoradas (devido às paralisações), pois houve a necessidade de pagamentos de polêmicas indenizações aos proprietários de imóveis desapropriados para a canalização do córrego. Assim, foram inaugurados trechos da Avenida Independência, durante várias festividades comemorativas de datas municipais e nacionais, como as do Sesquicentenário da Independência. Cf.

entanto, a Central do Brasil continuou operando com muito vigor.⁴⁹ O problema gerado pelas oito passagens de nível na região central, não era específico de Juiz de Fora, mas também de outras cidades, portanto, não dependia apenas do executivo municipal para ser solucionado.⁵⁰ A imprensa debateu muito a questão, sobretudo após o acidente que tirou as vidas do vereador José Marcos Freesz, do economista Alberto Gerken Saggioro (assessor de Planejamento e Controle da Prefeitura) e do motorista Pedro Gomes da Silva, quando o veículo que os conduzia de retorno de viagem oficial a Belo Horizonte, colidiu com um trem na passagem de nível da Central do Brasil, no bairro de Benfica.⁵¹

A retirada de circulação dos bondes, que cortavam Juiz de Fora foi uma medida muito polêmica de Itamar Franco quando prefeito. Não combinava com a cidade, que buscava o progresso, conviver com os velhos bondes e seus trilhos. Assim, os mesmos deixaram de circular em abril de 1969, após longos debates sobre a continuidade ou não desses serviços.⁵²

Para Christina Musse uma nova relação com o espaço e o tempo foi estabelecida com a mudança da “máquina a vapor” para o “motor a gasolina”.⁵³ As notícias do crescimento dos acidentes automobilísticos e das reclamações em relação ao trânsito, publicadas no *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, denotaram que o número de automóveis em circulação aumentou na cidade.⁵⁴ O transporte urbano realizado por ônibus representou um problema para moradores de vários bairros, devido ao número insuficiente de veículos e os horários mal distribuídos, sendo essas as queixas mais constantes nos noticiários.

INDENIZAÇÕES baixas podem atrasar obras da Independência. *Diário da Tarde*, 13 nov. 1964, p. 6. AGOSTINHO louva equipe ao inaugurar as obras. *Diário Mercantil*, 9 set. 1972, p. 5.

⁴⁹ PROCISSÃO de enterro. *O Lince*, fev. 1972, p. 23. Ao longo da antiga linha férrea da Leopoldina, no trecho compreendido entre os Bairros Vitorino Braga e Ladeira foram construídas habitações populares em condições muito precárias, devido às características do terreno muito íngreme e de sedimentação fácil em épocas de chuvas. A região situa-se próxima à antiga Zona Boêmia (Rua Henrique Vaz e Rua 31 de Maio). A “favela” do “Leito da Leopoldina” se tornou um problema para o executivo municipal, que anos depois tentou urbanizá-la.

⁵⁰ TRILHOS da Central: a mais nova dor de cabeça de Pestana. *Diário Mercantil*, 31 mai. 1972. Suplemento Especial de Aniversário da Cidade, s/p.

⁵¹ DESASTRE. Vereador e secretário mortos. *Diário da Tarde*, 15 mar. 1974, p. 1. COLISÃO com trem mata vereador e secretário. *Diário da Tarde*, 15 mar. 1974, p. 8.

⁵² A concessão para a construção dos carris urbanos em Juiz de Fora ocorreu em 29 de outubro de 1880 em um contrato firmado entre Félix Schmitdt e Eduardo Batista Roquete Franco e o governo provincial. Em 1905 a Cia. Mineira de Eletricidade adquiriu da Cia. Ferrocarril de Bondes de Juiz de Fora todas as ações da companhia, tornando-se acionista absoluta dos serviços e lucros. A expansão dos serviços de bondes no início do século XX pela Cia. Mineira de Eletricidade foi inviabilizada, porque a prefeitura não conseguiu fazer as desapropriações necessárias e não efetivou as obras básicas para que o leito tivesse condições para as instalações de novas linhas. Devido a uma cláusula contratual, os serviços de bondes passaram para a prefeitura em 1951, sendo criado em 1954 o Departamento Autônomo de Bondes (DAB). O DAB prosseguiu os serviços de forma deficitária, o que o levou a retirar carros e reduzir funcionários. Os bondes que representavam a tradição tiveram fim para atender à política de Itamar Franco de construção da nova Avenida Rio Branco. Quando o Franco (Itamar) extinguiu os serviços implantados pelo outro Franco (Eduardo Batista Roquete), baseado no relatório do IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), somente uma linha estava em circulação em Juiz de Fora, a São Mateus - Centro. Cf. OS Bondes... Em fim de linha. *Diário Mercantil*, 9 abr. 1969, p. 4.

⁵³ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 112.

As inúmeras indústrias têxteis que proporcionaram à cidade o epíteto de “Manchester Mineira” enfrentaram grave crise nos anos de 1960. Fábricas tradicionais como Meurer e Bernardo Mascarenhas fecharam suas portas, deixando desempregados homens e mulheres e seus espaços cederam lugar à modernidade. Foi o que aconteceu com a Cia. Fiação e Tecelagem Morais Sarmento demolida para a construção do moderno supermercado Disco, que ocuparia um edifício de três andares, tendo cada um 6 mil metros quadrados, numa área total de 18 mil metros quadrados.⁵⁵ A nova vocação da cidade, ou seja, o setor de prestação de serviços foi destacada pela matéria jornalística:

O conjunto arquitetônico de Juiz de Fora caracteriza-se não somente pelos edifícios (...) do centro comercial da cidade, mas também por velhas construções, que tomam às vezes quarteirões inteiros. São os últimos vestígios de uma época áurea no processo de industrialização de Juiz de Fora, que foi paralisado a partir de 1930, quando os efeitos do empirismo tecnológico e a falta de investimentos nas indústrias geraram falências sobre falências, deixando a cidade sem a sua característica de “industrial” e transformando-a numa quase metrópole de “prestação de serviços”.⁵⁶

Com a queda no setor têxtil, o poder público buscou novos investimentos concentrados na vinda da Siderúrgica Mendes Júnior para Juiz de Fora. A elite política e empresarial lutou com todas as armas para que o empreendimento viesse para o município. Os jornais acompanharam a árdua tarefa empreendida para que a vocação industrial da cidade fosse confirmada com a instalação da empresa. A empreitada foi bem sucedida e a siderúrgica instalou-se em Juiz de Fora.⁵⁷

A Rua Halfeld não estava em crise, mas pulsava com intensidade, devido a sua centralidade que favorecia os encontros e fazia com que a via funcionasse “como uma espinha dorsal da cidade, reunindo os lugares de **cordialidade**, de **convivência** e de **afetividade**”, como ressaltou Christina F. Musse.⁵⁸ [Grifos no original]. Portanto, todos afluíam para a Rua Halfeld, onde tudo se passava, sendo o local preferido para discutir assuntos de política e de cultura nacional e local.⁵⁹ A rua atraía também os paqueradores.

Os jovens gostavam de paquerar na Rua Halfeld provocando conflitos com a polícia, pois transitavam lentamente em seus veículos para jogar gracejos às moças. Porém, depois de acirrado debate entre o grupo pró e o contra foi aprovada a transformação de parte da rua em espaço restrito a pedestres. O “Calçadão” foi inaugurado em 15 de novembro de 1975, com

⁵⁴ Idem, p. 114.

⁵⁵ PRÉDIO em demolição é marco de decadência industrial em JF. *Diário da Tarde*, 5 abr. 1973, p. 3.

⁵⁶ VELHAS construções são vestígios de uma época de ouro da indústria. Idem.

⁵⁷ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 150.

⁵⁸ Idem, p. 129.

⁵⁹ Ibidem.

feita que teve distribuição de rosas para as mulheres, balões para as crianças e canivetes para os homens.⁶⁰ A intervenção do poder público redefiniu o espaço, ao transformá-lo em via de trânsito de pedestres, provocando o estabelecimento de novas sociabilidades no local.

A vida cultural em Juiz de Fora foi intensa nos anos de 1960 e 1970. Os eventos culturais eram muitos: espetáculos de grupos teatrais de vanguarda, mostras de filmes, exposições de artes plásticas, festivais de música, apresentações de artistas de fama nacional. Havia um clima de efervescência, apesar da ditadura. A construção da Universidade Federal de Juiz de Fora representou um marco, pois trouxe ares renovados, em termos culturais à cidade, pois a mesma tornou-se centro de atração e difusão de cultura, sobretudo através das atividades estudantis.⁶¹

Sobre a participação feminina no movimento de efervescência cultural em Juiz de Fora Christina F. Musse observou que:

Embora não tenhamos tido acesso a nenhum levantamento sobre o assunto, é interessante que registremos aqui que o grupo mais ativo na movimentação cultural de Juiz de Fora, nos anos 60, é formado quase que exclusivamente por homens, mas homens que se decidiram por carreiras consideradas “femininas”: Letras, Jornalismo, Serviço Social. Alguns são oriundos do Direito, mas não há, nos anos 60, relatos de engenheiros ou médicos, por exemplo, que sejam muito ativos nas promoções de cultura (cenário que já vai mudar nos anos 70).⁶²

A cidade, uma construção humana, “é um produto histórico-social; nesta dimensão aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo do processo histórico e desenvolvido por uma série de gerações”, como observa Ana Fani A. Carlos.⁶³ Sendo uma construção através de gerações, na cidade convivem diversidades de pensamentos e atitudes. Juiz de Fora não fugiu à regra. Portanto, foi nesse cenário do interior de Minas Gerais ao mesmo tempo com ares modernos, buscados através de intervenções estatais no espaço urbano, mas resguardando traços de conservadorismo,⁶⁴ que as histórias das “Mulheres de

⁶⁰ COM o corte de fita simbólica, inaugura-se hoje o Calçadão. *Diário Mercantil*, 15 e 16 nov. 1975, p. 1. AFINAL, o “Calçadão” será, hoje, inaugurado como presente ao povo. *Diário Mercantil*, 15 e 16 nov. 1975, p. 12. A distribuição de 5300 canivetes contrariou a determinação da 4ª R.M. que temia pela segurança do evento. Foi uma resposta do prefeito Saulo Moreira diante das críticas de que nas obras estava escavando muitos buracos para procurar o canivete perdido por seu avô na Rua Halfeld. Cf. OLIVEIRA, Márcio Henrique de. *Rua Halfeld: coração de Juiz de Fora*. [multimeio]. Juiz de Fora (MG): Funalfa Edições, 2007.

⁶¹ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 71, 114 e 125. O presidente Juscelino Kubitschek assinou em dezembro de 1960, o decreto de criação da Universidade de Juiz de Fora, a segunda universidade federal do interior do país, depois de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

⁶² Idem, p. 129.

⁶³ CARLOS, Ana Fani A., 2004, p. 7.

⁶⁴ Para Karl Mannheim: “O conservadorismo é exatamente uma tal configuração estrutural objetiva, dinâmica e historicamente desenvolvida. As pessoas conhecem e agem de modo ‘conservador’ (distinto de um modo simplesmente tradicional), na medida em que, e somente na medida em que, se comportam em termos de tal estrutura, simplesmente reproduzindo-a no total ou em parte ou desenvolvendo-a mais além por adaptação a

Paraiburgo” se teceram e ganharam espaço nas páginas dos jornais: *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*.

1.2. AS NOTÍCIAS EM CIRCULAÇÃO

Nas décadas de 1960 e 1970 do século XX foi inegável o avanço dos meios de comunicação no Brasil. A comunicação de massa se impôs no cotidiano.

A imprensa escrita era um veículo de comunicação consolidado no país, embora a presença de uma fatia considerável de analfabetos na sociedade brasileira tenha impossibilitado o acesso mais amplo a esse meio. Não obstante a dificuldade imposta pelo domínio da língua escrita, na leitura de um periódico há o fator oralidade, ou seja, muitas notícias e opiniões são compartilhadas por aqueles que leram com outros que não leram.

O rádio, meio de comunicação que devido à oralidade leva vantagem sobre os escritos, encontrou grande receptividade no país. Outro fator importante na grande difusão desse veículo de comunicação foi a redução de tamanho dos aparelhos. Com os portáteis, o rádio tornou-se um companheiro constante dos brasileiros, sobretudo nas camadas populares, pois pode ser usado enquanto o trabalhador executa suas funções. É o caso das empregadas domésticas consideradas ainda hoje as grandes ouvintes dos programas radiofônicos.⁶⁵

A televisão que estreou no Brasil em 1950 sob a batuta de Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*, chegou gradativamente aos lares brasileiros.⁶⁶ Inicialmente, os aparelhos eram caros e os sistemas de captação de sinais deficientes. A estratégia do “televizinho” (assistir às programações de televisivas na casa do vizinho) paulatinamente foi sendo abandonada pela facilidade de adquirir um aparelho, em torno do qual se reunia toda a família.

Quais eram os meios de comunicação existentes em Juiz de Fora nas décadas de 1960 e 1970? Qual a importância dos veículos impressos no contexto de Juiz de Fora?

Em Juiz de Fora penetravam jornais, periódicos, programas radiofônicos e televisivos de outras localidades, proporcionando informações e entretenimento aos seus

situações concretas e particulares.” Cf. MANNHEIN, Karl. “O pensamento Conservador”. In: MARTINS, José Roberto de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986. pp. 77-131. p. 105.

⁶⁵ ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 317-334. Cf. o capítulo: “Os sons que vêm da cozinha”.

⁶⁶ HAMBURGER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 439-487. p. 444.

habitantes. Sobre os meios de comunicação da cidade, os “Marginais” informaram no Suplemento *Arte e Literatura*, do *Diário Mercantil*, que Juiz de Fora possuía três emissoras de rádio, uma de TV, três jornais diários e uma revista mensal.⁶⁷

As emissoras de rádio eram a PRB-3 (Rádio Sociedade de Juiz de Fora), pertencente ao *Grupo Associado*;⁶⁸ a Rádio Industrial⁶⁹ e a Rádio Difusora de Minas Gerais⁷⁰ ambas da Organização de Sérgio Mendes. Estas emissoras estavam consolidadas no período estudado e disputavam a audiência dos moradores da cidade.

A TV Industrial, primeiro canal de TV de Juiz de Fora, foi inaugurada em 29 de julho de 1964.⁷¹ A concessão do Canal 10 para a Organização de Sérgio Mendes gerou conflitos com a TV Mariano Procópio, do *Grupo Associado*, que era a repetidora em Juiz de Fora da TV Tupi. O *Grupo Associado* que reivindicava a primazia da concessão, aproveitou o momento, em que a “Revolução de 1964” ainda estava recente e acusou o dono da Rádio Industrial e concessionário do Canal 10: “dissemos apenas (e não mentimos) que o homem que defendeu com unhas e dentes os comuno-peleguistas que dominavam no governo passado, tirando deles o maior proveito possível, vem agora dizer que é um democrata.”⁷² A troca de ofensas foi inevitável diante do pioneirismo do empreendimento da TV Industrial, iniciativa privada do empresário Sérgio Vieira Mendes e seus filhos Gudesteu e Geraldo, que foi “a primeira estação geradora de sinais de TV do interior do país.”⁷³

A TV Mariano Procópio foi obrigada a repetir as imagens da TV Tupi pelo Canal 8, enquanto aguardava a decisão judicial. O *Diário da Tarde* retomou a questão e novamente

⁶⁷ BATISTA, Nilo; NETTO, José Paulo. Esboço para um manifesto Marginal. *Diário Mercantil*, 11 e 12 fev. 1968. *Arte e Literatura*, p. 3. Trecho citado por MUSSE, Christina F., op. cit, p. 180.

⁶⁸ A PRB-3 teve origem na Rádio Sociedade de Juiz de Fora, fundada em 1926, por José Pinto Cardoso Sobrinho, sendo que o controle acionário foi adquirido pelos *Diários Associados* em primeiro de janeiro de 1947. Cf. O rádio em JF. *O Lince*, mar./abr. 1976, p. 6. A PRB-3, considerada a mais antiga emissora do Estado, apresentava-se como a líder em audiência. As propagandas da rádio do *Grupo Associado* nos jornais procuravam ressaltar suas qualidades como: “Ouça, compare e diga conosco: O MELHOR SOM É MESMO DA PRB-3.” Cf. *Diário da Tarde*. 31 jan. 1966, p. 5.

⁶⁹ Sobre a Rádio Industrial a revista mensal *O Lince* publicou: “Quinze anos completou neste mês a Rádio Industrial de Juiz de Fora, uma emissora da Organização Sérgio Mendes e que faz parte da ‘Cadeia Dial’. O acontecimento encheu de júbilo a população da cidade, que tem na ZYT-9 uma de suas maiores forças de divulgação.” Cf. O aniversário da Rádio Industrial. *O Lince*, fev. 1964, p. 11.

⁷⁰ A fundação da Rádio Difusora de Minas Gerais ocorreu em 1955, como informa Glauco Fassheber no site: <http://glaucofassheber.blogspot.com/2008/03/radio-difusora-minas-gerais.html>: “Com o advento da Rádio Difusora Minas Gerais, pertencente ao Dr. Sérgio Ramos Vieira Mendes, fui convidado para ser o primeiro Locutor-Apresentador da emissora, que conseguiu arregimentar poucos, mas os melhores profissionais de cada área das outras duas já existentes.”

⁷¹ Sobre a inauguração da TV Industrial, cf. TV-INDUSTRIAL nos vídeos da região. *O Lince*, ago. 1964, p. 20.

⁷² HISTÓRIA do Canal 10 de Televisão contada apenas dentro dos recursos da dignidade e da ética. *Diário da Tarde*. 16 abr. 1964, p. 5.

⁷³ ARANTES, Livia Maia C. *Desenvolvimento da TV em Juiz de Fora: um olhar sobre a TV Alterosa*. p. 3. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17201/1/R3469-1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2008.

associou o fato com o momento “revolucionário” e a tradição “democrática” do *Grupo Associado*, que jamais compactuou com os “extremistas”: “Enquanto o Governo não bandeava francamente para a trilha do comunismo peleguismo, a concessão foi, por justiça, dada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora, a primeira a ingressar na luta para dotar Juiz de Fora de televisão.”⁷⁴

A televisão tinha uma programação com o horário muito restrito - das dezessete horas à meia-noite - nos anos 60 como observou Christina Musse.⁷⁵ A restrição do horário da programação televisiva foi também comprovada por Margareth Maria Mendes Carvalho em seu trabalho de história oral, no qual entrevistou o Sr. Valter Rettore, que atuou na implantação da TV no município de Antônio Carlos-MG.⁷⁶ O entrevistado lembrou:

Geralmente, oito horas da manhã, algumas por volta de dez horas. As emissoras com menos recursos, por volta do meio-dia. Por exemplo, a TV Industrial, de Juiz de Fora, uma das pioneiras, também, da região, como televisão, não como repetidora, embora ele fosse, para mim, como repetidora, a TV Excelsior, que surgiu para concorrer com a TV Globo. A TV Excelsior tinha uma programação, de altíssimo nível, em termos de shows, artistas, e filmes selecionados, para concorrer com a recém-inaugurada Globo. Essa TV Industrial retransmitiu, durante algum tempo, no canal dez, em Juiz de Fora, a TV Excelsior.

E ela também era uma emissora, quer dizer, gerava programas locais, de Juiz de Fora, com noticiários regionais de Juiz de Fora, notícias de Barbacena, de Santos Dumont, de toda região da Zona da Mata.⁷⁷

A consolidação da indústria de comunicação eletrônica como observa Esther Hamburger, apesar da proliferação inicial das emissoras na região sudeste, ocorreu a partir dos anos 70:⁷⁸

Em 1960, dez anos após a inauguração da primeira emissora de televisão, apenas em 4,61 % dos domicílios brasileiros havia um televisor. A região sudeste liderava com 12,44% de domicílios com TV, porcentagem que nas outras regiões não chegava a 1%. Em 1970, vinte anos depois da inauguração da TV Tupi, somente 24,11% dos domicílios brasileiros contavam com ao menos um aparelho de televisão. Esses domicílios se concentravam no litoral e nas regiões sul e sudeste (...).⁷⁹

Em sua pesquisa Christina F. Musse constatou através da fala do entrevistado Gilvan P. Ribeiro, que devido à restrita programação de TV o texto era o grande veículo de

⁷⁴ ENQUANTO aguarda a decisão da Justiça a TV-Mariano Procópio, desde hoje, estará no Canal 8. *Diário da Tarde*. 25 abr. 1964, p. 6.

⁷⁵ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 128.

⁷⁶ CARVALHO, Margareth Maria Mendes. *A história da implantação da TV em uma cidade interiorana: memórias de um homem apaixonado pela tecnologia*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo. 31 mai. a 2 jun. 2007. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0198-1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2008.

⁷⁷ Idem, p. 18-19.

⁷⁸ HAMBURGER, Esther, op. cit., p. 444.

⁷⁹ Idem, p. 448-449.

informação e de difusão de idéias.⁸⁰ Como atestaram os “Marginais”, na cidade existiam “três jornais diários de razoável circulação, uma revista mensal”.⁸¹ Os jornais eram: o *Diário Mercantil*, o *Diário da Tarde* e a *Gazeta Comercial*. A revista mensal era *O Lince*.

A tradição da imprensa escrita em Juiz de Fora remonta ao final do século XIX. Em referência à imprensa juizforana, Albino Esteves escreveu no início do século XX: “Desenvolvida, adeantada, seguindo rumo dos jornaes modernos, a imprensa de Juiz de Fora empêna-se em ser colocada à vanguarda das cidades adeantadas.”⁸² O impresso *O Imparcial* inaugurou a circulação de jornais na cidade no século XIX. Os jornais que iniciaram suas atividades no final do século XIX, como *O Pharol* (que circulou até 1926) e o *Jornal do Commercio* (que circulou até 1934) foram fundamentais na construção de representações de Juiz de Fora.⁸³

Os jornais, *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, que faziam parte do *Grupo dos Diários Associados*, de Assis Chateaubriand deram seqüência a essa tradição da imprensa juizforana, enquanto construtores de representações da cidade e formadores de opinião. O matutino *Diário Mercantil* foi fundado em 1912 e o vespertino *Diário da Tarde*, em 1942.⁸⁴

O *Diário Mercantil*, que recebeu atenção especial de Christina F. Musse em seu trabalho, foi considerado por Cosette de Alencar, cronista e uma das principais colaboradoras do jornal um “alter ego” de Juiz de Fora e “porta-voz e guia da opinião pública”.⁸⁵ Em sua tese Musse concluiu que: “A maneira de descrever, **narrar a cidade**, adotada pelo caderno principal do *Diário Mercantil* estava sintonizada com a **forma pela qual as elites e o poder político idealizavam a cidade**.”⁸⁶ [Grifos no original]. Musse aponta a tendência de “direita” e “pró-governista” do jornal, que dava amplo espaço para as **matérias de interesse da ditadura militar**, sendo “que isso acontecia até mesmo porque as pessoas que tinham expressão administrativa no jornal eram vinculadas aos setores militares, partidos e entidades de direita.”⁸⁷ [Grifos no original]. A tendência “pró-Revolução” e anticomunista dos jornais

⁸⁰ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 128.

⁸¹ BATISTA, Nilo; NETTO, José Paulo. Esboço para um manifesto Marginal. *Diário Mercantil*, 11 e 12 fev. 1968. Arte e Literatura, p.3. Trecho citado por MUSSE, Christina F., op. cit., p. 180.

⁸² ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas. 1915. p. 317.

⁸³ Sobre a imprensa em Juiz de Fora, cf. OLIVEIRA, Almir. *A imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

⁸⁴ Idem, p. 31-32.

⁸⁵ ALENCAR, Cosette. 56 anos. *Diário Mercantil*, 23 jan. 1968, p. 1. Citada por MUSSE, Christina F., op. cit., p. 138.

⁸⁶ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 144-145.

⁸⁷ Idem, p. 145.

Associados foi confirmada por Lonir Cardoso (ex-Lonir Emerich), que nos anos de 1960 foi redatora do *Diário Mercantil*, em entrevista ao jornal *Tribuna de Minas*, em 1984.⁸⁸

Em termos de formato, o *Diário Mercantil* no início dos anos 60 tinha o aspecto pesado, ou seja, muitos textos impressos com tipos de letras pequenos em suas seis páginas e as legendas nas imagens confusas ou inexistentes. Somente em 1968, com a contratação de um diagramador – José Luiz Ribeiro - com formação e estágio no Jornal do Brasil, foi que o jornal ganhou novo formato e oito páginas.⁸⁹ Antes dessas modificações apontadas por Christina F. Musse, a leitura do jornal era trabalhosa, porque na página cinco eram colocadas as continuções de várias matérias, inclusive da página seis, forçando o leitor desta, que era a última, a retornar à anterior.

A comercialização do *Diário Mercantil* por assinaturas levou Wilson Cid, entrevistado por Christina F. Musse, a constatar que o jornal tinha repercussão maior do que vendas.⁹⁰ No entender de Musse, esse jornal que falava “da e para a elite” era financiado pela mesma com suas publicidades, sobretudo no Caderno Especial de Natal.⁹¹ O *Diário Mercantil* publicou vários cadernos e suplementos dedicados a públicos específicos como o *DM Automóveis*, o *Arte e Literatura* e o *Caderno JR (Júnior)*.

O vespertino *Diário da Tarde* destinava amplo espaço ao esporte (que chegou a ocupar duas páginas) e às notícias da cidade, sobretudo as policiais (que ocupavam espaço bem menor no *Diário Mercantil*). Os “Pequenos Jornaleiros” se encarregavam da venda do jornal em vários pontos do Centro da cidade e nas portas das fábricas.⁹²

Para tentar se adequar ao “leitor moderno”, Christina F. Musse constatou que a direção do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde* lançou um livreto com as “Normas de Redação”, uma vez que os redatores tinham que se preocupar em seduzir o leitor e não levá-lo à reflexão. Segundo o livreto citado pela pesquisadora, o leitor moderno, produto da educação de massa, lê apressadamente, é mais informado e sofisticado. Assim, os redatores deveriam substituir palavras usadas nos anos 60: “Chame de mulher do sr. Fulano a mulher do sr. Fulano e não de esposa. Mãe é mãe e não genitora. Avó é avó e não progenitora.”⁹³

Como os jornais do *Grupo Associado* em Juiz de Fora atuaram durante a censura imposta na ditadura militar? Através de entrevista realizada em sua pesquisa Christina Musse

⁸⁸ GUILHERMINO, Luiz Alberto; PAIVA, Raquel. “Os princípios da Revolução não foram cumpridos. Toda população foi traída”. *Tribuna de Minas*, 29 mar. 1984, p. 8.

⁸⁹ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 140-141.

⁹⁰ Idem, p. 143.

⁹¹ Ibidem, p. 147.

⁹² Ibidem, p. 143.

⁹³ Ibidem, p. 153-154.

mostrou que como existia uma auto-censura no *Diário Mercantil*, a censura foi mais branda no jornal que tinha forte tendência pró-governo. A pesquisadora observou que depois de 70, com o recrudescimento da ditadura o referido diário dedicou menos espaço para a cultura, porém continuou editando o caderno semanal *Arte e Literatura*, inclusive com a presença nas páginas do jornal de articulistas, cronistas, poetas e contistas, que fizeram da cultura espaço de resistência e polêmica. Para Musse, o *Diário Mercantil* tinha uma postura mais ideológica do que mercadológica, assim apesar da censura prévia, conseguiu equilibrar espaços para cobertura local, estadual e nacional, tanto quanto para o prefeito de oposição Itamar Franco do MDB.⁹⁴

Após o falecimento de Assis Chateaubriand, em 1968, as más administrações contribuíram para a gradativa crise do *Condomínio dos Diários Associados*. Sobre a crise dos jornais do *Grupo Associado* em Juiz de Fora, Christina F. Musse salienta que:

A crise (...) vai explodir em meados dos anos 70, quando Renato Dias Filho se aposenta, em Juiz de Fora, depois de dirigir a empresa local por 41 anos.

A partir de 1973, o jornal vai ser administrado por pessoas ligadas ao Condomínio dos Diários Associados, vindas de Belo Horizonte. Elas chegam para reformular o impresso, mas tudo indica que é o começo do fim. (...) o pessoal da capital não era bem visto pelos colegas e que chegaram a ganhar o apelido de “estrangeiros”.⁹⁵

Os dois diários encerraram suas atividades em 29 de novembro de 1983, como informou o editorial da revista *Razões*: “foi triste para Juiz de Fora, ao receber o tremendo impacto de uma terrível e má notícia: o fechamento drástico e inesperado de seus dois mais antigos jornais”.⁹⁶ O *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde* encerraram suas atividades respectivamente com setenta e dois e quarenta e dois anos de circulação.

A respeito do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde* há um consenso de que eram jornais com características próprias, apesar de pertencerem ao *Grupo Associado*.⁹⁷ As distinções entre os dois jornais estavam relacionadas ao público-alvo de cada um: o *Diário Mercantil* voltado à leitura da elite juizforana e o *Diário da Tarde* direcionado à leitura popular. Embora, em várias edições, a mesma notícia circulou em ambos diários, mantendo-se

⁹⁴ Ibidem, p. 28, 145 e 155.

⁹⁵ Ibidem, p. 155.

⁹⁶ *Razões*, ano VI, n. 56, Juiz de Fora, dez. 1983, p. 1.

⁹⁷ Para Christina F. Musse o *Diário Mercantil* era voltado para a elite juizforana e o *Diário da Tarde* era publicado para a leitura das camadas populares: “Com relação ao *Diário da Tarde*, Márcia Regina Gonçalves Andreola (...) lembra que ele é criado com o objetivo de substituir uma segunda edição diária do *Diário Mercantil* (DM) que, durante algum tempo, além de matutino, foi também vespertino. ‘Jornal mais popular, diferente da linha conservadora mais elitista imposta pelo *Mercantil*, o *Diário da Tarde* [DT] era vendido na porta das fábricas, quando às 4 horas da tarde, os operários encerravam a sua jornada e levavam o jornal para suas casas para acompanharem o noticiário’. Depois de algum tempo, o DT vai passar a circular às 10 horas da manhã.” Cf. MUSSE, Christina F., op. cit., p. 90-91.

o texto e a diagramação. Mas, a separação dicotômica (ou a oposição macroscópica) entre “cultura de elite” e “cultura popular” foi questionada por Roger Chartier, que se incomoda com a oposição dominador/dominado ou a hierarquia sócio-profissional, que levam ao esquecimento de outros princípios de diferenciação como os sexuais, os geracionais, os religiosos, as tradições educativas, as solidariedades, os hábitos do ofício: “Um inventário das múltiplas divisões que fragmentam o corpo social é preferível a essa separação compacta, que frequentemente define as pessoas comuns, à revelia, como o conjunto dos indivíduos que não pertencem à sociedade de elite.”⁹⁸ Prossegue Chartier afirmando que deve ser questionado o conceito de cultura popular, que alicerçou os primeiros estudos pioneiros sobre os livrinhos populares “por ignorar os empréstimos e os intercâmbios, por mascarar a multiplicidade de diferenças e supor, *a priori*, a validade de um conjunto de divisões que ainda está por ser firmada”.⁹⁹

Interessado no entendimento da leitura como apropriação, Roger Chartier tem esse conceito como fundamental e compreendido mais em termos sociológicos do que fenomenológicos. O historiador entende-o de forma diferente de Michel Foucault (“A Ordem do Discurso”) para quem a apropriação social dos discursos é incluída em um procedimento de dominação. Para Chartier a apropriação “visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem.”¹⁰⁰

O conceito de prática, ao lado de representação e apropriação, é considerado básico para Roger Chartier. Assim, a análise das práticas de leitura tem relevo em seu trabalho. O autor entende a prática de leitura não como ato passivo e submisso, mas como uma experiência inventiva e criadora: “ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual”, mas “é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros.”¹⁰¹

É inegável a contribuição de Michel de Certeau, sobretudo pelas suas distinções entre estratégias e táticas, nas reflexões de Chartier. Em “Ler: uma operação de caça”, Certeau salientou a importância da leitura enquanto fator de modificação do objeto.¹⁰² Nesse caminho, Roger Chartier preocupou-se como o texto é incorporado pelos indivíduos em algo que dá

⁹⁸ CHARTIER, Roger. “Textos, impressão, leituras”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. pp. 211-238. p. 231.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ CHARTIER, Roger. “‘Cultura Popular’: revisitando um conceito historiográfico”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.8, n. 16, 1995. p. 6. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/172.pdf>.

¹⁰¹ CHARTIER, Roger, 2001, p. 214.

¹⁰² CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 1. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 264.

sentido à sua relação com o mundo. O leitor não é como uma “cera mole” na qual se inculcam valores, idéias, visões de mundo.

Roger Chartier insiste que “atribuir a categoria de ‘popular’ a modos de ler, e não a classes de textos, é, ao mesmo tempo, essencial e arriscado.”¹⁰³ Ao fazer essa reflexão lembra o caso do moleiro Menocchio, estudado por Carlo Ginzburg, onde podem ser percebidas a “circulação fluida e as práticas comuns que extrapolam as fronteiras sociais.”¹⁰⁴ O exemplo de Menocchio (um homem do povo, porém um camponês atípico, que permite perceber fragmentos da cultura livresca misturada com ingredientes da tradição oral) e o Rabelais de Mikhail Bakhtin (um erudito que permite perceber o popular) levaram Chartier a caracterizar como problemática a dicotomia popular/letrado.

Diante dessas reflexões em torno da questão da leitura e do leitor, outras ponderações devem ser traçadas em relação à leitura dos jornais. Os “leitores de primeira mão” de um jornal considerado de “elite” como o *Diário Mercantil*, adquirido através de assinatura, muitas vezes “repassavam” esse produto cultural para outras pessoas, como por exemplo, os profissionais “de serviços” (porteiros e outros empregados domésticos) que se tornavam “leitores de segunda mão”. Era costume até décadas passadas, a utilização de folhas de jornais para fazer embrulhos, inclusive de gêneros alimentícios como os ovos, gerando também “leitores de segunda mão”. A leitura desses jornais pelos “leitores de segunda mão”, que não o adquiriram, também é importante ser considerada. Esses leitores, não eram “ceras moles” e faziam usos diferentes do produto cultural daqueles realizados pelos “leitores de primeira mão”. Essa dimensão da leitura não deve ser desprezada em relação aos jornais.

Em sua análise, Christina F. Musse observa o baixo índice de leitura de jornais na cidade bem como em Minas Gerais.¹⁰⁵ A respeito da leitura em Juiz de Fora, uma análise realizada em 1985 fornece alguns indícios.¹⁰⁶ As pesquisadoras entrevistaram cem mulheres e trinta homens, de vários segmentos sociais da cidade. O estudo realizado aponta pistas sobre a leitura feminina: era menos freqüente e voltada a textos informativos. Os números da pesquisa em torno dos hábitos de leitura foram:

50% dos homens e 35% das mulheres gostam de ler livros, jornais e revistas. Sendo que as donas-de-casa da camada baixa preferem ler livros que versam sobre assuntos religiosos.
Os homens (62%) lêem jornais “diariamente” e as mulheres (53%) lêem “às vezes”.

¹⁰³ CHARTIER, Roger, 1995, p. 11.

¹⁰⁴ CHARTIER, Roger, 2001, p. 230.

¹⁰⁵ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 38.

¹⁰⁶ LACORDIA, Lílían S. et. al. *Mulher, Mulher e a Sociedade*. Monografia de bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juiz de Fora, 1985.

As mulheres, na sua maioria (46%), lêem revistas de informação geral. Sendo que as domésticas e as operárias preferem as fotonovelas. Os homens, no geral (80%), preferem as revistas de informação geral, seguidos de revistas científicas (50%).¹⁰⁷

Retomando o inventário das publicações de Juiz de Fora no período estudado, complementam a lista, os jornais a *Gazeta Comercial*, o *Lar Católico* e *O Lampadário*.

A *Gazeta Comercial*, Órgão do Comércio, Lavoura e Indústria, da Associação Comercial de Juiz de Fora, foi fundada em 10 de março de 1924.¹⁰⁸ O jornal passou em 1942 a ser propriedade da Editora Mineira S.A. e em primeiro de fevereiro de 1950 à *Gazeta Comercial – Artes Gráficas S.A.*, sendo Théo Sobrinho (pseudônimo de Paulo Theodoro Lenz) o proprietário/diretor/redator-chefe. Nos anos de 1960 e 1970, o jornal funcionou com muito esforço de Théo Sobrinho: as reportagens eram cópias de noticiários de grandes jornais nacionais e mundiais repetidas em várias edições. Em 1978, a *Gazeta* parou de circular.¹⁰⁹

Em Juiz de Fora circulavam nos anos 1960 e 1970 jornais de cunho religioso. A comunidade católica da cidade tinha no jornal semanário *Lar Católico*, publicação dos padres do Verbo Divino, fonte de informações e um porta-voz de suas idéias.¹¹⁰ Paola Lili Lucena observa que no *Lar Católico* encontrava-se a coluna “Intercâmbio com as Leitoras”, onde elas “poderiam emitir a sua opinião a respeito do conteúdo da página feminina, e principalmente relatar os seus problemas pessoais, pedindo auxílio para solucioná-los de modo eficaz.”¹¹¹ Outro periódico Católico, *O Lampadário*, órgão oficial da diocese, iniciativa do bispo D. Justino José de Sant’Ana, circulou de 1926 a 1973.¹¹² Os seguidores da Doutrina Espírita, em

¹⁰⁷ Idem, p. 68-69.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Almir, op. cit., p. 32.

¹⁰⁹ Segundo o texto “GAZETA COMERCIAL” elaborado pela arquivista do SMBMM, Heliane Casarin, com base em jornais do acervo, Itamar Franco era grande amigo de Théo Sobrinho, de quem comprou os jornais *Gazeta Comercial* e *A Tarde*, em 1978, com intenção de fazer uma grande mudança editorial e relançar a *Gazeta Comercial*, antes das eleições para governador em 1982. Porém, devido ao desentendimento político que teve com Tancredo Neves, Itamar Franco não julgou ser viável o relançamento. A coleção de jornais que pertenceu à *Gazeta Comercial* é propriedade do ex-presidente Itamar Franco, estando guardada em seu escritório em Juiz de Fora. O SMBMM tem a coleção incompleta do mesmo. No arquivo da Associação Comercial de Juiz de Fora há outra coleção. A *Gazeta Comercial* interrompeu a circulação entre 4 de junho de 1959 a 16 de outubro de 1959, devido a um desabamento na sua oficina que danificou vários equipamentos.

¹¹⁰ O *Lar Católico* foi colocado em circulação pela primeira vez pelo padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café, em 1892. Mas o jornal que circulou nos anos 60 e 70 foi o criado em 1912 pelos padres do Verbo Divino, como substituto de *A Bússola*. Cf. OLIVEIRA, Almir, op. cit., p. 47.

¹¹¹ LUCENA, Paola Lili. *Entre conflitos e amores: o namoro na vida das jovens dos anos dourados*. In: RODRIGUES, João Paulo et. al. (orgs.). *Encontro Regional de História* (15: 2006 jul. 10-15: São João Del-Rei, MG). Anais Eletrônico e [CD-Rom] / XV Encontro Regional de História; São João Del-Rei: ANPUH, 2006. A orientação às famílias e às mulheres era uma tônica desse jornal religioso, ficando a coluna “Orientação Familiar” a cargo da sra. Maria Madalena Ribeiro de Oliveira, escritora de vários romances e livros de formação como “Amor e Paz”, “Amor e Casamento”, “Sentido da Casa”, “Chuva Criadeira” e a novela “Na Casa das Persianas Verdes.” Cf. PEREIRA, Cleonice Jorge. A MULHER exercita seu ideal. Mãe exemplar e orientadora de mães aflitas. Uma espécie também de anjo da guarda de jovens. *Diário da Tarde*, 16 mai. 1964, p. 5.

¹¹² OLIVEIRA, Almir, op. cit., p. 47.

número considerável na cidade, contavam com *O Médium*, que de jornal passou ao formato de revista, foi criado pelo proprietário-fundador de *O Lince* Jesus de Oliveira.¹¹³

A revista *O Lince* foi fundada em 1912, mesmo ano em que o *Diário Mercantil* e o *Lar Católico* iniciaram suas atividades. Ao longo de sua existência *O Lince* teve como editores: o fundador Jesus de Oliveira (1912 a 1966), seu filho Adail de Oliveira (1967 a 1974), a jornalista Marilda Ladeira (1975 a 1976) e novamente Adail de Oliveira (1977 a 1979). Ao completar 60 anos o texto publicado na revista ressaltou as dificuldades enfrentadas pela imprensa do interior.¹¹⁴ *O Lince* atravessou período de crise, que quase o fechou em 1973.¹¹⁵ Essa grave crise foi contornada e em março de 1974 *O Lince* voltou a circular, após alguns meses de interrupção, sob o formato de jornal: “achamos mais viável editar o jornal e, durante o ano, lançamos duas vezes a revista encartada nas edições de **maio**, que é o mês do aniversário de Juiz de Fora e em **dezembro**, as festas natalinas.”¹¹⁶ [Grifos no original]. As atividades de *O Lince* foram encerradas em 1979.

Duas outras revistas passaram a circular em Juiz de Fora, anos depois da análise dos “Marginais”: a revista *Razões*, sob a direção de Hely Martinelli, que circulou de 1973 a 1989 e a revista *Momentos* de 1974 a 1976.

A revista quinzenal *Razões* retratou Juiz de Fora e região. No editorial do segundo número houve o reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela imprensa do interior:

Mas poderão perguntar os meus amigos. A imprensa é abstrata? De certo modo sim, de certo modo não! Todos hão de convir que imprensa de interior é pura ilusão. Sendo ilusão, é reconhecidamente abstrata.

Mas fugindo dessa horrorosa verdade, encontramos em nós a própria força real, a força da vontade e a vontade da força, unidas e entrelaçadas como um casal em lua-de-mel.

(...)

Está aí o segundo número cheio de razões para existir.¹¹⁷

¹¹³ Idem, p. 47-48.

¹¹⁴ Além das dificuldades a matéria destacou as tradições da revista: “Começando pequenino como jornal, O LINCE passou por várias fases, ora como jornal, ora como revista, mas nunca deixando de circular. Em maio de 1948, definitivamente, O LINCE transformou-se em revista mensal e de lá para cá, estamos empregando todos os esforços e recursos de que dispomos para mantê-la mais ou menos atualizada. O seu fundador, Jesus de Oliveira trazendo desde o início uma conduta compatível com a sua educação moral, não permitia grandes alterações no conteúdo da matéria, inclusive era contrário à divulgação de fotos de mulheres em maiôs. Aos poucos, foi caindo na realidade da época e, mesmo não gostando, passou a permitir que a revista publicasse aquelas fotografias, desde que não fossem obscenas. Os leitores chegavam perto do veterano homem de imprensa e davam-lhe os parabéns pela melhoria da revista.” Cf. 60 ANOS. *O Lince*, jan. 1972, p. 36.

¹¹⁵ Em 1973, diante da gravidade da situação o vereador Ignácio Halfeld ocupou a tribuna na Câmara e lançou um apelo aos empresários de Juiz de Fora para salvar *O Lince*. Cf. IGNÁCIO pede por “O Lince”. *Diário da Tarde*, 30 ago. 1973, p. 6.

¹¹⁶ COMO será “O lince” jornal. *O Lince*, mar. 1974, p. 1. No ano seguinte (1975), *O Lince* voltou ao formato de revista.

¹¹⁷ *Razões*, ano I, n. 2, Juiz de Fora, dez., 1973, p. 2.

Em sua breve existência, a revista mensal *Momentos*, editada por STATUS – Consultoria de Comunicações Limitadas, destacou a cidade e suas personalidades. Tendo o jornalista José Carlos de Lery Guimarães como editor-chefe, a revista publicou matérias elaboradas e ilustradas.

Através desses veículos de comunicação as notícias, representações, visões de mundo circularam em Juiz de Fora, nos anos situados entre 1964 a 1975. Homens e mulheres, que tomaram contato com as informações, delas se apropriaram e as reelaboraram de acordo com suas experiências de vidas.

1.3. AS MULHERES DA “FAMÍLIA ASSOCIADA”

O toque feminino na redação do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde* foi comprovado pela diversidade de artigos, matérias e colunas assinados por mulheres, entre aqueles poucos em que a autoria foi revelada. As mulheres que atuaram no *Grupo Associado* estavam inseridas em uma “família” e nesse contexto desempenharam papéis importantes na construção de representações acerca de questões femininas e do cotidiano da cidade.

As comemorações de Páscoa ou de Natal dos funcionários do Grupo de Assis Chateaubriand em Juiz de Fora eram noticiadas como sendo festividades da “Família Associada”. Nos depoimentos que coletou Christina F. Musse percebeu fortes laços de amizade que uniam os funcionários do *Diário Mercantil*:

Outra característica do *Diário Mercantil*, e que aparece constantemente nos depoimentos dos antigos funcionários, é a da relação de **amizade** entre as pessoas que trabalhavam no jornal. Até meados dos anos 60, poucos dos jornalistas que atuavam no veículo eram formados, da mesma forma que vários exerciam duas profissões: eram jornalistas e médicos, jornalistas e advogados, não dependendo exclusivamente do jornal para sobreviver. Muitos começaram no DM quando mal tinham saído da adolescência e por isso mesmo não surpreende que tenham passado várias décadas de vida no jornal. Pelo que se pode perceber, havia **pouca rotatividade de pessoal**, o que criava laços mais profundos entre os trabalhadores, sendo que muitos deles se referiam à empresa como “a família dos Associados”.¹¹⁸ [Grifos no original].

As mulheres faziam parte da “Família Associada” em número considerável, como comprovou uma matéria publicada pelo *Diário Mercantil*, em 1965, que ocupou uma página

¹¹⁸ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 139-140.

inteira com as fotos, nomes e funções das funcionárias na empresa.¹¹⁹ **(Anexo 4)** A matéria destacou a importância da presença feminina na organização:

Para a Administração, esta reportagem-fotográfica significa, antes de tudo, uma homenagem ao trabalho da mulher “Associada”, à sua tranqüila presença, que dá o equilíbrio indispensável ao labor diário da empresa.

No conjunto humano, que dá vida e forma à organização “Associada” de Juiz de Fora, a mulher contribui com um esforço que tão bem reflete o êxito e a importância de sua presença. Como nos lares, ela conduz a formação da família, numa empresa jornalística o seu trabalho é uma ratificação de que a inteligência, a paciência e a sensibilidade da mulher são indispensáveis.¹²⁰

O texto remeteu às qualidades tidas como femininas: tranqüilidade, equilíbrio, inteligência, paciência e sensibilidade. O trabalho feminino no rádio e no jornal foi comparado com o papel das mulheres nos lares, ou seja, a formação da família. A presença da mulher no *Grupo Associado* era fundamental, no entender da reportagem, pelo toque feminino e não por outros dotes profissionais como a boa redação ou a audácia nas reportagens. As mulheres constituíam o lado maternal da “Família Associada”.

Na página mencionada foram estampadas fotos de 20 funcionárias do grupo de comunicação na cidade, que posaram no seu local de trabalho: Margarida Miranda e Mariléa Ferreira (Redatoras da Página Feminina), Maria das Dores Vargas Moreira (Chefe da Administração), Therezinha Rodrigues Campos (Secção Faturamento), Leda Maria de Oliveira (Chefe da Contabilidade), Marisa Calzavara (Recepcionista), Joana D’Arque Amaral (Caixa), Magaly Corrêa, Maria Macedo de Oliveira e Helé Nice Duboc (Secção de Contabilidade), Maria Imaculada Amaral (Secção de Assinaturas), Abigail Cardoso (Secção de Faturamento), Elenice Carvalho Lopes (Conferente de Publicidade), Cosette de Alencar (Redatora), Lonir Emerich (Redatora), Darci de Souza (Operadora do Transmissor), Vitória de Oliveira Campos (Discotecária), Iná Coelho (Locutora),¹²¹ Helena Bittencourt (Produtora)¹²² e Nielza Meyer (Rádio Escuta). Elas eram responsáveis por secções,

¹¹⁹ A mulher na Organização “Associada”. *Diário Mercantil*, 18 e 17 jul. 1965, p. 13.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Em um anúncio veiculado no *Diário da Tarde*, direcionado ao público feminino, o destaque foi o programa de Iná Coelho, na “Emissora tradicional das Famílias”, a radialista que apresentava programas especiais para a dona-de-casa foi assim anunciada: “Em todos os seus horários, ela é a companheira constante das ouvintes na PRB-3.” Cf. *Diário da Tarde*, 6 mai. 1966, p. 3. Na matéria que *O Lince* dedicou ao Rádio em JF, a opinião da radialista sobre seu trabalho na “Família Associada” foi destacada: “Trabalhando como discotecária e locutora da B-3, Iná Coelho do Nascimento sente que realmente se realizou como rádio-atriz, ‘porque novela é coisa vibrante com novidade a todo minuto. Em comparação com o que fazia antes, o trabalho de hoje é muito monótono.’” A saudosista Iná Coelho, que começou sua carreira na Rádio Industrial, nutria o desejo do rádio voltar ao passado. Cf. *O Rádio em JF. Uma história sem Ibope. O Lince*, mar./abr. 1976, p. 8.

¹²² A radialista Helena Bittencourt (vereadora na época), que tinha um programa voltado ao público feminino, foi entrevistada pelo *O Lince* e disse que foi “a primeira mulher locutora de Juiz de fora, Helena, em 49, criava e apresentava, na Industrial, o programa feminino ‘Beleza e personalidade’, que englobava ‘uma crônica com

reportagens, programas radiofônicos e pelos contatos com os escritórios dos *Associados* de Juiz de Fora.¹²³

Nos jornais do *Grupo Associado* em Juiz de Fora, Cosette de Alencar, pertencente a uma linhagem de literatos, na qual estava incluída “a prima Rachel” (tratamento carinhoso dado a Rachel de Queiroz pela cronista juizforana), foi a figura feminina que mais se destacou, pois colaborou com os mesmos por longos anos. Em 1961, com o falecimento de seu pai Gilberto de Alencar, escritor e membro da “Família Associada”, Cosette considerada por muitos como a sua herdeira intelectual se vinculou profissionalmente ao grupo. Quando Cosette faleceu, em 10 de julho de 1973, tinha quinze anos de filiação ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais, onde “sempre estava presente, quando podia, às sessões e promoções sociais”.¹²⁴

A respeito de Cosette de Alencar, Christina F. Musse observa que ela era uma jornalista e escritora com as mesmas posições políticas de muitos intelectuais da cidade, sendo “respeitada, tanto pela esquerda quanto pela direita, e pode ser considerada como um marco do jornalismo diário de Juiz de Fora.”¹²⁵ Embora Cosette de Alencar seja apontada como uma jornalista, ela não se considerava uma profissional da área. Em uma das crônicas diárias, publicadas na coluna diária *Canto de Página* do *Diário Mercantil*, poucos meses antes de falecer, a cronista assim se definiu: “Quanto a mim, não me considero escritor, nem nunca considere: rabisco um pouco por desfastio, para ganhar um dinheirinho, mas não sou profissional. Nunca fui. Sou marginal, isto sim.”¹²⁶ Sobre seu trabalho na redação escreveu:

Nem mesmo me considero jornalista profissional, no bom sentido da palavra, embora tenha feito um pouco de tudo na redação em que trabalho: mas o jornal sempre me pagou, e continua me pagando, dentro de suas possibilidades. Eu lhe entrego minhas laudas semanais, ele me coloca na sua folha de pagamento. Mas, para mim, jornalista é ainda quem passa noite em claro revendo matéria, redigindo as últimas notícias, comungando com os acontecimentos, primeiros a deles tomar conhecimento e a deles dar comunicação... Eu acho assim.¹²⁷

Além da coluna *Canto de Página*, Cosette escreveu as colunas diárias *Suelto e Cravo e Canela*, ambas assinadas apenas por C.A., nos anos de 1960 e a coluna dominical *Rodapé*

mensagem de otimismo que sempre fiz, etiqueta social, postura, moda, sucessos musicais e internacionais e poesias’. A locutora da PRB-3 analisou o papel da mulher no rádio: ‘é essencial em todos os sentidos, desde o noticiário, para quebrar a rigidez da voz masculina, até ao comercial, anunciando certos produtos como, por exemplo, cosméticos. A mulher foi muito bem recebida no rádio local, e houve um entrosamento maior com o povo, pois o elemento feminino era quem mais ouvia rádio’.” Cf. O Rádio em JF. Uma história sem Ibope. O *Lince*, mar./abr. 1976, p. 9.

¹²³ Idem.

¹²⁴ MORREU ontem a escritora e jornalista Cosette de Alencar. *Diário Mercantil*, 11 jul. 1973, p. 8.

¹²⁵ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 151-152.

¹²⁶ ALENCAR, Cosette de. A propósito. *Diário Mercantil*, 20 abr. 1973. *Canto de Página*, p. 2.

Dominical, parte integrante do caderno *Arte e Literatura* desde 1954 até seu falecimento. Assinou também a coluna de crítica literária *Livros e Letras*, que substituiu *Às Quartas*, onde iniciou esse tipo de análise, muito solicitada por escritores de todo o país que enviavam obras para serem apreciadas pela colunista.

As crônicas de Cosette de Alencar retrataram o cotidiano, as férias, os finais de semana, suas angústias e frustrações (sobretudo por não ter saído de Juiz de Fora em direção a um centro cultural maior) e principalmente, suas lembranças. Os assuntos do momento estavam presentes nas suas crônicas, como na intitulada “O Grande Dr. Barnard” em que fez referência aos *Beatles*, a Roberto Carlos, aos *hippies*, ao dólar, à Guerra do Vietnã, à novidade do transplante de coração e à situação do Brasil “revolucionário” e concluiu:

Fora disso, as manchetes são todas para a doença do dólar, oficialmente reconhecido pelo presidente Johnson. Tudo indica que o tio Sam está querendo mais dólar não se sabe se para jogar mais bomba no Vietnam. E aqui no Brasil, a conclusão é uma só: a revolução de 64 abotoou o paletó. Para ela, nem a ciência do dr. Barnard bastaria. Não lhe faltou só coração, faltou-lhe também cérebro. Está mortinha da Silva, se é que chegou a viver.¹²⁸

A cidade de Juiz de Fora da infância e juventude de Cosette de Alencar proporcionou-lhe saudades, que a memória insistiu em trazer a tona. A matéria publicada por ocasião do falecimento da cronista relembrou trechos de uma entrevista concedida por ela, na qual expressou sua opinião sobre o passado e presente da cidade:

“Naquele tempo a cidade era realmente a Atenas Mineira. A imprensa de Juiz de Fora refletia este estágio cultural, e prova é que colecionadores de números antigos poderão, relendo, ver o pé em que as coisas andavam. Juiz de Fora foi uma cidade industrial. Ao lado do crescimento das fábricas, parece que a inteligência e a cultura floresceram também; hoje, porém sentimos que os dois declínios se verificaram simultaneamente, ela deixou de ser ao mesmo tempo, a Manchester e a Atenas.”¹²⁹

As transformações da cidade, que caminhava rumo ao desejado progresso chamaram a atenção de Cosette, que em muitos momentos criticou as interferências do governo municipal, pois não embelezavam Juiz de Fora. As demolições de velhos casarões, inclusive da casa onde nasceu que era localizada na Rua Marechal Deodoro (antiga Rua Imperatriz), foram retratadas pela cronista, que assim escreveu:

Agora, a casa também se vai... Tudo se vai. Vão construir no local um edifício de apartamentos, não sei de dezesseis ou vinte unidades. Centenas de pessoas irão morar onde moramos nós, quando éramos não mais de cinco, tendo ao nosso dispor

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ ALENCAR, Cosette de. O Grande Dr. Barnard. *Diário Mercantil*, 4 jan.1968. Canto de Página, p. 2.

¹²⁹ COSETTE, o retrato de uma época. *Diário da Tarde*, 11 jul. 1973, p. 2. Segundo a matéria a entrevista de Cosette de Alencar foi publicada no *Diário Mercantil* de 4 de abril de 1973, mas não consegui localizá-la.

toda aquela versão do paraíso, com quanto decorria da imensidão dos domínios em que reinávamos. Daqui a pouco é esta casa em que ainda moro que terá de enfrentar a mesma odisséia: é velha também, “demodée” inteiramente, com porão, quintal e um mundo de recordações. Que podemos fazer? Dar lugar aos que nos sucederão. O que nos consola é o pensamento de que, realmente, nosso mundo não pode ser destruído por nenhuma picareta: está em nós de maneira indestrutível.¹³⁰

Na crônica “Lembranças” do *Rodapé Dominical*, Cosette deixou fluir as imagens de sua infância, quando menina de nove anos, com os pés descalços, percorria as principais ruas da cidade para entregar encomendas para sua mãe. A cronista revelou que somente anos depois soube que os maços que levava para os Correios eram cópias de telegramas que sua mãe fazia para auxiliar seu pai no magro orçamento familiar. Cosette explicitou uma das estratégias encontradas por mulheres, como sua mãe Sophia, pertencentes ao que ela denominou de “classe média” para auxiliar o marido sem romper com a rotina de esposa, dedicada às tarefas domésticas.¹³¹ Ainda no mesmo texto, Cosette demonstrou tristeza, talvez motivada pela doença que a degenerava e atormentava:

Andei uns dias sentada, a olhar o tempo fluir: ia fundindo a cuca. Pois o tempo, sabidamente não flui, nós é que de manso nos vamos, minuto a minuto: mas bem pouco depois disso nos lembramos quando em plena faina. Bendita faina, bendito esquecimento o que nos proporciona: viver é esquecer, nada menos, nada mais. E agir, às vezes no vazio. Que tem isso? Viver é vazio. E não é mau.¹³²

A doença foi assunto da carta escrita por Cosette ao amigo Guima:¹³³

(...) Lutas antigas que, no momento, atingiram um ponto muito desagradável: uma bobageira na medula tirou-me a locomoção das pernas. Já pensou? Ficar sem andar é fogo. Mas eu não fiquei, recusei-me a ficar: depois de três ou quatro dias de imobilidade, obriguei a máquina a funcionar. Agora, arrasto-me de bengala, apoio-me às paredes, viro-me como posso. (...) Para dormir, tomo tranqüilizantes, e o faço pela primeira vez na vida. Em geral, sonho que estou brincando de roda com as meninas do meu tempo de menina. Salto, pulo, canto, volteio: acordo traumatizada, é fogo. Mas tudo isto irá passar, tenho a certeza. Então, pretendo nunca mais entrar em automóvel: quero aproveitar ao máximo as pernas. Bom mesmo é andar. O resto é conversa fiada. Você desculpe o desalinhavo desta, porque há mais de mês que não me sento à máquina. (...).¹³⁴

¹³⁰ ALENCAR, Cosette de. Demolições. *Diário Mercantil*, 2 e 3 out. 1966. Canto de Página, p. 2.

¹³¹ ALENCAR, Cosette de. Lembranças. *Diário Mercantil*, 17 e 18 set. 1972. Rodapé Dominical, p. 5

¹³² Idem.

¹³³ João Guimarães Vieira, o Guima, era artista plástico e editou o Caderno *Arte e Literatura* do *Diário Mercantil*. Cf. MUSSE, Christina F., op. cit., p. 28. Guima mudou-se para o Rio de Janeiro e mantinha correspondência com Cosette de Alencar, conforme informações obtidas em suas crônicas.

¹³⁴ ALENCAR, Cosette de. Carta a Guima. *Diário Mercantil*, 23 e 24 jul. 1972. Caderno de Domingo, p. 5. Em julho de 1972, a escritora Cosette de Alencar recebeu um prêmio das mãos do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho na Reitoria da UFJF. Na foto da solenidade, a cronista estava amparada e debilitada, mas com um sorriso. Cf. *Diário Mercantil*, 6 jul. 1972, p. 5.

A batalha contra a doença que a degenerava foi perdida por Cosette de Alencar aos 55 anos de idade, deixando um vazio na redação *Associada*, pois era uma cronista respeitada por seus colegas de trabalho e sempre alvo de comentários positivos, como o do colunista social Ameriko:

Essa nossa colega é um tipo pouco comum, com filosofia de vida divorciada da importância material das coisas, preferindo, em sua escala de valores, fixar-se na essência das coisas, naquilo que as pessoas são e não no que procuram ser. Escrevendo da mesma forma clara, cristalina, machadiana de Gilberto de Alencar, embora em estilo característico (...).¹³⁵

A trajetória de Cosette de Alencar, no *Grupo Associado*, foi marcante, sendo considerada uma cronista com apurados recursos na fixação do dia-a-dia mineiro de Juiz de Fora, pois suas crônicas narram não somente a história da cidade, mas a sua história, que está imbricada com a da cidade. Nascida em 1918, a matéria em sua homenagem reproduziu sua fala: – “Quando os canhões silenciavam na Europa, eu nasci.”¹³⁶ Portanto, Cosette testemunhou importantes transformações urbanas e mundiais. Nos seus textos publicados no *Diário Mercantil* relembrou o passado feliz, analisou o presente da cidade e do país e o seu (este com certa amargura) e o futuro que foi se tornando incerto com a doença que foi tirando-lhe os passos a partir de 1972. Era uma mulher que adotou toques de modernidade ao incorporar as gírias em seus textos, escritos com muita sobriedade e ao mesmo tempo com ironia. Os escritos de Cosette têm muito da autora, enquanto mulher madura e inserida no contexto do Brasil e de uma cidade interiorana.

Conforme constatou Cosette de Alencar em uma de suas crônicas do *Canto de Página* de 1971: “Juiz de Fora é muito distraída quanto àqueles que, aqui nascidos, galgaram os degraus da fama e da notoriedade em virtude apenas de seu valor intelectual”,¹³⁷ a extensa contribuição da autora é pouco lembrada na cidade. O nome da escritora foi dado a uma rua e a uma escola municipal, que cuida da inclusão de alunos com deficiência visual, porém muitos moradores na cidade se assustam ao saber que o nome Cosette é feminino.¹³⁸

¹³⁵ AMERIKO. Cosette de Alencar aponta. *Diário Mercantil*, 17 jun. 1972. Vozes da Cidade, p. 2.

¹³⁶ COSETTE, o retrato de uma época. *Diário da Tarde*, 11 jul. 1973, p. 2.

¹³⁷ ALENCAR, Cosette. O mais ilustre juizforano. *Diário Mercantil*, 3 jun. 1971. Canto de Página, p. 4.

¹³⁸ Cf. *Diário Mercantil*, 28 nov. 1973, p. 3. O prefeito Itamar Franco sancionou a lei que deu nome de Rua Cosette de Alencar a Rua L do Loteamento Edgard Quinet (atual Bairro Jardim Glória). A respeito do nome Cosette é o da menina da obra “Os Miseráveis” de Victor Hugo, escolhido certamente porque seu pai Gilberto de Alencar era um apaixonado pela literatura francesa. Após o falecimento da escritora, a família Alencar abriu a biblioteca, localizada na residência dos escritores, à visitação pública. Cf. OBRAS de Cosette e Gilberto serão mostradas por Alencar. *Diário Mercantil*, 30 jul. 1974, p. 1 e 8. ITAMAR visita biblioteca de Gilberto e Cosette de Alencar. *Diário Mercantil*, 5 dez. 1974, p. 3.

Ao contrário de Cosette de Alencar, professora formada na Escola Normal Oficial, que não teve formação acadêmica em comunicação, Margarida Miranda e Mariléa Ferreira, redatoras da página feminina *A Mulher e o Tempo*, se formaram no curso de Jornalismo da Fafile (Faculdade de Filosofia e Letras).¹³⁹ Em 1964, as duas assinaram reportagens como estagiárias no *Grupo Associado*, aparecendo em fotos nas quais entrevistavam personalidades da cidade.¹⁴⁰ No mesmo ano, a dupla estreou com a página *A Mulher e o Tempo*, no *Diário Mercantil*.¹⁴¹ A proposta das diretoras da página feminina foi explicitada na estréia:

Para nós esta função se reverteu em grande responsabilidade, impondo-nos automaticamente uma obrigação, que é a de levar até você, o nosso mundo feminino. Justamente por isso, em nossa página os assuntos girarão em torno de Moda, Culinária, Beleza, Decoração, Etiqueta, e muitos outros importantes, que interessam, prendem, fascinam a mulher de nossos dias, cujo desejo é estar constantemente bem informada e atualizada.¹⁴²

A carreira profissional de Margarida Miranda no jornal foi mais longa do que a de Mariléa Ferreira. Margarida assinou sozinha, até os anos 70, outras colunas diárias e páginas femininas que substituíram *A Mulher e o Tempo: Mulher, Só Mulher, Margarida, Mulher Especial, DM-Feminino*.

O perfil das colunas e das páginas femininas dirigidas por Mariléa Ferreira e Margarida Miranda ou somente pela última, que tratavam de assuntos como estilos de roupas, de maquiagem e de corte de cabelos, decoração, culinária, cuidados com as crianças e com o marido e outros nessa linha, distanciou-se do debate em torno de assuntos mais polêmicos do universo feminino em ebulição na época.

Os espaços destinados às colunas e páginas femininas no *Diário Mercantil* foram ocupados com matérias que se aproximaram dos padrões observados por Carla Bassanezi em revistas femininas publicadas no período de 1945 a 1964. A autora analisou o *Jornal das Moças* e a revista *Claudia*, voltadas para leitoras de classe média e percebeu que o tema da felicidade conjugal foi recorrente. O “toque ousado e ‘feminista’ à *Claudia*” foi dado por Carmem Silva, com artigos publicados a partir de 1963.¹⁴³

¹³⁹ Cf. *Diário Mercantil*, 21 dez. 1965, p. 1. O jornal noticiou a formatura de Margarida Miranda e Mariléa Ferreira com fotografias e um pequeno texto, mas sem título.

¹⁴⁰ Cf. MEIO milhar de novas sedes para educandários gratuitos em MG. *Diário da Tarde*, 25 jan. 1964, p. 4.

¹⁴¹ O *Diário Mercantil* dedicou espaços ao público feminino: em 1960 circulou a coluna *Presença Feminina* dirigida Antonieta Bastos e em 1963, a *Página Feminina* com várias autoras. O suplemento *Júnior (JR)*, que começou a circular em 1970, voltado aos leitores jovens, contou com a página *Voga* assinada por Jane, Jeanete e Lúcia com assuntos de interesse das moças, com destaque para a moda.

¹⁴² ENQUANTO o Mundo Gira... Nós Conversamos. *Diário Mercantil*, 3 e 4 mai. 1964. *A Mulher e o Tempo*, p. 12.

¹⁴³ BASSANEZI, Carla. “Revistas Femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)”. In: *Cadernos Pagu*. n. 1, 1993. pp. 111-148. p. 112 e 116.

A matéria com o título “O que você pode fazer para que ele goste de você” exemplifica o discurso assumido pelas diretoras da página *A Mulher e Tempo*. Na referida matéria, são apresentadas dicas de maquiagem e de vestuário, que deveriam ser observadas para evitar extravagâncias, pois “toda mulher deve saber ‘interpretar’ a moda, adaptá-la ao seu tipo, e não aceitá-la passivamente.”¹⁴⁴ Na mesma página, o texto “Os homens são ‘conformistas’ por isso nada de extravagâncias” as jornalistas aconselham:

A primeira regra a não ser esquecida, para evitar erros desagradáveis, é fazer um atento e profundo exame de caráter dele, e partindo disso procurar uma forma de compreensão. Considere que, geralmente, os homens são muito mais conformistas do que as mulheres; mesmo se às vezes gostam de uma roupa ou de um penteado nas “outras” nem sempre gostam que a “sua” companheira chame demais a atenção dos outros.¹⁴⁵

Finalizando a página na qual predominaram os conselhos às mulheres de que a cautela, discrição e o bom senso eram necessários, o texto: “Antes de fazer um vestido pergunte-se: ele gostará?” reforça a idéia da necessidade do sacrifício feminino em prol da felicidade masculina. Aconselhou o texto:

Você já se perguntou por que, às vezes, o seu “ele” a recebe com um sorriso pouco agradável quando você chega a um encontro, alegre e excitada, após longo e fatigante trabalho, diante do espelho? A resposta é simples: você contrariou alguma das suas regras de bom gosto. Faça então um pequeno sacrifício, renuncie, em troca de um sorriso satisfeito e orgulhoso, às pequenas extravagâncias que tanto lhe agradam.¹⁴⁶

As matérias que homenagearam personalidades femininas na página *A Mulher e o Tempo*, salvo raras exceções, destacaram mulheres que exerciam as chamadas “profissões femininas”, aquelas que realizavam trabalhos filantrópicos ou as que se destacaram como esposas dedicadas de homens de relevo, como Dona Maria Mourão, mulher do General Olympio Mourão Filho.

Nos anos de 1970, as colunas e páginas femininas organizadas por Margarida Miranda, continuaram mantendo o mesmo padrão temático da página *A Mulher e o Tempo*.

No Suplemento dominical *Arte e Literatura* a colaboração feminina foi importante, sendo destaque a coluna *Rodapé Dominical*, com crônicas de Cosette de Alencar.¹⁴⁷ Nesse

¹⁴⁴ O que você pode fazer para que ele goste de você. *Diário Mercantil*, 4 e 5 set. 1966, *A Mulher e o Tempo*, p. 12.

¹⁴⁵ OS homens são “conformistas” por isso nada de extravagâncias. *Idem*.

¹⁴⁶ Antes de fazer um vestido pergunte-se: ele gostará? *Ibidem*.

¹⁴⁷ Na coluna “*Rodapé Dominical*” Cosette de Alencar publicou além de crônica, sua obra “*Diário de Ana*”, que não chegou a ser lançado em formato de livro. O único livro lançado por Cosette de Alencar foi “*Giroflê Giroflá*”, em 1971. Sobre o “*Diário de Ana*” cf. OLIVEIRA, Elza Reis de. *Ficção e Memória em Diário de Ana, de Cosette de Alencar*. Dissertação de Mestrado/Letras. Juiz de Fora: CES – Centro de Ensino Superior, 2006.

caderno do *Diário Mercantil* conviviam opiniões femininas divergentes. A respeito da contribuição das mulheres no suplemento dominical Crhistina F. Musse observa:

Apesar de em menor número, as mulheres também são publicadas no *Arte e Literatura*. Neste caso, além dos versos já “respeitados” pela cultura oficial da cidade, representada, por exemplo, por Cleonice Rainho, há autoras novas, que participam das reuniões do núcleo de simpatizantes do PCB de Juiz de Fora. Nesses encontros, debate-se política e arte. No último caso, muitas das polêmicas são construídas à sombra de conceitos defendidos pelo pensador húngaro Georg Lukács, um dos importantes filósofos marxistas da época. O poema de Maria Nazaré Carvalho (Larocca), publicado em 1967, é exemplo dessa estética defendida à época, no grupo cujo líder era José Paulo Netto.¹⁴⁸

A atmosfera da redação, na ótica de uma jornalista, foi captada por Crhistina F. Musse na entrevista com uma profissional que atuou no *Diário Mercantil*:

De acordo com a jornalista Cida Andreola, que trabalhou no DM de 1971 a 1980, “uma redação antiga era uma redação barulhenta, sentia-se [sic] barulho de máquina de escrever, você sentia [sic] o grito das pessoas, hoje, na era do computador, todo mundo tem que ficar quietinho, está dentro do ar condicionado...você não pode fumar, entendeu”?¹⁴⁹

O ritmo da redação onde as máquinas de escrever reinavam não existe mais, conforme analisou a jornalista Cida. Também não existem mais as redações do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde*. O jornalista Wilson Cid entrevistado por Christina F. Musse relembrou que em novembro de 1983, quando os jornais encerraram suas atividades na cidade: “As mulheres, já então quase maioria na Redação, foram as primeiras a chorar.”¹⁵⁰ As mulheres do *Diário Mercantil* choraram o fim do jornal e de uma era de 70 anos de jornalismo, pois o fechamento dos dois diários do *Grupo Associado* deixou uma lacuna na imprensa juizforana e esfacelou a “Família Associada”, que havia se alicerçado com a contribuição feminina. De mulheres tidas como conservadoras, modernas, de vanguardas... De Cosette, Margarida, Mariléa, Ymah, Cleonice, Alda, Cida, Maria Nazaré...

¹⁴⁸ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 170.

¹⁴⁹ Idem, p. 148-149.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 157.

CAPÍTULO 2 - AS BRAVAS GUARDIÃS DOS LARES E DA PÁTRIA

De repente, a roda passou a girar rápido demais, animada por redemoinhos imprevistos, que a faziam parecer descontrolada. (...) Quando estourou o golpe, um silêncio de final de mundo pareceu baixar pela cidade. Lembrava-me os dias de Sexta-Feira Santa em Palmas, em que um horror ancestral, vindo das entranhas do mundo, pairava sobre as ruas. O golpe deixou a cidade muda. (Rachel Jardim. *O Penhoar Chinês*, p. 144.)

2.1. AS “SENHORAS DEMOCRATAS” EM AÇÃO

A imprensa juizforana, em reportagens destacou o epíteto dado a Juiz de Fora em alusão ao movimento golpista comandado pelo General Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª. Região Militar, sediada na cidade: “Capital Revolucionária”.¹ Enquanto a historiografia relativa ao golpe de 1964 destaca a figura do general Mourão Filho, a participação feminina no mesmo nem sempre é lembrada. A “invisibilidade” das “senhoras democratas” de Juiz de Fora abre espaço para questionamentos: Como as mulheres juizforanas se posicionaram em relação à defesa da Pátria brasileira ameaçada pelo comunismo? Quem eram essas mulheres? Quais as estratégias de luta que utilizaram?

Através da leitura de jornais e revistas do início dos anos de 1960 percebe-se que um suposto “inimigo” identificado como o “comunismo” se constituía em uma ameaça rondando a liberdade brasileira e deveria ser extirpado do seio da sociedade. Sobretudo nos periódicos editados pelo Grupo dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, considerado como anti-Jango e anticomunista, esse discurso foi ampla e claramente adotado.

Em meio aos discursos anticomunistas proferidos pela imprensa, os estrategistas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) criado com o propósito de desestabilizar o governo João Goulart utilizaram “valores internalizados na população” e considerados sagrados como a defesa da família e da religião para arregimentar os setores médios na luta contra o “comunismo ateu”, que ao extinguir as classes sociais traria a proletarianização, o esfacelamento dos lares e a destruição dos valores cristãos.² Assim, amparado no tripé “Deus,

¹ De acordo com a revista *O Lince*, as emissoras locais deram os seguintes cognomes a Juiz de Fora “Capital da Democracia” e “Capital Revolucionária do Brasil”. Cf. ROTEIRO da Revolução. *O Lince*, abr. 1964, p. 2.

² ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe - 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001. p. 13. SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 64*. Belo Horizonte, UFMG, 1983. p. 36-37. Sobre a grafia Ipês Denise Assis a prefere em detrimento de IPES, porque o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais tomou como sigla o nome da árvore originária das matas brasileiras. Além do mencionado trabalho, vários outros se debruçaram sobre o tema: SIMÕES, Solange de Deus, op. cit.. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

Pátria e Família” o Ipês traçou a sua estratégia de arregimentação e de ação principalmente junto às donas-de-casa e mães de famílias, transformadas em baluartes de defesa desses valores.³

Nesse contexto, foi fundada a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), que surgiu em 12 de junho de 1962, em Ipanema, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, na sala de jantar da casa da professora primária aposentada dona Amélia Molina Bastos, com o objetivo de defender a pátria e a família do mal – o comunismo. A idéia da CAMDE espalhou-se originando grupos femininos com denominações diferentes, mas propósitos iguais em diversos estados do Brasil: a UCF (União Cívica Feminina), em São Paulo; a LIMDE (Liga da Mulher pela Democracia), em Belo Horizonte, a Ação Democrática Gaúcha, no Sul; o Movimento Cívico Cearense, no Ceará e a Cruzada Feminina de Pernambuco, no Nordeste.⁴

A construção do discurso anticomunista calcou-se, como observa Solange de Deus Simões, em informações “distorcidas ou simplistas”, uma vez que os grupos femininos tratavam o comunismo e o socialismo como “doutrinas”, que tinham o objetivo “de subverter a moral, eliminar a religião e separar os pais dos filhos” e não como sistemas políticos e econômicos, ou seja, formas alternativas de organização social.⁵ Portanto, as participantes da CAMDE e suas congêneres: “Identificavam o nacional-reformismo como o primeiro passo para a instauração do comunismo no Brasil, ou seja, no seu entender, a desagregação da família, a perda da pátria e eliminação dos bons costumes, da moral e da religião.”⁶

Em Juiz de Fora as ações da CAMDE iniciaram-se em 1962, como atesta o noticiário: “já há um departamento do ‘Movimento da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia’. Senhoras e senhoritas de todas as classes sociais estão trabalhando infatigavelmente, em favor da democracia”.⁷ O movimento feminino juizforano organizou palestras anticomunistas no Colégio Stella Matutina voltadas a “todos os interessados num

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos infiáveis e o Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1986. PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. CORRÊA, MARCOS. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o Ipês (1962/1963)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005.

³ ASSIS, Denise, op. cit., p. 36-37.

⁴ Idem, p. 53-55. A pluralidade de denominações dos grupos femininos foi explicada por Denise Assis: a idéia inicial do Ipês era fundar uma entidade da CAMDE em cada estado, mas seguindo a concepção de sociólogos e antropólogos colaboradores da entidade a estratégia foi alterada. O mais cauteloso seria criar em cada estado uma organização com sigla diferente, em caso do fracasso do movimento, o uso de uma única denominação as tornariam alvos fáceis de perseguição. Vale ressaltar que a LIMDE teve como diretora uma juizforana: Lydia Magon Villar, “filha de uma família tradicional da região, educada dentro dos valores que compõem o universo ideológico da ‘mineridade’”. Cf. STARLING, Heloísa Maria M., op. cit., p. 158.

⁵ SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 55 e 85.

⁶ Idem, p. 85-86.

Brasil livre e próspero”.⁸ Em uma das palestras proferida pelo General Neiva, “conhecido pelas suas atitudes realmente democráticas” a CAMDE deu “seqüência ao seu plano de esclarecimento e formação da opinião pública”.⁹ Outra conferência com o objetivo de mostrar aos “homens e mulheres de todas as camadas sociais”, o que seria o comunismo, organizada pelas “senhoras democratas”, ficou a cargo do Padre Wilson Valle da Costa.¹⁰

As senhoras lutavam para que o Brasil não viesse a “sentir os dramas vividos na Hungria, em Cuba e em outros países dominados pelos regimes de força”.¹¹ A atuação das senhoras e senhoritas da CAMDE em Juiz de Fora sintonizava com o que estava ocorrendo em várias partes do país: “Nos grandes centros principalmente no Estado da Guanabara, essas organizações democráticas femininas têm obtido excelentes resultados em sua nobre tarefa, que é a de preservar as liberdades humanas.”¹²

As mulheres da CAMDE tiveram papel atuante nas eleições de outubro de 1962. Uma das estratégias do grupo feminino incluiu o uso de imagens de crianças associadas a textos, o que para Solange de Deus Simões “representava bem os movimentos femininos que, segundo elas, se baseavam na ‘responsabilidade dos pais para com os filhos’”.¹³ Em Juiz de Fora os artigos que convocavam para as reuniões no Colégio Stella Matutina, foram ilustrados com a imagem de um menino tendo abaixo a frase em letras manuscritas: “Papai Vote num democrata para que eu continue livre amanhã” e no alto outra frase em fontes maiúsculas: “A MULHER BRASILEIRA EM DEFESA DA DEMOCRACIA”.¹⁴ **(Anexo 5)**

⁷ MOVIMENTO feminino em favor da Democracia. O departamento de Juiz de Fora promove hoje uma conferência no Colégio Stella Matutina. *Diário Mercantil*, 20 set. 1962, p. 6.

⁸ O Colégio “Stella Matutina”, das irmãs missionárias “Servas do Espírito Santo”, completou em 1962, o sexagésimo aniversário das irmãs em Juiz de Fora. Escola particular tradicional, na formação de alunos da elite local, funciona até os dias de hoje. Sobre o colégio em 1962 ver: coluna *Aos sábados* de Paulo Japyassu, *Gazeta Comercial*, 15 set. 1962, p. 1.

⁹ MOVIMENTO feminino em favor da Democracia. O departamento de Juiz de Fora promove hoje uma conferência no Colégio Stella Matutina. *Diário Mercantil*, 20 set. 1962, p. 6.

¹⁰ A mulher brasileira em defesa da democracia. *Diário Mercantil*, 30 set. 1962 e 1 out. 1962, p. 6. O palestrante, muito conhecido e estimado na cidade, era o capitão-capelão da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora e tinha um programa radiofônico na PRB-3, emissora do Grupo dos Diários Associados. O programa de Padre Wilson tinha grande audiência e entrava no ar às 18 horas, com a Ave-Maria e em seguida iniciava a apresentação dos Problemas da Vida, com a saudação: “Meu ouvinte, meu amigo”. O padre tinha um “discurso popular, de fácil acesso às grandes massas, bem ao estilo da emissora” e dava conselhos espirituais, resolvia problemas e confortava a população, sempre de forma bem-humorada. Cf. COSTA, Mari Angela Herédia da. *PRB-3: Meu ouvinte, meu amigo – A história do Padre Wilson Valle da Costa*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2003. p. 31-33.

¹¹ A mulher brasileira em defesa da democracia. *Diário Mercantil*, 30 set. 1962 e 1 out. 1962, p. 6.

¹² MOVIMENTO feminino em favor da Democracia. O departamento de Juiz de Fora promove hoje uma conferência no Colégio Stella Matutina. *Diário Mercantil*, 20 set. 1962, p. 6. MOVIMENTO feminino em favor da Democracia. O departamento de Juiz de Fora promove hoje uma conferência no Colégio Stella Matutina. *Diário da Tarde*, 20 set. 1962, p. 3. Os dois jornais publicaram o mesmo artigo na mesma data.

¹³ SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 73.

¹⁴ MOVIMENTO feminino em favor da Democracia. O departamento de Juiz de Fora promove hoje uma conferência no Colégio Stella Matutina. *Diário Mercantil*, 20 set. 1962, p. 6.

Outra estratégia da CAMDE consistiu na indicação de nomes de “bons candidatos” e em campanhas contra aqueles do alinhamento nacional reformista, ou seja, os considerados inimigos da democracia.¹⁵ A CAMDE em Juiz de Fora indicou nomes de candidatos confiáveis aos eleitores, atitude que provocou indignação do redator de *O Lince*, que publicou uma matéria onde denunciou que o secretário da revista Adail de Oliveira, adepto da Doutrina Espírita, teve seu nome vetado pelas “senhoras democratas”.¹⁶ No entanto, “nas vésperas do pleito surgiu na cidade um manifesto oriundo de um grupo católico que se intitula ‘A Mulher Brasileira em Defesa da Democracia’”, que constava de 39 nomes de candidatos à Câmara Municipal, incluindo o de Adail de Oliveira.¹⁷ O documento era uma prova de que o candidato não era um anticristão, afinal o movimento era “conhecido em quase todo o país, onde, secretamente relaciona os nomes dos candidatos a cargos eletivos, indicando-os ao povo”.¹⁸

O candidato Adail de Oliveira foi bem votado para o cargo de vereador, mas não conseguiu ser eleito. Também não conseguiu eleger-se para uma cadeira na Câmara Municipal a candidata ligada à CAMDE, a poetisa e diretora do Museu Mariano Procópio Geralda Ferreira Armond Marques, pelo PSD, que fez uma campanha eleitoral de visibilidade, com a publicação de textos e fotos no jornal *Gazeta Comercial* e a distribuição de “santinhos”.¹⁹ A outra mulher que concorreu à vereança nesse pleito, Mariana de Almeida, telefonista, pelo PTB, igualmente não foi eleita.²⁰

Quem eram as senhoras e senhoritas que participaram da CAMDE em Juiz de Fora? Raramente seus nomes apareciam nas reportagens, que se referiam a elas com expressões como “senhoras democratas” ou “nobres senhoras”. Seria uma estratégia da CAMDE, tão cautelosa quanto a um possível fracasso do movimento? Certamente. Em suas lembranças de

¹⁵ SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 72-73.

¹⁶ A Mulher Brasileira em Defesa da Democracia. *O Lince*, jan. 1963, p. 10.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem. O sr. Adail foi consultado sobre a perseguição que sua candidatura sofreu em 1962. Ele me informou que a sua família sempre foi alvo de preconceito por alguns setores da cidade adeptos do catolicismo mais arraigado. O seu pai, Jesus de Oliveira, fundador do *O Lince*, foi vítima de sermões de padres que pediam aos fiéis que não comprassem a revista considerada pelos religiosos como de orientação Espírita. Para contornar tal situação o sr. Jesus fundou o periódico *O Médium*, voltado exclusivamente a temas espíritas. O sr. Adail acredita que um fator que contribuiu negativamente na sua campanha de 1962 foi ter um homônimo concorrendo: Adahil Lopes Vasconcelos, que conseguiu eleger-se vereador. Agradeço a gentileza do sr. Adail em ter conversado comigo durante horas, na Biblioteca Municipal Murilo Mendes (22 de agosto de 2007) sobre a sua campanha em 1962 e suas lembranças dos anos de 1960 e 1970, enquanto secretário e editor do *O Lince*.

¹⁹ Cf. *Gazeta Comercial*, 30 set. 1962, p. 3.

²⁰ ASSIM é a política no Brasil: dos 164 candidatos à vereança em Juiz de Fora fazem parte homens capazes, mas também verdadeiras nulidades. *Diário Mercantil*, 4 out. 1962, p. 5 e 6. Idem no *Diário da Tarde*, 4 out. 1962, p. 5 e 6.

1964, elaboradas dez anos depois, Geralda Ferreira Armond Marques falou do grupo feminino na cidade, mencionando nomes das senhoras que dele participaram:²¹

Antes da Revolução, a CAMDE já existia, tendo nascido no Rio de Janeiro, dirigida pela senhora Amelinha Bastos. Em Juiz de Fora, ela foi presidida pela senhora Maria Nery (Cotinha) e após a revolução, por Graziela de Carvalho Moura.

(...)

Entre as milhares de juizforanas que tanto contribuíram para a concretização do movimento revolucionário, d. Geralda Armond, esforçando-se para lembrá-los, citou os nomes de Maria Mourão, Graziela de Carvalho Moura, Gauchita Fassheber, Antonieta Ludorf de Mello, Maria Nery, Edy Weiss, Nieta Brochado, Lonir Timponi Correa, Ilva Ludorf Reis, Ruth Melo Mendonça, Wanda Alves Toulouis, Emengarda Belfort Arantes, Nialva Caruso Lins, Hilda Mattos, Thereza Olga Armond, Terezinha Tortoriello, Maria Carvalho, Neide de Souza, Maria Aparecida Nery, Maria José Villela de Andrade, Aracy Tavares, Margarida Armond Reichmanis, Oneida Werneck, Maria Salim, Leontina Arlota [sic] Pereira, Lygia Armond, Estes [sic] Bastos, Edméa Valle da Costa Pinto, Celina Braga Dias e Vilma.²²

Os nomes mencionados são de mulheres que na época desfrutavam de prestígio social, pois eram primeiras-damas (Nialva Caruso Lins, da vizinha cidade de Simão Pereira e Maria José Villela de Andrade, de Juiz de Fora), esposas de militares, empresários e políticos da região; sendo que muitas atuavam em entidades filantrópicas o que lhes rendia capital simbólico, ou seja, prestígio e distinção.²³ Dona Geralda lembrou as participações de suas irmãs: Thereza, Margarida e Lygia.

As mulheres da CAMDE e congêneres representaram força política fundamental na crise do governo João Goulart, pois “elas inauguraram um novo estilo de atuação política para as mulheres, ao se engajar em atividades ostensivas e, às vezes, até mesmo agressivas, em praça pública”, conclui Solange de Deus Simões.²⁴ Qual foi esse estilo inaugurado pelas “senhoras democratas” da CAMDE?

No momento conturbado da política brasileira de crise do governo Jango, as mulheres (donas-de-casa, mães de família, primeiras-damas, esposas e filhas de militares), identificadas com um comportamento politicamente passivo, mas de “rainhas” de seus lares, surgiram no cenário público reivindicando e adotando atitudes até mesmo radicais. Ao se tornarem “protagonistas de atividades políticas”, essas mulheres não romperam com seu

²¹ Geralda Ferreira Armond Marques era descendente da Baronesa de Sant’Anna, portanto membro de uma família da elite local. Dona Geralda assumiu a direção do Museu Mariano Procópio atendendo a um pedido de seu primo, Alfredo Ferreira Lage, criador e organizador do museu. Ela dirigiu o museu de 1944 (ano do falecimento de Alfredo) até 1980 (ano de seu falecimento). Atuou como poetisa, escreveu para o *Diário Mercantil*, participou ativamente de várias atividades culturais e filantrópicas.

²² A mulher juizforana também deu o exemplo, fazendo a Revolução. *Diário Mercantil*, 28 mar. 1974, p. 8.

²³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 134-135 e 145.

²⁴ SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 9-10.

comportamento feminino de “mães” ou “donas-de-casa”, dispostas a defenderem de todas as formas possíveis os seus “filhos” e “lares” ameaçados.²⁵

A “casa” (o país) estava fora de “ordem” e as senhoras - mães de família – eram as indicadas para pôr “ordem na casa”. Solange de Deus Simões ao analisar a tentativa de convencimento de senhoras cariocas pelo Frei Leovegildo, retirou do Histórico da CAMDE a fala do religioso: “a situação era terrível e os homens não poderiam fazer nada porque estavam fracassados mas a mulher podia, porque era uma força nova de grande influência.”²⁶ Nesse contexto, a autora observa que os homens – empresários, militares, políticos, padres:

apelavam às mulheres não enquanto cidadãs, mas enquanto **figuras ideológicas santificadas como mãe. Não promoviam uma participação política das mulheres em condições de igualdade com os homens.** Ao invés disso, resgatavam para a mulher militante a “**mística feminina**” com todas as características sensitivas e emocionais que eram atribuídas ao “segundo sexo” e não racionalidade que se pressupunha guiar a ação política dos homens. (...) (...) que incentivavam e promoviam a participação das mulheres de sua família – esposas, irmãs ou filhas – na ação política, contavam com que elas conseguissem movimentar a opinião pública, sensibilizando as Forças Armadas para “pôr ordem na casa”. A “**mulher-dona-de-casa**” **que respeitava, no lar, à autoridade do chefe da família, deveria, enquanto mulher-cidadã, procurar a autoridade no Estado** – autoridade que residia principalmente no seu braço armado.²⁷ [Grifos meus].

De acordo com a análise de Solange de Deus Simões, as mulheres teriam seu apelo ouvido por serem mães e por deterem a “mística feminina”, que lhes conferia um sexto sentido aguçado, além de serem dotadas também da teimosia. Ao valerem-se da “mística feminina” os homens assumem o “fracasso” e desgaste político da imagem masculina, associada à “interesses” e “cálculos políticos”. A presença feminina na política, ao contrário era “fruto da ‘pureza’, ‘espontaneidade’ e ‘honestidade’.”²⁸

Com relação à questão da propalada manipulação das mulheres que participaram da CAMDE e congêneres pela elite ipesiana, Janaína Martins Cordeiro aponta a necessidade de compreensão da adesão de expressivos segmentos organizados da sociedade à causa do Ipês.²⁹ A autora considera importante na análise da adesão social, a complexidade dos comportamento coletivos, isto é, a questão da lógica material e da lógica simbólica, portanto, entender o conceito de opinião pública como um “fenômeno coletivo”.³⁰ Dessa forma,

²⁵ Idem, p. 9.

²⁶ Ibidem, p. 39.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem, p. 43.

²⁹ CORDEIRO, Janaína Martins. “A Nação que se salvou a si mesma”. *Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008. p. 89.

³⁰ Idem.

questiona as interpretações de René Dreifuss e Solange de Deus Simões, nas quais as mulheres não agiam como cidadãs:

Como pudemos perceber, existiam de fato ligações relativamente estreitas entre a CAMDE e o IPES. No entanto, admitir estas relações não significa supor que as mulheres passaram a agir no espaço público porque manipuladas pelos homens. Estes sim, capazes de se organizarem politicamente, diferentemente das mulheres, cuja organização dependeria da *instrumentalização* por parte dos maridos ou padres. Em última instância, esse tipo de leitura – assumido por alguns autores – corrobora, mais uma vez, com a visão de segmentos conservadores da sociedade. Dessa vez com relação aos papéis que deveriam ser desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Assim, ao afirmar que as mulheres se organizaram politicamente porque manipuladas pelos homens, essa interpretação confirma que o lugar dos homens é na esfera pública e às mulheres, destina-se o mundo privado.³¹ [Grifo no original].

Em Minas Gerais, a “mística feminina” ganhou identidade própria e “encharcou-se por assim dizer de ‘mineiridade’”, segundo Heloísa Starling.³² Para a autora: “As mulheres mineiras se expressaram politicamente e, em primeiro lugar, como mães e donas **de casa mineiras**, e como mães e donas **da casa mineira**, isto é, enquanto guardiãs dos valores tradicionais e ‘intocáveis’ das Minas Gerais.”³³ [Grifos no original]. Em defesa “da casa mineira” as mulheres de Minas Gerais resgataram heroínas, que povoavam o universo simbólico e mitológico da “mineiridade”, lastreando dessa forma suas ações no papel de protagonistas de atividades políticas.³⁴ A “face feminina do ‘espírito de Minas’” estava na figura ativa de Bárbara Heliadora, que reúne “simbologia dupla”, no entender de Heloísa Starling, pois³⁵

Se, por um lado, o romantismo se mescla à manutenção de valores tradicionais de família e do ambiente doméstico, por outro lado surge a face dramática da coragem individual e da disposição de partilhar intensamente do sonho utópico de liberdade, que consistiu no principal legado da Inconfidência Mineira.³⁶

No discurso elaborado por Geralda Ferreira Armond Marques, principal porta-voz do grupo da CAMDE juizforano, os elementos de justificação ideológica para as mobilizações em Minas Gerais, a saber, a “mística feminina” e a apropriação simbólica de heroínas femininas que expressaram no passado a “mineiridade”, estiveram presentes. Em um de seus textos publicado no *Diário Mercantil* a poetisa se expressou dessa forma:

Quanta beleza encerrou a Parada Democrática de quarta-feira última, em que a Mulher foi o porta estandarte dos ideais cívicos, escrevendo mais uma página na

³¹ Ibidem, p. 92.

³² STARLING, Heloísa Maria M., op. cit., p. 154.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 155.

³⁵ Ibidem.

³⁶ Ibidem, p. 155-156.

história mineira, onde a bravura feminina fulgura como estrela de primeira grandeza...
 Oh Heliadora! Oh Marília de Dirceu! Oh Redentora! Aqui estamos nós brasileiras,
 na continuação de teus exemplos, a favor da liberdade!
 Liberdade ainda que tardia, por ti morreremos se preciso for.³⁷

A representação elaborada por Geralda Armond das mulheres que saíram às ruas em 1964 como autênticas heroínas, pois estavam dando continuidade aos exemplos femininos do passado histórico, foi por ela mantida. Em 1974, a poetisa reforçou que

desde as bravas índias, nomes femininos já eram destacados em defesa do solo brasileiro, e que por isso, passaram às páginas da História do Brasil: Bárbara Heliadora, Maria Quitéria, Soror Angélica, Leopoldina, Isabel, Ana Nery, consideradas verdadeiras heroínas da liberdade.³⁸

A presença de Geralda Armond na ação contra a disseminação do comunismo em Juiz de Fora foi fundamental. Segundo Joanice Gonçalves da Costa:

Três pessoas se destacaram na preparação ideológica, na criação de uma mentalidade anticomunista na cidade: a poetisa Geralda Armond Ferreira Marques, diretora do Museu Mariano Procópio; Padre Wilson Valle da Costa, um conhecido capelão militar e apresentador de um programa radiofônico e, como figura de apoio, o arcebispo Dom Geraldo Maria de Moraes Penido. Estas pessoas se destacaram pelo seu notório reconhecimento público e, conseqüentemente pela sua capacidade de convencimento das massas, principalmente por utilizar símbolos próprios do catolicismo no discurso político.³⁹

As senhoras da CAMDE e suas congêneres em todo o Brasil estavam ideologicamente preparadas para o combate contra as forças “comunizantes”. Mas foram as mulheres da LIMDE, de Belo Horizonte que lançaram a “arma anticomunista” que faltava: o terço. As palavras atribuídas ao presidente João Goulart, em referência às velas das cariocas e aos terços das mineiras, de que “os terços e a macumba da Zona Sul não teriam poder sobre ele”, trouxe mais força ao objeto religioso transformado em “arma-símbolo” no combate ao comunismo na “Cruzada do Século XX” travada contra “novos infiéis”.⁴⁰

A atuação da LIMDE na capital mineira foi decisiva na ocupação do auditório da Secretária da Saúde, local onde a FMP (Frente de Mobilização Popular) e o Comando Estadual de Trabalhadores organizaram uma concentração para a defesa das reformas de base, sendo Leonel Brizola o principal orador. A platéia foi totalmente tomada por mulheres da LIMDE e o palco foi ocupado por um grupo composto por nove senhoras e um padre que

³⁷ ARMOND, Geralda. Crônica. *Diário Mercantil*, 15 mar. 1964, DM na Sociedade, p. 3.

³⁸ 10 anos de Brasil grande (4). A mulher juizforana também deu o exemplo, fazendo a Revolução. *Diário Mercantil*, 28 mar. 1974, p. 8.

³⁹ COSTA, Joanice G. *ENTRE CRISTO E BARRABÁS: A Ordem Dominicana na crise do Governo João Goulart*. Dissertação de Mestrado, Ciência da Religião, Juiz de Fora: UFJF, 2004. p. 99.

munidos de terços, velas e imagens o transformaram em “‘altar’ para exorcizar o anticristo Brizola”. O chefe da polícia recusou-se a retirar o grupo do palco, mas os organizadores agiram, o que provocou um grande tumulto.⁴¹

A repercussão do episódio de Belo Horizonte em todo o país foi grande, sendo as mulheres mineiras “armadas” com seus terços, apresentadas como modelos de coragem e fé e exemplos a serem seguidos.⁴² O *Diário Mercantil* noticiou as ações da LIMDE destacando os incidentes da capital.⁴³ As fotos do tumulto de Belo Horizonte foram estampadas no jornal e “as cenas de pugilato (...) no palco”, que impediram a realização do comício foram narradas em detalhes, evidenciando a participação “de senhoras de nosso ambiente católico”, que usaram suas sombrinhas contra os “esquerdistas”.⁴⁴ No lado de fora, a reportagem constatou uma presença feminina diferente daquelas que ocuparam o palco do auditório, era:

Uma moça, de bela aparência, que frequenta rodas esquerdistas, também foi atingida com uma pedrada na face. À reportagem associada, não quis ela revelar seu nome, limitando-se a estas palavras: “Ah! Isto não foi nada... é apenas o começo da revolução”. A outra pergunta da nossa reportagem sobre sua presença bem no centro da confusão, sendo tão jovem, ainda, respondeu de maneira indelicada, proferindo mesmo termos de baixo calão. A seu lado, aflita, sua mãe lhe solicitava que se calasse.⁴⁵

A reportagem valorizou as senhoras que em nome da “democracia” ocuparam o palco que deveria ser usado por um grupo de “extremistas” utilizando sombrinhas contra os inimigos comunistas, mas desqualificou a jovem simpatizante das idéias esquerdistas, pois apesar de ser bela, utilizava palavras de baixo calão para expressar-se.

Assim, quando irrompeu o ano de 1964, as “senhoras democratas” da CAMDE, LIMDE, UCF e demais grupos femininos do país já estavam armados ideologicamente e simbolicamente e entraram em cena como protagonistas no cenário político em atos de repúdio ao comunismo e nas famosas Marchas que precederam ou sucederam o 31 de março de 1964.⁴⁶

⁴⁰ SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 78 e 93.

⁴¹ Idem, p. 76-77.

⁴² Ibidem, p. 78. Cf. COSTA Porto. Mulheres Mineiras. *Diário Mercantil*, 11 mar. 1964, p. 2.

⁴³ BRIZOLA responsável pela atrocidade contra o povo de BH. *Diário Mercantil*, 26 fev. 1964, p. 1.

⁴⁴ GOVERNO de Minas adotará providências para assegurar as liberdades públicas. *Diário Mercantil*, 27 fev. 1964, p. 1. MINAS repudia Brizola e o comunismo. Idem, p. 6.

⁴⁵ Idem, p. 6.

⁴⁶ Os militares optaram por comemorar o dia da “Revolução” de 1964 em 31 de março, por ser o 1º de abril considerado o “Dia da Mentira” no Brasil. Na visão do grupo dos militares golpistas, um dia importante não poderia tornar-se motivo de piadas. O presente trabalho seguirá os jornais e as festividades do período, onde as comemorações se concentravam em 31 de março, portanto será adotada essa data como emblemática para o movimento de 1964. Cf. CARVALHO, Alessandra y CATELA, Ludmila da Silva. “31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas”. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las Conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madrid: Siglo XXI, 2005. pp. 195-204. p. 195-196.

2.2. A FORÇA DA MULHER NA “CAPITAL REVOLUCIONÁRIA”

O forte anticomunismo em Juiz de Fora fez com que o anúncio das visitas do governador Miguel Arraes e de Leonel Brizola, em março de 1964, causasse mal-estar em diversos setores da sociedade, que se mobilizaram.⁴⁷ Em uma reunião realizada no auditório da rádio PRB-3 (do *Grupo Associado*), coordenada pela sra. Lonir Emerich, do órgão local da Campanha da Mulher em Defesa da Democracia, que contou com presenças diversas,⁴⁸ foi organizado um movimento de repúdio às presenças dessas lideranças na cidade e “ficou resolvido que uma vez assentada a vinda à cidade dos senhores Leonel Brizola e Miguel Arraes, todos se mobilizariam para torpedear, de todas as formas possíveis, a palavra daqueles dois políticos.”⁴⁹

Os preparativos da comissão organizadora do comício, marcado para o dia 9 de março, em desagravo à presença dos líderes ditos “esquerdistas” foram eficientes. O colunista social Décio Cataldi elogiou a mulher mineira na luta contra o comunismo, pois “foi a primeira a tomar ação decisiva, objetiva e direta, na defesa do regime democrático”, e informou que a comissão encarregada de fazer a convocação para a Concentração no Parque Halfeld usou “o expediente telefônico”, realizando um trabalho dos mais eficientes na cidade.⁵⁰

No entanto, uma forte chuva adiou a realização do comício “de repúdio aos que querem vender a nação”, o que não impediu que um número expressivo de pessoas que

⁴⁷ A luta contra o comunismo não era novidade em Juiz de Fora, quando em 1962, as “senhoras democratas” organizaram as palestras de esclarecimento à população no Colégio Stella Matutina. Os embates travados entre aliancistas (da Aliança Nacional Libertadora - ANL) e integralistas (da Ação Integralista Brasileira - AIB) na década de 1930 demonstram que a cultura política anticomunista em Juiz de Fora tinha sólidos alicerces. A AIB teve vida um pouco mais longa que a ANL na cidade, atuando até 1937. Cf. CORRÊA, Maurício de Castro, *Ação Integralista Brasileira: seus reflexos em Juiz de Fora*, trabalho apresentado ao DCE, Juiz de Fora, 1973. p. 55-75. Com forte presença integralista, a cultura política em torno de valores como “Deus, Pátria e Família” não se arrefeceu facilmente. Martha Sirimarco observa que: “As famílias de Juiz de Fora ou alguns de seus membros que participaram do movimento integralista vão manter uma coerência de ação, apoiando, mais tarde, o golpe de 1964”. Cf. SIRIMARCO, Martha. *João Carriço: o amigo do povo*, Juiz de Fora, MG, Funalfa Edições, 2003, p. 118.

⁴⁸ Estiveram presentes na reunião: senhoras da cidade, representantes de classes produtoras, ruralistas, políticos, o padre Wilson Valle da Costa, representantes do Grupo de Ação Patriótica, enfim pessoas de expressão nos meios culturais, da classe obreira e pessoas do povo.

⁴⁹ DO caos à redenção – os idos de março (Quarta de uma série). *Diário da Tarde*, 25 mar. 1965, p. 4. Lonir Emerich, na época esposa do radialista e também vereador Paulo Emerich, era também funcionária do Grupo Associado. Cf. A mulher na Organização “Associada”. *Diário Mercantil*, 18 e 17 jul. 1965, p. 13.

⁵⁰ CATALDI, Décio. A mulher mineira. *Diário Mercantil*, 10 mar. 1964. Extra Informa, p. 3. Solange de Deus Simões descreveu as estratégias de ações das mulheres da CAMDE que utilizaram a “cadeia telefônica” e os abaixo-assinados, que também foram usadas pela CAMDE-JF. SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 58.

desconheciam o cancelamento comparecesse ao Parque Halfeld. Era um sinal do “êxito desta iniciativa das mulheres juizdeforanas [sic], das classes produtoras, ruralistas, líderes católicos, protestantes e espíritas, sindicalistas, democratas, trabalhadores, enfim, do povo em geral, que está disposto até ao sacrifício”.⁵¹

Em 11 de março de 1964 foi realizado um “eloqüente” comício, no qual a cidade manifestou “sua vocação democrática”, sendo que os jornais noticiaram que “nunca um movimento de qualquer espécie reuniu tanta gente em Juiz de Fora”, uma vez que as ruas próximas ao Parque Halfeld, no centro, ficaram tomadas por populares.⁵² **(Anexo 6)** Nesse comício de caráter ecumênico organizado pela CAMDE-JF e outros setores da sociedade civil, os oradores presentes repudiaram o comunismo e destacaram a luta heróica de Minas Gerais para impedir a implantação da discórdia e desunião. Durante o evento, circulou um abaixo-assinado que seria encaminhado à Câmara Municipal para que se tornasse sem efeito a lei que conferiu o título de Cidadão Honorário ao sr. Leonel Brizola.⁵³

A poetisa Geralda Armond, que foi a oradora em nome da mulher juizforana, em defesa da “integridade dos lares e dos laços de família, ameaçados pelo comunismo que ronda a (...) Pátria” elogiou os participantes do evento: “O espetáculo que Juiz de Fora está vivendo, poder-se-ia também chamar de “CRUZADA DO SÉCULO XX” com protagonistas que convence, porque sentem na própria carne o grande DRAMA”.⁵⁴ [Grifos no original]. Portanto, na visão da “porta-voz” da mulher juizforana, a população que concorreu ao comício no Parque Halfeld, deixou o anonimato e tornou-se protagonista de um momento fundamental da História do Brasil, isto é, de defesa da democracia e luta contra o comunismo. Na descrição da concentração, a poetisa elaborou um texto onde enfatizou as palavras Tocha, Fé, Cruz, Liberdade (grafadas em letras maiúsculas) e associou símbolos cristãos ao

⁵¹ EM defesa da ordem e do regime democrata. Hoje, às 19,30, no Parque Halfeld concentração de repúdio aos que querem vender a nação. *Diário Mercantil*, 11 mar. 1964, p. 6. A respeito do substantivo pátrio para o natural de Juiz de Fora, os periódicos do período utilizaram três grafias: juizdeforano (a), juizforense, juizdeforense e juizforano (a). O último é o adotado como correto atualmente.

⁵² JUIZ de Fora manifestou de forma eloqüente sua vocação democrática. *Diário da Tarde*, 12 mar. 1964, p. 1. REPÚDIO ao comunismo no comício de anteontem. *Diário Mercantil*, 13 mar. 1964, p. 1.

⁵³ REPÚDIO ao comunismo no comício de anteontem. *Diário Mercantil*, 13 mar. 1964, p. 1. JUIZ de Fora manifestou de forma eloqüente sua vocação democrática. *Diário da Tarde*, 12 mar. 1964, p. 1. A população de J.F. não quer ter Brizzola [sic] como seu “conterrâneo”. *Diário da Tarde*, 19 mar. 1964, p. 6. Para Joanice Gonçalves da Costa, em Juiz de Fora os protestantes também apoiaram esta “cruzada do bem contra o mal”. No entanto, o apoio foi de uma forma mais reservada, menos pública, talvez por serem minoria na cidade, ou por estarem a menos tempo organizados. Foi o caso dos presbiterianos: seu pastor Reverendo Oséas Heckert não participou do comício realizado no dia 11 de março, mas publicou seu apoio no *Diário Mercantil*, 11 mar. 1964, p. 4. COSTA, Joanice Gonçalves da, op. cit., p. 103.

⁵⁴ Idem, 13 mar. 1964, p. 1. ARMOND, Geralda F.. Crônica. *Diário Mercantil*, 15 mar. 1964. DM na Sociedade, p. 3.

movimento. As ruas Halfeld e Santo Antônio formaram uma “cruz”, ocupada pela população disposta ao sacrifício em nome da democracia.⁵⁵

As mulheres de todas as classes sociais e profissões deveriam protagonizar as lutas anticomunistas, como conclamou Geralda Armond:

A você minha companheira de lutas nas escolas, nas salas de cultura e de arte, nos escritórios e repartições públicas, a você minha irmã, que abraça os teares das fábricas, as oficinas onde geram as riquezas e de onde você retira o pão de cada dia, a você mulher do campo, na preocupação do amanhã da terra, da farta messe, a você, finalmente, mulher que labuta dentro do lar, nos afazeres e na grandeza da família, a minha Mensagem de Fé, na Profissão máxima: - AÇÃO! LUTA PELA DEMOCRACIA! LUTA PELA LIBERDADE.⁵⁶ [Grifos no original].

Apesar da manifestação de repúdio que reuniu grande número de participantes no Parque Halfeld, o comício marcado para o Cinema Popular se realizou, pois forças policiais garantiram o encontro em Juiz de Fora. Os conflitos fora do cinema foram inevitáveis, diante da convocação feita pelos deputados federais Olavo Costa e Abel Rafael Pinto e apoiados pela respeitada figura do padre Wilson Valle da Costa, o povo compareceu maciçamente.⁵⁷ O noticiário do jornal não poupou os oradores do encontro tido como comunista, como por exemplo, o deputado Múcio Athayde, identificado como aquele que passou a ter destaque somente “depois que se casou com uma moça que foi ‘Miss Minas Gerais’”, teria tido o “desplante” de dizer que as Reformas de Base ocorreriam de qualquer maneira.⁵⁸

Em meio ao clima de agitação política, dois eventos movimentavam Juiz de Fora em março de 1964: a VI Conferência do Distrito 458 do *Rotary Club*⁵⁹ e o Baile de Debutantes

⁵⁵ ARMOND, Geralda F.. Crônica. *Diário Mercantil*, 15 mar. 1964. DM na Sociedade, p. 3. A poetisa fez associação com a figura “fundadora” do engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, nome da rua que ladeia o Parque Halfeld (parque que recebeu o nome em homenagem a outro Halfeld: o coronel Francisco Mariano Halfeld) que corta perpendicularmente a Rua Santo Antônio (o padroeiro da cidade).

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ DISPOSITIVO policial jamais visto na cidade garantiu a fala “nacionalista” no popular. Nem bombas, nem baionetas, nem metralha [sic] conseguem calar a voz dos democratas. *Diário Mercantil*, 17 mar. 1964, p. 1-2. JUIZ de Fora, altiva, repudiou o comício “nacionalista” comandado por Arraes. *Diário da Tarde*, 16 mar. 1964, p. 1. “AS ameaças e a violência não nos intimidarão com maior ímpeto lutaremos em defesa da democracia”. *Diário da Tarde*, 17 mar. 1964, p. 5. Cf. COSTA, Mari Angela Herédia da, op. cit., p. 175-178 e 236-237.

⁵⁸ Idem, 17 mar. 1964, p. 1. O deputado federal Múcio Athayde foi cassado em 1º de abril de 1964. Cf. *Diário Mercantil*, 15 abr. 1964, p.1.

⁵⁹ O encontro dos rotarianos recebeu ampla cobertura da imprensa juizforana: jantares, chás das senhoras, baile no “RAFFA’S” e reuniões no *Rotary*. Os noticiários evidenciavam as presenças de senhoras esposas dos rotarianos nos eventos, sendo destaque a sra. Terezinha Tortoriello, “eleita rainha do companheirismo da conferência”. (Cf. FESTA de requintada elegância o desfile de modas e o chá oferecidos no Raffa’s. *Diário Mercantil*, 7 mar. 1964, p. 6). Figura de destaque na sociedade juizforana, a sra. Terezinha estava envolvida em atividades filantrópicas, sendo que em 1967, assumiu a direção da Casa da Amizade, formada por esposas de rotarianos. (Cf. NOVA diretoria da Casa da Amizade. *Diário Mercantil*, 19 e 20 mar. 1967. Caderno Especial de Domingo, p. 7). Em 1974, Geralda Ferreira Armond citou o nome de Terezinha Tortoriello, como uma das senhoras que participaram da CAMDE. A leitura dos jornais permitiu constatar a efetiva participação de rotarianos e suas esposas nos episódios “revolucionários” de março de 1964.

programado para 4 de abril, no Clube Juiz de Fora.⁶⁰ As notícias e fotos desses eventos sociais ocuparam as páginas dos jornais locais, ao lado das reportagens sobre as movimentações populares anticomunistas e antiesquerdização do país. A grande concentração “democrata” em São Paulo, conhecida como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, recebeu destaque na imprensa local. Assim como a movimentação em torno do cancelamento do título de cidadão honorário de Juiz de Fora concedido em 1962 a Leonel Brizola. O colunista social Décio Cataldi destacou a presença na cidade do padre Joaquim Guerra, que enfrentou o comunismo na China e proferiu palestra com o tema “Como vencer comunismo”, no Colégio Stella Matutina. O *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde* do final do mês de março continuaram enfatizando notícias de defesa da democracia e contra a subversão, sobretudo as marchas na capital mineira (que seria realizada em abril), a de São Paulo (sempre lembrada) e cidades vizinhas como São João Nepomuceno e Simão Pereira.⁶¹

A liturgia da Semana Santa aumentava a devoção dos católicos. No domingo de Páscoa Geralda Ferreira Armond, em sua *Crônica* na coluna *DM na Sociedade* lembrou o momento de reflexão em torno da idéia de uma Vida Nova devido à Ressurreição de Cristo, que se sacrificou, mas triunfou num texto em que mesclou elementos cívicos, de chamada a uma Cruzada pela Pátria com elementos religiosos. A oposição bíblica dos irmãos Caim e Abel foi utilizada para personificar, respectivamente, os comunistas e os democratas. O comunismo era o inferno onde havia “choro e ranger de dentes”. Na referida crônica, todos os cristãos, independente de credo, foram conclamados para a Cruzada da Fé em defesa da Liberdade e no final do texto fez um chamado especial:

Mulheres não nos esqueçamos que, ao pé do Calvário, a maior proporção de presença era a nossa. Mulheres brasileiras! Continuemos de pé, com a “Rosa Branca” da Paz e da Liberdade, para a Independência de nossa Terra de Santa Cruz!...

⁶⁰ O grande baile de debutantes fez com que os jornais do *Grupo dos Diários Associados* reservassem páginas ao evento. A festa que reuniria o maior número de Debutantes até então apresentado e contaria com a presença de Cadetes da Escola Militar das Agulhas Negras, convidados por intermédio do general Mourão Filho, comandante da 4ª R. M. para “formar-se um ambientes dos mais jovens em torno da apresentação das debutantes”, provocava expectativas nas jovens. (Cf. AS debutantes serão apresentadas no dia 4 de abril. *Diário Mercantil*, 8 e 9 mar. 1964, p. 1). As entrevistas com as moças, que falaram de suas expectativas e seus gostos, foram publicadas em uma série especial no *Diário Mercantil*, a partir da edição de 8 e 9 de março de 1964.

⁶¹ Cf. EMOCIONANTE demonstração de civismo e amor à Pátria, ontem, em São Paulo. *Diário Mercantil*, 20 mar. 1964, p. 1. POVO de São Paulo saiu às ruas para s defesa de Deus, da família e da Liberdade. *Diário Mercantil*, 21 mar. 1964, p. 1. A população de J.F. não quer ter Brizzola [sic] como seu “conterrâneo”. *Diário da Tarde*, 19 mar. 1964, p. 6. CANCELANDO título concedido a Brizolla [sic]. *Diário Mercantil*, 20 mar. 1964, p. 6. CATALDI, Décio. Os comunistas queriam pregá-lo na cruz. Idem. Em primeiro plano, p. 6. CATALDI, Décio. Repercutiu. *Diário Mercantil*, 21 mar. 1964. Extra Informa, p. 3. POVO de São João ouviu Arcebispo de JF na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. *Diário Mercantil*, 16 abr. 1964, p.1.

⁶² ARMOND, Geralda F. Crônica. *Diário Mercantil*, 29 e 30 mar. 1964. DM na Sociedade, p. 3.

As manchetes do *Diário Mercantil* no mês de abril de 1964 estamparam a situação do país, após a saída das tropas de Juiz de Fora. A importância da cidade nos acontecimentos foi destacada: “Juiz de Fora, como toda Minas, viveu a situação como centro do alto comando pela Liberdade”.⁶³ O arcebispo de Juiz de Fora D. Geraldo de Maria Penido exortou aos fiéis uma “Cruzada de Orações nesta hora grave da vida nacional” e recomendou que “em todas as igrejas e capelas promova-se o Rosário Vivo de Nossa Senhora. Este bendito Rosário, que foi vilipendiado em nossa praça publica salvará o Brasil”.⁶⁴

Diante dos graves momentos da vida nacional o baile de debutantes foi adiado. Portanto a tão sonhada noite de princesa deveria esperar, pois a cidade, transformada em “Capital Revolucionária” tinha vitórias para comemorar e outras frentes para combater.⁶⁵

Nos *Palimpsestos Marginais (II)* Gilvan P. Ribeiro, em plena ditadura, fez uma crítica velada às comemorações do grupo golpista. Nessa crítica, o autor mencionou a presença de mulheres que participavam de entidades locais, mas que também estavam ligadas aos grupos denominados de “democratas”:

À noite, o Paço do Paraiburgo fez promover uma grande festa em que o grande dominante foi o luxo das damas presentes. Não faltaram os discursos a que uma turba imensa amontoada nos portões assistiu. (Aqui, abro parênteses para chamar a atenção de Vossa Alteza. Este Mário André é um indivíduo extremamente perigoso. Não reconhecendo os privilégios de casta, que tem a Sanção Divina, queria a todo custo que a multidão fosse admitida dentro do Paço. Foi muito difícil contê-lo. Algumas senhoras de alta estirpe chegaram a sair de si diante do simples pensamento de tal promiscuidade. Uma delas, chefe da Associação das Damas Professoras da Infância, teve de ser levada às pressas para o hospital. Uma vez, no meio da confusão – pareceu-me reconhecer pela voz um dos auxiliares do antigo Alcaide – gritou: Que se lhes dê as praças desfiles e os festivais... E chega!) A festa foi interrompida de sopetão por volta das 2 horas da madrugada, quando o Alcaide tomou-se de nervos ante a leitura de um poema de Deuiana, uma das poetisas ligadas à B.A.E.P.E.N.D.I., que aderiu ao movimento de Mário André. Posso afiançar a Vossa Alteza que o poema é realmente horrível mas a saída intempestiva do Alcaide vem concorrer ainda mais para a minha opinião: ele é muito perigoso. E pensa demais.⁶⁶

⁶³ MINAS mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36 hs., a paz e a democracia. Juiz de Fora, como toda Minas, viveu a situação como centro do alto comando pela Liberdade *Diário Mercantil*, 2 abr. 1964, p. 1. O *Diário da Tarde*, 2 abr. 1964, p. 4, em Edição Extra, publicou a mesma página de reportagens. A edição deixa claro que o momento era especial a ponto do *Diário da Tarde*, circular, excepcionalmente, com duas edições distintas no mesmo dia. O *Diário Mercantil* informou que o vespertino do *Grupo Associado* teria a primeira edição do dia colocada à venda entre 12:30 e 13 horas; e a segunda, entre 15 e 16 horas, seria colocada nas ruas.

⁶⁴ ARCEBISPO de Juiz de Fora pede aos fiéis uma Cruzada de Orações nesta hora grave da vida nacional. *Diário Mercantil*, 2 abr. 1964, p. 6.

⁶⁵ FESTA de debutantes. Clube Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 3 abr. 1964, p. 1. O baile de Debutantes no Clube Juiz de Fora foi realizado em 2 de maio de 1964 e contou com a presença do general Olympio Mourão Filho, cf. *Diário Mercantil*, 5 mai. 1964. DM na Sociedade, p. 3.

⁶⁶ RIBEIRO, Gilvan P.. *Palimpsestos Marginais (II)*: Mensagem do cronista mor a sua alteza imperial, em que são relatados os maravilhosos e não previstos fatos que ocorreram na imperial cidade de Paraiburgo. *Diário Mercantil*, 15 e 16 set. 1968. Arte e Literatura, p. 2. Christina Musse explica que Deuiana é o personagem

Portanto, confirmada a vitória das denominadas “forças democratas” foram prestadas diversas homenagens ao general Mourão Filho em Juiz de Fora.⁶⁷ Vários desses eventos foram organizados pelas senhoras, que tiveram participação efetiva nos acontecimentos de março como o jantar no *Rotary Club*, onde esposas de rotarianos leram poesias ao homenageado; missa no Museu Mariano Procópio celebrada em primeiro de maio, pois segundo Geralda Ferreira Armond “era a data marcada para a eclosão do levante comunista que a Revolução veio impedir”⁶⁸ e jantar no Clube Bom Pastor “só e exclusivamente com a presença de Senhoras”.⁶⁹

Além das festividades, as “senhoras democratas” organizaram um abaixo-assinado com o pedido de promoção do General Mourão Filho a general do Exército, aderindo à campanha encampada pelos *Diários Associados*.⁷⁰ No documento que seria entregue ao Presidente da República Provisório (Ranieri Mazzilli), publicado na íntegra pelo *Diário Mercantil*, as senhoras destacaram a bravura do general Mourão Filho comparando-o a Caxias, o patrono do Exército:

E, nós, mulheres mineiras, mulheres de Juiz de Fora, de pé em torno da Bandeira da Liberdade, empunhando nossos terços como troféus de vitória, pedimos V. Exa. Se faça justiça àquele que se tornou o General da Vitória, ao soldado que salvou o Brasil, promovendo-o a General de Exército.⁷¹

ficício baseado na poetisa Deusiana Levasseur criticada pelo grupo de Gilvan Ribeiro, José Paulo Netto e Nilo Batista. Cf. MUSSE, Christina F., op. cit., p. 199.

⁶⁷ Geralda Armond em sua crônica exaltou o momento de comemoração lembrando heróis do passado como Tiradentes e Felipe dos Santos. Enalteceu Juiz de Fora e Minas Gerais e reverenciou o herói do momento “um dos nossos mais bravos soldados” o General Olympio Mourão Filho. Cf. ARMOND, Geralda F. Crônica. *Diário Mercantil*, 4 abr. 1964. DM na Sociedade, p. 3. Segundo Presot: “A Inconfidência Mineira e a figura do mártir Tiradentes foram bastante utilizados neste estado. Tiradentes representava o símbolo republicano do sacrifício em nome da liberdade, além da associação com a figura de Cristo e seu martírio.” PRESOT, Aline Alves, op. cit., p. 75-76.

⁶⁸ ARMOND, Geralda F. Crônica. *Diário Mercantil*, 8 mai. 1964. DM na Sociedade, p. 3.

⁶⁹ Sobre os eventos que homenagearam o general Olympio Mourão Filho, Cf.: ANTEONTEM no Rotary Club: General Mourão Filho sacudiu o Brasil à procura de dias melhores para a Pátria. *Diário Mercantil*, 25 abr. 1964, p. 1. MISSA no Museu Mariano Procópio em homenagem ao general Mourão Filho e oficiais revolucionários. *Diário Mercantil*, 6 mai. 1964, p. 1. BANQUETE das classes produtoras a Mourão Filho. *Diário Mercantil*, 7 mai. 1964, p. 6. HOMENAGEADO por seus comandados o general Olympio Mourão Filho. *Diário Mercantil*, 10 e 11 mai. 1964, p. 1. Sobre o jantar organizado pelas senhoras, cf. *Diário Mercantil*, 12 mai. 1964. DM na sociedade, p. 3.

⁷⁰ PROMOVAM Mourão Filho a general de Exército: é o apelo de todo o povo brasileiro. *Diário da Tarde*, 3 abr. 1964, p.1. CATALDI, Décio. É o apelo da Nação. *Diário Mercantil*, 4 abr. 1964, p. 3.

⁷¹ DA mulher de JF ao Presidente Mazzilli para que promova Mourão Filho a general de Exército. *Diário Mercantil*, 5 e 6 abr. 1964, p.1. O general foi promovido a general do Exército, conforme informou a reportagem sobre a homenagem prestada ao militar pela promoção e pelo aniversário. Cf. O General Mourão Filho, quando era mais uma vez homenageado: Transfiro ao governador Magalhães Pinto a responsabilidade que a vitória vai acarretar. *Diário Mercantil*, 10 e 11 mai. 1964, p. 1

O capital simbólico acumulado pelas senhoras envolvidas na campanha estava alto, a julgar pelo resultado do abaixo-assinado iniciado no sábado, que coletou cinco mil assinaturas até a tarde de domingo na Passeata da Fraternidade. Geralda Ferreira Armond, que liderou a coleta de assinaturas disse que atendeu às ordens da primeira-dama Maria José Villela de Andrade, que se encontrava enferma, para, em seu lugar, “comandar a Vontade da Mulher de JF”.⁷² As assinaturas foram enviadas ao Presidente Ranieri Mazzilli pelo arcebispo de Juiz de Fora e por um grupo de senhoras, sendo que o diretor dos Correios e Telégrafos disponibilizou o Telex para a transmissão das mesmas demonstrando a mobilização da sociedade e de vários setores em torno da ratificação da idéia da cidade revolucionária.⁷³

No evento denominado Passeata da Fraternidade, no qual o arcebispo Dom Geraldo determinou uma concentração sem cunho político-partidário, mas com discursos sobre os temas democracia, combate ao comunismo, desarmamento de espíritos, amor e caridade, a cidade de Juiz de Fora demonstrou “mais uma vez, seu sentimento cívico, democrático e cristão”.⁷⁴ À passeata concorreu uma “incalculável multidão”, que se concentrou no Largo do Riachuelo, região central da cidade, onde vários oradores discursaram: o arcebispo D. Geraldo Maria de Moraes Penido, o deputado Olavo Costa, a poetisa Geralda Ferreira Armond, Lonir Emerich. Em seguida, a multidão se dirigiu ao Parque Halfeld, onde em frente à Prefeitura Municipal entoou o Hino Nacional, dispersando-se após o ato cívico.⁷⁵

Em meio ao clima eufórico, proporcionado pela derrota das forças “comunizantes”, militares e senhoras de Juiz de Fora idealizaram erguer uma capela nos jardins da sede da 4ª Região Militar para abrigar uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, a Padroeira do Brasil. A poetisa Geralda Ferreira Armond explicou a origem da imagem: foi uma oferta feita por um “democrata” desconhecido à dona Maria Mourão, quando a mesma estava em seu apartamento em Copacabana. A imagem da Padroeira do Brasil ficou exposta na sala de Dona Maria, mas “a senhora Mourão se pôs a considerar que a milagrosa imagem não deveria ser retida egoisticamente em sua residência”.⁷⁶ Assim, “numa dessas inspirações divinas, resolveu oferecê-la, como Troféu de Fé e de Glórias, à própria 4ª Região Militar, com sede na Capital Revolucionária: Juiz de Fora.”⁷⁷

⁷² ARMOND, Geralda F. Crônica. *Diário Mercantil*, 9 abr. 1964. DM na Sociedade, p. 3.

⁷³ MENSAGEM da mulher juizforana transmitida ao presidente Mazzilli. *Diário da Tarde*, 7 abr. 1964, p. 5.

⁷⁴ A passeata foi realizada no domingo, 5 de abril de 1964. Cf. PASSEATA da Fraternidade. *Diário da Tarde*, 6 abr. 1964, p. 1. DEMOCRACIA, amor e combate ao comunismo. *Diário da Tarde*, 4 abr. 1964, p. 1.

⁷⁵ PASSEATA da Fraternidade. *Diário da Tarde*, 6 abr. 1964, p. 1.

⁷⁶ UM altar para a padroeira do Brasil na 4ª. R.M. *Diário Mercantil*, 9 mai. 1964, p. 6.

⁷⁷ Idem. O general Mourão Filho levou a essa imagem para a marcha que ocorreu em Belo Horizonte. Presot descreveu em seu trabalho o evento: “Dois carros ornamentados compunham o desfile, sendo que um deles

A edificação de espaços comemorativos é fundamental no processo de construção da memória coletiva. Elizabeth Jelin observou que os monumentos, as placas e outras marcas são maneiras encontradas por atores oficiais (ou não-oficiais) para dar materialidade às memórias.⁷⁸ No caso de Juiz de Fora, as senhoras e demais envolvidos na edificação do altar em honra a Nossa Senhora estavam construindo um monumento-memória em que associavam o movimento que derrubou o governo Jango a uma “Revolução Milagrosa”.

Para cuidar dos detalhes da construção da capelinha, onde em todos os anos na data da “Vitória da Revolução” deveria ser celebrada missa campal, com presença de civis e militares formou-se um grupo composto por Geralda Ferreira Armond, pelo padre Wilson Valle da Costa (capelão militar), cel. Waldemar de Lima e Silva, Diretor da Fábrica JF e Sra. e o Major Cúrcio. Dona Maria Mourão escolheu o local para a construção, que seria custeada pela 4ª R. M. e as senhoras juizforanas ficaram incumbidas dos acessórios do altar. As mulheres que lutaram contra o comunismo contribuíram na construção do “Altar de Maria, no Parque da 4ª R.M., o primeiro Monumento a ser erguido no Brasil, em comemoração da Vitória da Revolução de 31 de março e o mais belo ato de fé e piedade cristão na vida da Capital Revolucionária”.⁷⁹

Em meio ao clima de euforia, a notícia da transferência da sede da 4ª Região Militar para Belo Horizonte causou indignação na população juizforana. Apesar da idéia não ser novidade, pois desde o governo de Juscelino Kubitschek a remoção foi cogitada, os *Diários Associados* encamparam a campanha em prol da permanência da sede na cidade publicando textos, editoriais, notas de repúdio de vários estabelecimentos comerciais que expressaram a indignação com a possível transferência.⁸⁰

Na luta pela permanência da sede da 4ª R.M. em Juiz de Fora, destacou-se Geralda Ferreira Armond, que falou em nome da mulher juizforana, como diretora do Museu Mariano Procópio e descendente dos construtores dos prédios, que evocavam um passado de glórias no Império. Ela manifestou-se expressivamente: “Se o ato for consumado, Juiz de Fora deixará

conduzia a imagem de Nossa Senhora Aparecida, transportada de Juiz de Fora especialmente para o acontecimento”. Cf. PRESOT, Aline Alves, op. cit., p. 76.

⁷⁸ No original: “monumentos, placas recordatorias y otras marcas son las maneras en que actores oficiales y no oficiales tratan de dar materialidad a las memorias”. Cf. JELIN, Elizabeth. “Memórias em conflitos”. In: *Puentes*, n. 1, ago. 2000. p. 7.

⁷⁹ Ibidem.

⁸⁰ GENERAL Guedes às classes produtoras de J.F. A sede da 4ª Região será transferida para B.H. *Diário Mercantil*, 10 e 11 mai. 1964, p. 6. OS mudancistas podem levar sede da 4ª R.M. mas seus nomes ficarão no Livro Negro de J.F. *Diário Mercantil*, 15 mai. 1964, p. 4. O jornal *Gazeta Comercial* e a revista *O Lince* também se colocaram contra a transferência da 4ª Região Militar de Juiz de Fora para Belo horizonte. A revista *O Lince* publicou uma matéria tendo como título o questionamento muito usado na imprensa local em defesa da

de ser a Capital Revolucionária, para se converter em ‘Capital da Justa Indignação’”.⁸¹ Também lembrou o projeto da construção da capelinha para a Padroeira que fora aprovado dias antes e rogou a Nossa Senhora que impedisse “a maior afronta à história e à tradição da Cidade, que há pouco dava o grito de guerra ao Comunismo e trazia a milagrosa Imagem”.⁸²

As senhoras da CAMDE organizaram a “Marcha de Protesto” contra a transferência da 4ª R. M. de Juiz de Fora. A sigla CAMDE foi estampada nos jornais, diferentemente dos acontecimentos anteriores, nos quais as mulheres convocaram a população para eventos a favor da democracia usando a denominação “Movimento da Mulher Brasileira em Defesa da Democracia” ou “as senhoras democratas”. A “Marcha de Protesto” obteve o sucesso esperado pelo núcleo da CAMDE-JF e demais setores envolvidos nas manifestações, sendo que dias depois o *Diário da Tarde* noticiou que a transferência da 4ª R. M. para Belo Horizonte estava suspensa temporariamente.⁸³ **(Anexo 7)**

O projeto de construção da capelinha prosseguiu com Geralda Armond no comando da campanha de doações para prover o altar dos acessórios litúrgicos, que obteve grande sucesso, uma vez que foram doadas peças valiosas, sendo que várias entidades contribuíram para a causa, como a CAMDE, presidida por Dona Graziela Moura, que doou um cálice; a Casa da Amizade (das esposas de rotarianos) cuja presidente Gilda Vilela fez a entrega de um cheque-donativo destinado à compra das galhetas em cristal e metal dourado e as esposas dos oficiais da guarnição de Juiz de Fora ofertaram “um delicado broche de ouro e pérolas, para prender o rico manto da Virgem”.⁸⁴ Em 5 de outubro de 1964 foi inaugurada a capela nos

permanência da 4ª R. M. na cidade. Cf. OLIVEIRA, Adail de. Que mal fizemos a Belo Horizonte?... *O Lince*, mai. 1964, p. 22-23.

⁸¹ ALGUNS maus mineiros mancomunados trabalham em conspiração contra JF. *Diário Mercantil*, 19 mai. 1964, p. 4.

⁸² Idem.

⁸³ Cf.: AMANHÃ a “Marcha de Protesto” da CAMDE. *Diário Mercantil*, 16 mai. 1964, p. 1. PROTESTO público organizado pela CAMDE contra a transferência da sede da 4ª R.M. *Diário Mercantil*, 17 e 18 mai. 1964, p. 10. CAMDE realizou passeata para protestar contra mudança da IV Região. *Gazeta Comercial*, 19 mai. 1964, p. 1. A mobilização da sociedade local foi grande, envolveu a imprensa, o comércio, a indústria, que entre outras ações enviaram telegramas de protesto ao ministro da Guerra e ao Presidente da República e organizaram a ida de representantes das classes produtoras ao Ministério da Guerra. Cf. NÃO prevalecem argumentos pobres e descoloridos para justificar a mudança anunciada da sede da 4ª R.M. *Diário Mercantil*, 16 mai. 1964, p. 4. TRANSFERÊNCIA da 4ª R.M. custaria muito à nação. *Diário Mercantil*, 17 a 18 mai. 1964, p. 3 e 5. ALGUNS maus mineiros mancomunados trabalham em conspiração contra JF. *Diário Mercantil*, 19 mai. 1964, p. 4. MULHER juizforense [sic] protesta contra transferência da Região. Idem, p. 6. Sobre a permanência da 4ª R.M. em Juiz de Fora, cf. SUSPENSA a transferência da sede da 4ª R.M. *Diário da Tarde*, 23 mai. 1964, p. 1. PERMANÊNCIA da 4ª Região Militar. *Diário Mercantil*, 23 mai. 1964, p. 1.

⁸⁴ A reportagem publicou a relação de doadores, onde figuram nomes de senhoras de destaque na sociedade juizforana no período. Cf. CAMPANHA pró altar de Nossa Senhora Aparecida no Quartel General da 4ª R.M. *Diário Mercantil*, 2 out. 1964, p. 1 e 5. INAUGURADO no Q.G. da 4ª R.M. o altar da Padroeira do Brasil. *Diário Mercantil*, 6 out. 1964, p. 6.

jardins da 4ª. R. M., que na opinião do redator da notícia era um “verdadeiro ‘Monumento da Vitória’ do Brasil contra o Comunismo.”⁸⁵ **(Anexo 8)**

As ações da CAMDE-JF prosseguiram. No mês de junho, o *Diário Mercantil* publicou uma nota na qual a sra. Graziela Carvalho de Moura, em nome da CAMDE, telegrafou ao Presidente da República “cumprimentando-o e solidarizando-se com ele pela cassação dos mandatos e dos direitos políticos de quantos, na vida pública, provaram ter se acumpliciado com a corrupção que vinha envenenando o organismo funcional do País”.⁸⁶ Em suas reflexões sobre a atuação da CAMDE após o golpe, Solange de Deus Simões observa que a entidade adotou medidas de apoio à nova ordem imposta, sendo que o grupo acreditava na necessidade de uma “operação limpeza”, que consistia na cassação de mandatos parlamentares e suspensão de direitos civis.⁸⁷ Para a autora: “Nesse momento, as mulheres, ao exigir medidas policiais repressivas e severas, parecem ter-se ‘esquecido’ dos apelos ‘cristãos e humanos’ que lançavam contra o ‘comunismo do paredón’”.⁸⁸

A campanha “Ouro pelo Bem do Brasil” de apoio ao novo governo, com a qual a população podia contribuir com dinheiro ou jóias, foi lançada pelos *Diários Associados*, na Guanabara, no primeiro dia de junho e logo recebeu a simpatia de mulheres juizforanas.⁸⁹ Na página feminina *A Mulher e o Tempo*, um grande espaço foi dedicado à campanha, sendo que três senhoras da sociedade local foram entrevistadas e ressaltaram a importância da mesma: a sra. Maria do Céu Mendes, Inspetora Técnica de Ensino e titular das cadeiras de Didática e Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora; a sra. Gilda Junqueira Villela, presidente da Casa da Amizade de Juiz de Fora, instituição filantrópica das senhoras de rotarianos e a sra. Silvia Faria Bastos, presidente da Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra. Nos depoimentos as senhoras lembraram da tristeza que seria ver a pátria sob o jugo estrangeiro. Uma das entrevistadas fez a comparação entre a cidade de São Paulo, onde a campanha seria favorecida pela facilidade de ganhar dinheiro e Juiz de Fora, que apesar de não ter tanto poder econômico, certamente daria seu apoio. A matéria procurou reforçar a necessidade de cooperação de Juiz de Fora, devido o *status* adquirido com a “Revolução”, assim foi feito o apelo para a contribuição dos juizforanos: “afinal de contas,

⁸⁵ INAUGURADO no Q.G. da 4ª R.M. o altar da Padroeira do Brasil. *Diário Mercantil*, 6 out. 1964, p. 6. A notícia apresentou outra versão para a origem da imagem: a sra. Mourão Filho a recebeu de presente de um amigo da família e não de um desconhecido como foi informado anteriormente por Geralda Armond. Porém a notícia sobre a inauguração da capela informou que a imagem foi doada pelas senhoras da Guanabara ao general Olympio Mourão Filho. Cf. CAPELA de N. S. Aparecida. *Diário da Tarde*, 3 out. 1964, p. 5.

⁸⁶ A CAMDE de Juiz de Fora solidária com cassações. *Diário Mercantil*, 10 jun. 1964, p. 6.

⁸⁷ SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 123.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Ibidem, p. 130.

somos a Capital Revolucionária”.⁹⁰ No final de junho o *Diário Mercantil*, divulgou na primeira página uma foto do ouro arrecadado no país.⁹¹

As mulheres que fizeram parte do núcleo da CAMDE-JF formaram no dizer de Geralda Armond o “exército feminino de Juiz de Fora” na luta pela “Democracia”, que na prática foi uma campanha antijanguista e anticomunista.⁹² Como bravos soldados, as “senhoras democratas” foram peças indispensáveis atuando como pequenos parafusos na grande engrenagem da CAMDE, conforme a visão de Geralda Armond, uma vez que estavam determinadas a tudo em nome de Deus, da família e da Pátria.

2.3. MANTENDO ACESA A “CHAMA REVOLUCIONÁRIA”

A entrevista de Lonir Cardoso (ex-Lonir Emerich), importante liderança feminina em 1964, na *Tribuna de Minas*, em 1984, por ocasião do vigésimo aniversário do golpe civil-militar é um indicativo do sentimento que move as antigas “senhoras democratas”.⁹³ Ela se perguntou: “todo o Brasil errou?”⁹⁴ Ao procurar responder ao seu questionamento, justificou a grande adesão ao movimento “revolucionário” ao clima de medo e insegurança vivido pelo país sob o comando de João Goulart, “um homem fraco”.⁹⁵ Os princípios da “Revolução” nunca foram cumpridos, segundo Lonir, daí o sentimento de decepção e traição, sobretudo devido às prisões e o fim da liberdade de imprensa. A radialista que se considerava “órfã da Revolução” concluiu: “onde pesa o fato de que **fui ludibriada e iludida, como todo o povo brasileiro**”.⁹⁶ [Grifos meus]. Com a fala final, Lonir que não omitiu sua participação nos comícios “pró-revolução” justificou sua opção não como um erro individual, mas o de uma nação, que foi enganada, minimizando dessa forma o seu possível erro.

Os sentimentos de “decepção” e de “traição” explicitados por Lonir Cardoso, mulher atuante nos idos de 1964, que levaram as militantes da CAMDE ao atual “silêncio” ou “esquecimento”, contrastam com a presença ativa do grupo nos eventos comemorativos na

⁹⁰ “DÊ Ouro Para o Bem do Brasil”. *Diário Mercantil*, 7 e 8 jun. 1964. A Mulher e o Tempo, p. 5.

⁹¹ TESOURO descoberto. *Diário Mercantil*, 26 jun. 1964, p. 1.

⁹² 10 anos de Brasil Grande (4). A mulher juizforana também deu seu exemplo, fazendo a Revolução. *Diário Mercantil*, 28 mar. 1974, p. 8.

⁹³ GUILHERMINO, Luiz Alberto; PAIVA, Raquel. “Os princípios da Revolução não foram cumpridos. Toda população foi traída”. *Tribuna de Minas*, 29 mar. 1984, p. 8.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ Ibidem.

“Capital Revolucionária”.⁹⁷ A respeito da memória da ditadura militar no Brasil, Daniel A. Reis frisa que quase ninguém hoje quer se identificar com esse período de nossa história recente: “Contam-se nos dedos aqueles que se dispõem a defender as opções que levaram à sua instauração e consolidação”.⁹⁸

Nesse sentido, é importante apurar como a imprensa e as “senhoras democratas” construíram as representações de suas participações nos acontecimentos de 1964, no período em que o consenso se referia ao movimento golpista como uma “Revolução Democrática”, “Revolução Milagrosa” ou “Revolução Gloriosa”.

Para Janaína M. Cordeiro as ações da CAMDE após o golpe se focaram em “colaborar para a institucionalização do regime”, apoiando medidas governamentais que tinham este objetivo e “se colocar em ‘*posição de vigilância*’ pela continuidade da ‘*ação revolucionária*’”.⁹⁹ [Grifos no original]. Na função de “colaboradoras”, as mulheres da CAMDE se empenharam em campanhas pelo controle dos preços, ou seja, contra a carestia, em 1965.¹⁰⁰ O núcleo da CAMDE em Juiz de Fora, se mostrou disposto a aderir à Campanha em Defesa da Economia Popular iniciado na Guanabara, uma vez que as mulheres brasileiras manifestaram imediatamente o apoio ao plano de estabilização preconizado pelo governo, pois contavam “com a mesma disposição” do “período que precedeu à revolução de 31 de março de 1964, e colocaram-se vigilantes contra os que exploram a população.”¹⁰¹

No primeiro aniversário da denominada “Revolução Redentora de 31 de março de 1964” a cidade se agitou para a organização das comemorações. A participação feminina no movimento foi lembrada através dos pontos de vistas de várias senhoras da sociedade na matéria jornalística, que na apresentação teve o seguinte trecho:¹⁰²

(...) É a presença, ainda, da mulher, inspiradora e responsável pelas famosas Marchas da Família com Deus e pela Liberdade. Ela, que foi a primeira a protestar contra a cubanização de nosso País, responde, cada qual dentro de sua função social – o que acha da Revolução e qual a atitude da Mulher no momento presente.¹⁰³

A primeira opinião apresentada foi a da dra. Araci Tavares Neves, que inicialmente destacou a importância do jurista na reorganização da vida nacional. Disse que a mulher por

⁹⁷ Os conceitos de “silêncio” e “esquecimento” foram retirados de POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15; HUYSEN, Andréas. *Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público*. Intercom, Porto Alegre, 31 ago. 2004. (mimeo).

⁹⁸ REIS, Daniel A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedades*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 7.

⁹⁹ CORDEIRO, Janaína Martins, op. cit., p. 54.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ SRA. Graziela MOURA: “Não estamos de braços cruzados!”. *Diário da Tarde*, 10 abr. 1965, p. 4.

¹⁰² A mulher juizforana e a revolução. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1965, p. 8 e 10.

¹⁰³ Idem, p. 10.

possuir sensibilidade mais apurada que o homem: “Reagiu ao anarquismo, ao desrespeito aos preconceitos, à ética e agora ainda em espírito de vigília, aguarda esperançosa, que se concretizem todas as aspirações que nos conduziram à Revolução.”¹⁰⁴ Lembrou a necessidade de não esmorecer diante das dificuldades: “Se o aço, para ser temperado, tem que passar pelo fogo, vamos, então, enfrentar a conjuntura difícil em que nos encontramos tendo em mente nossa cota de sacrifício em prol de toda a sociedade brasileira”.¹⁰⁵

Em seguida, a matéria reproduziu a fala da intelectual e poetisa Geralda Armond, que se centrou em dois aspectos do movimento: o da Fé e o da Justiça. No primeiro aspecto, a poetisa destacou que a “Revolução foi miraculosa, inspirada e dirigida por Deus”, pois foi a “primeira na história, de todos os séculos e em todo o Mundo em que não houve derramamento de uma só gota de sangue. Isso não é próprio dos homens – só Deus poderia operar esse milagre.”¹⁰⁶ No segundo aspecto, a poetisa justificou a “Revolução”:

Com a Justiça, vejo que tivemos razão em fazer a revolução. Era o comunismo, o Monstro vermelho em pessoa, que já procurava sufocar as nossas tradições mais caras, inoculando veneno nos próprios espíritos de nossa juventude. A Revolução tinha que ser feita e graças a Deus que acordamos ainda em tempo e em tempo o brado “Basta” do General Olímpio Mourão partido da Capital Revolucionária que é a nossa Juiz de Fora, ecoou por toda a Terra de Santa cruz, encontrando o apoio indispensável de outros Generais de outros Comandos militares, quando os nossos soldados partiram para o Campo de batalha dispostos a se sacrificarem, a morrer, se preciso fosse.¹⁰⁷

As duas senhoras mencionaram as dificuldades econômicas que o país enfrentava, mas reiteraram a necessidade do sacrifício e vigilância, pois a “Revolução” não poderia operar milagres tão rapidamente como todos desejavam.¹⁰⁸ A poetisa lembrou que:

Compete à Mulher, para resguardar os frutos da Revolução, empregar todos os seus esforços, todo o seu espírito, sua alma, coração e ação, nas boas causas. A energia deve ser a nossa arma. O campo é extenso: É a nossa casa, é o nosso escritório, é a nossa oficina, é a nossa palavra, é afinal, Sociedade onde o nosso exemplo falará mais alto.
Ser mulher, sem ser cobarde. Lutar a boa luta, sem medo, sem reproche. [sic]¹⁰⁹

A presidente da CAMDE-JF, Dona Graziela de Carvalho de Moura lembrou o clima de agitação vivido no país com “manifestações tipicamente comunistas”, que traziam “a

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 8.

¹⁰⁹ Ibidem.

inquietação, o desassossego, quase a desesperança a todos os lares” e destacou a importância do “Basta” “que saiu do peito viril” do General Mourão Filho e da mulher brasileira que¹¹⁰

não se deixou enganar pelas falas dos falsos nacionalistas, que via os fatos sem estrabismo, que não pôs sobre os olhos lentes deformadoras, sentia que uma espada, qual a de Damocles, [sic] estava prestes a cair, decependo, de uma só vez as nossas instituições democráticas, a nossa civilização cristã, os nossos lares, e porque não dizer, as nossas cabeças.¹¹¹

A atitude da mulher brasileira na Revolução foi elogiada pela presidente da CAMDE-JF, uma vez que havia “o perigo da pátria perder sua soberania e, dela mesma, a mulher perder a liberdade de adorar ao seu Deus e de criar e educar os seus filhos, ela cresceu, se agigantou e se lançou à luta.”¹¹² Acerca do papel da mulher no momento em que se comemorava o primeiro aniversário do movimento, Dona Graziela analisou:

À mulher democrata cabe, em parte, a tarefa da redemocratização do País através do esclarecimento que bem oriente a opinião pública. A mulher brasileira tem, queira ou não, de se submeter a uma grande realidade: o mundo em que vivemos hoje, não [é] o mundo de nossa infância.¹¹³

Também deixou sua opinião a então estudante Deusiana, que foi poetisa pertencente ao grupo que se reunia no Edifício Baependi, na Rua Halfeld, onde ficava a sede do Núcleo Mineiro de Escritores e que serviu de inspiração à personagem “Deuiana” criada pelos “Marginais”.¹¹⁴ É importante ressaltar que no mesmo edifício funcionava a União Comercial dos Varejistas de Juiz de Fora (U. C. V.), estabelecida no 11º andar, cuja localização central permitiu que fosse palco de várias reuniões das classes produtoras, onde seus representantes manifestaram sua solidariedade à causa revolucionária em 1964.¹¹⁵ As palavras de Deusiana foram poéticas e remeteram a um organismo doente, associação semelhante à de Geralda Armond que falou em “ambiente contaminado” que urgia ser desinfetado:¹¹⁶

O Brasil jazia asmático, em seu leito de dor.
A Revolução foi o oxigênio colocado à sua cabeceira por mãos hábeis e firmes.
31-3-1964 -- 31-3-1965.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ MUSSE, Christina F., op. cit., p. 196 e 199. A poetisa foi colaboradora do *Caderno Arte e Literatura* do *Diário Mercantil*.

¹¹⁵ 10 anos de Brasil grande (2). Em dezembro, um discurso que apelava aos bons brasileiros. *Diário Mercantil*, 26 mar. 1974, p. 8. O artigo contido nessa edição comemorativa dos dez anos do movimento de 1964 aponta a importância da U. C. V. e do secretário da entidade, Joacy Madeira Cruz. O advogado é lembrado como aquele que fez o primeiro pronunciamento público pró-revolução, realizado no dia de sua formatura como bacharel em Direito no Cine Theatro Central, em 19 de dezembro de 1963.

¹¹⁶ A mulher juizforana e a revolução. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1965, p. 8.

Durante este ano, ele respirou tranquilamente, livre da opressão que lhe sufocava o peito.
Acertado o remédio, o seu restabelecimento, continuamos a esperar.¹¹⁷

O último ponto de vista contou com uma “mensagem de otimismo” da dra. Judite Felix de Lade (jornalista), que reforçou a necessidade de esforço e colaboração para “o êxito da Revolução Democrática”: “É preciso que compreendamos que somente com esforço de cada um será possível a recuperação econômica e social da Nação.”¹¹⁸

As mulheres foram representadas pelas entrevistadas como baluartes em defesa da pátria, dos lares e dos filhos contra o “perigo vermelho”, por serem dotadas de sensibilidade e apurado “sexto sentido” foram capazes de perceber a gravidade da situação e clamar para os militares, que na figura do General Mourão Filho, ouviu-lhes, dando um “Basta”. As entrevistadas reconheceram as dificuldades impostas pela “Revolução”, mas acreditavam ser o sacrifício necessário para a garantia do que entendiam por democracia. Identificaram o Brasil anterior à “Revolução de 31 de março de 1964”, como um organismo doente, infectado, envenenado pelas forças que o levariam à “cubanização”. Portanto, como os ideais revolucionários ainda não haviam sido alcançados plenamente, era necessária uma vigilância permanente por parte das mulheres.

Dentre as mulheres entrevistadas em 1965, a poetisa Geralda Armond destacou-se na vigilância dos valores revolucionários, pois tinha acesso aos meios de comunicação e participava ativamente do círculo social, cultural e de filantropia na cidade. Portanto, foi atuante nas festividades pela “Revolução do Milagre” e na construção da memória do movimento das “senhoras democratas”. A CAMDE foi perdendo espaço na imprensa local, mas a figura de Geralda Armond continuou em evidência como importante voz dos acontecimentos de 1964.¹¹⁹ Nas oportunidades oferecidas pela imprensa local para que a poetisa falasse sobre a “Revolução Redentora”, ela se referiu à mesma como um ato de fé, associando-se à versão de lideranças femininas como Dona Amélia Molina, presidente da CAMDE-RJ, que construíram a memória dos idos de março de 1964 como um “milagre de fé”.¹²⁰

No cargo de diretora do Museu Mariano Procópio, Geralda Armond foi fundamental na necessária ativação da memória de 1964, pois como observa Pierre Nora “não há memória

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Janaína M. Cordeiro apontou para o ano de 1974 como o último de atividade da CAMDE-RJ, isto é, a participação no Congresso da Suíça contra o aborto. Cf. CORDEIRO, Janaína Martins, op. cit., p. 154.

¹²⁰ Em sua análise sobre as marchas Solange de Deus Simões observou que as mesmas não foram como um “milagre de fé”. SIMÕES, Solange de Deus, op. cit., p. 111.

espontânea”.¹²¹ Nesse sentido, no dito museu foi dedicada uma sala especialmente ao general Mourão Filho onde foram preservados desde o famoso cachimbo a outros objetos pessoais. A sala foi inaugurada em 1966, por ocasião do segundo aniversário da Revolução e contou com a presença do general e esposa.¹²² O homenageado acendeu uma vela a convite de Geralda Armond, que nas suas palavras estava “simbolizando ‘a fé que continua viva entre todos os brasileiros, confiantes na sua democracia.’”¹²³ É importante ressaltar que na missa celebrada no pátio do Quartel General, a imagem de Nossa Senhora Aparecida existente na capela construída com a colaboração das “senhoras democratas”, recebeu como “dádiva” uma coroa ofertada pela senhora Maria Mourão, “esposa do chefe revolucionário de 1964”.¹²⁴ **(Anexo 9)**

O casal Mourão retornou a Juiz de Fora em 1970 para participar das comemorações do sexto aniversário da “Revolução Democrática”. Entre as solenidades, o general doou sua espada de general ao Museu Mariano Procópio para fazer parte do acervo da sala que leva seu nome.¹²⁵ A diretora do Museu, Geralda Armond, aproveitou a oportunidade para lembrar o papel da mulher brasileira no “movimento revolucionário”, bem como “a proteção da Virgem Aparecida que, qual outra Joana D’Arc, à frente de nossas fileiras, impediu o derramamento de sangue.”¹²⁶

Em 1971, o Exército Brasileiro agraciou Geralda Armond com a Medalha do Pacificador devido à sua “inestimável colaboração emprestada ao comando da Quarta Região Militar”, mas acima de tudo “pelos assinalados serviços prestados à causa democrática principalmente por ocasião da deflagração da Revolução de Março de 1964, da qual foi destemida líder em Juiz de Fora.”¹²⁷

Como conduziu várias solenidades no Museu Mariano Procópio, proferiu palestras em escolas locais e sempre esteve presente nas páginas dos diários locais falando sobre a participação feminina nos sucessivos aniversários do “31 de março de 1964”, Geralda Armond acumulou capital simbólico e autoridade para falar em nome das mulheres nas comemorações pelos dez anos da “Revolução”. Na série de reportagens os “10 anos de Brasil

¹²¹ NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto história*. São Paulo, n. 10, dez 1993. pp. 7-28. p. 13.

¹²² MOURÃO volta à cidade revolucionária. *Diário Mercantil*. 31 abr. 1966, p. 1. DIRETORA do Museu fala sobre a “Sala Mourão Filho”. Idem, p. 8. AUMENTA o acervo do Museu com a exposição de peças revolucionárias. *Diário Mercantil*. 1 de abril de 1966, p. 5.

¹²³ CHAMA da fé ardendo. *Diário Mercantil*. 1 abr. 1966, p. 1.

¹²⁴ AS comemorações do 2º aniversário da revolução foram brilhantes. *Diário Mercantil*. 1 abr. 1966, p. 1.

¹²⁵ Cf. JF comemora 6º aniversário da Revolução. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1970, p. 1. MOURÃO lembrou ontem os passos da Revolução. *Diário Mercantil*, 1 abril 1970, p. 1. “EFEITOS benéficos da Revolução são evidentes”. Idem, p. 8.

¹²⁶ “EFEITOS benéficos da Revolução são evidentes”. Idem, p. 8.

¹²⁷ GERALDA Armond vai receber a medalha do Pacificador. *Diário Mercantil*, 18 nov. 1971, p. 5.

Grande”, publicada no *Diário Mercantil*, as duas mulheres ouvidas foram Geralda Armond e Maria Mourão, que se encontrava na cidade em virtude das comemorações revolucionárias.¹²⁸ Dentro dos eventos comemorativos foi inaugurada a “Expo-Revolução”, no Museu Mariano Procópio, sendo o acervo presenteado com violino, revólver e outras peças doadas pela viúva do general Mourão Filho, em cerimônia organizada por Geralda Armond.¹²⁹

Em 1974, o país atravessava um momento no qual a euforia do milagre econômico começou a dar sinais de desgaste, como exemplifica a matéria que divulgou a promoção de um grande mercado de Juiz de Fora, que “desejou comemorar, de maneira diferente, o décimo aniversário da Revolução”, disponibilizando três mil latas de óleos comestíveis à população que lotou o estabelecimento, pois o produto estava faltando no mercado, o que elevou o seu preço no varejo.¹³⁰ **(Anexo 10)** Outro ponto importante que marcou o ano em foi comemorado o décimo aniversário do “31 de março” foi a posse na Presidência da República do general Ernesto Geisel, o primeiro presidente não católico do Brasil (era luterano), “com uma proposta de transição controlada à democracia.”¹³¹

Embora os sinais de desgaste do regime ditatorial, as comemorações pelo aniversário da “Revolução” em 1974 tiveram início em 24 de março em todo o país. Nessa data, acompanhando os festejos nacionais, o *Diário Mercantil* começou a publicar “uma série de depoimentos que lembram os episódios que antecederam a eclosão da Revolução e que bem demonstram a participação da comunidade contra a desordem e a subversão dos maus brasileiros.”¹³² Qual a importância de comemorar tal data nessa conjuntura?

As datas e aniversários se constituem em importantes conjunturas de ativação de memória de um grupo social, destacam Priscila Antunes.¹³³ No caso do Brasil, a grande imprensa foi um ator social que sempre soube tirar proveito dessas ocasiões comemorativas.¹³⁴ Elizabeth Jelin salienta que as datas e aniversários são conjunturas de ativação da memória, ocasiões de comemorações em que na esfera pública a memória é

¹²⁸ O *Diário Mercantil* publicou a série comemorativa entre 24 de março de 1974 e 1º de abril de 1974, com sete reportagens.

¹²⁹ 10 anos de Brasil grande (7). Viúva de Mourão entrega doações ao Museu. *Diário Mercantil*, 31 mar. e 1 abr. 1974, p. 1. Maria Mourão: um exemplo de amor e muita coragem. Idem, p. 3.

¹³⁰ BELLINI vende óleos e comemora Revolução. *Diário Mercantil*, 31 mar. e 1 abr. 1964, p. 4.

¹³¹ ERNESTO Geisel, primeiro presidente não católico. *Diário Mercantil*, 15 mar. 1974, p. 5. REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: _____ et. al. (orgs.) *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. pp. 29-52. p. 44.

¹³² 10 anos de Brasil grande. Calderari diz que Revolução deu tranquilidade ao Brasil. *Diário Mercantil*, 24 e 25 mar. 1974, p. 1.

¹³³ ANTUNES, Priscila. Bomba em Riocentro. In: HERSHBURG, Eric; AGÜERO, Felipe. *Memorias militares sobre la repression en el Cono Sur: visiones em disputa em dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. pp. 71-106. p. 95.

¹³⁴ Idem, p. 96.

compartilhada por diversas gerações. As diferentes vozes de idosos e jovens com experiências muito diversas se fazem ouvir. Os fatos se reordenam e esquemas existentes se desordenam face às múltiplas vozes das gerações, que estabelecem questionamentos, relatos do vivido, do escutado e do olvidado, criando espaços intersubjetivos. Nesses momentos, as chaves do que está ocorrendo na subjetividade e no plano simbólico se tornam mais visíveis, as memórias de diferentes atores sociais se atualizam e voltam ao presente.¹³⁵

As datas redondas, comemorativas dos dez, vinte, trinta e quarenta anos do golpe de 1964, são consideradas significativas por Alessandra Carvalho e Ludmila da S. Catela, não porque as comemorações só se realizam nessas datas, mas por se constituírem em “datas convocantes” e “conjunturas de ativação da memória”.¹³⁶ A estratégia dos periódicos de “fazer balanços” sobre os dez anos e convocar pessoas para exporem suas recordações de 1964 tornou-se uma fórmula que se repetiu em aniversários do golpe, como observaram Carvalho & Catela. Dessa forma, opiniões variadas ganhavam espaço, como uma alternativa à censura imposta aos periódicos no período.¹³⁷

Na série de reportagens que comemorou os “10 anos de Brasil Grande” publicada no *Diário Mercantil*, Geralda Armond elaborou de forma diferente de Dona Maria Mourão as suas memórias acerca de março de 1964. Sobre o trabalho da memória, Gerard Vincent observa que o “processo de memorização funciona idiossincraticamente”, ou seja, mesmo pessoas que viveram “juntas décadas retêm seletivamente certos episódios e não os mesmos”, por isso mesmo quando as lembranças são “as mesmas recebem pesos diferentes”.¹³⁸ Geralda Armond ressaltou o papel das mulheres juizforanas na “Revolução do Milagre” e fez “questão de frisar que não foi líder feminina, em Juiz de Fora, ‘pois no Brasil houve apenas uma líder – a mulher brasileira’”.¹³⁹ A poetisa relembrou a concentração de março de 1964 no Parque Halfeld: “Foi um comício ou passeata monstro, uma grandiosa profissão de fé, empunhando as mulheres tochas acesas, feitas de bambu, por isso, improvisadas. Era a ‘Pira da Fé’”.¹⁴⁰

¹³⁵ JELIN, Elizabeth. Memórias em conflitos. In: *Puentes*, n. 1, Agosto de 2000. p. 6.

¹³⁶ CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. *31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas*. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las Conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madri: Siglo XXI, 2005. pp. 195-204. p. 198. A respeito da memória do golpe de 64 nas edições comemorativas dos vinte (1984) e quarenta anos (2004) nos jornais juizforanos, cf. COUTINHO, Iluska; FELZ, Jorge. “Memória e poder: o Golpe de 64 na imprensa de Juiz de Fora”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. v. 27, n.2, jul./dez. 2004. pp. 149-166.

¹³⁷ Idem, 202.

¹³⁸ VINCENT, Gérard. “Segredos da História e História do Segredo – O trabalho da Memória”. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. (orgs.). *História da Vida Privada: Da Primeira Guerra aos nossos dias*. v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 157-200. p. 186.

¹³⁹ 10 anos de Brasil grande (4) A mulher juizforana também deu o exemplo, fazendo a Revolução. *Diário Mercantil*, 28 mar. 1974, p. 8.

¹⁴⁰ Idem.

Portanto, a leitura dessa protagonista dos acontecimentos “revolucionários” deu contornos ímpares ao comício, pois não foram simples tochas, mas algo maior – uma pira – fogo que se mantêm aceso por um período prolongado.¹⁴¹ **(Anexo 11a)** Por outro lado, a viúva de Mourão Filho traçou as memórias de uma esposa dedicada e apaixonada de um general vitorioso. Dona Maria se representou como uma mulher corajosa e determinada a ficar ao lado do marido, mesmo sendo a única mulher dentro do Quartel General.¹⁴² **(Anexo 11b)**

As “senhoras democratas” de Juiz de Fora julgaram ter “queimado” com suas poderosas tochas os inimigos, que destruiriam seus lares e a Pátria. No período analisado, a euforia com o “governo revolucionário” era grande. O Brasil que derrotou o “comunismo ateu” com a ajuda das bravas “senhoras democratas” as valorizava com homenagens, condecorações, espaço na imprensa e representações positivas. No outro lado da moeda, as mulheres que lutavam para o fim da opressão implantada pelos militares foram retratadas nas páginas do *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde* em fotos de cartazes oficiais que procuravam por “subversivos” e seus nomes citados em julgamentos de grupos considerados “terroristas” realizados em Juiz de Fora.

As mobilizações das “senhoras democratas” de Juiz de Fora permanecem na memória de muitos moradores de Juiz de Fora em 1964: alguns que tiveram participação efetiva recordam com idealismo o momento em que derrotaram o comunismo e outros optaram pelo “silêncio”.¹⁴³ Dona Geralda Armond que faleceu em 1980 e várias “senhoras democratas” não estão mais vivas. Aquelas que estão vivas procuram não falar sobre o assunto, movidas por sentimentos como a decepção em relação aos rumos tomados pela “Revolução”.

¹⁴¹ A palavra pira remete a várias significações: “vaso em que arde um fogo simbólico”; “fogueira em que se queimavam cadáveres”; “qualquer tipo de fogueira”; “lugar em que alguém ou algo é submetido a uma prova”. Cf. *Dicionário Houaiss*. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=pira&styp=k>. Acesso em: 13 jul. 2007.

¹⁴² MARIA Mourão: um exemplo de amor e muita coragem. *Diário Mercantil*, 31 mar. e 1 abr. 1974, p. 3.

¹⁴³ Aline A. Presot observou que a evocação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade “foi sendo relegada aos ‘subterrâneos da memória’, uma vez que, ao suscitar sentimentos ambivalentes, como até mesmo a culpa (...), parcela da sociedade optou, em determinado momento, pelo silêncio em relação a estas manifestações, o que, longe de se constituir num esquecimento, carrega em si um conjunto de representações sociais prontas a emergir em momentos de crises, redefinidas pelas roupagens do presente.” PRESOT, Aline Alves, op. cit., p. 107.

CAPÍTULO 3 – “SER MULHER” NA “METRÓPOLE INTERIORANA”¹

A paisagem em volta era aquela de Minas, montanhas e montanhas. Sempre me perguntei, se a minha claustrofobia, não se devia um pouco ao confinamento entre montanhas. A cidade era cercada por elas. As montanhas e a repressão mineira eram combinação meio claustrofóbica. (*Parecer* direita, *parecer* direita!...) (Rachel Jardim. *Os Anos 40: A ficção e o real em uma época*, p. 41)

3.1. É PRECISO “SER” E “PARECER” DIREITA...

Em entrevista a João Guimarães Vieira, o Guima,² sobre o lançamento de seu livro *Os Anos 40*, a escritora Rachel Jardim,³ que estreava na literatura em 1973, resumiu o que era “ser mulher” em Juiz de Fora na década de 1940:

Reporto-me a um tipo de educação familiar, que gerou seres como eu, meio massacrados, sofridos, irremediavelmente marcados pela neurose. No livro, reporto-me muito a uma frase que ouvi desde que nasci: “Não é preciso só ser direita, é **preciso parecer** direita.” Hoje, se eu falar esse tipo de coisa com meus filhos, eles vão achar graça. Entretanto, para a minha geração era uma frase chave. **Parecer** **direita**. A minha luta foi **para ser**. Não ser direita, como diziam, mas para **ser**. Como foi duro!⁴ [Grifos no original].

O texto de Rachel Jardim traduz o doloroso esforço por ela despendido “para ser”, não uma mulher direita, mas em “ser” simples e plenamente mulher em Juiz de Fora. A autora sugeriu que esses conceitos mudaram. Será que ela estava com a razão levando em consideração a cidade nos anos de 1960 e 1970? O que a leitura dos jornais dos anos de 1960 e 1970 informou do que era “ser mulher” em Juiz de Fora?

O pensamento de Rachel Jardim tangencia com o de Simone de Beauvoir, que em sua publicação *O Segundo Sexo*, afirmou que “uma mulher não nascia mulher, mas tornava-se

¹ A expressão foi retirada de: AGIGANTA-SE a Metrópole Interiorana. *O Lince*, ago. 1965, p. 22-25.

² João Guimarães Vieira, o Guima, era artista plástico e editor do Caderno Arte e Literatura do Diário Mercantil. MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 28.

³ Rachel Jardim nasceu em Juiz de Fora. Em 1942 foi morar no Rio de Janeiro após uma temporada em Guaratinguetá, São Paulo, na fazenda de seu avô paterno. Depois de uma carreira bem-sucedida no Serviço Público Municipal do Rio de Janeiro, aposentou-se. A autora não se considera uma memorialista. As informações foram retiradas de: JARDIM, Rachel. *O penhoar Chinês*. 5. ed. Juiz de Fora: FUNALFA/Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 9.

⁴ VIEIRA, João Guimarães. Rachel Jardim e os Anos 40. *Diário Mercantil*, 13 e 14 mai. 1973. Arte e Literatura, p. 3.

mulher.”⁵ Portanto, é na sociedade, nos embates e conflitos cotidianos, que se constrói o “ser mulher” e o “ser homem”.

A expressão “ser mulher” remete ao debate em torno do conceito de gênero. Maria Izilda S. de Matos ressalta que devido ao caráter relacional a categoria gênero “procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro. Esses perfis se constituem social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados.”⁶ Longe do determinismo biológico, o conceito gênero assume importância para a análise das representações criadas em torno de um grupo. Eni Mesquita Samara analisa:

Reyna Pastor (1994) repensa essa questão afirmando ser impossível conceber uma história das mulheres sem uma história das representações. Para a autora, *gênero* é uma construção social e cultural sustentada pela diferença do feminino e do masculino. Sendo assim, a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos. Por isso é importante conhecer a estruturação e a evolução dos *sistemas de gênero*, ou seja, dos conjuntos de papéis sexuais, assim como as suas relações e representações que definem culturalmente o feminino e o masculino lhes concedendo identidade.⁷ [Grifos no original].

Em um artigo, Joana Maria Pedro historicizou categorias de análise como “mulher”, “mulheres”, “gênero” e “sexo”, através de um diálogo com a história dos movimentos sociais de mulheres, de feministas, de gays e de lésbicas. Para essa autora, são poucos os historiadores no Brasil que têm refletido sobre gênero como categoria de análise, pois o que mais se observa é seu uso em títulos de livros e de artigos, ou seja, embora apareçam citações de autoras como Joan Scott e Judith Butler é rara a prática da reflexão aprofundada sobre o assunto. Joana Maria Pedro questiona acerca do que estamos falando quando dizemos relações de gênero e se estamos nos referindo a uma categoria de análise, da mesma forma como quando falamos de classe, raça/etnia, geração.⁸

Na língua portuguesa não há a neutralidade existente na língua latina, portanto, em português gênero tem masculino e feminino, analisa Joana M. Pedro. Todos os seres animados e inanimados têm gêneros, mas somente alguns seres vivos têm sexo. Como as

⁵ BEAUVOIR, Simone de, apud. DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, pp. 217-457, 2001, p. 217. Mary Del Priore observa que Simone de Beauvoir falou sobre a inexistência de uma história das mulheres, resultando desta ausência, o motivo pelo qual as mesmas não podem orgulhar-se de si mesmas.

⁶ MATOS, Maria Izilda S. de. “Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades.” In: SAMARA, Eni Mesquita et. al. (orgs.) *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. pp. 83-114. p. 97.

⁷ SAMARA, Eni Mesquita. “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”. In: _____ et. al. (orgs.), *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. pp. 11-51. p. 39.

⁸ PEDRO, Joana Maria. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. pp. 77-98. p. 77-78.

palavras na maioria das línguas têm gênero, mas não têm sexo, levou os movimentos feministas e de mulheres a utilizarem “gênero” no lugar de “sexo”, nos anos de 1980. Desta forma, reiteravam que as diferenças comportamentais entre homens e mulheres não eram dependentes do “sexo” como questão biológica, mas sim eram definidas pelo gênero, portanto, ligadas à cultura. O uso da palavra “gênero” tem sua história relacionada com movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, uma trajetória acompanhada pela luta por direitos civis e humanos como igualdade e respeito.⁹

O conceito de gênero entendido como produto histórico das representações e das relações sociais de poder será o usado para estabelecer as representações do “ser mulher” em Juiz de Fora nos anos de 1960 e 1970.¹⁰ Portanto, não o “ser mulher” enquanto dado apenas biológico ou sexual, mas um “ser” construído no embate cotidiano na e pela sociedade.

A ruptura com vários padrões comportamentais ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, quando jovens reagiram “contra a repressão e o controle ostensivo de que se consideravam reféns”.¹¹ Para Christina F. Musse a influência dos movimentos da contracultura, em Juiz de Fora, remodelaram as relações de gênero, que se tornaram menos preconceituosas.¹² A autora entrevistou Gilvan Procópio Ribeiro, estudante de Letras nos anos 60, que assim analisou a relação homem-mulher no período:

Antes, na minha fase de adolescência, relação com mulher é uma coisa... Se você vai sair com uma menina, sair com ela para tomar uma cerveja, é porque você vai levar ela para a cama. E isso começa a mudar. Você começa a ter uma relação de igual para igual com a mulher, isso é uma mudança enorme. Você pode ter uma mulher que você respeita, porque ela pensa como você de igual para igual, ela é sua amiga, mas não necessariamente mulher de cama.¹³

O entrevistado, ao relatar a sua opção no vestibular, revelou o preconceito latente na sociedade: “Quando cheguei em casa, e falei que eu ia fazer Letras, meu irmão mais velho falou: ‘Você vai fazer esse curso de veado?’”¹⁴ Em sua análise, Christina F. Musse reconhece que haviam atividades qualificadas como “profissão de mulher” deixando pistas sobre a existência de idéias sedimentadas em relação a determinados fazeres. Muito além de “trabalho de homem” ou “afazeres femininos”, a expressão “profissão de mulher” sugere a inserção da

⁹ Idem.

¹⁰ MOURÃO, Ignes Ferber T.. “Novos conceitos organizacionais e um questionamento sobre o uso instrumental do gênero rumo à complexa era do conhecimento”. In: *Gênero*. Niterói, v. 3, n. 1, 2. sem. 2002. pp. 123-132. p. 126.

¹¹ SOIHET, Rachel. “Formas de violência, relações de Gênero e feminismo”. In: *Gênero*. Niterói, v. 2, n. 2, 1. sem. 2002. pp. 7-25. p. 21.

¹² MUSSE, Christina F., op. cit., p. 128.

¹³ RIBEIRO, Gilvan Procópio, apud. Idem, p. 128. O trecho transcrito do trabalho de Christina F. Musse é parte da entrevista da autora com Gilvan Procópio Ribeiro em 25 nov. 2003.

mulher no mercado de trabalho, mas desempenhando funções “mais leves”, que necessitavam da doçura e feminilidade. Portanto, a virilidade masculina não combinava com o magistério das Letras, escolhido pelo entrevistado por Christina F. Musse.

Outro dado importante na entrevista de Gilvan P. Ribeiro mencionado por Christina F. Musse é o referente ao olhar repleto de relações de poder dos estudantes de Engenharia, que “iam para a porta da Facit [fábrica da periferia] jogar milho para as meninas”.¹⁵ As operárias eram consideradas “fáceis” pelos estudantes, que pertenciam às camadas privilegiadas (chamados de *play-boys* pela imprensa local), uma vez que se joga milho às “galinhas”, palavra carregada de conotação negativa, usada em referência às mulheres promíscuas em seus relacionamentos com o sexo oposto. Na atitude dos universitários estava implícita a violência simbólica nas esferas de gênero, classe, social e cultural.¹⁶ As operárias da fábrica eram alvos da zombaria dos rapazes por serem mulheres, pobres, que não freqüentavam seu círculo social e consideradas pouco letradas em relação a eles (universitários). Sobre esta estratégia masculina, Rachel Soihet observou que “a utilização da zombaria, ridicularizando-se as mulheres, como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos constitui-se em algo habitual, perdendo-se na longa duração”.¹⁷

Os relatos como os de Gilvan P. Ribeiro são indícios de que as relações entre gêneros na cidade não eram cordiais, sobretudo aquelas envolvendo homens e mulheres pertencentes a classes sociais diferentes. Nesse contexto, pode-se inferir que as condutas como as dos universitários são motivadas pelo desejo de manutenção do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros.¹⁸ As operárias da fábrica tinham relativo poder proporcionado pelo seu trabalho e pelo salário fixo, sendo que desfrutavam de certa autonomia financeira, sobretudo em relação a muitas mulheres que continuavam presas às prendas domésticas e sendo sustentadas por seus maridos.

Algumas questões emergem diante das formulações de Rachel Jardim e de Gilvan P. Ribeiro: Quais foram as representações construídas em torno do “ser mulher” nessa sociedade do interior de Minas Gerais, que respirava ao mesmo tempo ventos do conservadorismo e ares da contracultura? O que pode ser percebido através da leitura dos jornais do período acerca da relação entre os gêneros? Na tentativa de responder às essas questões, as atitudes e os discursos de várias mulheres publicados em matérias do *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*

¹⁴ Idem, p. 129.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 74.

¹⁷ SOIHET, Rachel. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. In *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(3): 320. set./dez., 2005. pp. 591- 611. p. 592.

forneceram pistas do dilema por elas enfrentado para preservar a imagem de “mulher direita”, sobre a qual se ocupavam os parentes, vizinhos e a imprensa.

As mulheres que estavam na faixa etária dos 20 anos aos 50 anos, nas décadas de 1960 e 1970, nasceram na primeira metade do século XX (entre 1910 a 1950), portanto, foram educadas em um contexto bem diferente daqueles da contracultura. Joana Maria Pedro salienta a importância das construções sociais promovidas por mulheres mais velhas da família, como mães e avós, assim como da imprensa, da Igreja e da escola na formação de imagens idealizadas pelas mais jovens.¹⁹ Muitos jovens, rapazes e moças, romperam com o que consideravam amarras familiares e sociais, mas não foram todos. Uma boa parcela que ousou, sofreu sanções sociais que marcaram indelevelmente sua existência.

Retomando a fala de Rachel Jardim, que se constituiu “mulher” nos anos de 1940 e analisando as idades de mulheres envolvidas em crimes que abalaram a sociedade nos anos 60 e 70, que em geral, estavam na faixa etária dos 20, 30 e 40 anos, compreende-se o peso das construções sociais estabelecidas por gerações mais velhas e instituições na infância e juventude dos anos 30, 40 e 50 e início de 60. O caso de Maria que cometeu infanticídio em 1964, é um exemplo, em seu depoimento, percebe-se a pressão social sofrida por mulheres por “parecer direita”. Ela que foi seduzida na adolescência, parece ter vivido esse conflito pelos quinze anos que separaram o defloramento ao crime por ela cometido. Quando deu à luz era mulher madura, mas solteira aos 31 anos, por isso livrou-se do fruto de uma relação não abençoada pelos laços do matrimônio. O nome do deflorador de Maria, quando esta estava com mais ou menos 16 anos e o do pai da criança morta foram citados pela reportagem, no entanto, aparecem como figuras apartadas da trama, na qual a infanticida foi alvo de representações negativas.²⁰

O grande número de mulheres solteiras, que recorreram ao aborto na cidade, sugeriu como era difícil “ser uma perdida” naquele contexto social. As jovens defloradas escondiam ao máximo que podiam a sua situação de “não ser mais moça”. Quando o defloramento e as relações sexuais levavam a uma gravidez indesejada, geralmente aliada ao abandono pelo namorado ou noivo, desencadeava-se o medo de expô-las primeiramente às sanções familiares e depois aos comentários de vizinhos. Para evitar o “vexame” muitas recorreram ao aborto, que mal sucedido poderia levá-las ao Pronto Socorro Municipal, gerando a exposição pública

¹⁸ Idem, p. 591.

¹⁹ PEDRO, Joana. Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 89.

que tanto temiam: a denúncia do crime e a abertura de um inquérito policial. Os comportamentos das mulheres que recorreram às práticas abortivas e aos infanticídios, em Juiz de Fora nas décadas de 1960 e 1970, estavam próximos aos apontados para esses crimes no início do século XX.²¹ Isso supõe uma permanência na atitude dessas mulheres fruto de construções vivenciadas por elas e outras adquiridas como legado cultural.

As solteiras eram alvos de controle moral ainda nos anos de 1970, embora a participação das mesmas no mercado de trabalho formal ganhasse cada vez mais visibilidade. Em muitos lares, o papel das filhas solteiras foi preponderante no orçamento familiar. Na crônica “Mulher hoje”, Cosette de Alencar destacou a importância daquelas que através do trabalho levavam conforto material aos seus pais: “Solteiras, mandam brasa. Em geral, suplantam os irmãos, irmãos crescidos, que não sabem como disputar-lhes a liderança”.²² A cronista afirmou que as solteiras assumiam corajosamente responsabilidades. Ao se referir às mulheres solteiras que eram “arrimos de família” desempenhando profissões que exigiam nível de escolarização secundário, Cosette informou que, em geral, eram jovens (em torno dos vinte anos), portanto de idades diferentes da dela, nascida em 1918, que estava na faixa etária dos cinquenta anos.²³ Nos anos de 1970, as jovens solteiras desenharam um padrão de “ser mulher” que trabalhava fora de lar e em profissões reconhecidas como as datilógrafas, enfermeiras, escriturárias e contadoras.

Assim como as jovens dos anos de 1970, Cosette de Alencar foi uma mulher que “mandou brasa” e sempre trabalhou. Não se casou. Sobre a amiga por mais de 40 anos, o radialista Gabriel Gonçalves da Silva disse não entender a razão porque Cosette deixou “que o amor lhe fugisse” levando-a a morrer solteira. Na crônica “Adeus Cosette” o radialista relatou: “Eu nunca soube, Cosette de Alencar, apesar de nossa amizade, que você tivesse tido um namorado. Mas teve muitos que a amaram profundamente”.²⁴

²⁰ MÃE dá à luz e mata filha minutos depois, jogando-a de um 3º andar em terreno alheio. *Diário da Tarde*. 29 jul. 1964, p. 5-6. O caso será tratado com maiores detalhes no capítulo 5: *Nem sempre amadas...*, item 5.3. *Mocinhas ou bandidas: elas também matam*.

²¹ São exemplos de estudos que tratam da questão de aborto, infanticídio, defloração no início do século XX: ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2000. PEDRO, Joana. Maria, 1994. PEDRO, Joana. Maria. “As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX”. In: MATOS, Maria Izilda S. de.; SOIHET, Rachel. (orgs) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²² ALENCAR, Cosette de. *Mulher Hoje*. *Diário Mercantil*, 15 mai. 1971, p. 4.

²³ Idem.

²⁴ SILVA, Gabriel G. *Retrato da saudade*. Juiz de Fora: S/E, 1980. p. 46.

O “ser mulher”, gradativamente, incluiu ter uma profissão formal fora do lar. O crescimento do setor terciário na cidade gerou muitos empregos e parcela considerável das vagas foi ocupada por mão-de-obra feminina. As autoridades tentaram preservar os espaços urbanos para a circulação das mulheres distintas e trabalhadoras (“de família”) dos espaços freqüentados pelas aquelas da órbita da não-produção (“vadias”: prostitutas e as mendigas). As denúncias nos jornais de “inferninhos” que incomodavam as famílias abundaram, demonstrando que a sociedade procurou demarcar e preservar o espaço das honestas.

A oposição entre os lugares de “mulheres honestas” e os das “mulheres de vidas irregulares” sempre foi evidenciada em reportagens que denunciavam a prática da prostituição. O artigo do *Diário da Tarde*: “Essas mulheres que não podem andar por aqui” explicou as intenções do inspetor policial de não permitir a presença de prostitutas no meio familiar.²⁵ No referido artigo, foi estampada uma foto com cinco mulheres detidas na *blitz* contra o *trottoir* na “parte baixa” da Rua Halfeld, antigo foco de prostituição. **(Anexo 12a)** A publicação de fotos de prostitutas nos jornais foi uma prática comum no período estudado, como um reforço ao texto. As imagens das prostitutas mostravam a decadência, o vexame e a humilhação e embutiam um fundo pedagógico: Evite ser uma delas! **(Anexo 12b)** A notícia informou ainda que a autoridade policial advertiu: “As mulheres que já tiveram sido detidas anteriormente, poderão, já na segunda prisão, receber notificação dando o prazo de trinta dias para arranjar trabalho honesto, sob pena de ser efetuado o flagrante de vadiagem”.²⁶ O texto deixou claro que havia um espaço determinado para a prática da prostituição na cidade: “Pelo visto, a polícia vai tolerar a presença de mundanas somente na Rua Henrique Vaz”, ou seja na Zona Boêmia da época, que incluía também a Rua 31 de Maio e adjacências.²⁷ Portanto, dizer a uma mulher há alguns anos atrás: “parece que veio da Henrique Vaz” era insinuar que estava se trajando ou se comportando como “não honesta”, isto é, como uma prostituta.²⁸

O discurso proferido por repórteres e cronistas, em geral homens, afirmava que “um mau passo” feminino, franqueava a saída de uma mulher da órbita da honestidade e o seu ingresso no mundo da prostituição. Em matérias sobre os motivos da prostituição foi comum afirmar que muitas mulheres seduzidas não encontraram apoio em suas famílias e tornaram-se meretrizes.²⁹ Algumas casadas que romperam com o papel de “mulheres honestas” levando seus maridos a cometerem crimes, também se tornaram candidatas à vida no meretrício.

²⁵ ESSAS mulheres que não podem andar por aqui. *Diário da Tarde*, 21 jan. 1971, p. 8.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ A expressão foi usada com vigor até o início dos anos de 1980, quando a “Zona Boêmia” foi cedendo espaço às inúmeras oficinas mecânicas que existem hoje no local. Os moradores mais antigos lembram-se da expressão.

Assim aconteceu com Maria, uma jovem mulher com 20 anos, casada havia 6 anos, que se cansou de viver com o marido, deixou com ele os filhos e foi morar numa “boate” na cidade vizinha de Santos Dumont onde “fazia vida” com o nome de “Amélia”. A jovem estava desesperada com o assassinato do amante pelo marido traído, que “sem dó” apunhalou o rival. “Amélia” pensou em suicidar-se tomando formicida.³⁰

Como uma mulher “honesta” ou “direita” não podia tomar certas atitudes, muitas encontravam estratégias para fugir dos comentários de vizinhos e curiosos. Uma mulher solteira, que matou seu amante em 1975, afirmou que o sinal dos encontros eram “as costumeiras duas buzinas” dadas em frente à sua casa, mas ele parava o carro mais à frente de sua residência.³¹ A estratégia dessa amante assassina, não evitou comentários de vizinhos, que estranhavam seu estado civil, aos 35 anos de idade.³² Outra mulher casada e pivô de um crime passional afirmou que entrou no carro do amigo (acusado pelo marido de ser seu amante) para evitar dúvidas e comentários.³³

As viúvas também foram alvos dos “cuidados” alheios e manter-se honesta após o falecimento do marido era uma necessidade social. Mariza Corrêa observa a questão da viuvez em termos da legislação: enquanto o viúvo poderia contrair núpcias sem resguardar um tempo mínimo, a viúva deveria “guardar o prazo legal de dez meses para ‘afastar a incerteza sobre a paternidade’ de um filho que possa ter.”³⁴

Acerca da viuvez que “atinge necessariamente grande parte das mulheres” Michelle Perrot, analisa a ambivalência dessa fase na qual as diferenças dos meios sociais se tornam relevantes.³⁵ A autora destaca que na viuvez “a relação com o dinheiro mais se diferencia”, isto é, algumas mulheres são marginalizadas e obrigadas à co-habitação, se tornando “uma boca inútil”; enquanto outras, com boas rendas desfrutam de prestígio social e são aduladas, marcando para as mesmas “um tempo de poder e de revanche”.³⁶ Portanto, como observa a historiadora francesa, estar viúva representa poder para algumas mulheres e submissão para outras de classes mais pobres obrigadas a morar com filho e nora ou filha e genro, perdendo espaço e o poder. A altivez de muitas viúvas de Juiz de Fora, que desde o século XIX

²⁹ DEPOIS do primeiro passo, só a vergonha e humilhação. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1969, p. 8.

³⁰ MARIDO traído vai lá e mata rival sem dó. *Diário Mercantil*, 10 nov. 1972, p. 6.

³¹ APARECIDA presta depoimento e diz que atirou em Ezídio. *Diário da Tarde*, 22 mar. 1975, p. 8. Cf. Capítulo 5: *Nem sempre Amadas...*, item 5.3. *Mocinhas ou bandidas: Elas também matam*.

³² CRIME do Bom Pastor desapareceu Aparecida. *Diário da Tarde*, 29 jan. 1975, p. 8.

³³ ORDÁLIA já falou à Polícia. *Diário Mercantil*, 5 dez. 1973, p. 9. Cf. Capítulo 5: *Nem sempre Amadas...*, item 5.3. *Mocinhas ou bandidas: Elas também matam*.

³⁴ CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 89.

³⁵ PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 48-49.

³⁶ Idem.

administravam sua prole e dominavam a casa, foi ressaltada por vários literatos locais³⁷ como Rachel Jardim, que percebeu a independência econômica das viúvas do início do século XX:

Feminismo? Acho graça. É só pensar nas matriarcas antigas, nas viúvas empobrecidas que sustentavam sozinhas os lares, bordando, fazendo doces especiais para fora, com perfeita organização e sem perderem em nada o respeito social. (...) Essas mulherzinhas atuais me matam de vergonha.³⁸

Algumas viúvas representaram “perigo”, pois sozinhas se defenderam em uma sociedade na qual a honra era um valor revestido de virilidade. Em 1966, uma mulher, Francisca, viúva, que tinha em torno de 38 a 40 anos (as duas idades foram divulgadas) estava em uma festa julina no Linhares, bairro da zona leste, quando “ouviu uma proposta indecorosa de um D. Juan barato” e respondeu com uma facada no peito do galanteador.³⁹

Por que Francisca tomou atitude tão drástica de ferir gravemente o “Don Juan”? Em seu depoimento, a viúva justificou seu ato apelando para a questão moral, ou seja, recebeu “proposta indecorosa” e foi desmoralizada pelo homem que “andara falando coisas sobre ela”.⁴⁰ A mulher disse que na festa “esbarrou de costas, em Irineu” e procurou se desculpar, mas começou uma discussão entre ambos e ela recebeu um soco no rosto dado pelo homem.⁴¹ A viúva Francisca afirmou que “por causalidade, pois não costumava andar armada” trazia uma faquinha e desferiu-a contra o “Don Juan”.⁴²

A verdade é que Francisca era reincidente, pois havia atentado contra uma vizinha, anos antes, usando uma faca “que manejava como ninguém”, destruindo seu argumento construído no depoimento de que não costumava andar armada.⁴³ A partir do conhecimento dos antecedentes de Francisca as representações construídas para ela se modificaram: de viúva que defendeu sua honra contra um “Don Juan barato” foi apresentada como uma pessoa “cismada e brava”, que não era “flor que se cheire” e que “até nua já se exibiu no mencionado bairro” [Linhares].⁴⁴ Enquanto, isso a imagem de Irineu foi valorizada: “pessoa casada, pai de três filhos e de bom procedimento e que quando se deu o delito, não se encontrava

³⁷ Pedro Nava é o escritor juizforano que se destacou na referência ao poderio feminino em Juiz de Fora no século XIX e início do século XX, ao descrever em suas memórias a figura de sua avó Dona Luiza. Cf. NAVA, Pedro. *Baú de Ossos: memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Editora Sabiá, 1973.

³⁸ JARDIM, Rachel. “Num Reino à Beira do Rio”. In: _____.; BUENO, Alexei. *Num Reino à Beira do Rio: um caderno poético*. Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2004. p. 63.

³⁹ A viúva ouviu a proposta atrevida do D. Juan que teve como resposta uma facada no peito. *Diário da Tarde*, 26 jul. 1966, p. 6.

⁴⁰ MULHER que tentou matar homem no Linhares é reincidente. Em 58, esfaqueou uma vizinha. *Diário da Tarde*, 28 jul. 1966, p. 6.

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ibidem.

embriagado”.⁴⁵ As dessimetrias de gênero podem ser observadas no caso: Irineu mesmo casado estava até a madrugada (“três horas da manhã”) se divertindo em uma festa, fato considerado natural pelas testemunhas ouvidas pela polícia; ao passo que Francisca, a viúva que ficou até o mesmo horário na quermesse, era uma desordeira.⁴⁶ A presença de Francisca na festa até a madrugada demonstrou a relativa liberdade que desfrutava uma viúva nas classes populares, mas não a livrou de representações negativas, ao romper com a passividade feminina e agredir o homem que cometeu violência física e simbólica contra ela.

A preocupação com a situação de abandono e solidão das viúvas levou D. Geraldo, arcebispo de Juiz de Fora a realizar reuniões com as mesmas em 1975 e publicar uma carta aberta, na coluna *Igreja*, onde se lê o trecho:

Minha querida irmã de **sofrimento**.

Você ficou viúva, **tudo acabou para você**. Foi como se o mundo inteiro caísse sobre os seus ombros. Seus pés não sentiram mais segurança no chão que pisavam. Seu coração continuou a bater, mais deixou de vibrar. Seu sorriso escasso e frio já não alegra ninguém, pois, só se pode dar o que se tem. Seus olhos sempre abertos e distantes sondam os horizontes, à procura de uma explicação e de um sentido para tamanha dor. Todas, ou melhor, quase todas as suas amizades esfriaram e você pode agora contar nos dedos, as verdadeiras, e sei o quanto sofre com isso.⁴⁷ [Grifos meus].

As viúvas às quais Dom Geraldo destinou a carta e que lhe pediram para promover reuniões de ajuda mútua eram, em geral, idosas. Alguns detalhes da carta do arcebispo informam sobre a dimensão da solidão nas vidas dessas mulheres, confirmando que a terceira idade é feminina. A perda do companheiro (o “chão”) e das amigas, que idosas também iam falecendo aos poucos, reduziam-lhes gradativamente o grupo de relacionamento construído ao longo da vida, restando-lhes os filhos, que envolvidos com os seus problemas cotidianos, pouco tempo podiam dedicar-lhes. Dias depois, o grupo de viúvas que freqüentava as reuniões na Catedral Metropolitana publicou na coluna *Igreja* uma oração às viúvas e um convite para uma palestra proferida pelo arcebispo com palavras “de estímulo e de Esperança”.⁴⁸

⁴⁴ TESTEMUNHA parcial do crime no Linhares declara: “Honória não é nenhuma flor que se cheire”. *Diário da Tarde*, 1 ago. 1966, p. 6.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Em julgamento realizado em dezembro de 1966, os jurados desclassificaram o delito para lesões corporais de natureza leve, por não ter sido anexado aos autos o exame complementar de auto de corpo de delito, provando que a vítima ficou incapacitada para o trabalho por mais de 30 dias. A ré Francisca foi condenada a dois meses de detenção. Como estava presa havia cinco meses na cadeia foi liberada após o julgamento. Cf. CONDENADA a dois meses, já havia cumprido a pena, até com excesso. *Diário da Tarde*, 10 dez. 1966, p. 6.

⁴⁷ CARTA aberta às viúvas. *Diário Mercantil*, 2 e 3 mar. 1975. *Igreja*, p. 2.

⁴⁸ Cf. ATENDENDO a um pedido. *Diário Mercantil*, 21 mar. 1975. *Igreja*, p. 2.

Na Semana Santa Dom Geraldo celebrou uma missa para as viúvas, que ocuparam metade da Catedral Metropolitana, na qual ele destacou a importância de três temas: o estado de santidade que é a viuvez (que se assemelhava à “situação de Nossa Senhora na morte de Cristo”), a importância de sofrer a solidão com resignação e o papel importante das viúvas para a “redenção da humanidade”.⁴⁹ A Igreja Católica considera o casamento um sacramento indissolúvel - “até que a morte os separe”, permitindo aos viúvos contraírem segundas núpcias. Apesar do consentimento por parte da Igreja Católica de casamento para pessoas em estado de viuvez, a fala do arcebispo excluiu qualquer outra dimensão às viúvas, que não a da resignação. O falecimento do marido assinalava a “morte” da sexualidade da esposa. As palavras do arcebispo certamente confortavam as senhoras que freqüentavam a Catedral, mas não serviam de alento às necessidades de muitas viúvas, especialmente aquelas de camadas populares, que respondiam sozinhas pelo sustento de seus lares e a defesa de sua honra, como provaram as atitudes de Francisca, no caso mencionado nas páginas anteriores.

As mulheres desquitadas eram alvos de vigilância ainda maior, pois se situavam de acordo com representações construídas na imprensa em uma linha tênue entre ser e não ser honesta. As reportagens frisavam que o motivo da maioria dos pedidos de desquites na cidade era o adultério praticado pelas esposas, o que levava a uma representação negativa em torno das desquitadas.⁵⁰ O número de desquites cresceu em Juiz de Fora nos anos de 1970, fenômeno que gerou muitas matérias especiais sobre o assunto, que destacaram os males da separação para os filhos e a discriminação das mulheres desquitadas na sociedade.⁵¹

O desespero em manter a imagem de “direita” fez com que muitas mulheres tentassem o suicídio, cujos índices elevados preocuparam as autoridades policiais de Juiz de Fora. Os dois locais preferidos pelos suicidas nos anos de 1960 e 1970 eram o Rio Paraibuna e o Edifício Clube Juiz de Fora.⁵² Em diversas reportagens, o *Diário da Tarde* procurou chamar a atenção para a questão, bem como apontar as razões que levavam uma pessoa a cometer tal ato. No grupo de suicidas figuraram muitas mulheres, sobretudo as prostitutas.⁵³ Algumas tentativas de suicídio deixaram seqüelas físicas em mulheres que ficaram mutiladas.

⁴⁹ Cf. SEMANA Santa teve missa para as viúvas. *Diário da Tarde*, 27 mar. 1975, p. 4.

⁵⁰ Cf. ADULTÉRIO pode matar família. *Diário da Tarde*, 4 mai. 1970, p. 1. AMEAÇA: a família pode acabar. Idem, p. 3. São exemplos de reportagens sobre o tema.

⁵¹ Acerca das representações em torno do desquite cf. o capítulo 4: *As mulheres no ritmo dos novos tempos*, item 4.1. “E a família, como vai?”.

⁵² As autoridades reivindicavam que grades (ou um alambrado) fossem colocadas no terraço do edifício para inibir a ação dos suicidas, pois de dezembro de 1972 a abril de 1973, o local foi palco de três suicídios, dos cinco registrados. DELEGADO foi ver problemas do terraço. *Diário Mercantil*, 28 abr. 1973, p. 6. TERRAÇO estudo solução para acabar suicídios. *Diário da Tarde*, 28 abr. 1973, p. 8.

⁵³ Cf. Capítulo 6: *Os corpos das “Filhas de Eva”*, item 6.3. As “Operárias da Noite”.

Os meios que os suicidas ou “quase” utilizaram para atentarem contra as próprias vidas demonstraram diferenças entre os gêneros: as mulheres jogavam-se no Rio Paraibuna, atiravam-se na frente de trens ao longo das linhas férreas que cortavam Juiz de Fora, ingeriam produtos que tinham em casa e de fácil aquisição como os formicidas ou usavam objetos cortantes como lâminas de barbear e facas caseiras; enquanto que os homens pulavam do alto de prédios elevados ou usavam armas de fogo. As mulheres que conseguiram sobreviver ou deixaram bilhetes, justificaram seus atos afirmando ser por amor (não correspondido ou a um companheiro morto), um compromisso rompido, a certeza da separação e a desilusão diante da vida. Os homens também apontavam desilusões com a vida proporcionada pelo desemprego, pelo amor não correspondido ou a vergonha de ter sido traído.

Para exemplificar o crescimento da “onda de suicídios” na cidade duas notícias significativas, protagonizadas por mulheres, foram publicadas no ano de 1972 no *Diário Mercantil*. A notícia intitulada “Três mulheres movimentam Pronto Socorro e Polícia” iniciou informando os motivos das tentativas de suicídios, isto é, o desespero, o amor não correspondido e o desejo de manter a posse do filho.⁵⁴ A primeira mulher era uma menor de 16 anos, residente na Rua 31 de Maio (Zona Boêmia), que de acordo com a reportagem tentou fazer o mesmo que uma colega dias antes e jogou-se no Rio Paraibuna, pois estava desiludida com um rapaz que namorava e com a vida, mas foi salva por duas irmãs e por um homem que passava no local. A segunda mulher sentindo-se abandonada pelo marido que foi trabalhar no Estado do Rio de Janeiro arrumou um amante, porém o esposo ficou sabendo e ameaçou matá-la, o que a levou a tomar alta dose de formicida. Nadir, a terceira mulher, perdeu a guarda de seu filho, um menino de dois anos para seu ex-amásio, por isso ameaçou matar a criança e depois se suicidar usando ferros de construção, nas dependências do Fórum, sendo que ela e a criança ficaram feridas. Ainda inconformada e desesperada com a decisão judicial, Nadir tentou reaver o filho: foi à noite até a residência do ex-amásio e ameaçou esfaqueá-lo.⁵⁵

Outra reportagem de 1972 informou aos leitores do *Diário Mercantil* sobre “um fim de semana trágico” de dezembro, no qual quatro mulheres tentaram suicídio. Dois casos foram por motivos familiares: Marlene, 19 anos, casada, ingeriu o veneno “Neguvon” em uma fazenda do lugarejo de Sarandira e a senhora Gicélia, 21 anos, se intoxicou. Ao receber propostas sexuais consideradas “anormais” de uma colega da Henrique Vaz, Suely, 18 anos,

⁵⁴ TRÊS mulheres movimentam Pronto Socorro e Polícia. *Diário Mercantil*, 16 ago. 1972, p. 6.

⁵⁵ Idem. DELEGACIA de Segurança vai ouvir esfaqueadora. *Diário da Tarde*, 14 ago. 1972, p. 8. A mulher era conhecida da Polícia, pois em defesa de sua mãe, Nadir matou um rapaz em dezembro de 1966, mas foi absolvida em dezembro de 1968. Cf.: BRIGA de crianças resulta em crime de morte na Vila Olavo Costa. *Diário*

desesperada se embebedou e se cortou com uma lâmina de barbear. O caso grave ocorreu com Maria, casada, 36 anos, que no banheiro que não era de sua casa, cortou seu supercílio direito e depois golpeou o próprio ventre com faca de cozinha, sendo hospitalizada.⁵⁶

Uma tentativa de suicídio em 1968 se destacou pelas explicações dadas pela mulher, de 27 anos, que se atirou na ponte do bairro Manoel Honório, no “trecho onde o rio é caudaloso e profundo”, mas foi salva por um homem que passava pelo local: cometeu o ato, pois seu marido “depois de acalorada discussão mandou que ela ‘fosse fazer vida’”.⁵⁷ As palavras do marido deixaram a mulher “desiludia e nervosa”, uma vez que ao mandá-la “fazer vida” a estava considerando como não honesta ou passível de não ser, ou seja, ele feriu a sua dignidade ao associá-la a uma prostituta. Afinal, o importante era ser e parecer direita...

Os padrões de coerção moral variaram de acordo com a classe social, mas alguns valores circulavam interclasses. É importante frisar que as mulheres das classes populares desempenharam por necessidade, desde o início do século XX, atividades remuneradas fora dos lares levando-as, em comparação com as de outra classe social, a procedimentos menos inibidos.⁵⁸ As fontes mostraram que em todas as classes sociais houve a preocupação em não apenas “ser”, mas acima de tudo em “parecer” honesta em Juiz de Fora. Apesar das conquistas femininas das décadas de 1960 e 1970, os padrões de moralidade ainda continuaram rígidos, levando as mulheres da “metrópole interiorana” (Juiz de Fora), mescla de cidade conservadora com moderna, a incorporarem a necessidade de evitar o estigma de “ser uma mulher perdida”.

3.2. AS DAMAS NO JOGO SOCIAL

O jogo social é importante no campo das representações, servindo como reprodução e manutenção do capital social e do capital simbólico.⁵⁹ Nesse jogo social, no qual as relações de gênero também são construídas o papel das mulheres sempre foi fundamental, como salienta Pierre Bourdieu:

da Tarde, 10 dez. 1966, p. 6. TRIBUNAL absolveu a ré. *Diário da Tarde*, 12 dez. 1968, p. 6. Ver capítulo 5: *Nem sempre amadas...*, item 5.3. *Mocinhas ou bandidas: elas também matam*.

⁵⁶ UM fim de semana trágico 4 mulheres se desesperam. *Diário Mercantil*, 5 dez. 1972, p. 6.

⁵⁷ O homem suicidou-se e a mulher atirou-se ao rio. *Diário da Tarde*, 14 ago. 1968, p. 6.

⁵⁸ SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 362-400. p. 367.

⁵⁹ BOURDIEU, Pierre, 2007. p. 60.

É assim que uma parte muito importante do *trabalho feminino* que cabe às mulheres tem ainda hoje por finalidade, em diferentes meios, manter a solidariedade e a integração da família, sustentando relações de parentesco e todo o capital social com a organização de toda uma série de atividades sociais ordinárias, como as refeições, em que toda a família se encontra, ou extraordinárias, como as cerimônias e as festas (aniversários etc.) destinadas a celebrar ritualmente os laços de parentesco e a assegurar a manutenção das relações sociais e da projeção social da família, ou as trocas de presentes, de visitas, de cartas ou de cartões postais e telefonemas.⁶⁰
[Grifos no original]

Ao mesmo tempo em que conquistaram espaços profissionais importantes nos anos de 1960 e 1970, as mulheres continuaram desempenhando papel indispensável no jogo social. Paralelamente às suas atividades profissionais, em função das mesmas ou enquanto mães, esposas ou filhas de homens de relevo na sociedade, as mulheres receberam destaque na imprensa. Quais as representações construídas para essas mulheres, consideradas damas da sociedade? Qual a importância dessas representações no jogo social?

Em sua análise de periódicos de Florianópolis do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, Joana Maria Pedro concluiu que: “As mulheres tornavam-se temas de jornais não apenas como imagens. Os periódicos davam publicidade às suas relações familiares e à suas sociabilidades. Aparecer nos jornais tornou-se uma nova forma de distinção.”⁶¹ No alvorecer do século XX estar nas páginas de jornais gerava capital simbólico ao retratado, sendo que “alguns até pagavam para ter seus nomes divulgados.”⁶²

No Brasil, a partir dos anos de 1950, as colunas sociais ocuparam um papel de destaque. Sobre essa questão debruçou-se Iluska Coutinho, que destacou o fascínio exercido pelos jornais em todas as classes sociais, pois uma pessoa que tem seu nome e/ou sua história publicados nessas colunas sentem-se detentores de reconhecimento público, visibilidade e destaque entre os leitores.⁶³ A autora observa a importância das matérias e colunas dos jornais no (re)conhecimento de pessoas e no estabelecimento de contatos e relações, portanto, estar na mídia significava “‘acontecer na sociedade’, de fato e de direito”.⁶⁴

Em uma sociedade com características interioranas, como a capixaba, analisada por Iluska Coutinho, o poder do jornal é grande, uma vez que funciona como “espelho social” e se apresenta cada vez mais como objeto de fascínio dos leitores. Nesse contexto, ser notícia nos jornais diários seria a garantia de visibilidade e importância, isto é, “passa a ser um

⁶⁰ Idem, p. 117.

⁶¹ PEDRO, Joana Maria, 1994, p. 87.

⁶² Idem.

⁶³ COUTINHO, Iluska. *Colunismo e Poder: representação nas páginas de Jornal*, 2007. p. 13. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/coutinho-iluska-colunismo-poder.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2008.

⁶⁴ Idem, p. 17.

referencial, algumas vezes até estratégico, de indivíduos e instituições, uma verdadeira tensão para milhares de pessoas”.⁶⁵

O público-alvo das colunas sociais, conhecido como jornalismo *high society* ou *jet-set*, foi desvendado por Iluska que informa que os “participantes do *high society* seriam seu público privilegiado, em busca de reconhecimento próprio via notinhas ou fotos publicadas, e ainda de categorização/informação sobre os demais componentes do ‘grupinho social’”.⁶⁶ Mas, essas colunas seduzem também leitores de grande parte da classe média e localizados nos estratos C, D, porque “o ‘mundo dourado das colunas’ tem um sentido norteador e alimentador dos sonhos e expectativas de consumo”.⁶⁷

Sobre a origem das colunas sociais (ou *gossip columns*) no Brasil, Iluska aponta que teriam surgido na pérgula no Copacabana Palace e suas adjacências. Com base na opinião do professor Murilo C. Ramos, a autora ressalta o caráter significativo desse tipo de jornalismo para a imprensa brasileira e mundial: “Em nenhum outro lugar do planeta surgiu um jornalismo voltado aos fatos e personagens do *high society*, da alta sociedade, do *jet-set*, tão vigoroso quanto no Brasil”.⁶⁸

Nas grandes cidades como o Rio de Janeiro, a publicação em jornais de nomes, fotos e realizações proporcionavam enorme reconhecimento social, o que leva a concluir que nas cidades menores o efeito era multiplicado.⁶⁹ Em Juiz de Fora, cidade interiorana, levando em consideração as ponderações de Iluska Coutinho, pode-se inferir que as repercussões das colunas sociais foram fundamentais no reconhecimento de pertencimento a um determinado grupo social. As colunas serviam para delimitar espaços no campo social do grupo que buscava impor sua visão de mundo através de atitudes referendadas pelos jornais.

O *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde* com seus perfis distintos dedicaram espaços às colunas sociais onde as pessoas de destaque da sociedade juizforana ganharam foco. O jornalista Décio Cataldi foi o principal colunista social do *Diário Mercantil*, responsável pela coluna *Roteiro Social*, depois denominada *Extra*.⁷⁰ Nesse jornal foram publicadas também as

⁶⁵ Ibidem, p. 17-18.

⁶⁶ Ibidem, p. 20.

⁶⁷ Ibidem,

⁶⁸ Ibidem, p. 21. As colunas puramente sociais, no sentido impresso pelas *socialites*, surgiram na década de 50 com Maneco Müller, o Jacinto de Thormes, no *Diário Carioca*. Na mesma época, Ibrahim Sued passou a assinar a coluna *Em Sociedade*, publicada no jornal *O Globo*.

⁶⁹ Ibidem, p. 23.

⁷⁰ Sobre o colunista Christina F. Musse explicou que: “O fracasso da revista *Objetiva* acabaria levando Décio Cataldi, por uma dessas coincidências do destino, para o *Diário Mercantil*, onde ele se transformaria no primeiro grande colunista social de Juiz de Fora, com o *Roteiro Social*, idealizado pelo diretor do jornal, Renato Dias Filho, sob inspiração da coluna de Ibrahim Sued, no *Globo*, que já fazia o maior sucesso.” Cf. MUSSE, Christina F., op. cit., p. 100.

colunas *DM na Sociedade* (que cedeu seu nome ao caderno dominical), *Sociais*, *Bocamundo*, *Vozes da Cidade* e *Coluna Jovem*. As colunas sociais do *Diário da Tarde*, com menos *glamour* que as do *Diário Mercantil*, tiveram vários colunistas e nomes ao longo do período pesquisado: *Nova Dimensão*, *Feirão*, *Kolunão*, *Transas Noturnas*, *Acontecendo*, *Registro Social*, *DT Sociedade*.

Na “geografia” dos jornais, as “mulheres distintas” ou “damas da sociedade” ocupavam as colunas sociais, abrillantando o espaço antagônico ao destinado às “mulheres públicas” e às criminosas, que emprestaram suas imagens e inspiraram as manchetes escandalosas das páginas policiais. Os jornais pesquisados reproduziam o ordenamento da sociedade, sendo as colunas sociais inseridas geralmente na terceira ou quarta página, portanto, estavam “protegidas” por outras páginas e pela linguagem sutil. Enquanto o *Diário da Tarde* reservava a primeira e a última página para informar em tons sensacionalistas e letras enormes os acontecimentos criminosos, no *Diário Mercantil* as notícias de crimes eram apresentadas com discrição no interior do periódico.

No jogo de representação social desenrolado nas e pelas páginas dos jornais, as notas de participação feminina em eventos tiveram relevo. As mulheres recebiam atenção em nascimentos, aniversários, bailes de debutantes, casamentos, festas e ações filantrópicas.

As festas são importantes na reprodução do capital social e do simbólico, sobretudo para aquele que “dá um baile”, como salienta Pierre Bourdieu.⁷¹ O baile, para Michelle Perrot, é o “ponto alto da sociabilidade” e tem múltiplas funções.⁷² Entre as festas e bailes noticiados nos periódicos, os de debutantes eram acontecimentos que mobilizavam a sociedade e a imprensa dedicava grande espaço às coberturas.

Nos bailes de debutantes, as meninas-moças eram apresentadas à sociedade, por isso eram usadas expressões como: “O desabrochar do sorriso” ou a “Noite do Sorriso”.⁷³ Os principais clubes de Juiz de Fora promoviam os bailes, que eram anunciados na imprensa, que publicava as fotos das debutantes e suas visões de mundo.

A importância desses eventos pode ser vislumbrada pela expectativa criada em torno do baile de debutantes que seria “um dos maiores acontecimentos sociais de 1964” em meio à grande agitação política que culminou no golpe civil-militar.⁷⁴ Várias entrevistas com as sorridentes debutantes foram realizadas e publicadas em uma série especial, nas quais as

⁷¹ BOURDIEU, Pierre, 2007, p. 61.

⁷² PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. p. 221-222.

⁷³ A denominação foi dada aos bailes de debutantes realizados pelo Círculo Militar. AS debutantes na Noite do Sorriso. *Diário Mercantil*, 8 nov. 1967, p. 4.

jovens falaram de suas expectativas e seus gostos. O esperado baile, onde 32 meninas-moças seriam apresentadas à sociedade juizforana, foi adiado em virtude do movimento denominado de “Revolução de 1964” e o comunicado informou que: “Tão logo sejam os ânimos serenados nova data será anunciada previamente”.⁷⁵ O baile de debutantes no Clube Juiz de Fora foi realizado em 2 de maio de 1964 e contou com a presença do general Olympio Mourão Filho.⁷⁶

Os bailes de debutantes eram ocasiões nas quais as famílias apresentavam suas filhas à sociedade. Funcionavam como rituais de passagem para as jovens chamadas de meninas-moças, uma expressão que sugere a transição infância-adolescência para a idade adulta. Os ganhos em termos sociais e simbólicos em torno desses eventos fizeram com que tivessem grande interesse na época. A “flor” de cada família cuidada com todo carinho se tornava mulher e estava pronta a desempenhar papéis no jogo social participando de eventos na sociedade, que ampliavam os capitais sociais e simbólicos de suas famílias.

O que pensavam as debutantes? As jovens prontas para o *debut*, muitas matriculadas em cursos de magistério, falavam da emoção do primeiro baile e do vestido, do gosto pela arte, de personalidades do momento e teciam grandes elogios à cidade de Juiz de Fora.⁷⁷ As fotografias das debutantes eram feitas, em geral em suas residências, em poses ao lado de mobiliários tradicionais ou em espaços abertos, como ocorria com as debutantes do Círculo Militar, retratadas em cima de canhões e com armamentos.⁷⁸ **(Anexos 13 e 14)**

Outros acontecimentos sociais que ocuparam espaços prestigiados e amplos na imprensa juizforana foram os casamentos. As colunas sociais exibiram sorridentes noivas sendo conduzidas pelos pais ao longo das naves das igrejas da cidade. O ato solene do enlace matrimonial era um momento de transição para as mulheres, que tinham condições financeiras para arcar com os gastos de uma cerimônia religiosa e marcava o início de uma nova família.

A família, segundo Pierre Bourdieu, é a “principal guardiã do capital simbólico”, sendo o casamento “uma peça central” na “economia dos bens simbólicos”.⁷⁹ O autor chama a atenção para o papel da Igreja, da Escola ao lado da Família, que é principal responsável “na reprodução da dominação e da visão masculinas”, pois é nesta instituição “que se impõe a

⁷⁴ UM dos maiores acontecimentos sociais de 1964. *Diário Mercantil*, 29 e 30 mar. 1964, p. 6.

⁷⁵ FESTA de Debutantes. *Diário Mercantil*, 4 abr. 1964, p. 1.

⁷⁶ CRÔNICA. *Diário Mercantil*, 5 mai. 1964. DM na Sociedade, p. 3.

⁷⁷ A série do *Diário Mercantil* publicada nas edições que circularam de 8 e 9 mar. 1964 a 29 e 30 mar. 1964 foi um exemplo de entrevistas com debutantes. Ver também: CÍRCULO Militar prepara a Noite do Sorriso. *Diário Mercantil*, 12 e 13 nov. 1967. Caderno DM na Sociedade, p. 1.

⁷⁸ Cf. AS debutantes serão apresentadas no dia 4 de abril. *Diário Mercantil*, 8 e 9 mar. 1964, p. 1. UM dos maiores acontecimentos sociais de 1964. DEBUTANTES: Mocidade e elegância no dia 4 de abril. *Diário Mercantil*, 15 e 16 mar. 1964, p. 1. *Diário Mercantil*, 29 e 30 mar. 1964, p. 6. AS debutantes na Noite do Sorriso. *Diário Mercantil*, 8 nov. 1967, p. 4.

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre, 2007. p. 115.

experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem.”⁸⁰

As famílias burguesas vislumbram no casamento a possibilidade de transmissão não só do capital simbólico, mas também da herança material, como analisou Bourdieu:

O exercício legítimo da sexualidade, embora possa parecer cada vez mais liberto da obrigação matrimonial, permanece ordenado e subordinado à transmissão do patrimônio, através do casamento, que continua sendo uma das vias legítimas da transferência de riquezas. (...) as famílias burguesas não deixaram de investir nas estratégias de reprodução, sobretudo matrimoniais, visando a conservar ou aumentar seu capital simbólico. (...) porque a manutenção de sua posição depende estritamente da reprodução de seu capital simbólico, através da produção de herdeiros capazes de perpetuar a herança do grupo e a aquisição de aliados de prestígio (...).⁸¹

Sendo o casamento uma estratégia importante para as famílias que dispõem de patrimônio e prestígio, as fotografias dos enlaces estampadas nos jornais reforçavam as representações positivas em torno do ato matrimonial. Dessa forma, acumulava-se capital simbólico para todas as famílias envolvidas: a recém formada e as dos nubentes. Na cerimônia de casamento, o pai “entrega” a noiva na presença de familiares, testemunhas e sociedade marcando a formação de uma nova família. A mulher passa simbolicamente dos braços do pai ao do esposo.⁸² Talita Trizoli destaca a importância da cerimônia de casamento:

A noiva, durante a travessia do corredor com seu pai, faz uma travessia da infância, para a vida adulta (infância, pois o conceito de adolescência surgiu apenas no século XIX, quando a estrutura da cerimônia de casamento já estava bem formada), e conseqüentemente, faz uma passagem para uma nova família, tornando-se assim objeto de desejo e de inveja de todos. Ela é a musa particular de sua família naquele instante, pois é nesse momento que algumas famílias podem exibir com mais força sua riqueza e condição social.⁸³

As imagens das noivas, embora a moda tenha se alterado entre os anos de 1960 e 1970, mostrou que as nubentes mantinham no dia do casamento “um ideal masculino de mulher como objeto de desejo”.⁸⁴ No código da vestimenta da noiva prevaleceu o branco tanto no longo vestido ao buquê de flores de laranjeiras. Somente após a revolução sexual da década de 1960 foram incorporadas nos buquês flores com representação sexual mais acentuada, como rosas vermelhas, girassóis e orquídeas. Os cabelos presos, sinal de reserva, e

⁸⁰ Idem, p. 103.

⁸¹ Ibidem, p. 115-116.

⁸² TRIZOLI, Talita. “Noivas (As)Sexuadas”. In: RODRIGUES, João Paulo et. al. (orgs.). *Encontro Regional de História* (15: 2006 jul. 10-15: São João Del-Rei, MG). Anais Eletrônico e [CD-Rom] / XV Encontro Regional de História; São João Del-Rei: ANPUH, 2006. p. 5.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Ibidem.

cobertos pelo véu.⁸⁵ Assim, a mulher é exibida pela família e pelo marido como um “um bibelô” ou “a mais pura e virtuosa jóia familiar”.⁸⁶

Além das festas de debutantes e casamentos, outro aspecto que ressaltou nas colunas sociais pesquisadas é a apresentação de senhoras em eventos de filantropia. O papel de mãe culturalmente imputado às mulheres levou-as a dedicarem parte de suas vidas em ações filantrópicas.⁸⁷ Por motivações culturais, religiosas ou humanitárias, o papel de “mães dos pobres” coube bem às mulheres. Ao ajudar um necessitado, a mulher rompe com a barreira social: vai até o outro e toma para si o sofrimento do próximo.

Em artigo sobre a filantropia Maria Lúcia Mott salienta que é questão recorrente na história a luta contra a pobreza, a miséria moral e intelectual, a doença, a morte, porém a forma de enfrentamento das mesmas tem variado ao longo do tempo.⁸⁸ A historiadora informa que a história das associações filantrópicas criadas no Brasil a partir do final do século XIX é pouco conhecida.⁸⁹ Dessa forma, a filantropia é vista como obra masculina e o papel feminino relegado ao segundo plano, ficando desconhecida a real atuação das mulheres na criação, organização e manutenção de entidades assistenciais.⁹⁰ Em outro artigo, Maria Lúcia Mott chama a atenção “que a filantropia, para muitas mulheres, deve ser pensada, principalmente, como uma forma de exercer a cidadania”.⁹¹

As senhoras envolvidas em ações filantrópicas em Juiz de Fora, no período em estudo, tiveram espaço nos jornais não importando a religião ou organização civil: católicas, metodistas, espíritas, mórmons, senhoras de maçons e rotarianas.⁹² As mulheres que

⁸⁵ A respeito da importância dos cabelos para a mulher Michelle Perrot observa que: “Os cabelos são a mulher, a carne, a feminilidade, a tentação, a sedução, o pecado.” A autora analisa também a questão do véu: “Sinal de virgindade, o véu figura o hímen. O véu da noiva é um véu nupcial que apenas o marido deve retirar, assim como é ele que deflora o hímen. Significa oblação, oferenda, sacrifício da esposa.” Cf. PERROT, Michelle, 2007, p. 55 e 57. Sobre os cabelos e o véu cf., PERROT, Michelle, 2007, p. 49- 62.

⁸⁶ TRIZOLI, Talita, op. cit., p. 5-6.

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre, 2007, p. 117. PERROT, Michelle, 2001, p. 181-182.

⁸⁸ MOTT, Maria Lúcia. “Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação”. In: *Cadernos Pagu*, n. 24, jan./jun. 2005. pp. 41-67. p. 43.

⁸⁹ As ações filantrópicas desenvolvidas em Juiz de Fora no final do século XIX e início do século XX podem ser vistas no trabalho: PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos Atores em Um Novo Cenário: Controle Social e Pobreza em Minas Gerais na Passagem à Modernidade. Juiz de Fora, C.1876 - C.1922*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004; Idem, *Controle Social e Pobreza. (Juiz de Fora, c.1876 - c.1922)*. Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2008.

⁹⁰ MOTT, Maria Lúcia, 2005, p. 43.

⁹¹ MOTT, Maria Lúcia. “Estudos Biográficos e Filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington.” In: *Gênero*. Niterói, v. 3, n. 2, 1. sem. 2003. pp. 21-41. p. 22.

⁹² Como exemplos, cf.: MÓRMONS fazem Natal para famílias pobres. *Diário Mercantil*, 24 dez, 1971, p. 5, a matéria informou que o produto arrecadado pela “Sociedade de Socorro”, dos mórmons, foi distribuído a 52 famílias reconhecidamente pobres. DISTRIBUIÇÃO. *Diário Mercantil*, 30 dez. 1971, p. 5, na qual o jornal informou que a Loja Maçonica “Acácia do Paraibuna” através do seu Departamento Feminino, procedeu à distribuição de gêneros alimentícios, doces e utilidades a grande número de famílias pobres, contribuindo, assim,

trabalhavam em ações de filantropia foram retratadas em suas atividades, recebendo homenagens ou solicitando ajuda em nome de seus assistidos.

Quem eram as senhoras que abraçavam a causa dos menos favorecidos? Por que praticavam esses atos de solidariedade? O *Diário da Tarde* publicou uma matéria sobre as senhoras que se dedicavam ao trabalho beneficente, na qual se lê o trecho abaixo:

A assistência social, na maior parte dos casos, sempre esteve na mão das associações beneficentes, compostas por donas de casa da classe média para cima. No seu dia a dia, elas procuram uma forma de serem úteis à sociedade, exercendo uma função fora de casa, sem relegar ao segundo plano as obrigações domésticas. Nenhuma delas tem uma formação acadêmica ou recebe orientação sobre o melhor meio de ajudar seus “protegidos”, uma ajuda paternalista, na maior parte das vezes, mesmo porque o alcance dessas associações não é tão grande que permita cortar o mal pela raiz. Assim as Damas da Caridade, Senhoras Caridosas, ou qualquer outro nome que elas tenham dão sua contribuição que na verdade se não soluciona tudo ao menos serve de paliativo.⁹³

As mulheres que participavam dos grupos beneficentes possuíam idades diversas, reunindo desde as senhoras motivadas pela solidão proporcionada pela casa vazia, após o casamento dos filhos até as mais jovens com filhos ainda pequenos, que buscavam atividades que lhes permitia conciliar com as tarefas domésticas. As profissões dos maridos também eram diferentes. O ingresso nas associações era feito através de convites entre amigas.

As mulheres envolvidas nesses grupos filantrópicos sabiam que não poderiam resolver os problemas de seus assistidos, mas queriam ajudá-los e também tinham o desejo de “sair da rotina diária e conhecer novas pessoas”.⁹⁴ Os grupos beneficentes eram espaço de sociabilidade de várias mulheres, ainda nas décadas de 1960 e 1970, pois ao se dedicarem à filantropia, rompiam com a rotina doméstica e ampliavam sua rede de amizades, um dado importante destacado por Maria Lúcia Mott para o início do século passado:

o papel que essas associações tiveram na transformação da consciência das mulheres e na organização do movimento feminista brasileiro, por favorecer a circulação de idéias e de questionamentos novos, o convívio com outras mulheres, a administração de problemas fora do grupo familiar e o estabelecimento de redes de interesse.⁹⁵

As damas da caridade vendiam os trabalhos, que eram confeccionados por suas próprias mãos nas reuniões semanais realizadas ao longo do ano, nos bazares de Natal, angariando fundos para várias obras assistenciais. O público que freqüentava os bazares, realizados em lojas cedidas por particulares, era essencialmente feminino, geralmente

para que elas tivessem o Natal mais alegre. Cerca de duas toneladas de alimentos foram distribuídas. Também o “Lar Santa Cruz”, que abriga dezenas de crianças, foi beneficiado.

⁹³ BAZARES da caridade tentam ajudar o pobre já para o Natal. *Diário da Tarde*, 5 nov. 1974, p. 3.

⁹⁴ Idem.

formado pelas amigas das organizadoras que “compram neles mesmo que não tenham necessidade do artigo comprado, só para deixar a consciência em paz, pois ajudaram alguém, mesmo que de maneira indireta”.⁹⁶

O trabalho de filantropia envolvia valores como o cuidado com o próximo e a busca da paz de espírito. Porém, é importante evidenciar que rendia às participantes das ações filantrópicas o capital simbólico, isto é, o outro nome da distinção.⁹⁷ O capital simbólico agregado pelas práticas filantrópicas femininas ampliava-se para a rede familiar, pois as senhoras representadas na imprensa como caridosas eram as esposas de homens de destaque na sociedade que saíam dos lares para acolher os mais necessitados.

O grupo filantrópico feminino muito atuante e que recebeu grande atenção na imprensa foi a ADPI (Associação das Damas Protetoras da Infância) e o Lactário São José, ligado a essa entidade.⁹⁸ Em 1971, o *Diário Mercantil* divulgou uma matéria sobre o trabalho das associadas da ADPI que nos seus 37 anos, contava com 9 postos de puericultura em pleno funcionamento e assistia aproximadamente a 1000 crianças (na faixa de 0 a 2 anos de idade) e suas respectivas famílias, ministrando cursos de promoção humana.⁹⁹ O grupo de senhoras da ADPI promovia campanhas educativas, como por exemplo contra as verminoses, assim como cursos de puericultura, de educação alimentar e de corte e costura. Para cobrir as consideráveis despesas das obras assistenciais, os recursos eram provenientes de várias fontes e por isso as damas tinham a intenção de alugar as dependências da sede para a realização de missas, casamentos e festas e também ampliar o quadro de sócios.¹⁰⁰

Outra associação que teve muito destaque na imprensa foi a Casa da Amizade, comandada pelas senhoras esposas de rotarianos. O *Rotary* Internacional, uma associação

⁹⁵ MOTT, Maria Lúcia, 2005, p. 67.

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 145.

⁹⁸ Paulino de Oliveira informou sobre a ADPI: “Sua história começou em 1934, quando o dr. Delorme de Carvalho e dona Maria Dinorah Nunes Alves, resolvendo ampliar outra instituição a Gota do Leite, fundada pelo coronel Álvaro Martins Vilela e sua esposa. Tomaram a peito a construção de um dos primeiros prédios da rua Osvaldo Cruz, que foi o posto central de todos os lactários surgidos em seguida: o Lactário São José.” Cf. OLIVEIRA, Paulino. A.D.P. I. *Diário Mercantil*, 23 mar. 1968. Depoimento, p. 2.

⁹⁹ O trabalho difícil das Damas Protetoras da Infância em Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 3 e 4 out. 1971, p. 7.

¹⁰⁰ Idem. A matéria informou que as despesas no ano de 1970 ficaram em Cr\$50.716,58. Os dados estatísticos que a reportagem retirou da secretaria da ADPI apontam os seguintes números para o período de maio de 1969 a maio de 1971: 17.811 crianças receberam assistência médica, educativa e alimentar; 40.234 quilos de leite em pó foram distribuídos; 16.408 conselhos e orientações foram prestados às mães dos 1.000 lactentes matriculados; 14.453 receitas foram aviadas; 42.234 unidades de medicamentos distribuídos e 15.008 pacotes de maisena e farinha de trigo foram distribuídos. No serviço pré-natal, 1.336 gestantes foram atendidas e encaminhadas à Maternidade Teresinha de Jesus; 112 receitas foram fornecidas; 116 exames de sangue; 1.684 medicamentos e 237 antitetânicos. Na assistência dentária, 2.701 clientes foram atendidos. No centro de reidratação, 596 crianças foram hidratadas. Participaram dos cursos: 210 no corte e costura; 68 no de enfermagem do lar e primeiros socorros; 37 no de puericultura; 68 no de profilaxia dentária e civismo; 64 no de educação alimentar, 17 no de culinária.

onde só podem se filiar “pessoas do sexo masculino, de bom caráter e de boa reputação, nos negócios e profissões”, nas comemorações de seu 38º aniversário em Juiz de Fora, prestou uma homenagem às esposas dos rotarianos.¹⁰¹ O evento contou com a presença das senhoras da Casa da Amizade, ocasião em que os grandes serviços prestados pelas mesmas ao *Rotary* foram exaltados, em uma época na qual as mulheres desempenhavam importante papel profissional fora do lar, mas se organizavam em grupos para ajudar à comunidade.¹⁰²

As senhoras rotarianas, além de abrihantarem as reuniões de seus maridos e de prestarem assistência social através da Casa da Amizade, tiveram papel relevante na CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) grupo feminino de importância estratégica no período do golpe civil-militar de 1964, por defender valores anticomunistas e em defesa da pátria e da família. As reuniões da Casa da Amizade eram realizadas no Lactário São José, da ADPI, sendo que as participações das senhoras rotarianas na ADPI e nas campanhas de arrecadação de leite sempre foram intensas.¹⁰³

Outras associações filantrópicas femininas que tiveram representações positivas na imprensa local foram: a Associação Feminina de Combate ao Câncer (ASCOMCER); a Obra Social Santa Mônica, que abrigava moças solteiras, a partir do sexto mês de gravidez, independente de credo, cor e situação financeira ou social; a Assistência Social da Paróquia do Bom Pastor, que auxiliava os pobres da Vila Olavo Costa e a Assistência Social Nossa Senhora da Glória. O trabalho beneficente era uma prerrogativa da primeira-dama e nesse sentido se deu a atuação de Dona Maria José de Resende na campanha o “Tostão ao milhão” em prol do Instituto Pestalozzi, em 1964.

A Festa das Nações, promovida pela ASA (Ação Social Arquidiocesana) era o evento que reunia várias associações filantrópicas da cidade. A festa era realizada no mês de outubro, no Bairro Bom Pastor e tinha toda a receita destinada a obras de assistência social, sendo que cada barraca trabalhava em favor de uma entidade, destinando uma porcentagem à ASA, que empregava esses recursos em dezenas de obras espalhadas por toda a jurisdição da Arquidiocese.¹⁰⁴ As senhoras das associações filantrópicas se movimentavam desde agosto em torno dos preparativos para a festa. O evento de 1972 chamou a atenção, pois se realizou na nova praça do bairro e teve grande empenho da primeira-dama, Leila Pestana.¹⁰⁵

¹⁰¹ AS mulheres prestam grandes serviços ao *Rotary*. *Diário Mercantil*, 18 nov. 1965, p. 4.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ CAMPANHA Relâmpago: Leite para 950 crianças. *Diário Mercantil*, 19 e 20 mar. 1967, p. 7. NOVA diretoria da Casa da Amizade, Idem.

¹⁰⁴ FESTA das Nações começa hoje com muitas atrações. *Diário Mercantil*, 20 out. 1972, p. 1.

¹⁰⁵ AMERIKO. Recado da Leila. *Diário Mercantil*, 5 ago. 1972. Vozes da Cidade, p. 2.

O abrangente trabalho das damas da caridade, com a atuação junto às mulheres de camadas populares, contribuiu e interferiu na construção recíproca das visões de mundo das assistidas, bem como das suas, num processo de circularidade cultural.¹⁰⁶

A imprensa juizforana, inserida no contexto brasileiro no qual o colunismo social era valorizado, apresentou acontecimentos e pessoas que se destacaram em diversos setores da sociedade. As colunas sociais validavam que a pessoa, casal ou família haviam conquistado distinção dentre os demais, pois ao serem representados pela imprensa estavam em evidência, aos olhos de toda a sociedade. Nesse jogo de sedução social, as mulheres receberam foco especial, que ressaltou e reforçou a assimetria entre os gêneros. As mulheres eram representadas como a sr^a. Fulano de tal, muitas vezes omitindo seus nomes, ao lado de seus maridos, figuras consideradas de relevo. As representações de mulheres, que sozinhas foram destacadas pelos colunistas, salvo raras exceções, estavam ligadas às atividades de filantropia, portanto, inseridas em um papel social atrelado à feminilidade e à maternidade, pois eram as “caridosas damas” ou “mães dos pobres”.

3.3. “ELAS TAMBÉM SABEM MANDAR!”¹⁰⁷

A retomada do feminismo¹⁰⁸ no Brasil ocorreu na década de 1970, porém em um contexto histórico marcado pelo autoritarismo dos governos implantados após 1964 e com propostas distintas da onda feminista que marcou o início do século XX, pois dessa vez se baseou na “recusa radical dos padrões sexuais e do modelo da feminilidade que suas antecessoras haviam ajudado a fundar”, pontua Margareth Rago.¹⁰⁹ A historiadora aponta a emergência do “feminismo organizado”, caracterizado por ser um “movimento das mulheres de classes médias, na maioria intelectualizadas, que buscavam novas formas de expressão de sua individualidade.”¹¹⁰ As feministas dos anos de 1970, além de lutarem contra a ditadura, lutaram contra o poder masculino dentro das organizações de esquerda, que impediam sua

¹⁰⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁰⁷ O título foi retirado de *Diário da Tarde*, 1 nov. 1968, p. 5.

¹⁰⁸ Michelle Perrot afirma ser incerta a “paternidade” da palavra feminismo. A autora lembra que Alexandre Dumas Filho, a usou de forma pejorativa (1872), pois afirmava ser o feminismo “a doença dos homens suficientemente ‘efeminados’ para tomar o partido das mulheres adúlteras, em vez de vingar a própria honra.” Em sentido amplo, “feminismo” e “feministas” “designam aqueles e aquelas que se pronunciam e lutam pela igualdade dos sexos.” PERROT, Michelle, 2007, p. 154.

¹⁰⁹ RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global”. In: *Estudos Feministas*. n. 3, jan./ jul. 2003. s/p. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 10 jun. 2007.

¹¹⁰ Idem.

participação em condições de igualdade com os homens e rejeitaram o conceito de mulher “enquanto sombra do homem”.¹¹¹

Nesse contexto de crescimento do debate nacional em torno do feminismo, como a imprensa de Juiz de Fora representou as adeptas das idéias feministas?

Em 1970, o *Diário da Tarde* publicou a matéria “Mulher agora quer mandar em tudo. Até no homem”, que foi ilustrada com fotos de feministas norte-americanas em passeatas e informou que em países desenvolvidos como Estados Unidos e Suécia, a “Revolução das Saias” estava em estágio avançado.¹¹² A liberação feminina foi atribuída a um complexo de influências, mas a reportagem destacou os avanços da ciência, sobretudo, a invenção da pílula anticoncepcional, que permitiu às mulheres o controle da fecundidade e a liberdade sexual sem o risco de uma gravidez indesejada. **(Anexo 15)**

A visita de Betty Friedan ao Brasil, em 1971, recebeu espaço na conservadora coluna católica, *Igreja em Marcha*, do *Diário Mercantil*, que demonstrou a simpatia por diversos valores defendidos pela líder feminista, como a contestação, embora ela fosse

agressiva e às vezes radical, ferindo nossas tradições de submissão feminina e mesmo nossa convicção religiosa, há muito de positivo no que ela busca. E o que importa é que nos alerta para o papel da mulher na construção do mundo de hoje. Não há mais lugar para “Amélia” que acha bonito não ter o que comer dizendo: o que se há de fazer?

A mulher tem que participar. Junto com o homem, lutar pelo crescimento da humanidade, não só em número, como tem sido o seu papel primordial desde o início da humanidade, mas sobretudo no crescimento interior, desenvolvendo as potencialidades do ser humano.

Betty luta pela liberdade. A liberdade da mulher, não apenas como mulher, mas como parte da humanidade que luta por sua libertação.¹¹³

O referido texto expôs a situação de brasileiros que viviam na miséria econômica, social e cultural e apresentou os dados acerca da condição feminina: “São 47 milhões de mulheres contra 46 milhões de homens, sendo que em cada 100, 69 são analfabetas, 23 têm instrução primária, sete têm nível secundário ou colegial e apenas uma atinge a universidade”.¹¹⁴ Sobre o trabalho feminino forneceu a seguinte estatística: “Quase 60% das nossas mulheres têm condições para trabalhar, mas somente 15% trabalham, sendo que seus salários raramente atingem 65% dos recebidos pelos homens em igual tarefa”.¹¹⁵

As representações de Betty Friedan na coluna católica juizforana foram positivas, ao passo que no jornal *O Pasquim* não foram cordiais. Em sua análise Rachel Soihet observou

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² MULHER agora quer mandar em tudo. Até no homem. *Diário da Tarde*, 12 out. 1970, p. 5.

¹¹³ BETTY Friedan. *Diário Mercantil*, 25 e 26 abr. 1971. A Igreja em Marcha, p. 3.

¹¹⁴ Idem.

que o articulista Paulo Francis comentou que a líder feminista era “tão inteligente que nem parecia mulher”, mas Simone de Beauvoir recebeu tratamento mais ameno: “parece mulher”; enquanto Millôr Fernandes considerou Betty Friedan “muito mal apessoada”.¹¹⁶

Em outra oportunidade, o movimento de emancipação feminina dos Estados Unidos foi lembrado em tom de humor no *Caderno JR*, direcionado ao público jovem, que publicou três charges, cada uma com as seguintes frases: “O W.C. masculino: a última cidadela.”; “- Alô, papai?... A cozinheira, a arrumadeira, a lavadeira, a babá, todo mundo saiu pra fazer greve!...” e “- Antes de você sair, poderia deixar trocados, querida?”.¹¹⁷ **(Anexo 16)**

O ano de 1975 foi emblemático por ter sido considerado pela ONU, como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil foi criado o Centro da Mulher Brasileira (CMB) que “passou a representar o movimento feminista no Rio de Janeiro, ocorrendo a criação de entidades análogas em outros locais do Brasil”.¹¹⁸ Em virtude do chamado da ONU para reflexões em torno da situação das mulheres no mundo, os *Diários Associados* começaram a se referir ao tema no final de 1974, em pequenas notas na coluna católica *Igreja* e na coluna feminina *Mulher* de Margarida Miranda.

No dia em que terminou a Conferência do Ano Internacional da Mulher, realizada na cidade do México, o *Diário da Tarde* publicou uma matéria que informou que as mulheres juizforanas não conheciam as diretrizes básicas do movimento feminista, por isso o associavam somente à luta por maior igualdade entre os sexos, principalmente em relação ao trabalho.¹¹⁹ A reportagem considerou “cínica” a opinião masculina traduzida na frase: “Claro que desejo a libertação da mulher, mas dos outros”.¹²⁰ O texto esclareceu que o feminismo era “muito mais do que uma simples luta entre sexos, deflagrada pelas solitárias ou feias”, porém “algo mais abrangente que pretende impor um novo conceito de vida.”¹²¹ Segundo a matéria, os meios de comunicação ao darem relevo às ações mais radicais do feminismo estrangeiro seriam os grandes responsáveis pela deturpação do movimento e a construção da imagem das feministas como “mulheres frustradas”.¹²²

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ SOIHET, Rachel, 2005, p. 603 e 608.

¹¹⁷ WOMEN'S Liberation... *Diário Mercantil*, 1 a 7 dez. 1971. *Caderno JR.*, p. 6.

¹¹⁸ SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Copio. “O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.) *Revolução e Democracia (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 355-384. p. 358.

¹¹⁹ JUIZFORANAS querem direitos iguais, mas ainda não entendem o feminismo. *Diário da Tarde*, 2 jul. 1975, p. 5.

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

Em 1975, duas mulheres de renome nacional dentro do movimento feminista estiveram em Juiz de Fora: Rose Marie Muraro e Branca Moreira Alves.¹²³ A visita de Rose Marie Muraro a convite da Renovação Cristã recebeu cobertura da coluna católica *Igreja*, do *Diário Mercantil*, que informou o tema da palestra e dos debates: “A mulher na década de 70 – Perspectivas para o futuro.” O convite para o evento pago no Teatro Pró-Música foi feito: “Você que é esposa, mãe, dona de casa, que é profissional, solteira, estudante, enfim, MULHER, não pode perder essa oportunidade que lhe é oferecida.”¹²⁴ O público masculino também foi convidado, pois o texto afirmou que não se tratava de Movimento Feminista e sim de uma tentativa de “ajudar a mulher ao [sic] descobrir sua verdadeira imagem, seu lugar na construção do mundo, ao lado do homem.”¹²⁵

A palestra proferida no auditório do Sesi pela líder feminista Branca Moreira Alves contou com apenas vinte espectadores (quatro homens e 16 moças, todos jovens). O *Diário da Tarde*, que noticiou o evento, no qual Branca ficou “sentada sobre as pernas cruzadas, trajes simples” e conversou durante duas horas com a platéia, ressaltou a sua aparência:¹²⁶

Ainda que Branca não apresentasse a figura que alguns esperavam – com [sic] o cavalheiro que veio de terno e gravata esperando encontrar uma mulher usando jeans calças americanas, lenços e lunetas, a palestra se manteve em clima de conversa amigável não passando dos limites marcados pelas constatações contidas em um livro da líder feminista Betty Friedman [sic].¹²⁷

A representação das feministas no texto revestiu-se de imagens pré-concebidas, pois sugeriu que os poucos que compareceram ao auditório esperavam um modelo pré-estabelecido para a palestrante. Talvez o repórter tenha ficado mais surpreso ao se deparar com uma mulher comum do que o “cavalheiro” em trajes formais. A questão da imagem negativa do feminismo difundida na imprensa foi lamentada por Branca que acentuou suas pretensões: “apenas dar liberdade à mulher para realizar-se pessoalmente deixando de lado a tradição doméstica, a cozinha ou a lavadeira. Homem e Mulher completam-se mutuamente, nós não queremos fazer segregação, mas apenas integração (...)”.¹²⁸

Muitas mulheres procuravam não se identificar com o feminismo que nem sempre gozou de boa reputação, como ressalta Michelle Perrot e dessa forma diziam: “Eu não sou

¹²³ Sobre Rose Marie Muraro e as feministas em 1975, cf.: PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. pp. 249-272. p. 253-254.

¹²⁴ ROSE Marie Muraro em Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 10 set. 1975. *Igreja*, p. 2.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ BRANCA: movimento feminista não é discriminatório. *Diário da Tarde*, 1 dez. 1975, p. 3.

¹²⁷ Idem. A citação foi grafada como estava no original.

¹²⁸ Ibidem.

feminista, mas...” em reconhecimento ao quanto deviam ao movimento.¹²⁹ Uma menção de não identificação com o feminismo foi atribuída à radialista Helena Bittencourt, que comandava um programa voltado ao público feminino na PRB-3, emissora de Rádio do *Grupo Associado* e que após um período de hesitação assumiu como vereadora. Ela declarou que não era feminista e citou “pejorativamente a líder do feminismo, Betty Friedan”.¹³⁰ Porém, o jornal não informou qual a referência pejorativa da vereadora à líder feminista.

Outras mulheres só se identificaram com o feminismo mais tarde, como Heloneida Studart. A autora foi apresentada por Lauro de Oliveira Lima, na *Introdução* do livro “Mulher objeto de cama e mesa”, de 1974, como especialmente credenciada para escrever sobre a mulher, mesmo não sendo “uma ‘feminista’, no sentido político do termo”, porém “apenas, uma mulher moderna que conseguiu resolver os problemas da situação feminina”, além da mesma “ser mãe de família exemplar, criando seus filhos, rigorosamente, conforme suas convicções”.¹³¹ No citado livro, Heloneida, que não era ainda uma “feminista” escreveu:

A mulher é um objeto sexual. Ao dizer isso, Betty Friedan recebeu, como resposta, uma onda de injúrias: Feia! Frustrada! Sem dúvida, a escritora americana é muito feia. Freud também era, Einstein tinha cara horrível, mas ninguém se recusou, nunca, a ouvir as suas idéias por causa disso. Não se está querendo comparar Betty Friedan com esses dois gênios, o que seria ridículo. Mas uma coisa é verdade: A mulher é o único ser racional que precisa abonar as suas teorias com um rosto bonito ou um belo par de pernas.¹³²

Em 1974, Heloneida Studart concordava com a “feiúra” da líder feminista americana e reconheceu que para homens inteligentes a questão estética não tinha relevo, pois a falta de atributos físicos tidos como ideais não era questionada para os “gênios”. Em 1975, após participar da Conferência sobre a Mulher no México, organizada pela ONU, como jornalista responsável por cobrir o evento, Heloneida mudou seu pensamento sobre o movimento feminista e passou a se envolver com o mesmo, pois “ela se deu conta da opressão na relação entre homens e mulheres”, assinala Joana Maria Pedro.¹³³

As mulheres que romperam paradigmas ao desempenharem profissões consideradas “masculinas” receberam atenção da imprensa local, como Jacira, uma motorista de caminhonete e Dona Ofélia, uma sapateira.

¹²⁹ PERROT, Michelle, 2007, p. 153-154.

¹³⁰ HELENA, na Câmara, quer defender a mulher de JF. *Diário Mercantil*, 5 e 6 jan. 1975, p. 3. Helena Bittencourt era a primeira suplente pelo MDB e as eleições de dois vereadores do partido para cargos parlamentares, trouxe à radialista o dilema: aceitar ou não a cadeira na Câmara Municipal.

¹³¹ LIMA, Lauro de O. “Introdução”. In: STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 5.

¹³² STUDART, Heloneida, op. cit., p. 27.

¹³³ PEDRO, Joana M., 2006, p. 251.

A reportagem com Jacira, motorista contratada pela Companhia Telefônica Municipal S.A., ocupou espaços em duas páginas do jornal, ambas com fotos. Na primeira página, Jacira, uma mulher casada, mãe de dois filhos e avó, foi fotografada encostada à caminhonete, trajando calça comprida e boné; mas na sétima página a pose mudou para uma imagem dentro do veículo, como se estivesse dirigindo. **(Anexo 17)** Jacira disse que gostava da profissão, mas adorava sua neta e a caminhonete.¹³⁴ A emancipação da mulher, segundo o texto, atingia “a todos os setores da vida moderna”, como bancos, escritórios, farmácias, livrarias e outros cargos anteriormente ocupados somente por homens.¹³⁵ Portanto, na medida em que a mulher conquistava posições consideradas impossíveis se colocava lado a lado dos homens em vários lugares.¹³⁶

No mesmo mês de janeiro, mas dias antes em foi publicada a reportagem com Jacira, o *Diário da Tarde* anunciou a realização do I Congresso Nacional de Mulheres, na cidade fluminense de Miguel Pereira, localidade onde estavam em mãos femininas cargos importantes como a prefeitura e o Poder Judiciário. A notícia que informou a realização do evento feminista utilizou a representação da mulher como o “sexo frágil”, expressão que foi recorrente em vários textos dos jornais locais consultados.¹³⁷

A outra mulher destacada pelo desempenho de uma “profissão masculina” foi Ofélia, porém na apresentação da sapateira não houve a menção de que era emancipada como ocorreu com Jacira. Considerada a única no ofício em Juiz de Fora, Ofélia era casada, mãe de três filhos, aprendeu a profissão com o marido e foi qualificada como uma mulher trabalhadora e de “muita disposição”, pois acordava pela madrugada (às cinco horas) e prolongava sua jornada até às 19 ou 21 horas, o que não deixava tempo para seus passatempos preferidos: a leitura e o cinema.¹³⁸ O trabalho possibilitou que comprasse um terreno e fizesse uma [casa].¹³⁹ As imagens que ilustraram a matéria mostraram Ofélia, “mulher de fibra” trabalhando na oficina.¹⁴⁰ **(Anexo 18)**

Os exemplos de Ofélia e de outras “emancipadas” foram reportados novamente no *Diário da Tarde*, que destacou mulheres em Juiz de Fora e em Fortaleza (a mecânica

¹³⁴ JACIRA: emancipação da mulher de JF. *Diário da Tarde*, 27 jan. 1971, p. 1 e A Emancipação de Jacira: chofer de caminhão. Idem, p. 7.

¹³⁵ Idem, p. 1.

¹³⁶ Ibidem, p. 7.

¹³⁷ MULHERES fazem congresso para emancipação. *Diário da Tarde*, 7 jan. 1971, p. 1. A hora e a vez das mulheres. Idem, p. 3.

¹³⁸ DONA Ofélia, sapateira sim senhor. *Diário Mercantil*, 6 e 7 fev.1972, p. 1. Ofélia é uma sapateira de muita fibra em São Mateus. Idem, p. 11.

¹³⁹ Idem, p. 1. No texto do jornal faltou a última palavra: “Trabalhando muito, comprou um lote no Teixeiras e fez uma [sic]”. Acredito ser “casa” a palavra que o diagramador deixou de colocar.

¹⁴⁰ Idem, p. 11.

Albeniza, a “Bibi”) que desempenhavam com competência profissões ditas “masculinas”.¹⁴¹

A matéria terminou com o seguinte pensamento:

É também a história de milhares de outras brasileiras, lutando pela derrubada dos **poucos preconceitos** ainda existentes, que tolhem até verdadeiras profissões. Isto se aplica também para o **sexo masculino**, verdadeiramente **restrito** às tarefas **profissionais convencionalmente másculas**.¹⁴² [Grifos meus].

Existem ocupações femininas? “O que é um trabalho de mulher?” - indaga Michelle Perrot, que conclui que as mulheres nem sempre exerceram profissões, mas sempre trabalharam.¹⁴³ A autora adverte que: “As discriminações de fato enraízam-se nos costumes, produto de representações de longa duração, remodeladas ao sabor das necessidades do tempo”.¹⁴⁴ Para a historiadora as profissões consideradas “boas para uma mulher”, estão sujeitas a critérios, que determinam seus limites e são “pouco monopolizadoras”, portanto, “devem permitir que uma mulher realize bem a sua tarefa profissional (menor) e doméstica (primordial)”.¹⁴⁵

As profissões ditas femininas caracterizavam-se por serem um “prolongamento das funções ‘naturais’, maternais e domésticas” e também por permitirem a conciliação com os afazeres domésticos.¹⁴⁶ No rol de profissões femininas incluem as professoras, enfermeiras, datilógrafas, atendentes dos Correios, secretárias e outras que se baseiam em qualidades consideradas “inatas” das mulheres dotadas de doçura, agilidade dos dedos, passividade e ordem. As profissões consideradas femininas, no entender de Michelle Perrot, são na verdade: “Qualificações reais fantasiadas como qualidades ‘naturais’”.¹⁴⁷ Na lógica construída na definição de “profissão de mulher” está subtendida uma relação entre os gêneros, uma relação de poder, pois “estas qualidades, empregadas inicialmente na esfera doméstica, geradoras de serviços mais do que de mercadorias, são valores de uso mais do que valor de troca. Elas não têm preço”.¹⁴⁸ Com essa observação de Michelle Perrot compreende-se a baixa remuneração do trabalho feminino, uma vez que as mulheres estariam desempenhando atividades tidas como “naturais” e extensão das suas obrigações domésticas.

A questão do trabalho feminino recebeu atenção de Pierre Bourdieu, que constatou que duas propriedades são importantes para a compreensão da distribuição dos poderes e

¹⁴¹ PROFISSÃO já não é problema para mulher. *Diário da Tarde*, 1 mar. 1972, p. 3.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, S P: EDUSC, 2005. p. 251.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 251-252.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 252.

¹⁴⁷ Ibidem.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 253.

privilégios entre homens e mulheres e sua evolução ao longo do tempo. A primeira diz que, as mulheres estão “separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo” que na visão do autor “afeta negativamente tudo que elas são e fazem, e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas”.¹⁴⁹ A segunda propriedade refere-se à separação entre as próprias mulheres, divididas por diferenças econômicas e culturais, “que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina”.¹⁵⁰ Dessa forma, para Bourdieu a lógica do modelo tradicional entre masculino e feminino rege as mudanças nas condições femininas, portanto:

Os homens continuam a dominar o espaço público e a área do poder (sobretudo econômico, sobre a produção), ao passo que as mulheres ficam destinadas (predominantemente) ao espaço privado (doméstico, lugar da reprodução) em que se perpetua a lógica da economia de bens simbólicos, ou a essas espécies de extensões deste espaço, que são os serviços sociais (sobretudo hospitalares) e educativos, ou ainda aos universos da produção simbólica (áreas literária e artística, jornalismo etc.).¹⁵¹

Apesar das conquistas femininas terem tornado profissões antes tidas como “masculinas” acessíveis às mulheres, ainda persistem as associações a algumas profissões como “coisa de mulher”. Pierre Bourdieu percebeu três princípios práticos nessa questão: o primeiro assegura que “as funções que convêm às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: como o ensino, cuidados, serviço”; o segundo diz que “uma mulher não pode ter autoridade sobre homens”, assim vê-se “preterida por um homem para uma posição de autoridades ou de ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar” e o último “confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas”.¹⁵²

As atividades profissionais consideradas tipicamente femininas que receberam maior espaço nos jornais *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde* foram: lavadeiras, empregadas domésticas, professoras, enfermeiras e as relacionadas com o setor terciário e de serviços público. Interessante a invisibilidade das operárias nos periódicos analisados, apesar da propalada crise, Juiz de Fora ainda abrigava um contingente considerável de trabalhadores nas indústrias. Com a implantação da Universidade Federal de Juiz de Fora e o aumento de mulheres nos cursos superiores, gradativamente o perfil das atividades profissionais femininas foi se alterando na cidade. Em virtude da riqueza das fontes, as lavadeiras, as empregadas domésticas e as professoras serão a seguir enfocadas.

¹⁴⁹ BOURDIEU, Pierre, 2007, p. 111.

¹⁵⁰ Idem, p. 112.

¹⁵¹ Ibidem.

¹⁵² Ibidem, p. 112-113.

As representações das lavadeiras sobressaíram nas páginas dos jornais, em uma cidade que reunia toques de progresso com outros do passado. Sendo um trabalho informal, lavar roupa para fora permitia que a mulher não abandonasse os cuidados domésticos e ainda obtivesse uma renda complementar aos poucos salários dos maridos. Os lavadouros são tidos por Michelle Perrot como os locais de sociabilidade tipicamente femininos, pois neles as mulheres lavavam as roupas, trocavam as novidades e assistiam-se mutuamente.¹⁵³

O flagrante do cotidiano das lavadeiras, que ofereciam um “aspecto pitoresco” e não se incomodavam e até alegremente tratavam o “turista” que parava no intuito de “beber a água geladinha, límpida e gostosa da mina” da Rua Olegário Maciel, um dos pontos em que se concentravam na cidade, ficou imortalizado nas páginas do jornal.¹⁵⁴

A solidariedade estava presente nos lavadouros como observa Michelle Perrot, pois no local eram feitas coletas para as mulheres que estavam em dificuldades.¹⁵⁵ A reportagem informou que existia companheirismo na mina da Rua Olegário Maciel, pois havia uma combinação: a lavadeira que ia almoçar ou fazer o almoço de sua família, tinha a sua roupa vigiada pela colega que cumpria em horário diferente com sua obrigação de dona-de-casa, permitindo conciliar o trabalho com os afazeres domésticos.¹⁵⁶ O trabalho de lavagem de roupas envolvia as mulheres jovens da família, isto é, muitas mocinhas e meninas quando voltavam dos colégios ajudavam suas mães ou parentas. As entrevistadas, que estendiam as roupas na vegetação oferecendo “com todo o seu alvor, um tom que agrada[va] fazendo lembrar propaganda de sabões que lavam mais branco”, afirmaram que o seu trabalho era estafante e pouco rendoso, mas fundamental no sustento da família.¹⁵⁷

As lavadeiras do Arado (atual bairro São Benedito), na Zona Leste, receberam grande atenção da imprensa, em decorrência da precariedade do local que continuamente foi retratado em reportagens com imagens que denunciavam a situação.¹⁵⁸ **(Anexo 19a)** Em 1974, a inauguração da Praça das Lavadeiras pelo governo municipal, às vésperas das eleições, ganhou espaço nos jornais, sendo que a obra consistiu em um grande tanque central, circular, com cobertura de laje, reservatório e treze boxes com torneiras individuais. **(Anexo 19b)** As lavadeiras opinaram sobre a obra, ressaltaram as dificuldades de seu trabalho e a necessidade de iluminar o local para que pudesse ser usado à noite. As mulheres que trabalhavam “de sol a

¹⁵³ PERROT, Michelle, 2001, p. 202-203. PERROT, Michelle, 2005, p. 213-214 e 357.

¹⁵⁴ FLAGRANTES da Cidade (III) As lavadeiras do alto do morro. *Diário Mercantil*, 2 set. 1969, p. 8.

¹⁵⁵ PERROT, Michelle, 2005, p. 357.

¹⁵⁶ FLAGRANTES da Cidade (III) As lavadeiras do alto do morro. *Diário Mercantil*, 2 set. 1969, p. 8.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ ARADO: Lavadeiras à espera de água encanada. *Diário Mercantil*, 17 jul. 1971, p. 1. ARADO, perto do céu sem os bens da terra. Idem, p.5.

sol, procurando ajudar na manutenção de seus lares modestos”, não tinham preparo cultural ou qualificação profissional, que lhes permitissem arrumar outro emprego para completar os “minguados salários” dos maridos.¹⁵⁹ Em geral, as lavadeiras tinham prole numerosa, como Terezinha, mãe de oito filhos com idades entre 12 anos a um mês e quinze dias (as dificuldades financeiras obrigavam mulheres pobres a não respeitarem o período do resguardo). Casada com um pedreiro, Terezinha acordava às cinco horas para preparar o almoço do marido, portanto, tinha pouco tempo para cuidar das crianças e dos afazeres domésticos e até mesmo de sua aparência, pois aos 39 anos de idade, era “uma mulher cansada que deixa transparecer qualquer coisa de triste em sua figura simples e sem grandes ambições”.¹⁶⁰ Terezinha que lavava cerca de oito trouxas por semana afirmou: “- Em todos os sentidos, a vida de lavadeira é muito sacrificada, mas para nós, antes de se construir essa praça, era muito pior, pois trabalhávamos dentro d’água, sujeitas a toda sorte de umidade.”¹⁶¹

Outro núcleo famoso pela presença de lavadeiras em Juiz de Fora era o bairro de São Pedro, região que acolheu os imigrantes alemães no século XIX. Apesar de tradicionais na cidade, essas mulheres ganharam pouca visibilidade na imprensa no período estudado. Uma referência ao grupo de lavadeiras da Colônia de São Pedro foi feita na reportagem que noticiou que o *Rotary Club* de Juiz de Fora doou às entidades filantrópicas a verba de 11 mil marcos oferecida pela Associação da América Latina, mas como elas não possuíam entidade jurídica foram excluídas da ajuda que seria usada na compra de uma *Kombi* na qual transportariam toda a roupa que lavavam para as famílias residentes do centro da cidade.¹⁶²

Em sua pesquisa sobre a imprensa na ditadura, Maria Aparecida de Aquino observou o veto a matérias que incentivavam a resistência não institucionalizada e à organização dos trabalhadores como forma de minimizar as duras condições de vida e trabalho, como ocorreu com o artigo da revista *Movimento* intitulado “130 Mulheres”, que valorizava a iniciativa da Associação das Lavadeiras de Juazeiro.¹⁶³ As lavadeiras focadas pelos jornais juizforanos enfrentavam a pobreza com certa resignação, não estavam organizadas e esperavam dádivas do poder público que lhes trouxessem melhorias em seu cotidiano. Portanto, a “resistência” cotidiana dessas lavadeiras não ia contra os interesses maiores representados pelos *Diários*

¹⁵⁹ PRAÇA das Lavadeiras é uma grande solução. *Diário Mercantil*, 17 e 18 nov. 1974, p. 6. A Praça das Lavadeiras não existe mais. No terreno foi construída a atual sede da Escola Estadual Prof. Cândido Motta Filho.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² ROTARY ajuda entidades. *Diário Mercantil*, 25 e 26 jun. 1972, p. 6. As lavadeiras de São Pedro transportavam as trouxas de roupas em carroças, que as traziam da “Cidade Alta” ao centro da cidade onde residiam as freguesas.

¹⁶³ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 178.

Associados locais, mas serviam aos mesmos ao mostrá-las como algo pitoresco e nostálgico em uma cidade que buscava o progresso.

Ao contrário das lavadeiras, as empregadas domésticas estavam organizadas na Associação Profissional das Empregadas Domésticas (APED), que realizava reuniões mensais em sua sede e promovia palestras para conscientização da classe e vários cursos, ministrados pelas próprias associadas, como o de culinária, o de corte e costura (o mais procurado) e o de trabalhos manuais para aperfeiçoamento de suas associadas.¹⁶⁴

As associadas da APED, em 1970, presidida por Nair Nascimento elaboraram e executaram uma pesquisa que abrangeu o universo de 300 empregadas domésticas de vários bairros da cidade. As questões que foram respondidas pelas domésticas foram: “Você escolheu a profissão de doméstica?” “Quais as maiores dificuldades que você encontra para o desempenho da profissão?” “Você já ouviu falar da Associação das domésticas?” “Você sabe o que é Previdência Social?”.¹⁶⁵ O resultado da pesquisa serviu para traçar o perfil da profissão:

Das 300 entrevistadas, 191 responderam que não escolheram a profissão e tornaram-se domésticas por razões diversas como: falta de estudo; não ter oportunidade de aprender outra profissão; não conseguir outro emprego.

Das dificuldades apontadas pelas empregadas destaca-se: não ter horário determinado [sic] de domésticas que responderam a segunda pergunta; alimentação deficiente; salários baixos e não correspondentes ao volume de serviço e responsabilidade; não ter os mesmos direitos que os outros operários; impossibilidade de estudar; não ter garantias de permanecer no emprego; viver longe da família e não ter assistência médica e social. Cerca de 70 por cento das entrevistadas responderam que não sabem o que é Previdência Social e que não conhecem o Instituto Nacional de Previdência Social.¹⁶⁶

Com base nos dados da pesquisa a Associação elaborou um documento dirigido às autoridades como subsídio para os estudos sobre a regulamentação da profissão e iniciou um trabalho de esclarecimento, principalmente junto aos colégios com cursos noturnos freqüentados por empregadas domésticas, para aumentar o número de associadas.¹⁶⁷

As representações negativas da profissão na imprensa foram motivadas pelas falsas empregadas domésticas que se empregavam nas casas de famílias e roubavam as patroas. Elas

¹⁶⁴ ASSOCIAÇÃO de Domésticas de Juiz de Fora completou 4 anos. *Diário Mercantil*, 30 nov. 1972. A Igreja em Marcha, p. 3. Na época presidida pela srta. Inês do Nascimento, a APED completou 4 anos com comemorações em 25 de novembro de 1972. A festa constou de uma missa em Ação de Graças celebrada pelo padre Marcelo Crochet, do canto de Parabéns em torno do bolo festivo, apresentação da Exposição de trabalhos (sobretudo almofadas, executadas pelas alunas de Trabalhos Manuais) e, finalmente, de uma animada Hora Dançante. DOMÉSTICAS de JF querem a classe mais prestigiada. *Diário Mercantil*, 12 e 13 jul. 1970, p. 7.

¹⁶⁵ DOMÉSTICAS de JF querem a classe mais prestigiada. *Diário Mercantil*, 12 e 13 jul. 1970, p. 7.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Ibidem.

agiram intensamente, preocupando as autoridades policiais, sendo que em 1965 o número elevado de ações gerou uma reportagem alertando as donas-de-casa para o perigo.¹⁶⁸

A relação de poder entre patroas e empregadas é uma questão a ser notada. Algumas patroas exerceram a violência simbólica e física sobre suas empregadas, sobretudo aquelas que viviam sob o mesmo teto. Embora raras, as denúncias contra as patroas ou patrões se fizeram notar nas páginas policiais dos jornais. Em 1973, por exemplo, a empregada doméstica Eliza acusou seus patrões de surrá-la, ficarem com seus pertences, expulsá-la de casa trajando um vestido velho e ainda lhe tomarem seu filho de quatro anos de idade.¹⁶⁹

Considerada profissão essencialmente feminina, as professoras ocuparam amplo espaço na imprensa local. As representações das professoras variavam entre as lutadoras, ou seja, as grevistas que reivindicavam seus direitos e as abnegadas, isto é, que exerciam o magistério como um sacerdócio, apesar das dificuldades. Em 1968, no governo de Israel Pinheiro, as professoras da rede estadual de Minas Gerais deflagraram uma greve, movimento que teve a adesão das docentes de Juiz de Fora, em solidariedade com as mestras de todo o estado, que estavam com os salários atrasados, recebendo apoio de vários setores da sociedade.¹⁷⁰ As decepções com a profissão foram percebidas na pesquisa realizada pelo deputado estadual Tarcísio Delgado, eleito por Juiz de Fora, que mostrou que 254 professoras afastaram-se do magistério para outras atividades, porque não tinham condições de viver com os vencimentos pagos pelo governo de Minas Gerais.¹⁷¹

As comemorações pelo Dia dos Professores em 1975 trouxeram reflexões duras a respeito da profissão. As professoras, outrora consideradas como segundas mães, se desdobravam entre dois cargos, as infundáveis tarefas que levavam para casa (planos de aula, provas e elaboração de materiais didáticos) e os afazeres domésticos. As perdas salariais (e os baixos salários) levaram a categoria a um desânimo, afastando as professoras do magistério e as duplas jornadas afetavam negativamente o ensino.¹⁷²

O perfil das profissões exercidas por mulheres foi mudando gradativamente com a entrada de moças nos cursos universitários, muitas delas optando por carreiras consideradas típicas de homens.¹⁷³ O artigo “As mulheres entram no ‘campus’ de batalha”, do *Diário da*

¹⁶⁸ ATENÇÃO sras. donas de casa: Cuidado com as falsas domésticas! *Diário da Tarde*, 28 dez. 1965, p. 6.

¹⁶⁹ DOMÉSTICA acusa patrões de rapto. *Diário da Tarde*, 5 jul. 1973, p. 1. DOMÉSTICA acusa patrões de agressão dentro de casa. *Idem*, p. 8.

¹⁷⁰ PROFESSORAS de JF estão em Greve. *Diário da Tarde*, 23 fev. 1968, p. 1.

¹⁷¹ PROFESSORAS deixam o magistério. *Diário da Tarde*, 16 set. 1974, p. 2.

¹⁷² SALÁRIO baixo pode afastar as professoras. *Diário da Tarde*, 16 out. 1975, p. 3.

¹⁷³ Sobre o crescimento do número de mulheres em cursos superiores: CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

Tarde, mostrou a grande procura feminina por cursos universitários. O texto disposto no meio das imagens de jovens vestibulandas com semblantes variados informou: “Com roupas coloridas e não esquecendo em momento algum o ‘jeitinho’ dos cabelos, as mulheres estão disputando firme o vestibular da UFJF. E com vantagens, segundo alguns professores”.¹⁷⁴

(Anexo 20) As mulheres representaram 30% do número de candidatos no vestibular em 1975 e apesar de sempre serem vistas na UFJF como “autênticas caçadoras de maridos”, a reportagem salientou que esse perfil estava mudando, pois elas estavam disputando vagas nas empresas em nível profissional ou de estágio e também conquistando uma posição de destaque no contexto estudantil.¹⁷⁵ As vestibulandas, segundo o jornal, terminavam as provas rapidamente, porém com “uma lucidez muito convincente e até certo ponto surpreendente”, mas não perdiam a feminilidade: “não descuidavam da beleza e mesmo do jeitinho do cabelo”.¹⁷⁶ O *Diário Mercantil* divulgou na mesma data, na primeira página, a foto de uma jovem no gramado do *campus* da UFJF e a legenda: “Só, ela disputa com 5 mil”.¹⁷⁷ Em outra edição, o mesmo jornal publicou mais fotos de candidatas, reeditando o que foi comum nos anos anteriores em coberturas jornalísticas dos vestibulares, isto é, validando através de imagens a crescente presença feminina nos exames de ingresso à UFJF.¹⁷⁸

As jovens aprovadas em vestibulares em cursos “difíceis” e “masculinos” como o de Medicina foram alvos de reportagens especiais. Assim ocorreu com Winnie aprovada “galhardamente” no vestibular de Medicina em 1968, que teve a comemoração familiar pela conquista reportada no *Diário Mercantil*.¹⁷⁹ O perfil de Winnie traçado pelo periódico realçou sua brilhante vida educacional em escolas tradicionais da cidade. Anos depois, o foco jornalístico recaiu sobre as gêmeas Rosane e Denise, de apenas 17 anos, aprovadas no vestibular para Medicina em 1975, que eram “filhas de uma família bem estruturada” e que tiveram sempre boas notas em seus estudos, realizados em escolas renomadas de Juiz de Fora.¹⁸⁰ As jovens irmãs foram retratadas como simples, meigas e equilibradas, ao saberem

¹⁷⁴ AS mulheres entram no “campus” de batalha. *Diário da Tarde*, 10 jan. 1975, p. 3.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ VESTIBULAR: resultados só domingo. *Diário Mercantil*, 10 jan. 1975, p. 1. O número de inscritos no vestibular cresceu significativamente ao longo do período pesquisado. Em 1964, o *Diário Mercantil*, noticiou o desinteresse pelo concurso e o total de 659 inscritos no vestibular daquele ano. Cf. SOMBRILO desinteresse em JF pelos cursos superiores. *Diário Mercantil*, 16 jan. 1964, p. 6. 659 candidatos inscrevem-se nos exames vestibulares. *Diário Mercantil*, 22 jan. 1964, p. 6.

¹⁷⁸ VESTIBULAR. *Diário Mercantil*, 12 e 13 jan. 1975, p. 8.

¹⁷⁹ VESTIBULAR de Medicina Winnie Maria Cockell Soares venceu galhardamente. *Diário Mercantil*, 21 e 22 jan. 1968, p. 3.

¹⁸⁰ ROSANE e Denise, as gêmeas da Medicina. *Diário Mercantil*, 14 jan. 1975, p. 8.

conjugar o lazer com os estudos. Eram modernas e atualizadas na forma de “curtir” com a turma de amigos, no gosto musical e na escolha das roupas que a reportagem frisou:

Vestidas com modernos modelos, declararam elas que a moda atual (Chanel e vestidos longos) é muito mais prática, pois “podemos sentar mais à vontade, além de ser bem mais feminino”. E a calça comprida, também não dá mais liberdade? “São, mas no verão os vestidinhos são os mais apropriados” – afirmam elas.¹⁸¹

O setor terciário cresceu muito em Juiz de Fora nos anos de 1960 e 1970, com a instalação de filiais de grandes redes de lojas de departamentos e supermercados, além do crescimento de empresas locais, que empregaram muita mão-de-obra feminina. Os classificados ofereciam vagas para atividades ligadas ao comércio e serviços, que absorviam mulheres sem diploma universitário, como observou a cronista Cosette de Alencar: “não raro, avançam no peito e na coragem as moças de educação apenas secundárias, datilógrafas, enfermeiras, escriturárias, contadoras...”¹⁸² A cronista destacou que as mulheres de todas as classes sociais estavam enfrentando “paradas” cada vez mais duras e implacáveis e conseguiram afirmar-se economicamente e profissionalmente, galgaram postos de chefia e ganhavam “um tutu respeitável e honesto”, que era empregado “com sábia determinação”.¹⁸³ Demonstrou simpatia com a emancipação profissional feminina, afinal: “Mulher, hoje, é fogo. Duvidar de sua capacidade, ou sustentar sua inferioridade perante o outro sexo, parece cafona. Além de estúpido.”¹⁸⁴ O texto de Cosette pautado pelo uso de gírias da época, dando-lhe uma suavidade e graça, demonstrou sua admiração pelas mulheres, que assim como ela se projetaram profissionalmente.¹⁸⁵

A leitura dos jornais permitiu concluir que Cosette de Alencar estava certa: as mulheres cada vez mais conquistavam espaços profissionais significativos. Um exemplo se deu na Câmara Municipal de Juiz de Fora, espaço totalmente masculino até 1966, quando Vera Faria filha do político local Simeão de Faria, foi eleita a primeira vereadora. Em uma reportagem especial, Vera Faria disse que aceitou o convite para candidatar-se à vereança um mês antes das eleições, ou seja, não decidiu ingressar na política, mas decidiram por ela e acreditava que não seria eleita.¹⁸⁶ Ela sentia as dificuldades do mandato “porque a mulher, em certas circunstâncias, mais do que o homem, se torna sensível e até revoltada”, mas concluiu

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² MULHER hoje. *Diário Mercantil*, 15 mai. 1971, p. 4.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ A emancipação de Cosette se deu pela sua atuação como redatora dos Diários Associados, tradutora e como escritora premiada no seu único livro publicado em 1971, o *Giroflê Giroflá*.

¹⁸⁶ “15 homens, não! – 14 homens e uma mulher!”. *Diário Mercantil*, 15 e 16 nov. 1969. A Mulher – Edição Especial DM, p. 20.

que “no final, vence, porque a mulher sabe colocar amor, luta, sofrimento e perdão em qualquer atividade que exerça”.¹⁸⁷ A vereadora destacou como exemplos de mulheres ao longo da história: Bárbara Heliodora, Joana D’Arc, Rainha Guilhermina, Maria Antonieta, no passado e nos anos de 1960, Golda Meir, Indira Gandhi e a Rainha Elizabeth. Vera lembrou:

No Legislativo Municipal é freqüente ouvir o Vereador dizer da Tribuna:
 “Esta Casa é composta de 15 homens honestos!”
 É claro que, de quando em quando, dou minha bronquinha:
 “15 homens, não! 14 homens e uma mulher!”¹⁸⁸

Em 1971, Leda Terezinha Peixoto quebrou a tradição de um cargo tipicamente masculino, em Minas Gerais ao se tornar a primeira e a única mulher mineira a se tornar delegada de polícia.¹⁸⁹ A reportagem do *Diário da Tarde* viu vantagens na nomeação de Leda para a Delegacia de Costumes, Menores e Assistência Social, simplesmente por ser mulher, por isso portadora de dons maternais no trato com menores: “uma mulher, geralmente terá maiores possibilidades de lidar com meninos delinqüentes, bem como resolver parte do problema social acarretado pelos menores abandonados que se acham pelas ruas”.¹⁹⁰

Em 1975, Saulo Moreira, que assumiu após a renúncia do prefeito Itamar Franco, nomeou para Chefe de Gabinete: Iracema Nascimento, ex-funcionária do Banco de Crédito Real e integrante de alguns dos principais movimentos religiosos da cidade: a Ação Social Arquidiocesana e Cáritas, por isso ela considerava-se “apolítica”.¹⁹¹ No perfil de Iracema, traçado pelo *Diário Mercantil*, as relações de parentesco com um militar (seu irmão) e com o prefeito (seu primo) foram mencionadas, mas ressaltou-se que ela ocupou vários cargos através de concursos, isto é, por mérito próprio.¹⁹²

Devido à vinculação de Iracema com entidades católicas, o arcebispo Dom Geraldo saudou a nomeação: “a prefeitura está conquistando pessoa altamente qualificada”.¹⁹³ A coluna católica *Igreja* também participou da alegria inseriu a conquista de Iracema dentro de três fenômenos que caracterizaram a época: “- a ascensão dos povos subdesenvolvidos, a

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ ESTA mulher é delegada de polícia: a única de MG. *Diário da Tarde*, 3 jul. 1971, p. 1. CONHEÇA Leda, a primeira mineira que é delegada. Idem, p. 8.

¹⁹⁰ DELEGADA começa função em JF. *Diário da Tarde*, 12 jul. 1971, p. 8.

¹⁹¹ SAULO adota solução apolítica na escolha do chefe de gabinete. *Diário Mercantil*, 17 abr. 1975, p. 3. Iracema não foi a primeira a ocupar a função, mas a segunda, pois no governo Itamar ocupou o mesmo cargo Maria Andréa Loyola Rios.

¹⁹² Idem.

¹⁹³ Ibidem.

ascensão das classes operárias e, finalmente a ascensão da mulher”.¹⁹⁴ O texto que terminou com os cumprimentos à Chefe de Gabinete por aceitar a missão em um ano especial, ou seja, dedicado à mulher, destacou a visão da Igreja Católica com relação ao papel feminino no conturbado século XX: “esta superação se fará com a participação ativa da mulher ou ela não será feita. A natureza fez da mulher guardiã privilegiada dos valores da Pessoa”.¹⁹⁵ A humanidade vivia em conflitos devido à preponderância da força masculina, enquanto a mulher seria a “guardiã” natural de valores, esquecidos. A mensagem da coluna católica trabalhou com a dicotomia - mulher, desprovida de força física, mas depositária de virtudes; e homem detentor da mesma -, insiste que era a hora dos “valores” suplantarem a “força”.

A análise das edições diárias dos jornais, *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, permitiu vislumbrar as práticas cotidianas de mulheres anônimas de Juiz de Fora, que ganharam voz nos periódicos quando reivindicavam direitos, lutavam para obter alimentos escassos no mercado, denunciavam o descuido das autoridades ou exigiam infra-estrutura mínima para seus bairros e buscavam serem respeitadas enquanto mulheres e cidadãs.

A invisibilidade das práticas cotidianas femininas na historiografia ganhou contornos novos com os estudos de E. P. Thompson, que valorizou a participação das mulheres em estratégias tecidas no dia-a-dia.¹⁹⁶ O autor ressaltou, por exemplo, a importância do papel das mulheres nos motins contra a fome e na “venda” de esposas, uma estratégia que funcionava como um “divórcio”, pois em muitos dos casos a mulher concordava com a “venda”, uma vez que já convivía com o homem (companheiro) que a “adquiria”.¹⁹⁷ Thompson refletiu:

Se nos preocupamos apenas com o tornar-se, então há períodos históricos inteiros em que um sexo foi negligenciado pelo historiador, pois às mulheres são raramente vistas como atores de primeira ordem na vida política, militar ou mesmo econômica. Se nos interessamos pelo ser, então a exclusão das mulheres reduziria a história à futilidade.¹⁹⁸

Em um estudo sobre o cotidiano, Luce Giard salienta, que embora pareçam invisíveis, as mulheres estão envolvidas em ocupações, que muitas das vezes não são

¹⁹⁴ IRACEMA e a ascensão da mulher. *Diário Mercantil*, 25 abr. 1975. Igreja, p. 2. A coluna católica, publicada diariamente no *Diário Mercantil*, mudou de nome várias vezes: *Coluna Católica*, *Igreja em Marcha*, *Igreja, Religião*.

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

¹⁹⁷ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. pp. 227-267. p. 238.

¹⁹⁸ Idem, p. 234.

consideradas profissões definidas.¹⁹⁹ As mulheres têm muitas ocupações, pois o trabalho doméstico não foi excluído do cotidiano daquelas que conquistaram uma profissão. A autora observa:

Trabalhos que visivelmente nunca acabam, jamais suscetíveis de receber um arremate final: a manutenção dos bens e do lar e a conservação da vida dos membros da família parecem extrapolar o campo de uma produtividade digna de ser levada em conta. Só quando faltam é que chamam a atenção, mas neste caso é ainda de reprovação que se trata. Como canta muito bem a inspiração salutar dos quebequenses, “*môman* não trabalha, ela tem muito que fazer!”²⁰⁰

O cotidiano das mulheres, responsáveis pela aquisição de alimentos para a casa, foi marcado por horas nas filas de mercados em busca de produtos racionados durante os governos dos presidentes militares. Elas tentaram driblar os problemas de abastecimento de produtos como carne, óleo, arroz, açúcar, farinha de trigo e outros que ficaram escassos no mercado. No ano de 1974, a escassez de óleo de soja e de carne foram problemas enfrentados pelas donas-de-casa, quando o milagre econômico dava sinais de esgotamento. A falta de óleo comestível de soja (como também o de milho e de amendoim) foi anunciada no primeiro mês de 1974, sendo que o preço do produto no varejo aumentou.²⁰¹ Na edição comemorativa do décimo aniversário da “Revolução de 31 de março de 1964”, o *Diário Mercantil* divulgou a promoção de um conhecido mercado local, que brindou a data disponibilizando três mil latas de óleos comestíveis à população, que lotou o estabelecimento. A publicidade-notícia foi ilustrada com uma foto, mostrando o mercado lotado, onde “centenas de donas-de-casa disputavam o produto tão escasso”.²⁰² **(Anexo 10)**

A carne, que ocupou as manchetes em 1964 devido ao preço abusivo, foi outro produto escasso no mercado em 1974, fazendo com que o preço do produto se elevasse e fosse vendida no câmbio negro. As donas-de-casa engrossaram as enormes filas dos açougues e supermercados para comprar a carne racionada a dois quilos no máximo para cada cliente.²⁰³ O racionamento da carne alterou o cotidiano do juizforano que estava “acostumado à tranquilidade característica das regiões interioranas, que apenas vive parcialmente os problemas dos centros desenvolvidos”.²⁰⁴

¹⁹⁹ GIARD, Luce. *Artes de Nutrir*. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 2. Petrópolis: Vozes, 1996. pp. 211-233.

²⁰⁰ Idem, p. 217.

²⁰¹ CRISE da falta de óleo continua em Juiz de Fora. *Diário da Tarde*, 19 jan. 1974, p. 4.

²⁰² BELLINI vende óleos e comemora Revolução. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1 abr. 1964, p. 4.

²⁰³ CARNE está sendo vendida no câmbio negro em Minas. *Diário da Tarde*, 19 jan. 1974, p. 3.

²⁰⁴ CRISE da carne provoca alta de outros produtos. *Diário da Tarde*, 25 jan. 1974, p. 7.

As feiras livres eram locais onde as donas-de-casa abasteciam seus lares com produtos mais frescos e com preços considerados mais acessíveis, uma vez que muitos feirantes eram os produtores. Portanto, as imagens das mulheres em feiras livres foram recorrentes nas edições dos jornais, como no exemplo da reportagem na qual Dona Maria Aparecida considerou o aumento dos hortigranjeiros “mais exagerado do que as notícias sobre astronautas”, sendo que a reportagem informou que ela não acreditava, que o homem pudesse chegar a Marte ou outros planetas.²⁰⁵ Dona Maria, freqüentadora da feira, era responsável por administrar o dinheiro dado pelo marido para fazer as compras, “espremendo-o” ao máximo, assim se constituiu em uma autoridade para fazer um balanço da situação econômica vivida pelo país, onde os arrojados salários não conseguiam acompanhar os preços em alta.²⁰⁶

Além do abastecimento e o custo de vida, a questão da educação preocupou dois grupos diferentes de mulheres: as profissionais do ensino e as mães de alunos. Enquanto as professoras buscaram resolver as questões salariais com greves, as mães recorriam aos protestos para resolver os problemas escolares de seus filhos. A falta de vagas nas escolas públicas estaduais levou muitas mães às longas filas formadas nas portas dos principais estabelecimentos de ensino, a indefinição quanto ao local de funcionamento da escola e a não disponibilidade de recursos financeiros para adquirir materiais escolares para os filhos fizeram com que as mulheres fossem representadas nos jornais como reivindicadoras.²⁰⁷

A cidade que buscou ser identificada com o progresso em várias ocasiões teve seu cotidiano marcado por cenas que remeteram ao passado e que foram imortalizadas em imagens nos jornais. O problema em torno do abastecimento de água foi um aspecto que demonstrou a contradição progresso-retrocesso e gerou várias reportagens protagonizadas por mulheres responsáveis pelos serviços domésticos e pelas lavagens de roupas de roupas para suas clientes, que tinham que recorrer às minas e aos poços artesianos, em bairros periféricos ou até mesmo nos próximos ao Centro, como o Jardim Glória.²⁰⁸

A saúde da família foi outra questão importante para as mulheres. O surto de meningite que em 1974, trouxe preocupação nas mães da cidade, que se organizaram para

²⁰⁵ PREÇO de feira livre assusta dona de casa. *Diário da Tarde*, 22 abr. 1974, p. 2.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Cf. VOLTA às aulas forma filas nas portas dos grupos para matrículas. *Diário da Tarde*, 30 jan. 1974, p. 1-2. GOVERNO do Estado despejou o Grupo Escolar “Duque de Caxias”. *Diário da Tarde*, 31 jan. 1964, p. 5. PAIS de alunos do Duque de Caxias procuram solução para seu problema. *Diário da Tarde*, 8 fev. 1964, p. 6. JARDIM da Infância: é a solução. *Diário Mercantil*, 5 dez. 1973, p. 1. PM tem solução para o Infantil. Idem, p. 3.

²⁰⁸ Cf. MÃES refutam secretário e dizem que água é veículo de hepatite. *Diário Mercantil*, 13 jun. 1975, p. 1. MÃES insistem que a água “suja” é causa de hepatite do J. Glória. Idem, p. 8. PERPÉTUO recomenda que água para se beber deve ser fervida: J. Glória. *Diário Mercantil*, 15 e 16 jun. 1975, p. 1. FERVER a água, a medida que o Jardim Glória deve tomar. Idem, p. 8.

reivindicar providências através da imprensa. A comissão, formada por quatorze mães da Vila São Benedito (antigo Arado), que compareceu à redação dos *Diários Associados* para pedir socorro, exemplifica. Esse grupo de mães foi significativo diante da situação econômica da maioria das famílias, que impediu muitas mulheres de comparecerem porque não dispunham de dinheiro para pagar a passagem de ônibus.²⁰⁹ As mães informaram que o bairro estava alarmado diante da morte de dois alunos, da mesma sala do Grupo Escolar Cândido Motta Filho, sendo que a *causa mortis* era desconhecida, podendo ser meningite ou verminose (comum no bairro com péssimo serviço de água potável).²¹⁰

As representações construídas para essas mulheres que enfrentaram os embates do cotidiano foram positivas, porque não romperam com o papel de gênero destinado a elas enquanto mães e esposas responsáveis pela economia doméstica. O tempo gasto em longas filas e a exposição nos jornais tinha como justificativa a felicidade dos seus lares e filhos.

Em meio às lutas e reivindicações femininas em prol de melhorias no cotidiano, a denúncia de discriminação racial sofrida por Maria Aparecida revelou o preconceito enfrentado cotidianamente por muitas mulheres negras na cidade, mas que não ganhavam visibilidade na imprensa. Ao sair com um grupo para comemorar o aniversário de um amigo, a estudante e campeã nas Olimpíadas Universitárias foi impedida de entrar na “badalada” boate Vivabela por ser negra. A moça, que pela primeira vez saiu para se divertir em uma casa noturna, entrou com uma representação contra a boate baseada na Lei Afonso Arinos.²¹¹

A discriminação sofrida por Maria Aparecida ganhou o noticiário nacional, levando o presidente Ernesto Geisel a exigir do Ministro da Justiça que fossem apuradas as denúncias. O caso se estendeu por meses com os acusados, o porteiro e o gerente da boate, negando que tivessem cometido discriminação racial.²¹² No primeiro julgamento marcado para 13 de maio de 1975 o advogado do acusado aproveitou a coincidência com a data da assinatura de Lei Áurea e convocou três testemunhas negras, que desfrutavam de destaque profissional: um médico (que estava estagiando no Rio de Janeiro), uma professora e um funcionário público, para deporem a favor de seu cliente. No entanto, o processo foi anulado pelo juiz que acatou o

²⁰⁹ MORTE de dois alunos, da mesma sala, alarma Vila São Benedito. *Diário Mercantil*, 5 jun. 1975, p. 8.

²¹⁰ VILA São Benedito pede socorro. *Diário Mercantil*, 5 jun. 1975, p. 1.

²¹¹ UNIVERSITÁRIA denuncia segregação racial em boate. *Diário da Tarde*, 26 mar. 1975, p. 7. A Lei número 1390, chamada de Afonso Arinos, de 3 de julho de 1951, incluiu entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça ou de cor.

²¹² RACISMO também em muitas outras oportunidades. *Diário Mercantil*, 4 abr. 1975. Editorial, p. 2. POLÍCIA prossegue inquérito do racismo. Idem, p. 6. PORTEIRO da boate desmente acusações em depoimento ontem. *Diário Mercantil*, 9 abr. 1975, p. 6. GERENTE de boate nega problemas de racismo no estabelecimento. *Diário Mercantil*, 25 abr. 1975, p. 6.

pedido da defesa do proprietário da boate, que alegou que deveria ser incluído o porteiro “como agente do ilícito penal”.²¹³

A árdua luta empreendida por Maria Aparecida foi permeada por relações de poder, nas quais estavam em jogo questões de raça, gênero e classe. A jovem, que residia em casa de amigos para estudar na Universidade Federal de Juiz de Fora, estava travando um embate contra um comerciante rico, que contratou um dos melhores advogados da cidade. O editorial intitulado “Racismo também em outras oportunidades” denunciou o preconceito existente em Juiz de Fora que precisava com urgência “de uma reforma de princípios e de métodos de ação em alguns setores”.²¹⁴ Esse caso possibilitou vislumbrar claramente a estrutura do poder local: uma cidade que se incomodava com o fato de um negro, sobretudo, de uma mulher negra querer compartilhar um espaço freqüentado por figuras de destaque na sociedade.

A questão de gênero não pode ser esquecida, pois foi evidenciada no processo reiniciado em junho e julgado em 16 de setembro: a defesa alegou que Maria Aparecida foi impedida de entrar na boate não por ser negra, **mas por estar só**, o que feria os regulamentos da casa noturna.²¹⁵ Esse impedimento dificultava a diversão de uma mulher desacompanhada. A proibição refletia o “perigo” representado por solteiras, desquitadas e viúvas, sempre vigiadas pela sociedade e com espaços de circulação ainda restritos em 1975.

A sentença foi divulgada e como era de supor a culpa recaiu sobre o porteiro (que se defendeu dizendo que a entrada foi vetada porque o estabelecimento estava lotado): condenado a 15 dias de prisão, como tinha bons antecedentes a pena foi comutada em multa de 15 cruzeiros. O proprietário da boate foi absolvido, dando à “novela” um final “suave”, como ressaltou o *Diário da Tarde* ao se referir ao primeiro julgamento de racismo baseado na Lei Afonso Arinos no Estado de Minas Gerais.²¹⁶ Após a sentença, o noticiário informou que Maria Aparecida não esboçou grande reação, mas disse: “foi uma espécie de punição para quem quer que ainda pense em praticar discriminação racial”.²¹⁷

Maria Aparecida, a protagonista do polêmico processo que ocupou espaço nos meios de comunicação, foi alvo de disputa política entre os partidos, mas ingressou na ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e pretendia candidatar-se à vereança.

²¹³ JUIZ anula processo sobre racismo. *Diário Mercantil*, 14 mai. 1975, p. 1. RACISMO foi decidido com a anulação. Idem, p. 6.

²¹⁴ RACISMO também em outras oportunidades. *Diário Mercantil*, 4 abr. 1975, p. 2.

²¹⁵ REINICIA processo de racismo. *Diário Mercantil*, 18 jun. 1975, p. 6. FINALMENTE, hoje, a sentença no caso de Rosa. *Diário da Tarde*, 22 set. 1975, p. 8.

²¹⁶ O porteiro da boate levou 15 dias. *Diário da Tarde*, 23 set. 1975, p. 1. UM final suave para a “novela Maria Rosa”. Idem, p. 8.

²¹⁷ Idem.

A ampla repercussão na imprensa nacional do preconceito sofrido por Maria Aparecida Rosa não deixou o *Diário Mercantil* alheio à questão, que na matéria especial “Branco é branco e preto, é preto?” entrevistou três mulheres e dois homens.²¹⁸ Os entrevistados teceram comparações entre o preconceito existente no Brasil, nos Estados Unidos e África do Sul; lembraram da contribuição do negro na cultura brasileira; confirmaram a presença do preconceito racial no país e ressaltaram que quanto mais escura a pigmentação da pele, mais a pessoa sofria preconceito.

Interessa saber o que disseram as mulheres entrevistadas. A professora de História da América e Geo-História da UFJF, Sônia de Almeida Marcato, afrodescendente, discordou da idéia de que a escravidão no Brasil foi mais humana, pois o escravo era uma mercadoria valiosa e por isso recebia cuidados do senhor. Afirmou que com a abolição da escravidão o preconceito continuou a existir com relação ao trabalho e a cor. Para ela, se o preconceito não existisse não havia a necessidade da Lei Afonso Arinos e que a falada democracia racial existia em grandes manifestações coletivas como o carnaval, futebol. Sônia lembrou de estereótipos como: “o dinheiro branqueia” ou “é negro, mas de alma branca”.²¹⁹

A poetisa e diretora do Museu Mariano Procópio, Geralda Ferreira Armond Marques, personalidade conhecida na cidade e descendente de “barões do café”, em vários momentos de seu depoimento culpou os negros - “por uma humildade trazida do tempo da escravidão” - pela situação que enfrentavam, reproduzindo com sua fala um discurso das elites.²²⁰ Para ela, havia a harmonia racial na caridade onde “o coração do branco se abre ao negro” e no carnaval, mas em teatros onde peças clássicas eram encenadas ou ouvidas o negro era excluído até mesmo do palco.²²¹ A poetisa frisou que a situação se reverteria um dia e o racismo deixaria de existir, afinal o Brasil foi um dos últimos a extinguir a escravidão. Como era de seu estilo recorrer à História, lamentou o caso de racismo em Juiz de Fora, que por três vezes hospedou a Princesa Isabel, a “Redentora”. Como culpabilizou os negros por sua situação, a mudança, na opinião de Geralda Armond, iria depender muito deles e concluiu: “Mas o negro vencerá, ele próprio, as últimas barreiras. Que surjam outras Aparecidas!”.²²²

O carnaval responsável por implantar temporariamente uma harmonia social fabricou suas divas negras. A terceira entrevistada, Judith de Paula, conhecida como a “dona do carnaval juizforano” e por isso tratada por todos com muito carinho, resumiu a situação do

²¹⁸ BRANCO é branco e preto, é preto? *Diário Mercantil*, 6 e 7 abr. 1975. Caderno Dois, p. 1.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibidem.

²²² Ibidem.

negro na cidade: “Enquanto muitas das vezes sou convidada a me apresentar em determinados lugares importantes da cidade, meus irmãos que são mais pretos do que eu não podem entrar.”²²³ E concluiu que “talvez por ser uma pessoa, vamos dizer, popular” em relação a sua pessoa não havia racismo.”²²⁴ Judith apesar de negra e mulher não era alvo de preconceito, por ser “popular” e reconhecida nos meios sociais de Juiz de Fora. Os jornais demonstraram que aquelas que não eram “populares” no sentido em que Judith atribuiu à palavra, mas das camadas populares tiveram um cotidiano bem diverso. Nos jornais dos anos de 1960 e 1970, a cor da pele não era omitida principalmente nos relatos policiais. As mulheres pobres e afrodescendentes, isto é, marcadas pela tripla exclusão, a saber, de gênero, de classe e de raça, predominaram nas ocorrências policiais reportadas nas páginas dos diários analisados.

Embora não se identificando com o feminismo ou não tendo uma concepção correta acerca do movimento feminista, as mulheres retratadas pela imprensa juizforana souberam “mandar brasa” ocupando profissões tradicionalmente femininas e até as “masculinas”. Para as mulheres de camadas populares, em geral sem escolaridade, que sozinhas mantinham suas famílias, o trabalho remunerado fora do lar era uma questão de sobrevivência. O crescimento de vagas ocupadas por mulheres no comércio e nos serviços públicos, assim como em atividades nas quais os diplomas de cursos secundários e universitários eram pré-requisitos, ampliou o grupo daquelas com dupla jornada, isto é, fora e dentro de seus lares.

As mulheres envolvidas nas lutas cotidianas foram valorizadas, pois estabeleceram seus embates com a sociedade ou o poder público, mas não romperam com o papel cultural de mães cuidadosas e esposas dedicadas. Também foram positivas as representações construídas para Maria Aparecida, que denunciou a violência simbólica de que foi vítima derrubando paradigmas ao lutar como mulher, pobre, negra e solteira contra um homem branco e rico.

Os jornais *Associados* de Juiz de Fora reconheceram as conquistas femininas e até chegaram a cobrar as comemorações que deveriam ser feitas para as mulheres, como em 1974, o *Diário da Tarde* denunciou o esquecimento do Dia Internacional da Mulher na cidade.²²⁵ A matéria reconheceu a existência de uma “nova mulher” que assumia cada vez mais seu papel na sociedade, através de seu trabalho, estudos, lazer e as múltiplas atividades que desempenhava.

²²³ Ibidem.

²²⁴ Ibidem.

²²⁵ ONTEM foi o dia internacional da mulher. Quem se lembrou delas? *Diário da Tarde*, 9 mar. 1974, p. 2.

CAPÍTULO 4 – AS MULHERES NO RITMO DOS NOVOS TEMPOS

O amado se reveste de lugares, de épocas, ele é parte do que somos, do que procuramos, do que precisamos, em determinado instante. Quanto mais fantasiávamos o amante, mais o amamos. Deixei de ser capaz de amar quando descobri que esgotara minha capacidade de mentir. (Rachel Jardim. *O penhoar chinês*, p. 96.)

4.1. “E A FAMÍLIA, COMO VAI?”¹

O discurso disciplinador, no qual a mulher tinha um papel decisivo na felicidade da família, foi construído no final do século XIX e início do século XX. O modelo burguês de família nuclear foi imposto às camadas populares, que vivenciaram formas de arranjos familiares diferentes daqueles idealizados pela elite, médicos, legisladores, juristas, religiosos e governantes.² Seguindo os parâmetros estabelecidos no início do século, a legislação em vigor nos anos de 1960 e 1970 definia que a família constituída legalmente pelo casamento era monogâmica e chefiada pelo homem, ao qual estavam subordinados a mulher e os filhos. Portanto, cabia ao chefe ser o mediador das relações entre o grupo familiar e a sociedade mais abrangente.³ O Código Penal de 1940 legislava com o objetivo de preservar o modelo familiar considerado ideal:

Em capítulo especial, denominado “Dos crimes contra a família”, o Código Penal, ainda em vigor, pune a bigamia, o induzimento a erro essencial e o adultério. A punição da bigamia e do adultério deixam clara a intenção do fortalecimento de um modelo familiar monogâmico. No caso da punição ao induzimento de erro essencial, destaca-se a articulação deste artigo com o Código Civil, que prevê a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não virgindade da noiva. Tal artigo, no que se refere à mulher, imprime como padrão sexual a castidade feminina, requisito essencial à formação da família legal. No intuito de “proteger” a família, o Código Penal dispõe, ainda, de normas punitivas de crimes contra o estado de filiação, contra a assistência familiar, contra o pátrio-poder e a tutela e a curatela, reforçando a autoridade paterna e os deveres do pai com a prole.⁴

Os ventos inovadores que sopraram nas décadas de 1960 e 1970 colocaram em xeque essa típica família, constituída legalmente, por isso indissolúvel pelas leis da Igreja Católica e

¹ O título foi retirado da matéria: MIRANDA, Margarida. E a família, como vai? *Diário Mercantil*, 15 e 16 set. 1974. DM – Domingo, p. 1.

² O trabalho de Margareth Rago, por exemplo, trata da questão do discurso disciplinador, em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX. Cf. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

³ BARSTED, Leila Linhares. “Permanência ou mudanças? O discurso legal sobre a família”. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de. et al. (orgs.) *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRJ, 1987. pp. 103-113. p. 105.

⁴ Idem, p. 107.

dissolúvel pelo desquite, porém com o impedimento dos ex-esposos de formarem outra família legalizada. A imprensa na década de 1970, muito mais do que na de 1960, preocupou-se com a crise da família, dedicando ao assunto várias matérias, nas quais foram construídas representações para a mulher e o seu papel dentro da instituição abalada pela modernidade.⁵

Na matéria intitulada “O Príncipe Encantado”, Luiz Fernando Teixeira Dantas (psicólogo da Sede) analisou a transformação processada na vida de um casal - entre a felicidade da época em que eram jovens namorados e o desgaste com o cotidiano do casamento, onde: “Os sonhos da menina-moça se transformaram em dolorosa realidade.”⁶ O psicólogo destacou que as meninas e os meninos não aprendiam a ser esposos e culpou a educação dada a ambos os sexos como uma das causas do fracasso do casamento. Enquanto as moças viam no “casamento quase que um fim de si mesmo”, muitos rapazes valorizam em demasia a beleza e a juventude e escolhiam as esposas pelos atrativos físicos.⁷ Esses rapazes não conseguiam conviver com a passagem do tempo, que corrói a beleza e modifica muitos aspectos na vida do casal e revela o desgaste da relação. O desajuste conjugal segundo o psicólogo estava no modelo de casamento baseado no conceito de “amor romântico” que

supõe quase que uma despersonalização do indivíduo e uma identificação e fidelidade ao ser amado. Esta é uma posição basicamente feminina. O homem, de certo modo, alimenta esses ideais femininos com seus galanteios que, normalmente, duram enquanto dura a conquista. Após o casamento, este tipo de amor pode ser alimentado pela mulher, mas não pelo homem que geralmente não se encontra sob a influência deste condicionamento. Esta mudança por parte do homem é um dos mais significativos fatores do desajustamento conjugal.⁸

Outra matéria que demonstrou a preocupação com os rumos da família apresentou as opiniões de dois homens (um médico, pai de 14 filhos e um balconista) três mulheres (uma casada e duas jovens universitárias).⁹ Interesse ressaltar que a página da matéria foi ilustrada com uma fotografia (emoldurada por cupidos) de uma família tipicamente burguesa, do início do século XX, em dia de bodas, isto é, remetendo à idéia da tradição.

O texto de Margarida Miranda mostrou-se otimista, ao salientar que apesar dos problemas “não foi afetada substancialmente a vocação das pessoas para um melhor

⁵ A família que estava em crise é a que seguia o modelo observado por Carla Bassanezi em revistas femininas dos anos de 1950: branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos. BASSANEZI, Carla. “Mulheres nos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 607-639. p. 609.

⁶ DANTAS, Luiz Fernando Teixeira. O Príncipe Encantado. *Diário Mercantil*, 20 e 21 mai. 1973. Caderno de Domingo, p. 1.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

⁹ MIRANDA, Margarida. E a família, como vai? *Diário Mercantil*, 15 e 16 set. 1974. DM – Domingo, p. 1.

relacionamento familiar.”¹⁰ Diante dos paradoxos do mundo que vivenciava muitos progressos, mas também grandes problemas como as guerras, “o alerta atômico das superpotências, o acentuado crescimento da inflação, o aumento da taxa de natalidade, a escassez de energia e produtos básicos”, a família como parte desse contexto, também passava por crise, pois estava “abalada em sua estrutura, carente de reformulações, de conceitos novos”, no entanto, as pessoas se declararam “dispostas a continuar a procura do bem-estar, segurança, da compreensão e da tranquilidade em seus lares.”¹¹

Do otimismo da redatora desfrutava também a entrevistada, mãe de dois filhos adolescentes, que afirmou que a sua família não passava por crise: “Apesar de acreditar na crise, acho que é apenas uma fase de transição e que a própria família, conseguirá se reerguer e conquistar o seu real valor.”¹² As representações positivas em torno de si e de sua família, como fez a entrevistada, apontam para uma conjuntura na qual a mulher ainda era responsabilizada pelo sucesso familiar, sendo por isso julgada pelo êxito e pelo fracasso da instituição. A entrevistada constatou que os jovens exigiam “liberdade em excesso” e muitos pais “mal orientados” cediam com medo de desagradá-los e que o casamento passava por grandes mudanças, portanto o relacionamento conjugal deveria ser “mais franco, mais aberto, baseado no respeito mútuo, cada um respeitando sempre a posição do outro”.¹³

As duas universitárias entrevistadas concordaram que o modelo tradicional e rígido de família estava em crise por conta dos jovens que buscavam individualidade. Acreditavam na sobrevivência da família, porém não a do tipo antigo, mas aquela aberta à construção do “ser”. Assim como a mulher entrevistada, frisaram não terem problemas em suas famílias. Uma das jovens disse: “Eu me dou muito bem com minha família, onde as coisas são muito bem ordenadas.”¹⁴ A outra jovem, que tinha no “relacionamento familiar um contato mais aberto”, afirmou: “Geralmente eu consigo me satisfazer dentro de minha própria casa. Claro, existem problemas, mas eu procuro enfrentá-los de maneira a respeitar e ser respeitada. Eu sou bastante livre para enxergar as coisas como são.”¹⁵

Em uma reportagem editada no dia das mães de 1975, o *Diário Mercantil* retomou a questão da crise na família e publicou o resultado de entrevistas com seis adolescentes com idades de 15 e 16 anos (cinco rapazes e uma moça).¹⁶ O texto de introdução à fala dos

¹⁰ Idem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ EM questão: A família está em crise? *Diário Mercantil*, 11 e 12 mai. 1975. Caderno Dois, p. 6.

adolescentes apontou as condições da vida moderna como o fator de desajuste familiar: “A casa em vez de ser um lugar de repouso para a família virou quase que um ringue, onde se ‘ganha’ o que se ‘perdeu’ lá fora, na vida cotidiana.”¹⁷ A maioria dos adolescentes disse que a família não estava em crise. Na visão de Rita Maria, a única entrevistada do sexo feminino, a “família é uma coisa sagrada pra ser colocada à prova, assim, sem mais nem menos” e procurou identificar a raiz do problema: “O que sempre esteve, está e sempre estará em crise são os números de empregos que decidem a sorte da estrutura familiar.”¹⁸ Os entrevistados, em geral, se mostraram preocupados com os problemas financeiros que contribuíam com a desarmonia familiar, sobretudo o desemprego.

A preocupação da Igreja Católica com o destino da família no contexto dos anos 70 foi externada na coluna *Igreja do Diário Mercantil*. Em um dos textos publicados na referida coluna diária, por exemplo, o sociólogo Cândido Procópio Camargo afirmou que as famílias passaram de unidade de produção para unidade de consumo, levando os casais a terem cada vez menos filhos.¹⁹

As matérias do *Diário Mercantil* que se debruçaram sobre a questão da crise familiar retrataram e entrevistaram membros de famílias do tipo nuclear burguês, ou seja, a vislumbrada pela legislação brasileira, que não era “o símbolo reflexo do modo de relacionamento do grupo familiar, conforme vivenciado nas diferentes classes sociais.”²⁰ Mas, “a codificação de uma visão de mundo das elites dominantes, preocupadas com a legitimação, em termos legais, dos laços familiares, com a definição do poder marital e paterno, com a legitimação da prole e a regulamentação do patrimônio.”²¹

Muitas famílias que tiveram seus dramas cotidianos reportados nos jornais não seguiam o padrão legal. Eram formadas por casais amasiados por falta de condições materiais para arcar com os custos de um casamento ou porque um dos membros do casal (ou ambos) era desquitado o que impedia estabelecer novo vínculo matrimonial legalizado.²² O número de vínculos consensuais cresceu proporcionalmente ao de desquitados e a evolução dos

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ A sociedade de consumo e o tamanho das famílias. *Diário Mercantil*, 21 ago. 1975. Igreja, p. 2.

²⁰ BARSTED, Leila Linhares, op. cit., p. 105.

²¹ Idem.

²² BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras. 1998. pp. 411-437. p. 420. A autora observa que nos anos 50 e 60 do século XX as uniões consensuais ocorriam preponderantemente nos estratos mais pobres da população, sendo a única opção para os desquitados. Nas uniões mais recentes, a consensual está atraindo a classe média como primeira opção de vida conjugal, ou seja, uma espécie de “casamento experimental”.

costumes, que gradativamente foi aceitando as famílias formadas por uniões “mais livres” contribuiu também para o aumento das “famílias informais”.

No entanto, a legislação brasileira manteve a preponderância do modelo legal de família sobre as “sociedades de fato” (concubinatos), como observou Leila Linhares Barsted “apesar de desde o início dos anos 60, haver farta jurisprudência dos tribunais a respeito dos direitos da ‘concubina’.”²³ A autora constatou uma “evolução da ideologia do poder judiciário” que passou a usar a nomenclatura “companheira” para a mulher que estabeleceu relações familiares não legalizadas, no lugar de “amásia” ou “concubina”.²⁴ A “expressão ‘companheira’, símbolo do reconhecimento das relações familiares não legalizadas por parte do Poder Judiciário”, revestiu-se de conotação positiva, dignificando a mulher que por opção ou razões diversas não estabeleceu laços matrimoniais, mas dividia a afetividade e o compromisso de uma vida a dois, incluindo o companheirismo na educação dos filhos.²⁵

O *Diário Mercantil* expressou em suas matérias especiais sobre a família e as relações de gênero nessa instituição, os anseios de grupos privilegiados na sociedade. As famílias populares não receberam matérias especiais do jornal. Dessa forma, é importante refletir sobre essa exclusão, partindo do questionamento: Como foram representadas as relações de gênero nas famílias populares urbanas nos jornais de Juiz de Fora?

A antropóloga Márcia Thereza Couto explica que a categoria social “famílias populares urbanas” refere-se “àqueles que são destituídos do que, na nossa sociedade, confere poder, riqueza e prestígio.”²⁶ A autora frisa que as camadas populares urbanas atribuem à família um valor simbólico importante sendo esta parte de sua identidade de ser social. As famílias populares urbanas vivem em “relação tênue e complexa”, observa Márcia T. Couto, “entre a moralidade e os valores tradicionais, de um lado, e as coações de uma sociedade que é, a um só tempo, moderna e excludente.”²⁷ Portanto, vivendo nessa “linha tênue”, essas famílias são portadoras de valores, vivências e expectativas próprios, mas absorvem valores e estratégias da elite reinterpretando-os em um processo de circularidade cultural.²⁸

Nas páginas policiais, onde as famílias populares foram enfocadas com maior ênfase percebe-se que, muitas em suas formações tiveram a união formal abençoada pela Igreja e ratificada pela lei. A procura pelo matrimônio legal por membros das camadas populares

²³ BARSTED, Leila Linhares, op. cit., p. 110.

²⁴ Idem.

²⁵ Ibidem.

²⁶ COUTO, Márcia Thereza. “Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero”. In: *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 9, v. 16(1), 2005. pp. 197-216. p. 198.

²⁷ Idem, p. 207.

demonstra uma apropriação de valores da elite, que tinham no casamento uma forma de ampliação de capital simbólico e econômico. Mesmo desprovidas de bens a serem herdados pela prole, os casais populares buscavam o respaldo civil e religioso para o início de suas famílias. O casamento era oneroso, porém várias estratégias foram traçadas nas camadas populares para que o mesmo se efetivasse dentro das normas, ou seja, “de papel passado”, expressão que designava que o casal não havia “se juntado” (amasiado). Nessas estratégias incluíam: o empréstimo de trajes para a cerimônia; os presentes dos padrinhos e familiares mais próximos de móveis e eletrodomésticos úteis para o cotidiano do casal; a ajuda de amigos e parentes para a organização das festas das bodas; assim como a cessão de imóvel ou a permissão para a construção de uns “cômodos” junto à residência dos pais.

O casamento formal nesse grupo social não garantia uma estabilidade financeira, pois em muitas famílias populares as mulheres que trabalhavam quando eram solteiras como operárias, comerciárias, empregadas domésticas, lavadeiras, costureiras, mantiveram seus empregos, após o matrimônio, por razões econômicas. No entanto, o valor dado à honestidade feminina era importante também nas camadas populares. Para a mulher pobre, casar-se representava uma etapa necessária para viver sua sexualidade, pois para muitos pais a filha só saía de casa casada, mesmo que em cerimônia simples.

Os arranjos familiares e estratégias de sobrevivências das famílias populares urbanas alteravam as normas da família nuclear vislumbrada pela legislação. A questão da moradia é um exemplo: em um mesmo terreno, junto à casa dos pais, eram construídas outras unidades para abrigarem as novas famílias formadas. A perda da individualidade do casal e da mulher vigiada não só pela vizinhança, mas pela sogra, pelas cunhadas e pelos cunhados geravam conflitos que ganharam as páginas dos jornais.

Muitos lares de família populares eram chefiados por mulheres, desde viúvas, solteiras e “largadas” (abandonadas pelos maridos e que se mantinham sozinhas cuidando dos filhos).²⁸ Essas famílias matrifocais foram observadas pela historiografia desde o início do século XX, onde as mulheres exerciam o poder sobre a prole e traçaram estratégias de sobrevivência, com jornada dupla de trabalho e cuidado com os filhos.³⁰ Muitas mulheres

²⁸ O conceito de “circularidade cultural” foi retirado de GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.

²⁹ Os dados fornecidos por Elza Berquó informam que a chefia feminina nas famílias monoparentais cresceu nas últimas décadas do século XX: em 1970 eram 82,3% das famílias chefiadas por mulheres; em 1980, 80,9%; em 1987, 88,4%; em 1991, 89,1% e em 1995, 89,6%. Cf. BERQUÓ, Elza, op. cit., p. 429.

³⁰ Cf. SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. CAUFIELD,

chefes de lares populares foram alvos de violências simbólicas e físicas praticadas, sobretudo, por filhos e por genros, conforme as diversas ocorrências policiais noticiadas.³¹

As uniões dos casais ricos ou pobres tinham a infidelidade como a principal inimiga, de acordo com as reportagens veiculadas na imprensa juizforana. Por isso, o adultério, a grande ameaça à família, foi tema de várias matérias do *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*. Em uma matéria publicada em 1969 foi atribuído ao adultério (crime difícil de ser comprovado), previsto como crime no Código Penal, o principal motivo dos pedidos de desquites, que partiam em geral dos homens.³² Segundo o texto, da referida matéria jornalística, os maridos eram os que mais solicitavam o flagrante de adultério, que não necessitava da presença da polícia, mas de testemunhas idôneas que depois deporiam no processo de desquite. A explicação para as ações partirem dos maridos foi a seguinte: “a sociedade aceita muito mais o adultério praticado pelo homem, e condena tremendamente o adultério por parte da mulher, ‘que não honra o nome de seu marido’”.³³ E complementou: “Além disso, é o marido quem sustenta o lar economicamente, e a mulher quando não tem uma situação financeira boa, e uma certa independência, terá de ficar calada.”³⁴

As representações construídas pelo texto, que no título apontou a mulher como a que mais “perde” com o adultério, demonstraram os papéis destinados aos gêneros dentro do casamento. Ao homem provedor da casa era permitido as “escapadas”, enquanto a esposa deveria “calar-se”. O adultério da esposa merecia ser punido com a exposição a um flagrante e um conseqüente desquite, tornando a mulher vulnerável aos comentários alheios. Mariza Corrêa observa que os manuais de direito acentuam a maior gravidade do adultério feminino, citando Lopes de Oliveira, a autora informou que:

“A infração por parte da mulher é mais grave não só pelo escândalo que provoca como porque fere mais profundamente a moral e o direito, havendo o perigo de introduzir no seio da família filhos estranhos, ‘elementos de perpétua luta e desordem’.”³⁵

Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP. 2000.

³¹ São alguns exemplos de violência contra as sogras as matérias: RESISTIU a prisão e feriu o policial do 2º BI: marido valente que queria bater na mulher e sogra. *Diário da Tarde*, 15 out. 1965, p. 6. GENRO chega em casa bêbado e agride sogra: prisão e PSM. *Diário da Tarde*, 2 nov. 1965, p. 6. INDIVÍDUO tentou matar a esposa e ainda teve que lutar com a sogra. *Diário da Tarde*, 4 nov. 1965, p. 6. AGRESSÃO no baile e pauladas na sogra. *Diário da Tarde*, 30 jul. 1969, p. 6. SOGRA apanha por causa de passarinho. *Diário da Tarde*, 5 set. 1970, p. 8. TENTOU envenenar a sogra. *Diário da Tarde*, 30 mar. 1973, p. 1 e 8. AGREDIU a mulher e a sogra, fugindo em seguida. *Diário Mercantil*, 31 out. 1974, p. 6.

³² NO adultério quem perde é a mulher. *Diário Mercantil*, 4 fev. 1969, p. 4.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ OLIVEIRA, Lopes. Apud. CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 89.

Ao procurar delimitar os motivos que levavam um dos cônjuges a cometer o adultério, a matéria enumerou os seguintes fatores: o casamento imaturo, a frigidez sexual, o alcoolismo, a insegurança econômica, a perversão sexual e a falta de orientação sexual.³⁶ Para validar suas análises, a reportagem ouviu opiniões de quatro mulheres e de quatro homens sobre o adultério. As opiniões femininas variaram do conformismo à não aceitação:

- “Fui enganada há pouco tempo. Senti um grande desgosto, mas penso que se trata apenas de pequenos ludíbrios, que afinal, não modificam grande coisa a vida; no plano moral, em nada.” N.F.C., casada, 38 anos.
- “Se eu fosse enganada, creio que não faria cenas, e tentaria reconquistá-lo de modo muito feminino, experimentando todas as armas.” C. H. F., casada 25 anos.
- “Eu não continuaria com ele, se me enganasse, porque seria uma traição. Seria até capaz de praticar um crime.” M.A. O., casada, 28 anos.
- “Do ponto de vista de caráter, eu não aceitaria. Reagiria com muita violência; tenho impressão que procuraria outra morada, ou por pura vingança, procuraria traí-lo também.” F.G.S., casada, 46 anos.³⁷

A primeira entrevistada reproduziu o discurso no qual o homem “por ser homem” podia trair e ela, por ser mulher e esposa, deveria aceitar. Nessa visão, a mulher é culpabilizada pelo adultério e sendo a culpada deveria perdoar o marido, pois ao falhar em algum aspecto abriu brechas para que o cônjuge procurasse nos “braços de outra” aquilo que não tinha em casa. A opinião da segunda entrevistada foi de encontro ao mesmo discurso, pois trabalhou com a perspectiva da “reconquista”, como se o casamento fosse uma guerra, na qual a esposa, após perder uma batalha (ao ser “enganada”) deveria armar-se de feminilidade para ter o marido de volta. Nas entrelinhas, a entrevistada imputou à mulher a culpa pela traição, uma vez que não soube ser feminina e assim não tinha o direito de “fazer cenas”. As duas últimas entrevistadas defenderam posições mais radicais, propondo o rompimento do relacionamento e o uso de violência para com o traidor. São opiniões que rompem com o papel de passividade feminina. Uma das entrevistadas sugere até “pagar na mesma moeda”, ou seja, com a traição.

E os homens? A opinião masculina foi a seguinte:

- “Sou contra o adultério, seja do homem ou da mulher, mas considero este caso o mais grave. Se acontecesse comigo eu a abandonaria imediatamente. O desquite seria a solução”. L.E.F., casado, 32 anos.
- “Não posso precisar o que eu faria. Creio que mataria os dois, só assim minha honra seria lavada.” S.H.M., solteiro, 27 anos.
- “Tenho muita confiança em minha esposa. Nós dois sustentamos o nosso lar. Admito muitas coisas, mas a traição seria o fim de tudo.” G.M.O., casado, 30 anos.

³⁶ NO adultério quem perde é a mulher. *Diário Mercantil*, 4 fev. 1969, p. 4.

³⁷ Idem.

- “Já dei muitas fugidas fora de casa, mas não admito que a minha mulher proceda mal, se ela não está satisfeita que peça o desquite, mas um amante seria um ultraje à minha pessoa.” R.B.O., 45 anos, casado.³⁸

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que não aceitariam a traição de suas esposas ou companheiras, portanto o adultério feminino assinalaria o fim do relacionamento. Na fala do último entrevistado percebe-se a naturalidade com que ele assumiu suas aventuras extraconjugais e a indignação se o oposto ocorresse, ou seja, se diante de uma insatisfação de sua esposa esta lhe traísse. O primeiro entrevistado reiterou a idéia de que a traição feminina é mais grave do que a masculina. As opiniões masculinas estavam em sintonia com o discurso de que o adultério do homem era normal, enquanto o feminino deveria ser punido com a separação mais difícil para a mulher em uma sociedade interiorana de Minas Gerais.

O único solteiro do grupo afirmou que lavaria sua honra com sangue, remetendo à questão da representação da virilidade masculina. Pierre Bourdieu afirmou que a noção de virilidade é *relacional*, isto é, “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo.”³⁹ [Grifos no original]. Ao assassinar o casal de traidores, o homem tem sua virilidade “validada pelos outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de ‘verdadeiros homens’.”⁴⁰ Portanto, concretizando seu ato de lavar a honra com sangue o homem seria aceito no grupo viril.

A tentativa de associar o crescimento do número de separações legalizadas ou não em Juiz de Fora com o adultério e a crise na família gerou a matéria: “ADULTÉRIO PODE MATAR A FAMÍLIA”.⁴¹ [Grifos no original]. Segundo o texto, o adultério era responsável por 90% dos desquites em Juiz de Fora, o que preocupou o juiz Sebastião Helvécio Rosenberg. A média de treze desquites por mês foi considerada assustadora, pois cresceu em relação ao do ano anterior que foi de sete. Diante dos números, o juiz concluiu que a família juizforana estava ameaçada pela dissolução e poderia acabar.⁴² As separações de casais não ocorriam somente nas classes sociais mais privilegiadas, portanto, os 26 casos apontados em dois meses, não representavam a totalidade dos lares desfeitos. Os mais pobres que simplesmente separaram não estavam incluídos na estatística.⁴³ O motivo alegado pela

³⁸ Ibidem.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 67.

⁴⁰ Idem, p. 65.

⁴¹ ADULTÉRIO PODE MATAR A FAMÍLIA. *Diário da Tarde*, 4 mai. 1970, p. 1.

⁴² Idem.

⁴³ AMEAÇA: Família pode acabar. Idem, p. 3.

maioria dos casais que solicitavam o desquite era o adultério. As tentativas de conciliação se constituíam em práticas adotadas pela justiça, mas somente em um a cada dez casos surtia efeito. O juiz afirmou que nas classes altas, que buscavam preservar suas tradições, a incompatibilidade de gênios foi o motivo alegado, mas ele acreditava que no fundo era o adultério, tanto nas classes ricas quanto nas médias, que moviam os casais que procuravam a separação judicial geralmente após os dez anos de casamento.⁴⁴ Em um debate realizado no *Rotary Club* de Juiz de Fora se concluiu que as preocupações do juiz eram infundadas porque o número de casamentos era também crescente. O juiz discordou da conclusão, pois tinha a família como fundamental na constituição da sociedade. É interessante destacar nesse texto jornalístico o preconceito contra os desquitados: “E depois, as comadres se perguntam: o quê? Fulano desquitou? Credo.”⁴⁵

O aumento dos índices de casais que se desquitaram em Juiz de Fora alarmou vários setores da sociedade: em 1970, 43 desquites; em 1971, 46 desquites; em 1972, 51 desquites e nos quatro primeiros meses de 1973 um total de 24 desquites.⁴⁶ Esses índices foram analisados na reportagem que procurou identificar os motivos das separações dos casais (alguns considerados infantis, como a maneira de apertar o tubo de creme dental), os males causados pelo desquite na vida dos filhos e a palavra da Igreja Católica sobre a indissolubilidade do matrimônio. A reportagem informou que as agendas dos psiquiatras estavam lotadas de casos de desamor, mas nem esses conseguiam explicar o motivo que provocava “esta celeuma na vida de um grande número de casais”, uma vez que no começo da vida matrimonial “tudo parece rosa, a lua cada vez mais linda e os minutos de separação ou despedida parece infinito.”⁴⁷

O texto jornalístico: “DESQUITE (apenas um caso a mais, ou o prenúncio do divórcio?)”, assinado por José Renato, forneceu um perfil do desquite em Juiz de Fora, onde 107 ações entraram nos três Cartórios Judiciais Cíveis e do Cartório de Assistência Judiciária Gratuita, em 1973, sendo que no mesmo ano foram realizados 1867 casamentos.⁴⁸ O número de pedidos de desquites foi considerado baixo em relação a outras cidades. Outro dado ressaltado foi o fato de que nem todos os suplicantes tinham contraído núpcias na cidade. Embora o índice de 5% de pedidos de desquite fosse considerado baixo, representando

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ NÚMERO de desquites em Juiz de Fora eleva-se a 50 anualmente. *Diário da Tarde*, 17 jul. 1973, p. 3.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ José Renato. DESQUITE (apenas um caso a mais, ou o prenúncio do divórcio?). *Diário Mercantil*, 22 e 23 set. 1974. Caderno DM - Domingo, p. 1. [Grifo no original]. A distribuição dos casamentos foi a seguinte: primeiro trimestre: 419; segundo trimestre: 435; terceiro trimestre: 500 e no último trimestre: 513.

as separações legais, o número de casais que recorriam à separação de fato era crescente em Juiz de Fora. A reportagem atentou também para o “desquite psicológico”, estratégia usada por casais que não se separavam fisicamente, mas preservavam a convivência para manter as aparências. Ambos os casos – “desquite legal” ou o “desquite psicológico” – foram considerados prejudiciais ao desenvolvimento afetivo e emocional dos filhos.⁴⁹

Como era de praxe em matérias do caderno dominical do *Diário Mercantil*, opiniões enriqueceram ou justificaram o texto. A opinião da mulher coube a dona Silvia que reconheceu não ser o desquite ideal, porém era no momento a única saída legal: “Sou favorável (...) ao desquite legal que garanta todas as regalias possíveis à formação por parte dos cônjuges de novos lares sadios e felizes.”⁵⁰ O psicólogo e padre Eduardo, da Congregação do Verbo Divino, lembrou que o desquite ocorria porque os casais não se davam “conta de que o amor deve[ia] ser construído e não apenas desfrutado” e que as separações “físicas” ou “psicológicas” se mostravam prejudiciais aos filhos.⁵¹

O leitor do texto do *Diário Mercantil* foi informado das facilidades das ações de desquite, após 1973, com a simplificação na lei.⁵² O entrevistado professor e desembargador Geraldo Ribeiro do Valle falou da crise da família brasileira e da crença na evolução da mesma. Ele previu a ampliação dos direitos da mulher, mas colocou em mãos femininas a responsabilidade maior para a manutenção de um casamento, no papel de companheira e colaboradora do marido.⁵³ Na análise dos motivos que levavam ao desquite, o entrevistado citou um estudo de um jurista que apontou: a “irresponsabilidade dos pais”, o “mundanismo das mães” e a “irreverência dos filhos.”⁵⁴ Ao se referir ao mundanismo materno, o entrevistado jogou sobre a mulher uma das culpas pelo fracasso do casamento. A opinião do entrevistado reiterou representações construídas para o papel feminino no casamento por membros do judiciário juizforano, isto é, a mulher deveria ser o baluarte da família ameaçada pelos crescentes casos de desquites, que conduziriam certamente à aprovação do divórcio no Brasil, criticado pelo professor-desembargador que era um antídorcionista.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ Ibidem.

⁵² Ibidem. A explicação do professor de Direito da Família e Sucessões da UFJF, Desembargador Geraldo Ribeiro do Valle foi a seguinte: “No Código do processo Civil, que vigorou até 1973, o processo de desquite por mútuo consentimento, o Juiz era obrigado a apelar para o Tribunal. E este, por sua vez, proveria ou não a apelação. Com essas exigências legais, o processo ficava mais dispendioso e lento. De acordo com a lei processual, ora em vigor, o pedido de desquite é homologado pelo Juiz da Comarca sem recurso oficial. Pela lei nova, portanto, o processo ficou muito mais simplificado.”

⁵³ Ibidem. Segundo dispunha o artigo 240, do Código Civil, com redação dada pela lei 4.121, de 1962, é a companheira, consorte e colaboradora do marido, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral da família.

⁵⁴ Ibidem.

Outro dado importante na matéria é o relacionado ao “segredo de Justiça” em torno de nomes das partes envolvidas em processos de desquites. A preocupação com essa questão indicou a manutenção de valores na sociedade local, onde se evitava tornar pública a separação legal de um casal.⁵⁵

A matéria fez referência à estratégia usada por alguns casais a fim de terem a possibilidade de contrair novas núpcias: a anulação do casamento “com base em erro essencial”, ou seja, “a honra, boa fama, ignorância de defeito físico ou de moléstia grave e transmissível por contágio ou herança.”⁵⁶ O uso do recurso da anulação expunha a esposa em muitos casos, pois a questão de “honra” ou “boa fama” eram “delitos” imputados à mulher.

O desquite foi apontado, freqüentemente, como prejudicial aos filhos em análise dos jornais locais⁵⁷. No entanto, na matéria “Filhos do desquite”, de Luiz Fernando Dantas (psicólogo da Sede), ilustrada com a foto de uma menina, que caminha sozinha, cabisbaixa, aparentando tristeza, o autor defendeu a idéia de que as crianças filhas de pais separados não apresentavam necessariamente distúrbios comportamentais.⁵⁸ O psicólogo frisou não aconselhar o desquite, pois “é sempre um mal: para a mulher, para o homem e para os filhos. Às vezes, é um mal menor. Mas sempre um fracasso de nossa cultura.”⁵⁹ Na matéria, o psicólogo narrou que teve que acalmar uma “bela mulher” que foi em seu consultório se culpando pelo desquite e estava preocupada com os possíveis traumas da separação do casal sobre a vida da filha de seis anos. A narrativa do psicólogo é interessante, pois colocou a sua cliente, de quem ele ressaltou a beleza física, assumindo a culpa pelo fracasso do casamento, uma atitude que indicava ela ter feito a introjeção do discurso recorrente na imprensa que atribuía à esposa a responsabilidade pelo sucesso, assim como pelo fracasso do casamento.

Nos debates acerca das mudanças sofridas pela família, o desquite considerado como o vilão da crise familiar foi tratado em vários aspectos, sobretudo no que tange à questão da mulher desquitada. Nesse sentido, a crônica de Raimundo de Oliveira “Razões de desquite”, que narrou a história de um jovem casal que compareceu diante do juiz da Vara de Família, pois a esposa pedia o desquite resumiu o olhar da imprensa sobre as desquitadas.⁶⁰ O

⁵⁵ Ibidem. Sobre o assunto foi consultado o Secretário Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, em Minas Gerais, Segismundo Gontijo Soares que informou acerca do novo Código de Processo Civil: “para que se evitasse escândalo, obriga agora, expressamente, no seu artigo 155, que corram em segredo todos os atos processuais que dizem respeito a casamento, filiação, desquite, separação de corpos, alimentos e ajuda de menores.”

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Um exemplo foi a reportagem vinda de Belo Horizonte: DRAMA maior dos desquitados são os filhos. *Diário da Tarde*, 14 mar. 1973, p. 2.

⁵⁸ DANTAS, Luiz Fernando. Filhos do desquite. *Diário Mercantil*, 9 e 10 set. 1973. Caderno de Domingo, p. 5.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ OLIVEIRA, Raimundo de. Razões de desquite. *Diário da Tarde*, 22 jan. 1971. Simplesmente Vida..., p. 2.

desentendimento do casal começou na noite de núpcias quando o marido, um ex-universitário com idéias avançadas, “não apagou a luz”. O juiz concedeu o desquite ao casal e a mulher resolveu refazer sua vida em São Paulo, onde anos depois novamente compareceu diante de um juiz “respondendo por um processo de vadiagem, prostituição e lesões corporais (corte de gilete) em um homem que vivia às suas custas”.⁶¹ A moça recatada da noite de núpcias se transformou em uma mulher com muitos antecedentes, que “pegou Penitenciária” e era “conhecida nas rodas boêmias como uma das mais depravadas que já tinham passado pela Boca do Lixo, em São Paulo.”⁶² O texto da crônica resumiu a opinião dos jornais locais, isto é, a mulher desquitada estava mais vulnerável a ingressar no submundo da prostituição. A jovem esposa pudica do início da crônica transformou-se em uma mulher sexualmente ativa, ao ponto de ser caracterizada como “depravada” e “vadia”.

Os debates acerca do desquite foram esmaecendo no final de 1973 e o divórcio tema raro anteriormente tornou-se assunto cada vez mais na pauta cotidiana em Juiz de Fora.⁶³ Em uma dessas raras reportagens referentes ao divórcio (de 1966) foi divulgado o envio de uma carta com uma petição antidivorcista pelo presidente do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade ao presidente da República, Marechal Castelo Branco solicitando que fosse preservado na Constituição o princípio da indissolubilidade do vínculo conjugal.⁶⁴ Outra notícia que merece menção (de 1970) informou sobre o impacto da promulgação do divórcio na Itália, que repercutiu mais do que o atentado contra o papa Paulo VI nas Filipinas e o temor da Igreja Católica de que lei similar fosse aprovada no Brasil.⁶⁵

Em 1975, as notícias sobre a votação da emenda divorcista mobilizaram a imprensa, sendo que o senador Nelson Carneiro, autor do projeto afirmou: “O Brasil já está preparado para o divórcio e o momento nunca foi tão propício para instituí-lo.”⁶⁶

A opinião favorável dos juizforanos à aprovação do divórcio foi constatada em uma pesquisa realizada pelo *Diário da Tarde* que entrevistou treze pessoas (quatro homens e nove mulheres). A matéria forneceu a dimensão da visão feminina acerca do divórcio, assim como

⁶¹ Idem.

⁶² Ibidem.

⁶³ Cf. DIVÓRCIO ou desquite? Veja o novo debate que começa agora na cidade. *Diário da Tarde*, 9 out. 1973, p. 2.

⁶⁴ APELO contra o divórcio. *Diário da Tarde*, 25 nov. 1966, p. 6.

⁶⁵ DIVÓRCIO repercutiu mais que atentado. *Diário Mercantil*, 4 dez. 1970, p. 6.

⁶⁶ NELSON Carneiro prepara projeto sobre o divórcio. *Diário Mercantil*, 4 fev. 1975, p. 1. Sobre a questão da polêmica em torno da votação da emenda do divórcio no Brasil (1975) e produção musical referente ao tema, consultar: ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 164-166.

a sociedade percebia a mulher separada. As opiniões contrárias ao divórcio foram de quatro pessoas: uma recepcionista com idade entre 30 e 40 anos; um senhor aposentado; uma dona-de-casa com 50 anos de idade e um comerciante com idéia ambígua, pois se demonstrou contra, mas a favor da implantação da lei. Uma doméstica disse que “tanto faz”. Os argumentos dos antdivorcistas se baseavam na idéia de que as facilidades de formarem novas famílias levariam à irresponsabilidade dos casais e aumentariam o troca-troca entre casais; o sofrimento dos filhos de pais separados e que o divórcio não era a solução, mas sim a educação dos jovens casais.⁶⁷

A maioria dos entrevistados favorável ao divórcio (dois homens e seis mulheres) utilizou como justificativa o raciocínio semelhante ao do deputado Florim Coutinho (MDB da Guanabara) que achava o desquite uma aberração que tentava mascarar a realidade e não atingia “a medula do problema”, afinal o desquitado não era casado, não era solteiro, não era viúvo, porém era “simplesmente um desquitado, isto é, mistura dos três estados num só.”⁶⁸ A situação de indefinição vivida pelo desquitado era pior para as mulheres, como perceberam os entrevistados. Uma dona-de-casa favorável ao divórcio analisou a questão da seguinte forma:

“Sou católica, mas para a situação atual o divórcio é uma solução que chega até atrasada. Se por uma infelicidade eu me divorciasse, não me casaria de novo, mas acho que esta oportunidade deve ser dada a todos. Além disso a situação da mulher vai melhorar com o divórcio. Hoje a desquitada é mal vista pela sociedade e não tem chance de refazer a sua vida. Com o divórcio ela terá essa oportunidade.”⁶⁹

A aceitação do divórcio não implicava a disposição de formar nova família. A maioria das mulheres favoráveis ao divórcio (uma delas a da dona-de-casa supracitada) trilhou esse caminho, ou seja, no caso de uma separação, quatro entrevistadas não estavam dispostas a iniciarem novos relacionamentos. Em sua fala a dona-de-casa ressaltou os preconceitos contra as desquitadas e inconscientemente transferiu essa visão para as divorciadas, que teriam a chance de refazerem suas vidas de forma legalizada, ao contrário do que acontecia com as pessoas separadas pelo desquite. As divorciadas seriam os novos alvos de preconceitos da sociedade? Pela fala de um advogado entrevistado pode supor-se que a mulher divorciada teria melhor sorte. A impossibilidade da desquitada de refazer sua vida foi também destacada pelo advogado: “Nenhum homem se aproxima de uma desquitada com as mesmas intenções com que se aproximaria de uma moça solteira, pois a desquitada não tem

⁶⁷ As informações contidas nesse parágrafo foram extraídas da matéria: A maioria dos juizforanos é favorável ao divórcio. *Diário da Tarde*, 20 mar. 1975, p. 4.

⁶⁸ COUTINHO acha divórcio uma necessidade inadiável. *Diário Mercantil*, 6 fev. 1975, p. 3.

⁶⁹ A maioria dos juizforanos é favorável ao divórcio. *Diário da Tarde*, 20 mar. 1975, p. 4.

condições, ao menos legais, de constituir nova família.”⁷⁰ Mas ele concluiu que a mulher divorciada teria sua situação igualada à da solteira.⁷¹

As duas entrevistadas que vivenciavam a experiência do desquite na família: uma jovem estudante filha de pais separados, que convivia muito bem com as novas famílias constituídas pelos pais e uma desquitada, que não pretendia casar novamente, mostraram-se favoráveis à aprovação do divórcio.⁷²

Seguindo a tendência pró-divorcista no Brasil anunciada pela imprensa, a maioria dos onze jovens, com idades entre 14 e 18 anos, entrevistados pelo *Diário Mercantil* opinou a favor da implantação do divórcio: dos cinco rapazes, três se posicionaram pelo sim e das seis moças entrevistadas, quatro aceitavam a idéia. As opiniões antidivorcistas foram justificadas pelos jovens por razões financeiras, ou seja, um casal para se separar e manter o padrão de vida para os filhos necessitava dispor de um bom nível salarial. Os jovens antidivorcistas também lembraram o modismo imposto por artistas que ao se divorciarem constantemente estavam disseminando valores contrários à família. Essa reportagem publicada no Domingo de Ramos, foi ilustrada com duas imagens. Em uma delas, o desenho com traços infanto-juvenis mostrou a tristeza de um lar desfeito. Na outra imagem, com traços de um caricaturista percebe-se a alegria do homem com sua liberdade, enquanto a figura feminina ficou estarecida dentro dos limites da moldura de um porta-retratos.⁷³ **(Anexo 21)**

A mesma edição do *Diário Mercantil* mostrou a visão favorável da Igreja Metodista em relação divórcio, mas a condenação da zooteca (jogo do bicho) e da loteria esportiva.⁷⁴ Os metodistas defendiam a necessidade de uma legislação civil que respeitasse a ética cristã e solucionasse o problema dos lares desfeitos, mediante a possibilidade de novo casamento, uma vez que o desquite era “uma solução inadequada e insatisfatória.”⁷⁵

A Maçonaria demonstrou interesse na aprovação do divórcio no Brasil, promovendo inclusive debates e estudos sobre o tema em Juiz de Fora. Como parte de um estudo que pretendia enviar ao presidente Geisel destacou-se a opinião do juiz José Guido de Andrade, da Primeira Vara Criminal que disse que onde o divórcio era legalizado beneficiava o cônjuge

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem.

⁷³ EM discussão: o direito de não se viver com alguém. *Diário Mercantil*, 23 e 24 mar. 1975. Caderno 2, p. 6. O divórcio tornou-se assunto da moda no início de 1975. Nessa edição do *Diário Mercantil* (23 e 24 de março de 1975), três matérias trataram do assunto. Duas serão analisadas nos parágrafos seguintes e a terceira informou: DOCUMENTO revela um caso de divórcio no Brasil, em 3/8/16. *Diário Mercantil*, 23 e 24 mar. 1975, p. 7. O *Diário da Tarde* publicou reportagens referentes ao assunto nas edições da mesma semana.

⁷⁴ METODISTAS aceitam divórcio. Condenam zooteca e esportiva. *Diário Mercantil*, 23 e 24 mar. 1975, p. 8.

⁷⁵ Idem.

culpado, mas por outro lado, o desquite prejudicava o cônjuge inocente. O juiz acreditava que alguns nasceram “predestinados para o divórcio” assim como para o crime, portanto, para esses seria lastimável a permissão para novos casamentos, mas de modo geral a dissolubilidade do casamento traria benefícios para a sociedade.⁷⁶

A Igreja Católica mostrou liderança no movimento antidivorcista e defendeu com todas as armas possíveis a indissolubilidade matrimonial. Em fevereiro, enquanto a imprensa divulgava opiniões favoráveis ao projeto do senador Nelson Carneiro, a coluna *Igreja*, reproduziu a fala do então presidente da CNBB e Arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider, acerca do divórcio: “A Igreja nunca mudou a sua posição: nunca mudará”.⁷⁷

As celebrações da Semana Santa de 1975 se tornaram propícias para a Igreja Católica pregar aos fiéis a necessidade da não aprovação do divórcio no Brasil. Na Procissão do Encontro, que reuniu “uma pequena multidão” de católicos devido a uma chuva fina, o bispo auxiliar de Juiz de Fora Dom Altivo Pacheco Ribeiro exortou as mulheres para que elas lutassem contra o divórcio.⁷⁸ As mulheres foram consideradas indispensáveis por Dom Altivo na luta antidivorcista, por isso ele falou “sobre as virtudes de Nossa Senhora e pediu às senhoras presentes que orassem para que o divórcio não fosse implantado no Brasil.”⁷⁹

A luta da Igreja Católica de Juiz de Fora em prol da não aprovação do divórcio no Brasil prosseguiu com o arcebispo Dom Geraldo, que enviou cópias de uma carta ao senador Magalhães Pinto (presidente do Senado) e aos deputados José Bonifácio, Tarcísio Delgado, Fagundes Netto e Silvio de Abreu Júnior pedindo a derrota da emenda divorcista.⁸⁰

No entanto, a opinião mais preconceituosa em relação às mulheres divorciadas, observada durante a pesquisa nos jornais, foi a divulgada na coluna *Igreja* no texto intitulado “O que será das mulheres mais velhas, mais pobres e mais feias?”⁸¹ O texto reproduziu a opinião dada pelo jurista, professor Celso Guedes Pinto, do Instituto de Advogados Brasileiros contra a proposta divorcista de Nelson Carneiro, em palavras que expressaram visões discriminatórias em relação às mulheres, como demonstra a citação a seguir:

“muitos divorciados, sobretudo as mulheres, não casam, embora possam casar, porque não acham casamento, especialmente as mais velhas, mais pobres, mais feitas [sic] e infamadas pelo marido; outras casam já levando para o segundo casamento o germe divorcista ou a suspeição das causas da separação anterior, além

⁷⁶ O divórcio é tema de estudo que maçonaria leva a Geisel. *Diário Mercantil*, 11 abr. 1975, p. 3.

⁷⁷ “A Igreja nunca mudou a sua posição: nunca mudará”. *Diário Mercantil*, 18 fev. 1975. Igreja, p. 2.

⁷⁸ No Encontro, Dom Altivo fala contra o divórcio. *Diário da Tarde*, 26 mar. 1975, p. 4.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ ARCEBISPO de JF pede a Magalhães Pinto a derrota do divórcio. *Diário Mercantil*, 19 abr. 1975, p. 3.

⁸¹ “O que será das mulheres mais velhas, mais pobres e mais feias?” *Diário Mercantil*, 11 e 12 mai. 1975. Igreja, p. 2.

dos problemas dos filhos; outras, não têm a paz interior diante de Deus e da consciência, ante os quais o segundo casamento não vale, nem tranquilidade pela concorrência de pessoas mais jovens, no balcão do divórcio.”⁸²

Outro grupo que saiu às ruas de Juiz de Fora para defender a indissolubilidade do casamento foi a TFP (Tradição Família e Propriedade). Os jovens da TFP percorreram as ruas do centro e de alguns bairros vendendo o livreto assinado pelo bispo de Campos, Dom Antônio de Castro Mayer, intitulado “Pelo Casamento Indissolúvel”. A notícia informou as dificuldades encontradas pelos jovens para venderem o livreto, uma vez que a cidade demonstrava simpatia pela emenda do Senador Nelson Carneiro. Porém, na manifestação contra o divórcio, os membros da TFP, apesar de ruidosa campanha não entraram em confronto com nenhum grupo como tinha ocorrido em anos anteriores.⁸³

A emenda proposta por Nelson Carneiro não foi aprovada em 1975,⁸⁴ mas o deputado Silvio de Abreu Júnior, um dos destinatários da carta do arcebispo Dom Geraldo, pedindo que votasse contra a lei, sofreu as sanções por ter optado pelo sim ao divórcio no Brasil. Com o casamento religioso marcado para julho de 1975, o deputado enfrentou forte resistência do arcebispo de Juiz de Fora, que indeferiu o processo porque além de votar favoravelmente à Emenda Constitucional que pretendia introduzir o divórcio no país, ele se negou a dar uma declaração de adesão à doutrina da Igreja.⁸⁵ O deputado recorreu ao Núncio Apostólico Dom Carmine de Rocco, que interferiu junto ao arcebispo, que voltou atrás e permitiu a realização da cerimônia religiosa na Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. O evento religioso e social do enlace de Silvio de Abreu Júnior com Maria do Carmo reuniu muitos políticos de renome, constando entre os padrinhos o Chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Hugo Abreu e sra. e Tancredo Neves e sra..⁸⁶

O perfil das famílias alterou-se nas décadas de 1960 e 1970, porque o mundo, as pessoas e valores mudaram, ou seja, a rebeldia juvenil e a emancipação feminina deram novos contornos às relações familiares. Enquanto “guardiãs do capital simbólico” as famílias continuaram alvos de preocupações e cuidados, sendo as mulheres as “responsáveis dentro da unidade doméstica pela conversão do capital econômico em capital simbólico”.⁸⁷ Os valores

⁸² Idem. A palavra correta a julgar pelo título deveria ser “feias” e não “feitas” como saiu na diagramação.

⁸³ A TFP está nas ruas. Contra o divórcio. *Diário da Tarde*, 22 mai. 1975, p. 2.

⁸⁴ A votação ocorrida em 8 de maio de 1975, não aprovou o projeto do Senador Nelson Carneiro de implantação do divórcio no Brasil. Faltaram 65 votos para a aprovação. Cf. DIVÓRCIO não foi aprovado no Congresso. *Diário Mercantil*, 9 mai. 1975, p. 1. O divórcio foi instituído no Brasil pela lei n. 6515 de dezembro de 1977. Cf. BERQUÓ, Elza, op. cit., p. 413.

⁸⁵ “NÃO separe o homem o que Deus uniu”. *Diário da Tarde*, 17 jul. 1975, p. 3.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ BOURDIEU, Pierre, 2007, p. 120.

exaltados no início do século XX continuaram presentes nas representações construídas para o papel feminino no casamento e dentro da família. A legislação, por seu turno, continuou imputando às mulheres um papel decisivo na manutenção da família e da honra familiar. Na visão reproduzida pela imprensa, os desvios de conduta da mulher, que feriam a honra masculina deviam ser punidos com a ruptura do casamento e até a morte. Muitas mulheres, que tiveram voz nas entrevistas, se apropriaram do discurso no qual elas seriam as únicas culpadas pelo fracasso matrimonial e consequentemente pela falência da família.

O conflito entre o deputado Silvio de Abreu Júnior e a Arquidiocese de Juiz de Fora em torno da questão divorcista demonstrou que alguns setores da sociedade se mostraram conservadores em relação a determinados valores. Embora as pesquisas apontassem para o grande número de adesão dos moradores à causa divorcista, principalmente de universitários que compareceram em massa ao casamento do deputado, setores conservadores tentavam impor suas idéias. As representações negativas construídas em torno do desquite e, sobretudo, acerca das desquitadas, na certa se impregnaram no imaginário feminino e inibiam o desejo de muitas mulheres de tentarem refazer suas vidas com outros parceiros, no caso de uma inevitável separação. Assim, várias mulheres, embora divorcistas, não se viam estabelecendo novas relações, mesmo contando com uma legislação que lhes permitisse a formação de famílias legalizadas para os divorciados.

4.2. SER MÃE... EIS A QUESTÃO!

Nas edições dos Dias das Mães, os jornais tradicionalmente dedicavam espaço à questão da maternidade. A matéria “Passa o tempo. Os costumes mudam, mas a maternidade sempre existirá” publicada no Dia das Mães de 1975, Ano Internacional da Mulher, foi de encontro a essa tradição.⁸⁸ Na introdução da referida matéria, observa-se a valorização da maternidade como fator de realização da mulher em detrimento das conquistas femininas:

“A mulher evoluiu. Conquistou uma série de regalias, tanto no campo social como profissional, em que tem mostrado seu valor. Mas inegavelmente continua presa a um fator essencial à sua realização: a maternidade. Somente ao dar à luz uma criança é que a mulher consegue harmonizar todas as suas experiências, além de se beneficiar de uma calma transformação física e biológica, que se reflete em todas as suas atitudes.”⁸⁹

⁸⁸ PASSA o tempo. Os costumes mudam, mas a maternidade sempre existirá. *Diário Mercantil*, 11 e 12 mai. 1975. Caderno Dois, p. 1.

⁸⁹ Idem. A introdução foi escrita entre aspas, mas não houve nenhum crédito ao autor da mesma.

A matéria foi publicada no momento em que eram notórias várias conquistas por parte das mulheres. As notícias em torno do avanço das técnicas contraceptivas, os debates acerca da legalização do aborto e do planejamento familiar ganhavam cada vez mais espaço na imprensa. No entanto, ao concentrar a realização plena da mulher na maternidade, o texto reitera antigos discursos. A respeito da maternidade Rachel Soihet observa:

A maternidade se constitui num dos mitos da nossa cultura, exercendo em seu nome forte manipulação sobre a mulher que desde muito cedo, é bombardeada com estímulos para o exercício de tal mister como algo para o qual não cabe qualquer modalidade de opção. Com efeito, repetem para a mulher, desde a infância, que ela é feita para conceber e cantam-lhe o esplendor da maternidade: os inconvenientes de sua condição – regras e doenças –, o tédio das tarefas caseiras, etc., tudo é justificado por esse maravilhoso privilégio de pôr filhos no mundo.⁹⁰

Retomando a matéria publicada no Dia das Mães de 1975 cujo objetivo era mostrar que apesar da “pílula anticoncepcional, que marcou uma nova fase de vida e surgiu como a solução em que a mulher, tranquilamente, passou a escolher entre ter ou não filhos ou simplesmente, quando tê-los” a maternidade não se extinguirá.⁹¹ A mulher continuaria sendo mãe, pois nasceu predestinada a isso, embora que com a evolução dos tempos a maternidade passou a ser encarada de outra forma. Para ilustrar a matéria três histórias de mães: Marita, a “tradicional” (uma senhora idosa, mãe de dez filhos); Maria Elisa, a “moderna” e “dinâmica” (grávida do sétimo filho, pois era contra o uso de pílulas anticoncepcionais) e Márcia, a “solteira” (que morava com os seus pais, mãe de um menino).⁹²

A inclusão de uma mãe solteira, pertencente ao grupo social privilegiado, foi um diferencial. As mães solteiras eram retratadas no *Diário Mercantil*, geralmente em reportagens relacionadas à assistência social prestada por grupos beneficentes, comandados por senhoras da elite local. O crescimento do número de mães solteiras em Juiz de Fora foi verificado em uma reportagem sobre a natalidade na cidade em 1974, na qual o fenômeno foi atribuído pela acadêmica de Medicina Dinah de Andrade, mãe de cinco filhos, 14 anos de casada com Dr. Amaury de Andrade, diretor da Maternidade Terezinha de Jesus, aos seguintes fatores: à liberalidade de costumes, à aceitação da mãe solteira pela sociedade (que não a marginalizava como antes) e os casamentos não realizados (pessoas desquitadas, que viviam maritalmente).⁹³ Dinah informou que os partos em mulheres solteiras haviam

⁹⁰ SOIHET, Rachel, 1989, p. 325-326.

⁹¹ PASSA o tempo. Os costumes mudam, mas a maternidade sempre existirá. *Diário Mercantil*, 11 e 12 mai. 1975. Caderno Dois, p. 1.

⁹² Idem.

⁹³ TUCA. Natalidade: o equilíbrio do sexo universal. *Diário Mercantil*, 6 e 7 out. 1974. DM – Domingo, p. 1.

aumentado nos últimos cinco anos, que a idade das parturientes era cada vez menor e que nas classes mais altas o número de mães solteiras era menor.⁹⁴

A maternidade passou gradativamente, a partir dos anos 60, a não ser mais vista como uma fatalidade. Evelyne Sullerot em “A Mulher no Futuro”, obra cuja primeira edição brasileira foi em 1967,⁹⁵ observa que:

Nunca será bastante salientado que é a primeira vez, desde que o mundo é mundo, que a mulher é confrontada com um futuro, durante o qual seu corpo não lhe será fatalmente uma lei, durante o qual ela poderá exercer sua vontade, sua escolha, seus projetos, em lugar de ficar entregue aos acasos internos ou à boa vontade de seu companheiro.⁹⁶

E acrescenta a autora: “progressivamente, em toda a medida do possível, a mulher será senhora de sua fecundidade, ao invés de ser gerida por sua função geradora.”⁹⁷ Evelyne Sullerot previa uma mudança na educação das filhas e a “própria ética da maternidade deverá evoluir, e a evoluir rapidamente”.⁹⁸

O domínio das técnicas contraceptivas redefiniu a situação feminina na sociedade. Michelle Perrot foi sensível à questão ao afirmar que:

A livre contracepção é provavelmente o acontecimento mais importante, o que mais abalou as relações entre os sexos, e começou a “dissolver” a hierarquia entre eles. No que concerne a essa história, é preciso, em todo caso, ampliar a noção de acontecimento. E, por conseguinte, a própria concepção de história.⁹⁹

A conquista da livre concepção por parte das mulheres foi árdua. As notícias no início da década de 1960 refletiam a desconfiança em relação à pílula anticoncepcional e os prováveis efeitos negativos do medicamento sobre a saúde das mulheres eram ressaltados pela imprensa.¹⁰⁰ A Igreja Católica reforçava o discurso contra o uso da pílula e de outros métodos contraceptivos que não fosse o natural, ou seja, a abstinência sexual nos dias férteis (Método “Ogino-Knauss”).¹⁰¹ Na Encíclica *Humanae Vitae*, de 1968, o papa Paulo VI condenou os métodos artificiais de controle da natalidade.¹⁰²

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ SULLEROT, Evelyne. *A Mulher no Futuro*. São Paulo: Forense. s/d.

⁹⁶ Idem, p. 33-34.

⁹⁷ Ibidem, p. 35.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 141.

¹⁰⁰ PEDRO, Joana Maria, “As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio”. In: MATOS, Maria Izilda S. de.; SOIHET, Rachel.(orgs.) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. pp. 157-176. p. 172. A autora resalta que a *Revista Seleções do Reader's Digest* foi veículo de divulgação do uso da pílula anticoncepcional para as mulheres de camadas médias. Idem. p. 173.

¹⁰¹ CONCÍLIO é contra o uso de drogas anticoncepcionais. *Diário da Tarde*, 20 nov. 1965, p. 5.

¹⁰² PAULO VI em nova Encíclica condena os métodos artificiais de natalidade. *Diário da Tarde*, 30 jul. 1968, p. 5.

As ações da BEMFAM (Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil) eram duramente criticadas pela Igreja Católica, que acusava a entidade de distribuir anticoncepcionais e abortivos às populações mais pobres.¹⁰³ A distribuição do DIU (Dispositivo Intra-Uterino) foi considerada uma prática que atentava contra a dignidade da mulher brasileira por oferecer riscos à sua saúde. A matéria publicada na coluna católica *Igreja* explicou que o DIU ou SERPENTINA “na realidade é instrumento abortivo, pois não impede a ovulação nem a fecundação do óvulo, mas é obstáculo à nidação.”¹⁰⁴

Segundo Paulo César de Araújo as ações da BEMFAM, que divulgava a mensagem - “Tome a pílula com muito amor.” -, refletiam os ideais das elites brasileiras que procuravam diminuir o número de bocas dispostas a comer o “bolo” (que elas não pretendiam dividir!).¹⁰⁵ Nesse contexto, o disco de Odair José, com a música “Pare de tomar a pílula” foi proibido pelo governo militar, levando o cantor a um exílio voluntário de um ano em Londres. A música “Pare de tomar a pílula” de Adair José, artista popular entre as empregadas domésticas, foi combatida pelos militares; por multinacionais fabricantes de pílulas anticoncepcionais (que quiseram comprar os direitos autorais); pelo popular animador de programa de auditório Abelardo Barbosa (Chacrinha); pela BEMFAM; por setores da Igreja Católica (que viam na canção um meio de popularização do anticoncepcional).¹⁰⁶

Por outro lado, a preocupação com o planejamento familiar tornou-se grande. As notícias que apontavam para a superpopulação mundial na virada do milênio causavam impacto.¹⁰⁷ Os métodos anticoncepcionais seriam imprescindíveis no controle da natalidade, evitando a prática do aborto.¹⁰⁸ Segundo a BEMFAM o aborto clandestino no Brasil era “responsável por 50 por cento da mortalidade materna global, e 25 por cento dos recursos dos hospitais que atendem complicações dos abortos são desviados do atendimento normal para

¹⁰³ CONTRA as atividades da BEMFAM. *Diário Mercantil*, 30 jan. 1975. Igreja, p. 2. A BEMFAM era uma entidade patrocinada pelo regime militar e desenvolvia uma campanha de controle de natalidade entre as mulheres de famílias de baixa renda, através da ampla distribuição de pílulas anticoncepcionais e de dispositivos intra-uterinos. Organismos norte-americanos orientavam as ações da BEMFAM, que recebia financiamento de verbas do exterior, do governo federal e de grupos particulares. Os postos da BEMFAM estavam espalhados por diversas cidades do Brasil, sobretudo na região Norte e Nordeste. ARAÚJO, Paulo César de, op. cit., p. 62-63.

¹⁰⁴ CONTRA as atividades da BEMFAM. *Diário Mercantil*, 30 jan. 1975. Igreja, p. 2.

¹⁰⁵ ARAÚJO, Paulo César de, op. cit., p. 63-64.

¹⁰⁶ Idem, p. 64-68. Essa música foi proibida até 1979.

¹⁰⁷ Cf. A série assinada por EMERICH, Lonir. Para onde vai o mundo? A vida que explode e a limitação dos filhos como problema do século. Cf. *Diário Mercantil*, 23 jul. 1965, p. 3. Idem. 12 ago. 1965, p. 4. Idem. 19 ago. 1965, p. 3. Também são matérias que tratam da questão do controle da natalidade: RUIZ, Elena Gonzáles. Para onde vai o mundo? A vida que explode e a limitação dos filhos como problema do século. *Diário Mercantil*, 25 e 26 jul. 1965, p. 5. CONTROLAR a natalidade ou povoar o Brasil. Uma grande dúvida. *Diário da Tarde*, 1 jul. 1970, p. 3. EM exame, os novos caminhos da família. *Diário Mercantil*, 5 mai. 1972, p. 3. NATALIDADE: o equilíbrio do sexo universal. *Diário Mercantil*, 6 e 7 out. 1974. DM – Domingo, p.1.

¹⁰⁸ Cf. ANTICONCEPCIONAIS ajudam eliminar prática do aborto. *Diário Mercantil*, 4 ago. 1970, p. 4. DENÚNCIA mostra os “pecados” do aborto. *Diário da Tarde*, 18 out. 1974, p. 2.

esses casos.”¹⁰⁹ A entidade pregava um planejamento familiar para que os casais tivessem filhos que pudessem manter e educar com dignidade e para a mulher evitar o aborto.¹¹⁰

O aborto era um velho tema que gerava reflexões em Juiz de Fora, em meio ao clima de novidade da moda *unissex* e nas atitudes da contracultura encampados pela juventude.¹¹¹ Especialmente um caso abalou a sociedade juizforana: a notícia do falecimento de uma jovem de família de posses e conhecida, vítima de complicações decorrentes de um aborto.

Em julho de 1974, a jovem Vânia [Wânia] se preparava para o vestibular e descobriu que estava grávida, por isso decidiu se submeter-se a um aborto feito por seu namorado e pai da criança, um estudante, que cursava o quinto ano de medicina na Universidade Federal de Juiz de Fora. O procedimento abortivo foi feito na residência do acadêmico com a presença da mãe do mesmo: uma sonda plástica foi introduzida na jovem para que o feto fosse expelido.¹¹² O resultado foi desastroso e culminou no falecimento da moça. Na história da jovem que não resistiu à tentativa de aborto três pontos merecem ser abordados: a questão da relação familiar, a visão dos pais acerca do corpo e sexualidade e o discurso de defesa do namorado.

A jovem em questão pertencia a uma família “moderna”, de pais separados. Seu pai, um dentista, se considerava “um pai bacana.”¹¹³ Acatou o desejo da filha, quando esta decidiu abandonar a companhia de sua mãe para residir com ele. Percebeu o nervosismo da moça, mas julgou ser em decorrência da proximidade do vestibular. Apesar de ter conversado com a filha sobre a falta de condições do rapaz para casar, aceitou quando a mesma lhe informou que já estava noiva. Portanto, o jovem casal ficou noivo sem um compromisso formal entre as famílias: a mãe da moça consentiu e o pai concordou. Quando ficou sabendo da verdade e diante do estado de saúde delicado da filha decidiu primeiro salvar a sua vida, para depois resolver as outras questões.¹¹⁴

A relação do pai para com o corpo da filha ofereceu pistas interessantes sobre de como os pais encaravam a sexualidade dos filhos: ao perceber que a filha sentiu-se mal, calculou “que tudo não passasse de má digestão.”¹¹⁵ Ao médico, amigo da família, procurado

¹⁰⁹ DENÚNCIA mostra os “pecados” do aborto. *Diário da Tarde*, 18 out. 1974, p. 2.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ A coluna católica do *Diário Mercantil* (que adotou vários nomes ao longo do período estudado: *Igreja em Marcha*, *Coluna Católica*, *Igreja*) foi o espaço amplamente usado pela Igreja para expor seu ponto de vista contra a legalização do aborto no Brasil.

¹¹² O escândalo do aborto. Acadêmico de Medicina morre depois de matar a namorada. *Diário da Tarde*, 27 jul. 1974, p. 1. SEGURANÇA Pessoal ainda investiga a morte de Vânia Picorelli. Idem, p. 8. POLÍCIA: estudante não suicidou. *Diário da Tarde*, 30 jul. 1974, p. 1. Polícia não confirma suicídio de Odilmar. Idem, p. 8. POLÍCIA ouviu pai de Vânia. *Diário da Tarde*, 21 ago. 1974, p. 1. EM cartório, o pai de Vânia Picorelli. Idem, p. 8.

¹¹³ EM cartório, o pai de Vânia Picorelli. *Diário da Tarde*, 21 ago. 1974, p. 8.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Ibidem.

pelo pai, a jovem informou que estava com a menstruação regular, por isso o diagnóstico inicial foi de apendicite. Como o estado da moça se complicou o médico desconfiou de uma gravidez. Uma equipe com destacados médicos da cidade foi convocada e a verdadeira causa das dores foram descobertas: aborto. Pressionada, ela confessou que o namorado a submetera a um aborto havia uma semana.¹¹⁶

Por fim, vale destacar a atitude do namorado diante do polêmico caso. A imprensa divulgou notícias sensacionalistas a respeito: um provável suicídio do namorado (notícia que foi logo desmentida) e a sua fuga da cidade. Por outro lado, o pai da jovem acusou o rapaz e sua mãe de receberem com frieza a notícia do falecimento da namorada: “Quando ele foi avisado de sua morte, assistia à televisão e continuou assim. A mãe dele apenas comentou: ‘Que pena! Eram duas crianças’”¹¹⁷ Somente no final de agosto, o namorado, um jovem de boa aparência e cabelos longos, prestou seu depoimento, no qual negou a prática do aborto, pois desejava tanto o filho quanto se casar com a namorada tão logo se formasse ou mesmo antes.¹¹⁸ Informou que a namorada alterou seu comportamento logo que apareceram os sintomas de gravidez: não deixou que ele comunicasse ao pai o seu estado e nem marcar a data do casamento. O rapaz que conheceu a jovem em 1968 e começou o namoro em 1973 declarou em sua defesa:

“Certa vez – concluiu – ela falou a respeito do aborto, mas eu disse que ela não voltasse a tocar no assunto. Entretanto, com o passar do tempo, **começou a dar mostras de não gostar do filho, pelo que ele estava lhe causando.** Depois, começou a ficar indecisa a respeito do casamento. Ela chegou mesmo a dizer que não sabia se queria ou não se casar.”¹¹⁹ [Grifos meus].

Diante da gravidade da situação o namorado passou a utilizar como estratégia a transferência da culpa para a jovem morta. Mas o que chama a atenção no depoimento do acadêmico de medicina, reproduzido no jornal, é o trecho destacado na transcrição acima:

¹¹⁶ NO cartório de Segurança, o depoimento dos médicos que assistiram Wânia Picorelli. *Diário da Tarde*, 3 ago. 1974, p. 8. MÉDICOS depõem no caso da jovem, vítima do estudante. *Diário Mercantil*, 3 ago. 1974, p. 6.

¹¹⁷ EM cartório, o pai de Wânia Picorelli. *Diário da Tarde*, 21 ago. 1974, p. 8.

¹¹⁸ De acordo com o Código Penal o crime de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento era previsto no artigo 124: Provocar aborto em si mesma ou permitir que outrem lho provoque - Pena, detenção de um a três anos. Com relação ao aborto provocado por terceiro, o artigo 125 e o 126 cuidavam das penalidades: artigo 125: Provocar aborto, sem o consentimento da gestante -: Pena : reclusão de três a dez anos. O artigo 126: Provocar aborto com o consentimento da gestante – Pena: reclusão, de um a quatro anos. Parágrafo único: Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência. O artigo 127 trata da agravante da prática de aborto: As penas combinadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e se são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte. Cf. SEGURANÇA Pessoal ainda investiga a morte de Wânia Picorelli. *Diário da Tarde*, 27 jul. 1974, p. 8. DELMANO, Celso. *Código Penal Comentado*. 3. ed. Edição Renovar: Rio de Janeiro. 1991. p. 214-215.

¹¹⁹ SEGURANÇA Pessoal ouviu ontem o estudante Odilmar Barbosa. *Diário da Tarde*, 30 ago. 1974, p. 8.

“[ela] começou a dar mostras de não gostar do filho, pelo que ele estava lhe causando.” A fala do namorado remete a várias questões, sendo uma delas a de que a gravidez fora do casamento era um tabu e representava para uma moça solteira sanções da sociedade, embora se falasse em liberdade sexual na época. A tentativa do namorado de atribuir uma alteração de humor da jovem à gravidez, que a levou a renegar o filho, considerado como um “mal” e não como uma “bênção” concedida somente às mulheres, merece reflexão.

O caso do aborto mal sucedido continuou sem solução no período estudado.¹²⁰ Por trás do discurso do rapaz, que se comportou com frieza diante da tragédia, está subentendida uma relação de poder, pois ele procurou desqualificar as atitudes da namorada, que morta não tinha como rebatê-lo. No entanto, as explicações dadas pelo namorado remetem às questões trabalhadas por estudos que têm o aborto como recorte temático, ou seja, a jovem ao rejeitar o filho que gerava e responsabilizando-o pelos males que sofria, rompeu com o papel destinado à mulher: ser mãe. Sobre a questão do corpo materno e o aborto, Joana Maria Pedro observa:

O corpo das mães é abençoado por produzir filhos legítimos: estes justificam a existência das mulheres. Não era esse o caso das mulheres envolvidas em aborto e infanticídio. Os corpos dessas mulheres tomavam forma arredondada e fabricavam certos artigos. Estes, por serem considerados resultados de casos extraconjugais, davam extrema visibilidade aos corpos femininos, e foram representados como capazes de denunciar aquelas mulheres que não se comportavam de acordo com as exigências feitas ao seu sexo.¹²¹

Os relatos reproduzidos pelos jornais informam que a jovem tentou esconder a gravidez e a prática do aborto pelo namorado até quando não foi mais possível negar. A jovem que pertencia a uma família de pais separados sentiu-se pressionada com a gravidez inesperada e ainda pouco convencional para uma solteira em uma cidade interiorana.

A imprensa retratou várias histórias de mulheres não pertencentes a grupos privilegiados e/ou de famílias de renome na cidade, que recorreram à prática do aborto por impossibilidade econômica de “criar mais um filho” ou por se sentirem ameaçadas pelas mudanças em seus corpos, que denunciariam “não serem moças direitas”.

O resultado de uma pesquisa que o *Diário da Tarde* realizou por “uma equipe selecionada de várias jornalistas” mostrou a existência da prática ilegal do aborto na cidade, as implicações médicas e psicológicas, a questão econômica e a posição da Igreja Católica.¹²²

¹²⁰ INQUÉRITO de Wânia volta à Segurança Pessoal. *Diário da Tarde*, 15 fev. 1975, p. 8. Nessa reportagem, o jornal informa que o “um dos casos que mais movimentou a opinião pública” ainda estava sem solução. De novidade estava o pedido do Ministério Público de uma análise do poder abortivo de *Ginecoside*, medicamento que o namorado disse ter ministrado na jovem.

¹²¹ PEDRO, Joana M., 2003, p. 160.

¹²² ABORTO: um desafio à sociedade e à lei. *Diário da Tarde*, 18 jun. 1971, p. 8.

Uma das entrevistas foi com a menor H. T. S., 17 anos, casada e mãe de uma filhinha, que admitiu à repórter já ter praticado um aborto, pois não tinha condições de criar mais um filho: “Moro com minha sogra, sendo sustentada por ela, que já tem oito menores para manter, além de mim, meu marido e minha filhinha.”¹²³ Em sua fala H. traçou o perfil de muitas famílias populares onde a figura feminina, mais idosa é o baluarte econômico e a referência familiar.¹²⁴ A sogra de H. respondia pelo provimento da família e decidia os destinos dos que estavam sobre sua proteção. Ela contou com a solidariedade de “umas amigas” e conseguiu angariar o dinheiro para a nora fazer o aborto.¹²⁵

A jovem mãe disse que não tomava as pílulas anticoncepcionais, porque não tinha dinheiro nem para comer ou se vestir. Na entrevista informou que pagou cem cruzeiros à “parteira” e explicou como era o mercado de aborto na cidade: H. se fez passar por empregada doméstica, pois sabia que tinha vários preços e como não podia pagar como senhora casada, apelou como se fosse doméstica.¹²⁶ As “parteiras” especializadas em “fazer anjos”, em geral eram leigas e abraçavam o “ofício” por ser rendoso, garantindo-lhes “viver bem”, sendo um mercado crescente e amplo, trabalhavam “na clandestinidade, pois a profissão, além de criminosa, [era] repudiada pela moral”.¹²⁷ Eram encontradas em vários bairros e cada “caso” podia render duzentos cruzeiros.

Qual a “técnica” usada nos abortos praticados pelas “fazedoras de anjos”? A entrevistada H. esclareceu que pela manhã a “parteira” colocou-lhe uma sonda e mandou-a para casa a fim de aguardar o resultado. Por volta da meia-noite, sentiu fortes dores e expeliu o feto, que colocou em um vidro que mantinha em seu poder. A jovem disse que não sentia remorso pelo aborto, mas que sentiria se o filho “estivesse vivo e me pedisse pão... o pão de cada dia, e eu não podendo dar.”¹²⁸ A explicação que deu para o fato de ter guardado o feto foi: “- Não sei. Foi mais forte do que eu.”¹²⁹

O aborto praticado por H. com a ciência e ajuda da sogra não era do conhecimento do marido. A prática considerada um crime tipicamente feminino tornou-se um segredo compartilhado entre mulheres: H., sua sogra, as “amigas” e a “parteira”. No caso de H., que esteve algum tempo acamada, o aborto não causou complicações.¹³⁰ As práticas abortivas

¹²³ Idem.

¹²⁴ BERQUÓ, Elza, op.cit., p. 431. A autora verifica a relação entre a chefia feminina de lares e a pobreza tanto como causa quanto como consequência uma da outra.

¹²⁵ ABORTO: um desafio à sociedade e à lei. *Diário da Tarde*, 18 jun. 1971, p. 8.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ Ibidem.

ganhavam as páginas dos jornais quando as “técnicas” utilizadas não conseguiam sucesso para livrar a mulher da “situação” indesejada, como aconteceu com a doméstica Maria, 19 anos, solteira, grávida de seu namorado, que seguiu os conselhos de uma colega e procurou uma “fazedora de anjos”, mas que devido às complicações deu entrada no Pronto Socorro.¹³¹

As mulheres que recorriam ao aborto procuravam desfazer-se dos fetos de várias maneiras: jogando-os em córregos, no Rio Paraibuna, em latas de lixo ou enterrando-os.¹³² A descoberta da gravidez gerava pânico nas jovens solteiras, em geral seduzidas pelos namorados.¹³³ Pelos relatos das ocorrências policiais, muitas jovens que praticavam o aborto pelas mãos das “curiosas”, eram empregadas domésticas, sobretudo oriundas de cidades vizinhas a Juiz de Fora. A vergonha e o medo de serem descobertas faziam com que procurassem as “parteiras”, sendo que algumas eram levadas pelos namorados. É o que aconteceu com Sebastiana, 18 anos, empregada na Avenida Rio Branco, que esteve na casa de “Dadinha”, a “fazedora de anjos”, por duas vezes, levada pelo seu sedutor, empregado em uma construção no Bairro Bom Pastor. A tentativa de aborto trouxe complicações à saúde dessa jovem, que com hemorragia foi hospitalizada em estado grave.¹³⁴

As pressões da família eram fortes sobre as solteiras que engravidavam. Pressionada pelo pai, Mercedes, 28 anos, com idade mais avançada do que a maioria das solteiras envolvidas na prática de aborto, que chegava ao conhecimento da polícia e da imprensa, justificou seu ato dizendo temer “ser colocada fora de casa, pois já possuía um filho, apesar de não ter se casado e, segundo suas declarações, seu pai a tocaria de casa se tornasse a errar.”¹³⁵ Diferente das muitas mulheres que tiveram graves complicações, Mercedes não recorreu a uma “parteira”, mas procurou uma farmácia e tomou “quatro injeções de ‘Projin’ e, dias depois acabou expelindo o feto, já em formação.”¹³⁶ Para não levantar suspeita resolveu enterrar o feto, mas os vizinhos estranharam a atitude da mulher e comunicaram à polícia.¹³⁷

O aborto era a estratégia usada por mulheres, sobretudo solteiras e viúvas, para evitar que se tornassem faladas ou com medo da família. As casadas justificam sua atitude pela falta de recursos para manter a criança. A prática era favorecida pela existência de várias

¹³¹ POLÍCIA vai processar a “Fazedora de Anjos”. *Diário da Tarde*, 7 fev. 1964, p. 6.

¹³² Cf. ACHADO macabro no rego. *Diário da Tarde*, 30 nov. 1968, p. 8. ABORTO criminoso. *Diário da Tarde*, 9 out. 1968, p. 6. O lixeiro encontrou um feto na lata e movimentou a Polícia de Segurança. *Diário da Tarde*, 26 jun. 1964, p. 6. PROCESSO contra moça que provocou aborto com medo do pai. *Diário da Tarde*, 1 out. 1969, p. 8.

¹³³ REMÉDIO caseiro provoca aborto em jovem seduzida. *Diário da Tarde*, 8 jan. 1974, p. 7.

¹³⁴ ABORTO criminoso praticado em menor. *Diário da Tarde*, 7 mai. 1964, p. 6.

¹³⁵ PROCESSO contra moça que provocou aborto com medo do pai. *Diário da Tarde*, 1 out. 1969, p. 8.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Ibidem.

“parteiras” dispostas a executar o serviço, pela facilidade de obter medicamentos abortivos (o relato de Mercedes é um indício desse mercado) e o uso de soluções caseiras baseadas em chás. A ação da polícia contra as “fazedoras de anjos” eram ineficazes como informou a reportagem: “Instauram inquéritos, que raramente têm resultado satisfatório e as criminosas, ou criminosos, continuam matando crianças.”¹³⁸

A valorização da maternidade como ponto alto da realização feminina consistiu no discurso adotado pelos jornais do *Grupo Associado* em Juiz de Fora. As mulheres que aceitavam plenamente a maternidade, em geral, casadas e de famílias providas de recursos financeiros eram exaltadas em reportagens especiais ou com títulos como o a “Mãe do Ano”. Ao passo que as representações construídas para as mulheres que optaram por não serem mães eram revestidas de conotações negativas, sendo que a solidão, o desespero, a falta de recursos financeiros e o medo de retaliação moral não justificavam as suas opções.

4. 3. “O AMOR MUDOU OU MUDAMOS NÓS?”¹³⁹

Em sua análise sobre a dominação masculina, Pierre Bourdieu tratou no *post-scriptum* sobre o amor, porém comentou os riscos de falar do tema “na linguagem da análise” e refletiu: “Seria o amor uma exceção, a única, mas de primeira grandeza, à lei da dominação masculina, uma suspensão da violência simbólica, ou a forma suprema, porque a mais sutil e a mais invisível, desta violência?”¹⁴⁰ O amor que supõe reciprocidade, ou seja, esse “amor por amor” é uma invenção histórica relativamente recente, como assinala Bourdieu.¹⁴¹ No caso do amor, Bourdieu observou uma inversão na relação de dominação:

Mas assim ficamos com a perspectiva da luta ou da guerra, excluindo a possibilidade mesma de suspensão da força e das relações de força que parece constitutiva da experiência do amor e da amizade. Ora, nesta espécie de trégua milagrosa, em que a dominação parece dominada, ou melhor, anulada, e a violência viril apaziguada (as mulheres, como já foi dito inúmeras vezes, civilizam, despojando as relações sociais de sua grosseria e de sua brutalidade), cessa a visão masculina, sempre cinagética ou guerreira, das relações entre os sexos; cessam, no mesmo ato, as estratégias de dominação que visam a atrelar, prender, submeter, rebaixar ou subordinar, suscitando inquietações, incertezas, expectativas, frustrações, mágoas, humilhações, e reintroduzindo assim a dissimetria de uma troca desigual.¹⁴²

¹³⁸ ABORTO criminoso praticado em menor. *Diário da Tarde*, 7 mai. 1964, p. 6.

¹³⁹ O título foi retirado da matéria: MIRANDA, Margarida. O amor mudou ou mudamos nós? *Diário Mercantil*, 15 e 16 jun. 1975. Caderno Dois, p. 1.

¹⁴⁰ BOURDIEU, Pierre, 2007, p. 129.

¹⁴¹ Idem, p. 131.

O conceito de amor, uma “invenção do Ocidente”, que varia com o tempo e no espaço, motivou Mary Del Priore a escrever a “História do Amor no Brasil”, onde destacou que a sexualidade e o amor têm cronologias próprias, diversas da política ou economia.¹⁴³ A autora concluiu que “o amor não é ideal, que ele traz consigo a dependência, a rejeição, a servidão, o sacrifício e a transfiguração”, no entanto, continua sendo um “sentimento sutil” e importante, que faz muitos homens e mulheres sonharem.¹⁴⁴ Por fazer muitos sonharem e desejarem-no, “o amor e suas práticas estão inscritos em nossa natureza mais profunda.”¹⁴⁵

As décadas de 1960 e 1970 são consideradas emblemáticas na maneira em que o amor foi visto e vivenciado. As mudanças culturais e sociais, que levaram à emancipação não só feminina, mas de mentalidades e atitudes, redesenharam os contornos do conceito de amor. A expansão dos veículos de comunicação de massa no Brasil e as telenovelas serviram para formar um público e disseminaram um novo conceito de amor, de uniões e de relação com o corpo. As transformações nos costumes e no âmbito da vida privada consideradas marcos importantes, ocorridas, sobretudo, na década de 1970, foram percebidas na leitura das fontes. Nesse período as reportagens em torno das mudanças comportamentais centradas nos temas como o amor, a paquera e o namoro aumentaram de volume e ganharam espaços nos jornais.

No mês de junho, que tem o dia 12 dedicado aos namorados e o dia 13 em que se comemora Santo Antônio, o “casamenteiro” e padroeiro de Juiz de Fora, a questão “Mudou o amor, ou mudamos nós?” foi proposta pela matéria cujo objetivo era refletir sobre o amor naqueles tempos e contou com a fórmula típica do *Caderno Dois* do *Diário Mercantil*, isto é, as opiniões de pessoas de diversas áreas profissionais.¹⁴⁶

Das reflexões em torno da questão do amor, participaram oito pessoas: cinco mulheres (duas estudantes, uma psicóloga, uma escritora e uma diretora de escola) e três homens (um jornalista e dois estudantes). Os entrevistados tiveram dificuldades em definir o amor e qual era a necessidade do mesmo em tempos modernos; falaram do passado onde os sentimentos eram mais valorizados e por fim, da construção da vida a dois. As opiniões variaram desde a descrença à confiança no amor. Descrente no amor, um jovem estudante secundarista qualificou as mulheres como interesseiras porque “tentam conseguir sua

¹⁴² Ibidem, p. 130.

¹⁴³ DEL PRIORE, Mary. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 12 e 319.

¹⁴⁴ Idem, p. 321.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 12.

¹⁴⁶ MIRANDA, Margarida. O amor mudou ou mudamos nós? *Diário Mercantil*, 15 e 16 jun. 1975. *Caderno Dois*, p. 1.

estabilidade através do que seu escolhido possa oferecer, não o ama, ama apenas um futuro garantido pela sua fortuna, pela sua posição.”¹⁴⁷

A maioria dos entrevistados concordou que as coisas mudaram principalmente a idéia do amor romântico difundida em filmes. O jornalista João disse que os conflitos de idéias radicalmente opostas “fundiram a cuca” de sua geração, pois de um lado havia o moralismo do clero, que “mitificou o ato sexual” e do outro o cinema americano que divulgou o amor ideal entre os casais românticos.¹⁴⁸ A escritora Maria de Lourdes lembrou que as mulheres mudaram, mas também destacou as permanências nas aspirações românticas femininas:

Outra coisa, não acredito que o casamento já era. Naturalmente, tem que apresentar-se diferente nos dias atuais. Ontem a mulher era dependente, submissa. Hoje, independente, ombreando com o homem, vive num mundo agressivo e traumatizante. Apesar disso, ainda continua romântica, sonhando com as indefectíveis flores de laranjeira. Sentimentalmente alienada, não se preocupa com um relacionamento em bases sólidas.¹⁴⁹

O texto que embasou a reportagem mostrou a confiança no sentimento: “isso não quer dizer que o amor não mais existe. Uma prova de sua travessia nas fronteiras do tempo são justamente as uniões, seja, através do casamento ou não, que se sucedem diariamente.”¹⁵⁰

O amor não morreu, mas as mudanças de comportamento entre os casais eram visíveis e isso motivou a matéria que informou sobre formas de busca de um parceiro para o casamento através das “modernas” agências matrimônias que cruzavam os dados dos candidatos eletronicamente.¹⁵¹ Os mineiros conheceram a mania dos casamentos eletrônicos havia pouco tempo, com a implantação de uma agência em Belo Horizonte, mas Juiz de Fora ainda não contava com serviço desse tipo. Por razões que a reportagem procurou esclarecer os jovens da cidade se casavam mais tarde do que em cidades como São Paulo:

Em geral, o jovem juizforano só começa a pensar em termos de casamento após os 22 anos. Casar mesmo, como se pode verificar nas igrejas locais, só depois dos vinte e cinco. A moça, entretanto, desde os 17 anos já começa a sonhar, seriamente, no rapaz de seus sonhos, o futuro esposo. Muito jovem para despertar a atenção no rapaz maduro, a moça vê-se obrigada a aderir ao ritmo de vida, sem maiores compromissos, com rapazes de sua faixa etária. E, assim, a juventude local se prolonga celibatária por vários anos, com as noitadas nos DAs, a paquera pela Halfeld e os “choppezinho” no Chanan no Jota ou no Barbarella.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ ESSES jovens de JF que só querem namorar. Casar? Nem pelo cérebro eletrônico. *Diário da Tarde*, 6 abr. 1970, p. 4.

A situação do jovem juizforano deve-se, principalmente, ao próprio espírito da cidade, essencialmente estudantil, onde o mercado de trabalho não é tão amplo como acontece em outras cidades brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, mesmo os estudantes casam-se cedo, pois a cidade oferece as condições para tal.¹⁵²

Com a implantação da Universidade Federal de Juiz de Fora, a cidade tornou-se pólo de atração de estudantes de toda a região, que redimensionaram as formas de sociabilidades e lazer diurno e noturno. No final dos anos de 60, o *Diário Mercantil* publicou reportagens sobre o crescimento da vida noturna na cidade, sendo que os novos estabelecimentos (*dancings* e *chopperias*), junto com os tradicionais clubes estavam mudando os hábitos dos juizforanos.¹⁵³ Os novos ambientes de lazer noturno recebiam muitos clientes, sobretudo os jovens, o que levou a reportagem à seguinte conclusão: “A grande freqüência a essas casas, o seu aparecimento é uma prova irrefutável do acelerado progresso de Juiz de Fora.”¹⁵⁴

Os novos ventos que sopraram sobre a conservadora “Paraiburgo” trouxeram mudanças comportamentais, que com maior ou menor intensidade marcaram as vidas de homens e mulheres, levando-os à redefinição de muitos de seus conceitos sobre as relações com o sexo oposto. Em tempos de frente-única e mini-saia, que provocaram muitas polêmicas na cidade, as paqueras aconteciam durante o dia, principalmente na Rua Halfeld e à noite nas casas noturnas. À Rua Halfeld, o coração da cidade, afluíam moças e rapazes após as aulas, fazendo com que em dois horários a paquera estivesse presente: das onze horas ao meio dia e meia e depois das quinze horas. No intervalo em que os paqueradores se ausentavam da rua, as senhoras donas de casa eram as mais vistas em suas compras cotidianas. Aos sábados, pela manhã, a paquera generalizava-se.

A alegria e as brincadeiras dos jovens em suas paqueras não se restringiam à Rua Halfeld. Outros lugares apreciados pelos paqueradores eram as saídas dos colégios, o Parque Halfeld (preferido pelas empregadas domésticas e soldados da 4ª R.M. nas noites dos fins de semana), o Museu Mariano Procópio, a Represa Dr. João Penido e o Morro do Cristo (aos domingos), as piscinas em dias de verão, os DAs (Diretórios Acadêmicos), as Faculdades e as competições esportivas que reuniam estudantes. A Rua Marechal Deodoro, paralela à Rua Halfeld, era a preferida pelas empregadas domésticas, que “depois de uma semana de forno e fogão” se arrumavam para as paqueras aos sábados e aos domingos, pois durante a semana elas só conseguiam paquerar quando iam à padaria ou levavam os filhos das patroas para

¹⁵² Idem.

¹⁵³ VIDA noturna da cidade começa a ser destaque. *Diário Mercantil*, 5 e 6 out. 1969. 1º Caderno, p. 8. BOATES dão sentido novo à vida noturna de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 8 out. 1969, p. 8.

¹⁵⁴ BOATES dão sentido novo à vida noturna de Juiz de Fora. *Diário Mercantil*, 8 out. 1969, p. 8.

brincarem no Parque Halfeld (ótimo, para se paquerar os “briosos soldados do Exército” com seus uniformes “limpinhos e bem passados”).¹⁵⁵

A escolha da Rua Halfeld pelos jovens paqueradores de Juiz de Fora causou muita preocupação nas autoridades policiais responsáveis pelo trânsito. Os jovens galanteadores transitavam com seus automóveis em baixa velocidade pela via, que ainda não havia sido transformada em Calçadão, por isso o delegado de Trânsito e Acidentes resolveu interditar o tráfego de veículos na rua aos sábados entre nove e treze horas para evitar os transtornos.¹⁵⁶

A reportagem sobre o tema paquera, publicada no ano em que o delegado proibiu o trânsito de automóveis aos sábados na Rua Halfeld, informou as mudanças de hábitos entre os freqüentadores da via, outrora cenário dos tradicionais passeios – os *footings*:¹⁵⁷

Hoje, a coisa mudou bastante. Ternos deram lugar às calças justas, as gravatas foram eliminadas – do chapéu de palha, então, nem se fala – e os jovens com suas vastas cabeleiras, óculos escuros e sapatos sem meias não fazem mais o “footing”. Os cabeludos hoje encostam-se nos carros estacionados na rua Halfeld e jogam suas piadas às mocinhas de mini-saia. É a PAQUERA!¹⁵⁸

O texto explicou que a palavra paquera não constava no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, mas existiam os registros de “paqueirada” e “paqueiro”.¹⁵⁹ Em outra reportagem, a provável origem do termo **paquera** foi retomada e explicada da seguinte forma: é “uma corruptela do termo ‘paqueiro’ [que] equivale dizer ‘o cão que sabe caçar pacas’ tem atualmente, um significado, embora similar, todo especial: ‘**caçar garotas**’.”¹⁶⁰ [Grifos meus]. Assim, como em várias matérias sobre a paquera publicadas nos jornais locais, o texto procurou enfatizar que a paquera era “natural” e “instintiva” do homem. Sendo um “esporte”, deveria ser praticado por homens, pois “é a procura da caça pelo caçador.”¹⁶¹

A paquera não era restrita aos jovens, alguns “coroas” (como o senhor observado pela reportagem de terno, bengala, gravata e um terno na lapela, que vivia paquerando as garçonetes de um café da Rua Batista de Oliveira) também participavam do jogo de

¹⁵⁵ NA Juiz de Fora de Hoje a idade não importa: todo mundo paquera. *Diário Mercantil*, 19 e 20 nov. 1967, p. 14. PAQUERA: cada um dentro de seu estilo. *Diário da Tarde*, 3 fev. 1971, p. 3.

¹⁵⁶ Delegado diz não à “paquera” de sábado na rua Halfeld. *Diário da Tarde*, 17 mai. 1967, p. 1 e 6.

¹⁵⁷ NA Juiz de Fora de Hoje a idade não importa: todo mundo paquera. *Diário Mercantil*, 19 e 20 nov. 1967, p. 14.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ HALFELD livre à paquera. *Diário da Tarde*, 1 dez. 1969, p. 1.

¹⁶¹ NA Juiz de Fora de Hoje a idade não importa: todo mundo paquera. *Diário Mercantil*, 19 e 20 nov. 1967, p. 14.

conquistas.¹⁶² O típico paquerador “andava sempre na moda, ou melhor: na onda, porque moda já caiu de moda”, ou seja, em sintonia com o estilo *hippie*.¹⁶³

A paquera e a liberação da Rua Halfeld para o trânsito de veículos foram temas de duas matérias na mesma edição do *Diário da Tarde*.¹⁶⁴ Sendo que uma delas ocupou meia página e foi ilustrada uma foto muito “sugestiva”: no primeiro plano, uma jovem de biquíni em uma obra, tendo ao fundo e de costas um operário da construção civil vestido de macacão. A legenda abaixo da citada imagem - “A ‘paquera’ é uma instituição nacional. Qualquer brasileiro, seja qualquer a sua posição social, sabe o que é ‘paquerar uma garota’.” – reforçou a idéia que paquerar é próprio do homem.¹⁶⁵ **(Anexo 22)** Uma das matérias informou que a turma da “jovem guarda”, que se sentiu prejudicada em suas conquistas com o impedimento do tráfego de veículos pela Rua Halfeld, não ficou satisfeita com a revogação da proibição, pois além do trânsito livre queria o direito ao estacionamento na rua para “paquerar os brotos”.¹⁶⁶ A polêmica que envolveu os “*play-boys*”, ou seja, os jovens ricos possuidores de carros, que apreciavam a paquera diurna na dita rua e a Delegacia de Trânsito e Acidentes, ocupou muito espaço nos noticiários locais e ganhou forças devido ao aumento do número de veículos na cidade, que gerou problemas ao trânsito que outrora não eram percebidos.¹⁶⁷

Os jovens adotavam novos comportamentos em relação ao sexo oposto, assim a paquera foi aumentando muito e a “rapaziada multicolorida” desfilava pela Rua Halfeld com as últimas tendências da moda:¹⁶⁸

Podia-se ver, é claro, a todo o momento, vários carros - ou melhor, fordecos e jeeps sem capotas - que passavam carregados de rapazes e... de moças, o que é muito natural. Entretanto, a jovem guarda, não está satisfeita. Recordam com saudades daquele tempo em que os carros ali estacionam tornando a rua mais estreita e a ala feminina ouvia os “psius” e os assobios, com maior facilidade. Aliás, deste tempo todo mundo se lembra bem quando centenas de jovens, mais estacionados que os automóveis, se estendiam por toda a rua. Apareciam raridades em matéria de aparência pessoal. Havia, desde berrantes meias vermelhas a penteados mais escandalosamente “hippie” que se tem notícia.¹⁶⁹

Todos os aspectos (desde as partes até os tipos) do jogo de sedução contidos na paquera, “um esporte muito conhecido e pouco difundido até pouco tempo, que concorre com

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Ibidem.

¹⁶⁴ HALFELD livre à paquera. *Diário da Tarde*, 1 dez. 1969, p. 1. A paquera, versão – JF. Idem, p. 3.

¹⁶⁵ Idem, p. 3.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 1.

¹⁶⁷ MUSSE, Christina F. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 114. A autora atribuiu o aumento do número de automóveis em circulação na cidade à facilidade de aquisição proporcionada pelos consórcios.

¹⁶⁸ A paquera, versão – JF. *Diário da Tarde*, 1 dez. 1969, p. 3.

¹⁶⁹ Idem.

o futebol, na preferência masculina”, ganharam enfoque na matéria jornalística, na qual os rapazes paqueradores de Juiz de Fora foram classificados como tímidos e pouco criativos, ou seja, “sem imaginação”.¹⁷⁰ O texto delimitou o lugar feminino na paquera que:

é exercida pelos dois (ou três?) sexos, mas pela natural colocação destas partes na sociedade, é mais conhecida como sendo do homem, que a julga como um “dever”. A mulher a pratica, mesmo porque, quando se é paquera [sic] passa-se a paquerar imediatamente, um tanto timidamente, ainda presa aos preconceitos e tabus zeladores do bom nome de uma família distinta.¹⁷¹

A paquera era uma iniciativa masculina, mas tinha que contar com a concordância da mulher, pois se a mesma percebesse que seu paquerador não era de seu agrado, ninguém ganhava ninguém “no perigoso (mas saudável) jogo do amor.”¹⁷² As mulheres não aceitavam a iniciativa dos “paqueradores por esporte” que se tornavam conhecidos do público feminino:

(...) apesar de gostar de enganar-se a si própria – tentando fazer crer a si mesma que o homem, ao se aproximar tem sempre a seu favor o fato de haver sido atraído por algum dote da paquerada – a mulher via de regra, não gosta de sentir-se humilhada com o assédio de um profissional ou um amador da paquera. Ela gosta mesmo é de pensar que o primeiro encontro foi casual e que seu paquerador foi atraído até sua formosura, seu encanto pessoal, sua inteligência, seu entusiasmo.¹⁷³

O texto jornalístico afirmou que as juizforanas não paqueravam com discrição esbanjando sorrisos para seu possível paquerador, mas podiam dispensá-lo tão logo percebessem que havia da parte do homem grande interesse, causando com essa atitude a “timidez masculina”.¹⁷⁴ A paquera servia como um termômetro para a mulher medir seu poder de atração, por isso não gostava de se sentir humilhada com o assédio de um “paquerador profissional” ou de um “amador da paquera”, pois ela gostava de pensar que o primeiro encontro foi casual e o homem foi atraído por seu encanto pessoal e inteligência.¹⁷⁵

A matéria observou mudanças no ato de paquerar, pois os homens estavam tornando-se “mais agressivos” e as mulheres, em geral, procuravam fugir do “incômodo cerco de palavras e gestos.”¹⁷⁶ A mulher também estava “evoluindo” e aceitando a paquera “como uma coisa normal e lógica”.¹⁷⁷ A desproporção entre o número de mulheres (maioria da população)

¹⁷⁰ PAQUERA: cada um dentro de seu estilo *Diário da Tarde*, 3 fev. 1971, p. 3.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² HALFED, uma rua acima de qualquer suspeita inclusive da paquera. *Diário da Tarde*, 24 mai. 1973, p. 2.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Ibidem.

em relação ao de homens tornou-os seletivos: “vão encostando as mulheres menos acessíveis em favor das que não se aborrecem com a paquera nossa de cada dia.”¹⁷⁸

Além da paquera na Rua Halfeld, os policiais se preocupavam com os namoros “inconvenientes” e “abusados” em logradouros públicos e praças, sobretudo nos arredores das igrejas.¹⁷⁹ Em um dos casos noticiados pela imprensa local, os pedidos dos moradores levaram à prisão de seis casais, residentes em vários bairros da cidade, na praça que circunda a Igreja Melkita de São Jorge.¹⁸⁰ A prisão dos namorados provocou polêmica. Os moradores que solicitaram a presença dos policiais o fizeram, pois “nenhum pai de família pode (...) permitir que suas filhas cheguem à janela, porque correm o risco de se depararem com espetáculo ‘bem pouco educativo’.”¹⁸¹ A reportagem do *Diário da Tarde* ouviu três opiniões sobre o ocorrido na praça em torno da Igreja Melkita e houve o consenso entre os entrevistados de que era difícil a prática da paquera em Juiz de Fora, para aqueles que não possuíam automóvel. A primeira entrevistada foi uma empregada doméstica, que o texto jornalístico procurou reproduzir a sua fala:

(...) meu crioulo não tem carango, a patroa num dêxa eu namorá no portão, e nós só tem um jeito, que é o de nos encontra na pracinha. Se a gente tivesse um dinheirinho extra podia ir pra um cinema, ou passear de ônibus, mas acontece que o crioulo é mais duro que gengiva de velho e eu num to aí pra sustentar bigodudo.¹⁸²

Através de sua fala, a empregada doméstica permitiu compreender o universo de muitas mulheres que moravam no emprego, recebendo baixos salários e com pouca liberdade para desfrutar de sua sexualidade. Ao mesmo tempo em que a empregada doméstica entrevistada, de 23 anos de idade, tinha liberdade para namorar, uma vez que estava longe da família, a patroa representava um poder que lhe cerceava os passos. O namorado da jovem era também um rapaz de poucas posses o que restringia as opções de lazer do casal.

A comerciária entrevistada preocupou-se com a questão moral: “tanto eu como meu namorado estamos temerosos de sentar num banco de Jardim e sermos mal-interpretados para

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ ESTE o roteiro da “paquera” que agora dá cadeia por lei. *Diário da Tarde*, 1 jul. 1970, p. 3. DELEGADO quer acabar com abusos do namoro. *Diário Mercantil*, 23 mai. 1972, p. 6.

¹⁸⁰ BLITZ da PM prende casais amorosos. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1974, p. 1. NA praça da igreja, namoro inconveniente leva doze à Delegacia. Idem, p. 8. No local havia vinte pessoas, mas os policiais responsáveis pela blitz compreenderam que somente as doze que foram presas estavam em atitudes inconvenientes.

¹⁸¹ PAQUERAS criticam repressão policial aos namoros. *Diário da Tarde*, 22 mar. 1974, p. 3.

¹⁸² Idem.

mim será o maior vexame ser conduzido a uma repartição policial.”¹⁸³ E arrematou apontando para o moralismo da cidade: “Infelizmente em Juiz de Fora o amor não é compreendido.”¹⁸⁴

O rapaz de 19 anos, que era comerciário e estudante, usou gírias da época e opinou: “bicho, eu já parei com essa. Dar uma de passarinho só por causa de uma paquera não é com o titio, aqui. O jeito, mesmo, é a gente economizar e comprar um carango, porque, então, ninguém pode soprar no ouvido a frase ‘teje preso’”.¹⁸⁵

Apesar da repressão policial e da coerção social que restringiam as práticas amorosas consideradas mais arrojadas, os casais não desistiram do amor. Em épocas de novos tempos, o velho e renovado amor continuava fazendo com que jovens em nome dele tomassem atitudes radicais como a fuga de seus lares. Nos noticiários dos jornais do período o número de jovens desaparecidos chamou a atenção, sendo muitos os pedidos de familiares aflitos com o desaparecimento dos seus filhos menores. O problema das fugas de menores recebeu atenção da imprensa local que procurou definir o perfil desses jovens e os motivos que os levaram a abandonarem seus lares. Em uma dessas reportagens foi estabelecida uma representação sobre a jovem que foge e a vergonha familiar:

A moça, ou dá uma desculpa qualquer, ou diz que vai sair para uma voltinha pela rua. Dentro de um vestido simples e uma blusa de qualquer cor, despede-se normalmente dos pais. Sai e não volta mais. Fugiu. Indignadas, as comadres aproveitam o tema e desancam a família e a moça, enquanto os atingidos pela “desgraça” fecham-se em copas e ganham novos cabelos brancos.¹⁸⁶

O fenômeno das fugas era nacional e Juiz de Fora não estava de fora dessa realidade. As jovens fugiram em maior número do que os rapazes, engrossando a estatística de uma fuga a cada dois dias. Além das fugas de menores, os desaparecimentos de esposas (que em geral levavam os filhos, deixando os maridos sozinhos), de maridos e filhos mais velhos também preocupavam a polícia. A busca pelos “fujões” de Juiz de Fora era muito difícil, por não se refugiarem em outros bairros, mas em outras cidades como Belo Horizonte, São Paulo e no estado da Guanabara.

Nas fugas havia diferenças entre os gêneros. Os rapazes fugiam motivados por razões econômicas, isto é, seduzidos pela possibilidade de uma vida melhor apresentada pelos meios de comunicação buscavam os grandes centros, sobretudo, os de camadas pobres, que viam no

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ FUGA de menores aumenta e assusta. *Diário da Tarde*, 15 jan. 1971, p. 8.

futebol uma oportunidade de ascensão social, por isso nos campos das grandes cidades muitos foram encontrados. “E as mulheres?” indagou a reportagem, que respondeu à questão:¹⁸⁷

Bem, as mulheres fogem por “amor”, na maioria das vezes. Arranjam um namorado e se deixam seduzir. O rapaz acena com uma vida em comum, com uma casinha, filhos etc. e a moça, ingênua, acredita em tudo e o acompanha. Foge de casa e quando não vai para a outra cidade, é encontrada. O jeito é o casamento. Por isso, elas fogem muito mais que os rapazes.¹⁸⁸

Por trás das fugas justificadas como “por amor” também estava o conflito geracional e/ou problemas econômicos (a pobreza da família). Portanto, não era a simples ingenuidade de moças que acreditavam nas palavras doces de “*Dons Juans*” que as levavam a fugirem de casa, mas em algumas fugas o desejo de liberdade foi a motivação e em outras a busca por uma vida melhor. As fugas daquelas que ansiavam pela liberdade foram em alguns casos associadas à presença de grupos de *hippies* na cidade acusados de aliciarem jovens.¹⁸⁹

Um grupo de *hippies* qualificados pelo jornal de “cabeludos e sujos”, cujos membros eram originários do Rio Grande do Sul, de São Paulo e da Guanabara, resolveu “morar” por quatro dias em um casarão na Vila Augusta, no bairro Mariano Procópio.¹⁹⁰ Os *hippies* estavam retornando do Festival de Inverno de Ouro Preto e juntaram-se ao grupo duas moças, menores, de famílias de Juiz de Fora, cujos pais estavam aflitos. A polícia chegou até o grupo através de denúncias de vizinhos. As representações desses *hippies* não fugiram à regra usada na imprensa local: “viviam na mais completa promiscuidade e sem nenhuma higiene”.¹⁹¹ A liberdade sexual e o rompimento com as normas de civilização representada pela “sujeira” eram destacados de forma negativa nos noticiários.

A cultura *hippie* era aceita desde que de forma disciplinada ou estereotipada. Vale citar a festa “Hippie-Hurra” onde alguns modos e modas da “onda” *hippie* foram utilizados pelos jovens da sociedade local. As notícias que anunciaram o evento descreveram o movimento *hippie*, os ídolos, os comportamentos dos “*flowers-boys*” e “*flowers-girls*”, valorizando o seu lado pacifista em meio ao contexto da Guerra do Vietnã, que fornecia cotidianamente imagens dramáticas aos noticiários internacionais: “Os hippies estão no ‘front’ não da guerra ou do ódio, mas no da paz.”¹⁹² Diante das dúvidas e polêmicas em torno do evento cujo lema era “amor-sorriso-flor”, inspirado em reuniões *hippies*, sendo o

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Cf. COMERCIANTE de J.F. descobre “hippies” e meninas raptadas. *Diário da Tarde*, 13 out. 1969, p. 1. JOVEM conta tudo sobre “hippies”. Idem, p. 3. OS pais das meninas aliciadas. Idem, p. 8.

¹⁹⁰ GRUPO de “hippies” surpreendido pela Polícia. *Diário Mercantil*, 19 ago. 1972, p. 6.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² HIPPIE-HURRA. *Diário Mercantil*, 7 e 8 jan. 1968, p. 5.

“happening dividido em duas partes: iê-iê-iê, até a meia noite e carnaval até às quatro da madrugada”, o *Diário Mercantil* esclareceu:¹⁹³

A grande procura de convites para o Hippie-Hurra, faz crer que este happening está conseguindo **quebrar os tabus impostos pela arcaica Tradicional Família Mineira** e desmentir as previsões de um gabarito [sic] jornalista, que não entendeu ser a **feira pseudohippie**, o que significa trocada em miúdos (para os menos entendidos, como é o caso) que os participantes se farão passar por hippies, apenas usando um traje característico do da juventude londrina. O Hippie-Hurra, é uma festa como muitas que já existiram em Juiz de Fora (Tom Jones, Viva Maria! etc) as quais se caracterizaram apenas pela exigência de uma vestimenta.¹⁹⁴ [Grifos meus].

A promoção *hippie-mania* ocorreu com sucesso no *Old Scotch*, sendo descrita dias depois no *Diário Mercantil*. A festa contou com as presenças de várias beldades e elegantes da sociedade local trajando vestimentas e maquiagem no estilo *hippie*. A matéria do jornal frisou que as participantes da festa estavam devidamente acompanhadas, pois os convites só foram vendidos a casais. As descrições das indumentárias dos participantes demonstraram a visão estereotipada em relação ao movimento e de sua estética, que pregava valores diversos daqueles representados pela sociedade de consumo.¹⁹⁵

Enquanto os *hippies*, que tinham um estilo comportamental alvo de preconceitos, receberam atenção do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde*, o mesmo não ocorreu com a questão do lesbianismo. Embora as propagandas da revista *O Cruzeiro*, de circulação nacional e pertencente ao *Grupo Associado*, anunciassem em junho de 1968 uma ampla reportagem sobre o homossexualismo feminino, as reflexões em torno do tema considerado um verdadeiro tabu não ocorreram nas reportagens dos jornais *Associados* de Juiz de Fora.¹⁹⁶ As referências às práticas homoeróticas entre mulheres apareceram nas páginas policiais ou naquelas que tratavam dos problemas da prostituição na cidade.

As representações dos homossexuais e travestis foram revestidas de negatividade e preconceito nos noticiários dos jornais juizforanos, sendo a palavra “anormal”, o adjetivo mais usado para se referir ao grupo. Em 1970, uma reportagem do *Diário da Tarde* tratou somente do homossexualismo masculino e deixou evidente que: “Aqui, o terceiro sexo ainda

¹⁹³ PRIMEIRA festa “hippie”. *Diário Mercantil*, 9 jan. 1968, p. 3.

¹⁹⁴ HIPPIE-HURRA é sucesso. *Diário Mercantil*, 17 jan. 1968, p. 6.

¹⁹⁵ HIPPIE-HURRA foi show. *Diário Mercantil*, 23 jan. 1968, p. 6. Anos depois da realização do “Hippie-Hurra”, os *hippies* contando com a autorização do poder público (Departamento Autônomo de Turismo) realizaram uma feira de artesanatos no Parque Halfeld, denominada “*Feira Hippie*”, reunindo artesãos da cidade e de outras localidades. A presença dos artesãos atraiu a atenção pública, que os recebeu bem, motivando os organizadores a tentarem transformar o evento em permanente. Cf. A praça dos hippies. *Diário da Tarde*, 18 mar. 1974, p. 1. FEIRAS hippies revivem velhos tempos do parque. Idem, p. 2.

¹⁹⁶ Cf. *Diário da Tarde*, 15 jun. 1968, p. 5. O anúncio da revista *O Cruzeiro* informou: “HOMOSSEXUALISMO FEMININO – Um problema delicado tratado corajosamente.”

vive primitivamente, marginalizado pela sociedade e recluso dentro de suas frustrações e complexos.”¹⁹⁷ Na primeira página as questões centrais da reportagem foram sintetizadas:

Ser homossexual não é normal. Ou é? Poucos têm uma opinião fundamentada sobre o assunto que hoje não somente [é] caso de polícia, como há alguns anos. Acompanhando os novos caminhos surgidos no velho mundo, os homossexuais procuram hoje criar associações, onde o problema é debatido em níveis superiores e com seriedade.¹⁹⁸

A Zona Boêmia seria na visão dos jornais locais o único espaço livre para o lesbianismo? Ao relatar uma ocorrência na região, o repórter se referiu às prostitutas lésbicas protagonistas do “amor proibido” da seguinte maneira:

Duas mulheres da rua Henrique Vaz brigaram e uma delas chegou a ameaçar a outra com uma arma de fogo, tudo porque uma delas era amasiada com a outra. O sargento (...) foi ao baixo meretrício e efetuou a detenção das irregulares, conduzindo-as para as repartições policiais. Foi apreendida ainda em poder da anormal uma garrucha marca Rossi, calibre 22, com duas balas intactas, arma que serviu para ameaçar a integridade da outra. (...) Elza (...) amasiou-se com Maria (...). Entre o romance das duas, surgiu Vera (...) e por isso houve um desentendimento entre elas. O resultado foi que Elza, munida de um garrucha, ameaçou matar sua amiga Maria (...).¹⁹⁹

Assim como qualquer casal enciumado, considerado “normal”, a briga quase gerou um crime passional. Na região do baixo meretrício foram comuns as relações homossexuais entre as mulheres. Em uma reportagem sobre os dramas vividos pelas prostitutas da Zona Boêmia houve referência ao lesbianismo: “Algumas donas de pensão tem suas ‘amantes exclusivas’ que, em geral, são moças novinhas vindas das cidades vizinhas.”²⁰⁰

A revista *O Lince*, na edição de junho de 1975 inovou ao lançar a matéria: “Lesbianismo: na busca de caminhos, condenar é a solução?”.²⁰¹ A reportagem ocupou sete páginas da revista e tinha a finalidade de servir de “alerta para pais e mestres”, porém foi considerada pela direção da revista como “Proibida para menores de 18 anos”.²⁰² (**Anexo 23**)

As opiniões de especialistas ouvidos na reportagem apontaram para a idéia do lesbianismo ser uma “anomalia” e um “problema”. Para o psiquiatra, o lesbianismo era uma

¹⁹⁷ CONHEÇA e veja o estranho mundo dos homossexuais. *Diário da Tarde*, 27 mai. 1970, p. 3.

¹⁹⁸ O estranho e obscuro mundo dos homossexuais. Idem, p. 1.

¹⁹⁹ AMOR proibido de mulheres acaba em quase morte. *Diário da Tarde*, 15 out. 1971, p. 8.

²⁰⁰ PADRE quer modificar os costumes de uma rua. Do amor fácil ao trabalho sério. *Diário da Tarde*, 4 ago. 1973, p. 3.

²⁰¹ LESBIANISMO: na busca de caminhos, condenar é a solução? *O Lince*, Jun. de 1975, p. 19-05[25]. Ocorreu erro na impressão de algumas páginas, que saíram com a numeração errada: 03[23], 04[24] e 05[25]. O sr. Adail de Oliveira proprietário de *O Lince*, me informou que a publicação dessa reportagem especial trouxe-lhe muita “dor de cabeça”, porque vários assinantes desejaram cancelar a assinatura da revista. No período a jornalista Marilda de Menezes Ladeira era editora-redatora-chefe da revista.

²⁰² Idem, p. 21 e 19.

“anomalia” e por ser uma doença necessitava de “profilaxia”, mas informou que: o “tratamento é difícil, porque o tipo de neurose que se encontra é o obsessivo compulsivo, e, em sua maioria, as mulheres não o terminam – são necessários cerca de quatro anos, com sessões de três a quatro vezes por semana.”²⁰³ O professor de Antropologia Cultural da Universidade Federal de Juiz de Fora disse que como o lesbianismo era um problema difícil de ser exterminado seria mais vantajoso a sociedade aceitá-lo: “É melhor concordar com o homossexualismo, tanto feminino como masculino, do que condená-lo, para não gerar complexo de culpa”. Também lembrou que o tratamento psicanalítico era oneroso e demorado.²⁰⁴ Para um teólogo “a Igreja não deve marginalizar o homossexual”, apesar de não considerar a homossexualidade normal, mais sim uma “anomalia”.²⁰⁵ O advogado e professor de Direito Processual Penal da UFJF afirmou: “O lesbianismo sempre existiu, mas se antes era mais reservado, hoje está mais ostensivo, através de um movimento que é uma afronta ao sexo oposto, como se fosse um deboche: - à falta de homem, nós nos arranjamos”.²⁰⁶

O depoimento de uma lésbica, identificada por N. S., de 29 anos, com curso superior, demonstrou o drama e o preconceito enfrentado por homossexuais em Juiz de Fora. A mulher passou por longos períodos de internamento para livrar-se do “mal”. Em uma dessas internações para “fazer higiene mental”, conheceu sua companheira de um relacionamento que durava seis anos. Afirmou que nunca teve relações sexuais com homens, apesar de considerá-los bonitos. A entrevistada concluiu: “Dentro de uma sociedade como Juiz de Fora não tem jeito – quanto mais se reprova, mais aumenta. Aqui não é um caso ou dois de lesbianismo – são centenas que conheço, incluindo meninas de faculdade.”²⁰⁷ N. S., que teve o diagnóstico de esquizofrênica e por isso foi internada em clínica psiquiátrica, defendeu que a sociedade deveria aceitar o homossexualismo.²⁰⁸

A não inclusão do tema lesbianismo feminino como questão a ser debatida pelos dois maiores jornais da cidade (*Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*) e a repulsa que a matéria de *O Lince* gerou nos assinantes da revista demonstraram que a emancipação afetiva-sexual feminina era um grande tabu na sociedade juizforana, que gradativamente estava absorvendo a emancipação profissional das mulheres. É importante ressaltar que, Paulo César de Araújo em seu trabalho mostrou como a temática do homossexualismo era “assunto ainda revestido de uma couraça de preconceito” no período do regime militar no Brasil marcado pelo rígido

²⁰³ Idem, p. 3-4 [23-24].

²⁰⁴ Ibidem, p. 3 [23].

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Ibidem, p. 5 [25].

controle da moral.²⁰⁹ O autor citou músicas que por fazerem referências ao homossexualismo, tido por censores como “anormalidade” ou “prática anti-social” foram censuradas, “já que o regime militar expressava um projeto masculinizante”.²¹⁰

As mulheres estiveram no centro de vários debates devido às atitudes e idéias de vanguarda em termos amorosos, ou agindo como suas “avós” românticas, sonhadoras e dispostas a fugir “por amor”. Aquelas que ousaram romper com paradigmas sexuais foram tidas como anormais ou esquizofrênicas, reproduzindo nos anos 60 e 70 o discurso comum no início do século XX, utilizado para desqualificar atitudes femininas consideradas ousadas.²¹¹

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ ARAÚJO, Paulo César de, op.cit., p. 140.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Sobre a questão da feminilidade, sexualidade e histeria no final do século XIX e início do século XX: ENGEL, Magali. “Psiquiatria e Feminilidade”. In: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 322-361.

CAPÍTULO 5 – NEM SEMPRE AMADAS...

As mulheres estavam condenadas a fingir e os homens a não poder fingir. O heroísmo, para as mulheres, estava justamente em esconder, com perfeição, o que sabiam. Os homens tornavam-se heróis, justamente quando tomavam atitudes compatíveis com sua honra, como por exemplo, matar a mulher ou, mais raramente, o outro homem. Minha avó fora considerada santa justamente porque fingiu admiravelmente bem, durante toda a sua vida, ignorar que meu avô tinha outras mulheres. Eu não sabia se minha mãe era capaz disso. (Rachel Jardim. *O Penhoar Chinês*, p. 84)

5.1. “EM MULHER NÃO SE BATE NEM COM UMA FLOR!” MAS...

O velho ditado popular que serve de título ao presente item embora muito conhecido, não é seguido, sendo grande o número de mulheres que sofreram e ainda sofrem variadas formas de violências de seus parceiros. Michelle Perrot observou que: “Dimensão maior da história das relações entre os sexos, a dominação dos homens sobre as mulheres, relações de forças desiguais, se expressa frequentemente pela violência.”¹ Para a historiadora francesa: “O corpo está no centro de toda relação de poder. Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira imediata e específica.”²

O corpo feminino é lugar de violência tanto física quanto simbólica, “que igualmente, contribuem para a manutenção de desigualdades”, analisa Rachel Soihet.³ Os jornais se constituem, segundo a autora, em fontes significativas para o estudo da violência contra as mulheres, pois permitem uma aproximação com o cotidiano de grupos populares, nem sempre visíveis por outras documentações e possibilitam “perscrutar as suas contradições de gênero”.⁴ Assim, os jornais são “imprescindíveis a fim de avaliar como tais conflitos eram noticiados. Possibilitam analisar o discurso utilizado, segundo valores que deviam disseminar-se por toda a sociedade, iluminando os comportamentos desejáveis aos homens e mulheres.”⁵

Nos jornais pesquisados, as conflituosas relações entre gêneros se tornaram evidentes nas histórias de mulheres, que em nome do amor sofreram agressões ou agrediram em revide ou vingança; de outras que foram mortas e de uma pequena parcela que matou ou se suicidou.

¹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 454.

² Idem, p. 447.

³ SOIHET, Rachel. “O corpo feminino como lugar de violência.” In: *Projeto História*. “Corpo & Cultura”. n. 25. São Paulo: Educ - Editora da PUC-SP. dez. 2002. pp. 269-289. p. 269.

⁴ Idem, p. 270. É importante ressaltar que não somente pessoas pertencentes a grupos desprivilegiados economicamente são vítimas ou agentes da violência entre gêneros. A violência física está em todas as classes sociais, como observa Rachel Soihet. Nas classes mais privilegiadas há a tendência de esconder os casos de agressões.

⁵ Ibidem.

Essas mulheres representadas pelos jornais da cidade de Juiz de Fora como “amadas e amantes”⁶ também deixaram nas páginas dos mesmos suas representações de vida e das circunstâncias que as levaram a amar demais.

Para conhecer um pouco do universo de muitas mulheres que amaram, porém não foram correspondidas na mesma intensidade e respeito, a história de Ana que acreditou no amor, mas acabou no PSM (Pronto Socorro Municipal) e na Polícia, publicada no *Diário Mercantil* possui elementos riquíssimos para análise.⁷ A narrativa do romance de Ana, que foi “igual a de muitas mocinhas ingênuas”, começou da seguinte maneira:⁸

Ana Maria. Sobrenome: da Silva. Menor de idade. Mas José não ligou muito para a idade de Ana, simplesmente porque simpatizou com a escurinha. E, iniciou um namoro com ares de sério, aparecendo para se encontrar com a namorada quase todo santo dia. Ana vivia embalada em sonhos coloridos. E um dia, José resolveu dar o golpe. Chegou sério, sentou no banco de madeira, puxou um cigarro do maço e disse que precisava conversar sério. Ana juntou as mãos e pensou em casamento. Mas José soprou os castelos da mulher e disse que queria uma prova de amor. Uma prova que realmente exigisse sacrifício por parte dela.⁹

Assim como aconteceu com muitas, a jovem foi seduzida pelo namorado, que “saiu um dia com Ana Maria, e, quando voltou, Ana já era mulher”, entretanto o fato tornou-se segredo “a dois, gostoso de se guardar”.¹⁰ Os sonhos da moça começaram a ganhar tons de pesadelo quando ficou sabendo que o namorado era casado. Mas isso não impediu que José fizesse a proposta aceita pela jovem de morar com ele, pois ela se acostumou a dividi-lo com outra. Ana alegrou-se com a gravidez e preparava com carinho o enxoval simples do bebê.¹¹

O cotidiano do casal ocupou o noticiário policial no dia em que José chegou ao barracão de Ana “tropeçando e resmungando coisas”.¹² Ela rompeu com a resignação e o papel submisso e resolveu falar alto, mas José desferiu um soco e um pontapé no baixo ventre da mulher grávida. Depois que José se recuperou um pouco da bebedeira levou-a ao PSM (Pronto Socorro Municipal) onde ela foi atendida e voltou para casa. No dia seguinte, necessitando de novos atendimentos médicos, retornou ao PSM, porém abortou.¹³

O caso de Ana e de seu romance com José ilustra vários pontos citados freqüentemente pelos jornais: sedução (sendo que a jovem manteve em segredo a perda da

⁶ A expressão foi recorrentemente utilizada em manchetes de jornais do período. Tornou-se conhecida na canção do ídolo popular Roberto Carlos.

⁷ ANA Maria acreditou no Amor que acabou em PSM e Polícia. *Diário Mercantil*, 20 e 21 set. 1970, p. 6.

⁸ Idem.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

virgindade), união consensual, violência de esposo/amante contra a esposa/amásia, aborto, a figura materna lutando pelos direitos da filha.¹⁴ Em muitos aspectos a história de Ana se assemelhou às descritas por trabalhos historiográficos que versam sobre crimes sexuais ocorridos no Rio de Janeiro no início do século XX.¹⁵ No entanto, o drama de Ana se desenrolou em 1970, em uma cidade interiorana, de porte médio, de Minas Gerais. O fato sugere questionamentos: Os ventos de liberdade sexual das décadas de 1960 e 1970 chegaram até todos? Como a imprensa viu os casos de sedução ocorridos no período?

Na semana anterior ao relato da história de Ana, o *Diário Mercantil* publicou um artigo que apresentou as seguintes estatísticas para Juiz de Fora: de setenta casos de sedução registrados por mês pelo cartório somente um total de trinta chegava ao Fórum.¹⁶ O artigo atribuiu o reduzido número de processos em relação aos registros iniciais a um acordo entre as partes que acabavam se casando. Segundo o texto do jornal, o matrimônio funcionava como “alívio de consciência, tanto de um como de outro” e em muitas vezes, a moça e o rapaz espontaneamente manifestavam o desejo de união.¹⁷ De certa forma, no imaginário popular estava impregnada a idéia de a virgindade era “o único dote natural irreparável” de uma mulher e o “roubo” da mesma se constituía em “mal” só reparado com o casamento.¹⁸ A reportagem informou que de acordo com os números conhecidos pela polícia, a maior incidência de sedução estava nas camadas populares, mas não significava que não se verificasse nas classes média e rica, porém nas camadas economicamente favorecidas o temor do escândalo, que afetaria a reputação familiar, levava a outros arranjos.¹⁹ O autor do artigo

¹³ Ibidem.

¹⁴ A mãe de Ana foi o familiar que compareceu à Delegacia para defender os direitos da agredida. Sueann Caulfield observa para o início do século XX que “a alta incidência de famílias chefiadas por mulheres entre a população da classe trabalhadora do Rio de Janeiro como o recurso dos homens às estratégias extrajudiciais para defender a honra provavelmente ajudam a explicar por que as mães ou outras mulheres (tias, irmãs ou patroas de empregadas domésticas) desempenhavam um papel de liderança nesses dramas sobre honra.” CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2000. p. 241. Nas décadas de 1960 e 1970 o número de domicílios chefiados por mulheres continuou crescendo, como constatou Elza Berquó, cf. BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privado no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 411-437. p. 428-432.

¹⁵ Cf. ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. CAUFIELD, Sueann, op. cit.

¹⁶ ONDA de sedução varre a cidade. *Diário Mercantil*, 12 set. 1970, p. 6.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Expressões retiradas de CAUFIELD, Sueann, op. cit., p. 40 e 78, 81-83.

¹⁹ Vários textos jornalísticos lembraram que nas camadas mais privilegiadas o crime de sedução ocorria, mas que as soluções eram diferentes das famílias mais pobres, evitando um escândalo público. Cf. GRUNEWALD, Luiz Eduardo A sedução aumenta. *Diário Mercantil*, 28 jan. 1969, p. 4. O mesmo comportamento foi observado por Sueann Caulfield para as famílias de classe média do início do século XX, no Rio de Janeiro. Cf. CAUFIELD, Sueann, op. cit., p. 241.

lembrou que os métodos de controle de natalidade, como as pílulas, estavam ao alcance dos mais ricos, evitando a gravidez e “disfarçando qualquer coisa de menos agradável”.²⁰

No ano anterior ao caso de Ana, os noticiários policiais insistiam no número elevado de seduções, apesar da tão falada revolução sexual. Em artigo publicado no *Diário Mercantil*, foi analisada a questão do crescimento do crime de sedução em uma época em que o sexo era “explorado por todos os órgãos de comunicação”.²¹ O texto tratou do conflito entre os jovens, que com uma nova mentalidade se rebelavam contra as velhas estruturas propondo que “se faça amor e não a guerra” e o conservadorismo que fazia do sexo um tabu, conversado em tom baixo perto das crianças, privando os adolescentes de uma orientação sexual sadia. Segundo o autor do artigo eram fatores que contribuíam para o aumento das ocorrências de sedução: a evolução nos padrões de comportamento, a negligência dos pais e a necessidade de moças pobres que buscavam no casamento uma salvação para seus problemas.²²

O sedutor, na análise apresentada pelo artigo era “uma boa pinta”, proprietário de “carrão” e até mesmo de apartamento para fazer “programas”, “cheio de grana”, aparentava ser “um bom partido”, carinhoso e “bom de papo”, ou seja, um modelo de homem/marido ideal para as moças que estariam dentro do perfil das vítimas de sedução: as domésticas e as operárias, de bairros periféricos, sobretudo as analfabetas.²³ Enquanto os sedutores foram representados como ardilosos em suas “cantadas”, capazes de escaparem da Justiça e continuarem “na ‘paquera’ até encontrar a moça de seus sonhos”, a imagem talhada para as seduzidas foi oposta: as vítimas foram transformadas em culpadas.²⁴

O autor do artigo reconheceu a dificuldade de se caracterizar o crime de sedução, uma vez que o Código Penal previa a inexperiência ou justificável confiança da seduzida. A moça seduzida, em geral, omitia o fato até a descoberta de gravidez pela família, assim o exame médico que comprovava a época do defloramento ficava comprometido. Os acusados utilizavam vários subterfúgios para se livrarem de punição: afirmavam que a jovem não era virgem na ocasião do ato sexual e encontravam testemunhas para comprovar a má conduta da moça. O desconhecimento do nome e da profissão do sedutor pela jovem levava à descaracterização do crime, fazendo com que a moça enganada, geralmente pobre, daí por diante passasse a ser vista pela sociedade como uma prostituta.²⁵

²⁰ ONDA de sedução varre a cidade. *Diário Mercantil*, 12 set. 1970, p. 6.

²¹ GRUNEWALD, Luiz Eduardo A sedução aumenta. *Diário Mercantil*, 28 jan. 1969, p. 4.

²² Idem.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Ibidem.

As denúncias de menores “enganadas”, seduzidas, “que se entregaram”, “que se perderam” eram enquadradas em dois grupos: os casos de sedução e o de corrupção de menores. O delito de sedução (artigo 217 do Código Penal) se caracterizava quando “a ofendida (...) menor de 18 anos, tenha namorado o acusado e a ele se entregue sob promessa de casamento, ou então mediante justificável confiança.”²⁶ Portanto:

A justificável confiança resulta do noivado oficial, da promessa de casamento, do namoro indissimulado, das freqüentes e significativas visitas do agente à casa da ofendida dos não encobertos encontros ou passeios com esta, deixando o agente perceber a todos as suas intenções sérias. Fora desses requisitos, não existe o delito de sedução.²⁷

Os delegados de Costumes e Menores, às voltas com o crescimento do número de denúncias de sedução, tentaram explicar o fenômeno.²⁸ Em uma ocasião, um delegado disse não entender porque tantos casos de sedução em Juiz de Fora onde o número de prostitutas era grande, reproduzindo o antigo discurso que via a prostituição como “um mal necessário” para garantir a moralidade familiar” e “uma ‘válvula de escape’ para os incontroláveis impulsos sexuais masculinos”.²⁹ O delegado não atentou para o fato de que no jogo da sedução o poder masculino se faz presente, pois a seduzida é submetida aos seus desejos, se constituindo em uma conquista. Por outro lado, a prostituta é paga, não permitindo que o homem exerça seu poder de sedutor. O delegado Dr. Hélio Silveira creditou os elevados índices de sedução ao descaso dos pais que deixavam as jovens, sobretudo entre 16 e 20 anos, saírem sozinhas com namorados recentes. Pela declaração do delegado conclui-se que houve uma mudança nos costumes, nos quais os pais permitiam mais liberdades às suas filhas. Para tentar minimizar o problema o delegado pretendia contar com a ação dos Comissários de

²⁶ POLÍCIA às voltas com vários casos de sedução. *Diário da Tarde*, 28 dez. 1968, p. 7. A reportagem demonstrou a preocupação do Delegado de Costumes e Menores pelo registro no dia de anterior de seis casos de sedução, todos resultando em inquéritos. Os fatos ocorreram em vários bairros da cidade: Bonfim, Vila Alpina, Jóquei Clube, Ipiranga (2 casos) e Eldorado.

²⁷ Idem.

²⁸ São exemplos de notícias que denunciaram o crescimento dos casos de sedução em Juiz de Fora: MÉDIA diária: 3 casos de sedução de menores. *Diário da Tarde*, 10 jan. 1966, p. 6. AUMENTAM os casos de sedução em JF: DCM registrou um por dia na semana passada. *Diário da Tarde*, 27 mar. 1967, p. 6. POLÍCIA às voltas com vários casos de sedução. *Diário da Tarde*, 28 dez. 1968, p. 7. A sedução aumenta. *Diário Mercantil*, 28 jan. 1969, p. 4. CRIME sexual: 131 inquéritos até novembro. *Diário da Tarde*, 5 dez. 1969, p. 8. CASOS de sedução estão aumentando e alarmam polícia. *Diário da Tarde*, 21 jan. 1970, p. 1. VEJA o que a polícia acha desses casos de sedução. Idem, p. 3. ONDA de sedução varre a cidade. *Diário Mercantil*, 12 set. 1970, p. 6. MAIS de 100 inquéritos de sedução em 1970. *Diário da Tarde*, 18 jan. 1971, p. 8.

²⁹ CAUFIELD, Sueann, op. cit., p. 79. RAGO, Margareth. “Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)”. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. pp. 51-60. p. 51.

Menores que deveriam atuar em “lugares pouco recomendáveis” e muito freqüentados por casais e menores, como Morro do Cristo Redentor.³⁰

Em uma edição do *Diário da Tarde* de janeiro de 1970, a opinião de policiais acerca dos casos de sedução em Juiz de Fora e a valorização do sexo foram os temas que ocuparam uma página inteira.³¹ As matérias foram ilustradas com três fotos: a primeira, de um casal se beijando na praia sendo interpelado por um guarda-vidas e a legenda - “Beijo em público: na praia ou nos bancos dos jardins, **tudo normal agora**” [Grifos meus]; a segunda, com uma jovem usando biquíni, onde o texto enfatiza a grande ocorrência dos crimes de sedução nos meses de verão e por fim uma imagem sem foco de uma jovem em movimento acompanhada da informação - “Essas não identificadas leitoras de fotonovelas.” – enfatizando o tipo de leitura que muitos acreditavam que contribuía para tornar as jovens vulneráveis a aceitar propostas de sedutores.³² **(Anexo 24)**

Em uma das referidas matérias, o escrivão do cartório da Delegacia de Costumes e Menores Wuppschlander Ataliba Lage apontou os meses de verão como os campeões dos crimes sexuais, que podiam variar da sedução ao estupro. Enumerou os fatores que levavam as meninas a se deixarem seduzir, a saber: a falta de educação e de cultura, assim como a promiscuidade das favelas e na zona rural. No entender do escrivão:

A moça é uma romântica por natureza. E quanto menos educada e intelectual, mais o romantismo toma conta de sua personalidade. Caso aprenda a ler, começa a fase da sublitteratura. Fixa então, em sua mente, uma imagem distorcida. A partir daí – ela começa a esperar o príncipe encantado. Vai casar e viver feliz o resto de sua vida. Quando então o namorado vem com as tentadoras promessas de um casamento ela já está preparada para aceitar tudo o que ele pedir em troca. Por outro lado, (...) há o fato dos pais impedirem as filhas de namorar este ou aquele rapaz. Nestes casos, ambos de acordo, praticam o ato sexual como sendo o único recurso de se unirem. Muitos destes gêneros de processos já passaram pela delegacia local – e não dão trabalho algum, pois o rapaz se confessa logo culpado e ansioso por reparar o mal feito.³³

Os meses de verão e as festas de carnaval, considerados como aqueles davam que “maiores chances à permissividade”, foram recorrentemente citados como períodos de alta incidência dos casos de sedução.³⁴ O assunto mereceu análise no *Diário da Tarde*, após as festas de Momo de 1975, quando as “folias e a liberdade” começaram “a mostrar seus efeitos negativos”: “Para os próximos dias e até o dia 24 desse mês já foram expedidos 12

³⁰ OS casos de sedução estão sempre aumentando em J.F. *Diário da Tarde*, 6 nov. 1965, p. 6. CORRUPTOR de 27 anos diz que menor, de 14, foi quem convidou. *Diário da Tarde*, 3 nov. 1969, p. 8.

³¹ VEJA o que a polícia acha desses casos de sedução. *Diário da Tarde*, 21 jan. 1970, p. 3. SEXO, um artigo de consumo valorizado para a década de 70. Idem.

³² Idem.

³³ Ibidem.

depoimentos com os responsáveis por 5 estupros, 5 seduções e dois casos de difamação e injúria.”³⁵

Os “Dons Juans”, alcunha utilizada pelos jornais locais ao se referirem aos sedutores/corruptores de menores,³⁶ continuavam atuando nas décadas de 1960 e 1970. Em muitos dos casos, somente após o fim do romance a família tomava conhecimento da perda da virgindade e passava a exigir a reparação com o casamento, assumindo os familiares padrões próximos ao do início do século XX.³⁷

A cidade de Juiz de Fora, embora passasse por um momento de crise na indústria têxtil, com o encerramento das atividades em várias fábricas, contava com um grande número de operárias, que ainda na menoridade ingressavam no mercado de trabalho. Os turnos de várias fábricas começam pela madrugada – às cinco horas -, expondo operárias, que ainda no escuro se dirigiam, geralmente a pé, aos seus locais de trabalho. Embora o trajeto na madrugada representasse um perigo, foi dentro das instalações de uma malharia, ou melhor, “num corredor da fábrica, onde vítima e acusado trabalhavam”, que uma menor foi seduzida pelo namorado dois anos antes que o fato se tornasse público. O homem não negou o fato, mas afirmou que a namorada na época não era mais virgem, estratégia usada para demonstrar que a ofendida não fazia jus à proteção da Justiça, pois não possuía os pré-requisitos morais para tal.³⁸ A denúncia do mecânico como sedutor somente foi feita bem depois da ocorrência e após o rompimento do namoro. Dentro das fábricas, certamente as relações de poder entre chefes e operárias, onde havia o fator do fascínio de moças pobres por uma figura masculina que ocupava um cargo com *status*, o que lhe possibilitaria uma ascensão social, e até mesmo entre os operários e as operárias levaram às várias ocorrências de casos de sedução.³⁹

Muitos homens tentaram transferir a culpa para as vítimas, acusando-as de fazerem os convites para passeios nos quais “se entregavam”.⁴⁰ A palavra da acusada prevalecia, como

³⁴ O saldo do carnaval: doze seduções. *Diário da Tarde*, 19 fev. 1975, p. 8.

³⁵ Idem.

³⁶ Em casos em que o delito não se caracterizou como sedução as autoridades se valeram do art. 218 do Código Penal que tratava da corrupção de menores, com a agravante do art. 226, III, do acusado ser casado. CORRUPTOR de 27 anos diz que menor, de 14, foi quem convidou. *Diário da Tarde*, 3 nov. 1969, p. 8. O grupo de sedutores formado por homens casados encontrado na presente pesquisa foi significativo.

³⁷ DEPOIS do namoro, sedução e agora processo. *Diário da Tarde*, 1 nov. 1969, p. 8. Cf. ESTEVES, Martha A., 1989. CAUFIELD, Sueann, op. cit.

³⁸ SEDUZIU a menor dentro da fábrica. *Diário da Tarde*, 2 out. 1969, p. 8. Cf. ESTEVES, Martha Abreu, 1989, p. 39.

³⁹ Luiz Eduardo Grunewald, em texto mencionado anteriormente, tratou da vulnerabilidade de operárias ao crime de sedução, uma vez que as condições econômicas precárias fazem com que o casamento seja visto pelas mesmas como uma alternativa ou uma saída para a vida de pobreza. Cf. GRUNEWALD, Luiz Eduardo A sedução aumenta. *Diário Mercantil*, 28 jan. 1969, p. 4.

⁴⁰ Assim se portou José, 27 anos, acusado de ter seduzido uma menor de 14 anos, em 5 de janeiro de 1966. Cf. CORRUPTOR de 27 anos diz que menor, de 14, foi quem convidou. *Diário da Tarde*, 3 nov. 1969, p. 8.

informou o *Diário da Tarde*: “Na maioria das vezes, o indiciado nega o fato. Mesmo assim, a justiça, dando amparo às palavras da ofendida, na maioria das vezes acaba por condenar o sedutor nas penas de dois a quatro anos de reclusão, conforme o estatuto penal em vigor.”⁴¹ No entanto, a mudança de ótica sobre a “pureza” das seduzidas pode ser observada em algumas notícias. Como na história do trocador de ônibus acusado de sedução que foi absolvido em 1973, porque testemunhas disseram que a jovem perseguia o rapaz no ponto final, não lhe “dando folga”, indicando que “ela se entregou a ele porque quis”, uma vez que uma moça/mulher honesta deve saber “o seu lugar”.⁴² Em outro caso, a moça tentou adulterar a idade para se passar por menor demonstrando astúcia com seu ato.⁴³

Dos inquéritos instaurados, apenas uma pequena minoria resultou em casamento e quando isso acontecia quase sempre os nubentes não viviam maritalmente, separando-se logo após a cerimônia, pois diversos matrimônios eram selados para o sedutor fugir da pena.⁴⁴ O tempo também podia alterar o rumo dos acontecimentos, como no caso da acusação de sedução contra um nipo-brasileiro residente na cidade que teve a punibilidade extinta pelo juiz, pois durante o processo a moça casou-se com um terceiro, sendo essa história semelhante à observada por Sueann Caulfield em seus estudos.⁴⁵

Vários homens não negavam que mantiveram relações sexuais com as vítimas, no entanto procuraram justificativas para suas atitudes e estratégias para se livrarem da Justiça. Já foi mencionado o artifício de tentar inverter os papéis, transformando a vítima em “fêmea fatal”, como observou Karla Adriana Martins Bessa em seus estudos sobre os crimes de sedução ocorridos em Uberlândia, nos anos de 1950 e 1960.⁴⁶ As desculpas dos acusados variavam, como as de um biscateiro, “réu confesso” que não queria “cumprir sua promessa de casamento com a vítima de quem obteve o consentimento para o delito”: esse deflorador, que chegou a preparar os papéis para o matrimônio, ponderou que a união não daria certo e usou como desculpa para evitar maiores punições o seu alistamento nas Forças Armadas.⁴⁷

A história de uma moça de 17 anos seduzida pelo noivo com quem iria se casar terminou quando em adiantado estado de gravidez ela faleceu junto com a criança que

⁴¹ POLÍCIA às voltas com vários casos de sedução. *Diário da Tarde*, 28 dez. 1968, p. 7. INVESTIGADOR conseguiu prender o sentenciado. *Diário da Tarde*, 11 mai. 1967, p. 6.

⁴² ABSOLVIDO: não era sedução a acusação. *Diário Mercantil*, 25 dez. 1973, p. 6. Cf. ESTEVES, Martha Abreu, 1989. p. 56.

⁴³ O saldo do carnaval: doze seduções. *Diário da Tarde*, 19 fev. 1975, p. 8.

⁴⁴ POLÍCIA às voltas com vários casos de sedução. *Diário da Tarde*, 28 dez. 1968, p. 7.

⁴⁵ JUIZ extinguiu punibilidade em casos de sedução. *Diário da Tarde*, 6 out. 1969, p. 8. CAUFIELD, Sueann, op. cit., p. 233.

⁴⁶ BESSA, Karla A. Martins. “O crime de sedução e as relações de gênero”. In: *Cadernos Pagu*, n. 2, 1994: pp. 175-196. p. 176.

⁴⁷ JUSTIÇA julga mais um caso de sedução. *Diário Mercantil*, 6mar. 1975, p. 6.

esperava. A mãe da jovem inocentou o futuro genro, alegando que este tinha “boas intenções e parecia gostar de sua filha”.⁴⁸ Estava tudo pronto para o casamento que foi adiado por algumas dificuldades, porém com o seu consentimento. O caso foi encerrado.⁴⁹

As violências sexuais contra jovens e mulheres consideradas incapazes mentalmente receberam destaques na imprensa, como um fato ocorrido em 1968, onde o acusado e a vítima são descritos como de comportamento “fora da normalidade”.⁵⁰ A vítima do defloramento tinha 32 anos, mas devido à sua incapacidade mental não podia casar-se com o deflorador. O acusado era empregado do Hospital João Penido, no distante bairro de Grama, que na ocasião em que lavava a ceva de porcos aproveitou-se que a “débil mental passou por perto para cortar vassoura num local das proximidades (...) aproximou-se e, derrubando-a, praticou o infame ato contra a indefesa mulher.”⁵¹ O homem reconheceu ter repetido o ato por quatro vezes e ser o pai da criança que a mulher esperava, sendo assim descrito pela reportagem:

(...) não bebe, não joga e fuma raramente. Gosta de tocar pandeiro nas festas, mas não sabe dançar e nunca teve namorada. Tímido, raramente saía do Hospital João Penido, onde trabalha e ficava sempre na Grama. Durante o depoimento o escrivão (...) perguntou-lhe se antes já havia tido relações sexuais com outras mulheres e o rapaz respondeu que não, “porque tenho com animais no pasto”. Assim foi-se definindo a sua personalidade durante o tempo em que prestava depoimento. Um tímido que conhecia a débil mental há dez anos.⁵²

Tão dramática quanto a violência sexual praticada contra mulheres com deficiência mental é a cometida contra menores dentro do próprio lar. As atitudes de um pipoqueiro, viúvo, aposentado, pai de nove filhos, acusado de seduzir e seviciar as próprias filhas menores provocou muita revolta e na cidade. O homem foi apontado por uma de suas filhas como o pai da neta (uma menina de dez meses de idade) e outra filha, de sete anos, acusou-o de tentar seduzi-la. Os vizinhos estavam revoltados porque o homem aplicava maus tratos às filhas desde que ficou viúvo, em dezembro de 1973.⁵³ Nesse caso, o acusado subverteu a lógica do pai provedor e protetor da família, ao fazer uso de forma abusiva das relações de poder.

O estupro é um crime que recebe por parte da Justiça um rigor na apuração e “a palavra da mulher violentada sofre uma desconfiança *a priori*, sendo necessário grande

⁴⁸ SEDUZIU a noiva que acabou morrendo ao ser levada grávida para o PSM. *Diário da Tarde*, 7 jan. 1966, p. 6.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ DÉBIL mental espera criança e o rapaz vai ser processado. *Diário da Tarde*, 10 jan. 1968, p. 6.

⁵¹ Idem.

⁵² Ibidem.

⁵³ PIPOQUEIRO, pai do próprio neto, ouvido na Costumes. *Diário da Tarde*, 3 ago. 1974, p. 8.

esforço para que se comprove a violência que sofreram.”⁵⁴ As denúncias de tentativas ou da consumação de estupro foram noticiadas em número mais reduzido do que os casos de sedução. As vítimas dos estupradores eram vizinhas, namoradas, conhecidas ou desconhecidas. Em 1967, uma notícia chamou a atenção: dois casos de estupro ocorridos em bairros da Zona Leste de Juiz de Fora, nos quais as vítimas eram portadoras de “retardo mental”, sendo que uma era também deficiente física e engravidou. Um dos acusados não negou que tivesse mantido relações sexuais com a vítima, mas assim como em outros casos noticiados acusou a jovem de procurá-lo insistentemente e de que a mesma não era virgem na ocasião.⁵⁵ A matéria informou ao leitor que o fato de uma mulher não ser mais virgem não desqualificava o crime de estupro, pois até mesmo uma prostituta pode ser estuprada, o que importa são as condições em que o delito foi praticado. As prostitutas estupradas sempre foram tratadas com mais “desconfiança” pelos agentes da Justiça, pois em geral a pena do acusado era reduzida.⁵⁶ Alguns estupradores não se contentaram em violentar suas vítimas e as mataram após as sevícias, evitando serem reconhecidos pelas mesmas, assim ocorreu em um caso que chocou a cidade: Francisca foi estuprada, enforcada e seu corpo jogado no Rio Paraibuna onde foi encontrado.⁵⁷

Preocuparam as autoridades os desentendimentos e agressões entre casais, que agitaram a Delegacia e geraram muitas notícias nas páginas policiais, predominando as ocorrências de homens (maridos/namorados/noivos/amantes/ex-maridos/ex-namorados/ex-noivos/ex-companheiros) contra mulheres. As agressões rotineiras dos homens contra suas companheiras consistiam em surras (quase diárias), socos, pontapés, tentativas de degolar, golpes de foice ou de machado, uso de objetos cortantes (como facas, canivetes, facões), pauladas (com pedaços de madeira em geral, como pé de mesa), açoite com cabo de aço, vidro triturado adicionado ao alimento, entre outras “armas”. As ameaças com armas de fogo foram menos notificadas. Em geral, foram usados objetos do cotidiano, que aliados à força física masculina, em muitos casos tiveram desfechos trágicos com a morte da parceira. Algumas ações não foram planejadas, ocorreram após discussões acaloradas entre os parceiros, na maioria das vezes “temperada” pela bebida alcoólica. Os motivos das discussões

⁵⁴ RIBEIRO, Juliana Carvalho de Assunção. *Vozes do Direito: Estupro nos discursos dos acórdãos judiciais*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004. p. 61. Nessa análise, a autora demonstrou as dificuldades impostas pela Justiça para configurar um crime de estupro o que levou várias vítimas a serem penalizadas.

⁵⁵ PRATICAMENTE concluídos os dois inquéritos sobre estupro. *Diário da Tarde*, 11 abr. 1967, p. 6.

⁵⁶ RIBEIRO, Juliana Carvalho de Assunção, op. cit., p. 57. Martha Abreu observou que no Código de 1890 pela primeira vez os legisladores se preocuparam em especificar as condições em que a mulher, mesmo não sendo mais virgem, permanecia honesta. Cf. ESTEVES, Martha Abreu, 1989. p. 38. Sobre a punição de estupro cometidos contra prostitutas, cf. CAUFIELD, Sueann, op. cit., p. 81.

⁵⁷ FOI estupro seguido de morte. *Diário Mercantil*, 11 dez. 1973, p. 6.

entre casais variaram entre ciúmes, desconfiança, uma tarefa doméstica não cumprida pela mulher ou ao estado de alcoolismo de um dos parceiros, sobretudo do homem.

A história de Maria, moradora em um bairro da Zona Norte é uma entre tantas de outras “Marias”: casada havia cinco anos, jovem (com 22 anos), tinha 3 filhos. Numa madrugada de setembro de 1973 deu entrada no Pronto Socorro Municipal, apresentando contusão na região nasal resultado de uma agressão do “seu marido, que tem o hábito de beber em excesso e fazer quebradeiras em casa.”⁵⁸ Segundo depoimento que prestou na Delegacia acompanhada pelos pais, Maria com o rosto machucado e com dificuldades em falar, informou que seu esposo trabalhava em Belo Horizonte e somente nas quartas-feiras, dia de sua folga, vinha a Juiz de Fora, ocasiões em que bebia e batia nela.⁵⁹

Maria e outras mulheres que procuravam a Delegacia e ganharam visibilidade nos noticiários dos jornais sofreram agressões repetidas vezes. Nem todas as mulheres buscaram providências na polícia, mas reagiram à violência cotidiana batendo no marido, jogando água fervendo, ateando fogo nas roupas do companheiro, usando objetos que estivessem próximos como as lâminas de barbear (gilete), garrafas de cerveja quebradas, tijolos, facas, foices, machados, pedras, sapatos, pauladas, garfos, punhais e raras vezes as armas de fogo.⁶⁰

Algumas mulheres demonstraram ser ardilosas em suas vinganças, como a esposa de um soldado que apresentou queixas e acusou-a de colocar formicida na sua comida. A imagem negativa da esposa, com quem era casado havia 11 anos, foi construída pelo soldado: a mulher o agrediu várias vezes tanto verbalmente quanto fisicamente e na hora de dormirem, ela levava para o quarto um facão e uma foice, instrumentos com os quais dormia. O homem disse que não tomou nenhuma atitude contra a esposa em respeito à sua condição de militar.⁶¹

O grande número de ocorrências policiais envolvendo violências de homens contra mulheres com as quais tinham relacionamento estável preocupou as autoridades policiais e demonstrou que apesar do anúncio de certa liberdade comportamental e sexual feminina os padrões de conduta traçados tradicionalmente para os diferentes gêneros deveriam ser resguardados. Quando as mulheres rompiam com a passividade, atributo tipicamente feminino, os companheiros respondiam punindo-as com diversas formas de violência. O discurso da imprensa, marcado pela idéia do compromisso com a verdade dos fatos, no que

⁵⁸ MARIA da Glória agredida pelo marido. *Diário Mercantil*, 28 set. 1973, p. 6.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Sobre o uso de armas de fogo pelas mulheres em crimes passionais cf. ENGEL, Magali G. “Cultura popular, crimes passionais e relações de gêneros – Rio de Janeiro, 1890-1930”. In: *Gênero*. Niterói, v. 1, n.2, 1. sem., 2001. pp. 107-122. p. 114.

⁶¹ A mulher faz da vida do soldado um verdadeiro inferno. Não satisfeita, tentou matá-lo, adicionando formicida na sua comida. *Diário da Tarde*, 26 mar. 1964, p. 6.

tange às mulheres vítimas ou agentes de violências valorizou aquelas que resguardaram um comportamento tido como adequado socialmente, ao passo que outras que apresentaram algum indício de conduta considerada fora das normas morais vigentes receberam representações marcadas por expressões negativas e pejorativas.

5.2. “SE TE AGARRO COM OUTRO... TE MATO!”⁶²

A música do “amante latino” Sidney Magal, sucesso dos anos de 1970, que começa com o refrão: “Se te agarro com outro/Te mato!/Te mando algumas flores/E depois escapo...” traduz a idéia de impunidade para o homem que movido pelo ciúme, mata a mulher amada.⁶³ A letra mostra a “força” masculina representada pela violência, que pode ser abalada como acontece com a sólida rocha: “Dizem que sou violento/Mas a rocha dura/Se destrói com o vento/Dizem que é tempo perdido/Mas é só inveja/Porque estás comigo...” Sidney Magal ao cantar a música expõe a justificativa de muitos criminosos passionais – o ciúme: “Dizem que eu estou errado/Mas quem fala isto/É quem nunca amou/Posso até ser ciumento/Mas ninguém esquece/Tudo o que passou...”

A violência entre casais assumiu contornos dramáticos quando um dos pares matava o outro, por ciúmes, vingança por uma traição ou ressentimento por um amor não correspondido. Os “crimes da paixão”, em que os homens mataram mulheres, foram em maior número do que aqueles nos quais as mulheres foram autoras dos assassinatos.⁶⁴

As reportagens tentaram explicar os motivos dos crimes passionais, que em muitas vezes, foram protagonizados por maridos sossegados e tranquilos. Assim ocorreu com o “uxoricida de Caeté”, autor de disparos que mataram sua esposa.⁶⁵ O adultério foi o motivo alegado pelo homem pacato que se transformou em uxoricida. O jornal traçou retratos distintos para o esposo e para a esposa: o homicida desfrutava de bom conceito, o mesmo não acontecendo com a vítima, que “além de adúltera, ainda costumava agredi-lo até mesmo na presença de várias pessoas, residentes no local.”⁶⁶ A vítima não foi poupada pela reportagem:

⁶² Título da música que foi sucesso do cantor Sidney Magal nos anos de 1970.

⁶³ ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 210.

⁶⁴ As mulheres assassinadas se enquadram em vários graus de relacionamento afetivo com os criminosos: esposas, ex-esposas, companheiras, ex-companheiras, amantes, ex-amantes, noivas, ex-noivas, namoradas, ex-namoradas, conhecidas (porém desejadas pelo assassino).

⁶⁵ O termo “uxoricida”, isto, é o marido que assassina a esposa foi muito usual na imprensa de Juiz de Fora. Caeté é uma localidade da zona rural de Juiz de Fora.

⁶⁶ DECRETADA a prisão preventiva do uxoricida de Caeté. *Diário da Tarde*, 6 mai. 1967, p. 6.

Por ocasião do inquérito policial, **todas as testemunhas** foram **unâni­mes** em afirmar que o **acusado tem conduta exemplar** em Caeté, onde reside há vários anos. Sua **mulher**, (...), no entanto, era tida como **valentona, andando sempre armada**, e às vezes o **agredindo**, o que **gerou um forte ódio do marido contra a esposa**, que, acabou por comprar uma garrucha, e quando a vítima dirigia-se para um de seus encontros amorosos, acabou sendo baleada.⁶⁷ [Grifos meus].

A vítima era uma mulher jovem (23 anos) que foi masculinizada por testemunhas e pela reportagem: andava de bicicleta, sempre de calça comprida, “era valentona” e “andava armada”. Além disso, subvertia a ordem estabelecida ao bater no esposo, ser infiel, passar noites fora de casa, não cozinhava e nem lavava as roupas do filho, ou seja, não se encaixava no modelo pré-estabelecido para uma mulher dedicada às prendas do lar, sobretudo em uma comunidade rural, onde todos se conheciam.⁶⁸ O comportamento e atitudes da mulher feriram o poder masculino do marido, que vítima da esposa, voltou-se contra a mesma tirando-lhe a vida em defesa de sua honra.⁶⁹

No primeiro julgamento, o “uxoricida de Caeté” foi absolvido por 6 a 1, por legítima defesa da honra, decisão que levou o Promotor a recorrer.⁷⁰ O resultado do novo julgamento ocupou a primeira página do *Diário da Tarde*, sendo que a reportagem reiterou as imagens traçadas anteriormente da vítima como uma esposa infiel, que “comprou uma garrucha, a fim de matá-lo”, sendo que a “arma foi entregue ao delegado da localidade, tendo a vítima se revoltado com o fato.”⁷¹ Novamente a defesa adotou a tese de legítima defesa da honra e o resultado se repetiu 6 a 1 pela absolvição do acusado.

Outro homicida, conhecido como “Papai Noel”, destacou-se por sua reincidência: o primeiro assassinato foi em 1969 depois de viver um ano e seis meses com Maria e o segundo em 1974, quando matou a amante “Jura”, que conheceu três meses antes do crime. As duas ações criminosas de “Papai Noel” tiveram os mesmos ingredientes: ciúmes e bebedeiras. A primeira companheira assassinada iniciou uma cena de ciúmes na estrada da Graminha e “Papai Noel” que estava bêbado armou-se de um pilão e golpeou-a até a morte. No segundo ato criminoso, “Papai Noel” também estava bêbado e diante também de uma cena de ciúmes protagonizada pela amante que o acusava de gastar dinheiro com outras mulheres, desferiu-

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ EM seu depoimento, o criminoso diz que era enganado pela mulher. *Diário da Tarde*, 13 abr. 1967, p. 6.

⁶⁹ Daniela M. Feriani observa que segundo Evandro Lins e Silva, ao matar Ângela Diniz, Doca agiu em defesa de um direito seu: “Atingido pelo comportamento da moça, ele defendeu sua honra.” Cf. FERIANI, Daniela M. “A construção da honra e da saúde mental em crimes na família”. In: *Antropologia Social* – PPGAS. IFCH. UNICAMP. p. 40. Disponível em: <http://antropologias.sarava.org>. Sobre a questão e o conceito de honra, cf. CAUFIELD, Sueann, op. cit., ESTEVES, Martha A., 1989.

⁷⁰ PROCESSOS preparados para julgamentos no Júri. *Diário da Tarde*, 10 dez. 1968, p. 6.

⁷¹ TRIBUNAL absolveu o marido que lavou a honra a sangue. *Diário da Tarde*, 11 dez. 1968, p. 1.

lhe golpes com uma barra de ferro, que apareceu nas mãos do criminoso, na fotografia que ilustrou a reportagem. A mulher ferida foi colocada na cama e o companheiro dormiu ao seu lado, só percebendo que ela estava morta no dia seguinte, quando o mesmo decidiu desfazer-se do corpo, jogando-o em uma valeta.⁷²

O relato de “Papai Noel” transcrito na reportagem permitiu vislumbrar o cotidiano de um casal pertencente à camada popular, que resolveu “viver juntos” sem ao menos saber direito o nome um do outro, cujo provedor era um biscateiro (sem emprego fixo) e analfabeto. O acusado relatou:

“A gente até que vivia bem, sem brigar. Eu sempre levava cachaça pra casa e a gente bebia junto. Ela lavava a roupa e ficava em casa enquanto eu fazia meus biscates. No sábado, nós saímos. Fomos até o bar da rua Benjamin, onde bebemos umas quatro pingas cada um. Depois, fomos embora. Em Santa Luzia, eu passei numa venda e ainda comprei uns mantimentos. Levei também uma garrafa de cachaça. Em casa, ela começou a preparar a comida.”

“Quando a janta estava pronta, nós já tínhamos acabado com a garrafa de cachaça. Ela tinha preparado macarrão com lingüiça e nós jantamos. Mas depois ela começou a falar que eu tinha outra mulher e que ficava gastando meu dinheiro com ela. Fiquei chateado e peguei o ferro. Não sei quantos golpes eu dei não senhor. Ela caiu e eu a apanhei, botando na cama.”⁷³

A diversão de final de semana do casal era beber em um boteco do centro da cidade, local onde conheceu “Jura”: “Quando tinha dinheiro a gente bebia pinga”.⁷⁴ Apesar de ter pautado seu depoimento pela presença da bebida alcoólica, “Papai Noel” salientou seu papel de provedor da casa, que se preocupou em comprar mantimentos na venda, era trabalhador uma vez que “puxava enxada” como biscateiro (servente), enquanto a amante ficava em casa, na labuta doméstica cuidando do barraco, ou seja, do lar do casal.⁷⁵ Interessante notar que “Papai Noel” utilizou parâmetros apropriados tanto pela defesa quanto pela acusação de crimes passionais, isto é, representou-se como um homem útil à sociedade (trabalhador). Acerca da aceitação e reforço de determinadas normas sociais por advogados e promotores, Mariza Corrêa observa: “Há toda uma série de refrões do senso comum, freqüentemente

⁷² O primeiro crime cometido por Roberto, o “Papai Noel” ficou conhecido como o “Crime do Pilão”, apareceu com várias datas nos jornais, pois na época do ocorrido não foi registrado como homicídio. Ele pediu o enterro de sua amásia, dizendo que ela foi vítima de uma doença. Depois do crime descoberto, a exumação do cadáver foi providenciada. Oito meses depois, o verdadeiro marido de Maria compareceu à Delegacia, acompanhado de uma antiga companheira de *trottoir* da falecida, para esclarecer que o corpo foi enterrado com nome falso. Cf. APARECEU marido da mulher morta no “crime do pilão”. *Diário da Tarde*, 25 set. 1969, p. 8. MATAR, a estranha mania de Roberto. *Diário da Tarde*, 9 out. 1974, p. 1. DE madrugada, Roberto livrou-se do corpo de sua segunda vítima. Idem, p. 8. CIÚME leva “Papai Noel” ao segundo crime. *Diário Mercantil*, 9 out. 1974, p. 6.

⁷³ DE madrugada, Roberto livrou-se do corpo de sua segunda vítima. *Diário da Tarde*, 9 out. 1974, p. 8.

⁷⁴ CIÚME leva “Papai Noel” ao segundo crime. *Diário Mercantil*, 9 out. 1974, p. 6.

⁷⁵ Idem.

incorporados na retórica forense, e que vão delineando o que é considerado um comportamento adequado para a mulher, e para o homem, em nossa sociedade.”⁷⁶

Um crime que ocupou grande espaço na imprensa local foi o cometido pelo homem, que de “Gentil” tinha apenas o nome e estava inconformado com o fim do noivado, por isso atentou contra a vida de sua ex-noiva e feriu mortalmente a mãe da mesma, que interferiu em defesa da filha e pagou com a vida.⁷⁷ O criminoso era reincidente, pois oito anos antes havia disparado tiros contra outra ex-noiva, mas que não a acertaram. O homem se envolveu com outra moça enquanto namorava Jurema, porém o rompimento definitivo do relacionamento foi dificultado por questões profissionais: a vítima trabalhava como diretora na escola de propriedade do noivo e o Delegado de Ensino não aceitou seu desligamento antes do final do semestre letivo. A mulher passou dias internada e seu depoimento ocorreu depois de mais de um mês do assassinato da mãe. A imagem do ex-noivo criada por Jurema foi a de um homem agressivo, que a perseguia não aceitando o fim do romance.⁷⁸ O assassino fugiu e sumiu.

O número de casos envolvendo homens que tentaram matar as suas amadas que estavam acompanhadas de companheiros ou amantes, motivados pelos ciúmes foram poucos, mas tiveram grande repercussão na imprensa devido à violência com que foram cometidos. O duplo homicídio ocorrido em 1972 se destacou nesse tipo de crime: um garçom ciumento incendiou o barraco ocupado por sua ex-companheira e o namorado da mesma.⁷⁹ O desespero do homem abandonado, conhecido como “Zé da Bilha”, era tão grande que ele chegou a ir até a polícia para pedir que a ex-amásia voltasse para seus braços, mas as autoridades lhe informaram que não podiam fazer nada.⁸⁰ O incêndio foi fatal para o casal: o homem faleceu horas depois e a mulher, que estava grávida, abortou, ficou em estado de coma por dias, mas não resistiu aos ferimentos e também morreu.⁸¹ O garçom foi representado como um “um ciumento em potencial”, um “indivíduo de péssimos antecedentes”, tido como assaltante.⁸²

⁷⁶ CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 69 e 80.

⁷⁷ As agressões contra sogras apareceram em número grande, como mencionei no capítulo 4: *As mulheres no ritmo dos novos tempos*, no item 4.1. “E a família, como vai?”. Muitos casais, contrariando o velho ditado popular que diz: “Quem casa, quer casa”, devido às dificuldades financeiras tinham que morar em casas próximas às de parentes ou na mesma residência. Nos casos de agressões às filhas, as mães não conseguiam manterem-se neutras e partiam em defesa das filhas, o que provocou a fúria de muitos genros.

⁷⁸ JUREMA disse como foi o crime de Gentil. *Diário Mercantil*, 28 set. 1973, p. 6. As notícias do crime cometido por Gentil, usadas para a escrita desse parágrafo foram publicadas pelo *Diário Mercantil* entre os dias 22 a 30 de agosto de 1973, sempre na página 6. As edições do mesmo período do *Diário da Tarde* também trazem informações sobre o crime.

⁷⁹ JOSÉ Ribeiro, o “Zé Bilha”. *Diário da Tarde*, 26 set. 1972, p. 1.

⁸⁰ AMANTE ciumento ateia fogo no barraco da mulher e desaparece. *Diário da Tarde*, 26 set. 1972, p. 8.

⁸¹ MORREU uma das vítimas incendiada e a outra continua mal. *Diário da Tarde*, 27 set. 1972, p. 8.

⁸² Idem.

“Zé da Bilha” viveu amasiado por anos, com sua vítima, dona de um barraco de pau-a-pique no Bairro de Santo Antônio, na Zona Leste, mas a mulher não agüentou os maus tratos e abandonou-o.⁸³ Ao romper com o ciumento “Zé”, Maria assinou sua sentença de morte junto com a de seu “novo amor”. Antes do crime, o casal foi ameaçado pelo homicida com uma foice diante de vários vizinhos. A precariedade do casebre, consumido rapidamente pelas chamas provocadas por “Zé”, a distância de quarenta minutos entre o mesmo e um telefone, que retardaram a chegada dos policiais ao local são indícios das precárias condições de vida de uma significativa parcela da população juizforana situada na linha de exclusão.⁸⁴

A imprensa teceu imagens para os protagonistas da tragédia, mas omitiu opinião acerca do amante morto. Quanto a Maria, sua morte foi anunciada pela manchete que a representou como “a amante infiel”, infidelidade inexistente, pois o casal havia rompido o relacionamento antes do duplo homicídio, enquanto “Zé”, tido como “elemento de alta periculosidade”, fichado na Delegacia de Furtos e Roubos por prática de assaltos, foi apontado como “assassino louco” pelo *Diário da Tarde*.⁸⁵ O incendiário fugiu logo após o crime e somente no ano seguinte foi preso.⁸⁶

O ciúme não moveu apenas homens de camadas populares a atentarem contra as vidas de mulheres e seus amantes. Os ricos também protagonizaram casos escandalosos, como no famoso “Crime do São Mateus”, bairro da zona sul da cidade, onde os moradores desfrutavam de situação financeira privilegiada: o comerciante Fortuna, por ciúmes, matou a tiros o advogado Brochado, porque desconfiava ser esse o amante de sua esposa e feriu a mesma, que no momento do crime encontrava-se em companhia da vítima.⁸⁷

Como a esposa ficou hospitalizada em virtude dos disparos, o homicida depôs primeiro e construiu uma imagem do ex-amigo: “ao suspeitar de que ‘algo havia entre o advogado e sua mulher’, cortou relações com ele, pois houve abuso da confiança que sempre lhe dedicou.”⁸⁸ O acusado informou que no dia do crime, retornou à sua casa e não encontrou sua esposa, que certamente estaria passeando com o cãozinho da família, como fazia sempre. Diante da demora da esposa saiu a sua procura e a encontrou dentro do carro do advogado, a quem pediu para parar, mas não foi ouvido. Irritado, emparelhou os veículos e saindo de seu

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ ROMANCE quente terminou: morreu a amante infiel da casa incendiada! *Diário da Tarde*, 3 out. 1972, p. 1. AGORA são dois os mortos da casa incendiada! *Diário da Tarde*, 3 out. 1972, p. 8. CUIDADO! Dois assassinos loucos estão soltos nas ruas da cidade! *Diário da Tarde*, 2 out. 1972, p. 1.

⁸⁶ DETETIVE prende assassino que fugiu há um ano. *Diário da Tarde*, 13 set. 1973, p. 8. Na notícia da prisão do assassino a sua alcunha foi grafada como “Zé da Bia” e não como “Zé da Bilha”.

⁸⁷ EM São Mateus, o pânico do confuso tiroteio e morte. *Diário da Tarde*, 13 nov. 1973, p. 8.

⁸⁸ NAGIB diz na polícia como e porque matou Brochado. *Diário da Tarde*, 21 nov. 1973, p. 8.

carro disparou em direção ao casal: o advogado recebeu um tiro mortal na cabeça e sua acompanhante, tiros na perna e no braço (atingindo também a espinha).⁸⁹

A imprensa destacou as versões das duas mulheres peças-chaves no “Crime do São Mateus”: a da viúva, ou seja, a esposa que era supostamente traída pelo marido assassinado e a da mulher que estava em companhia da vítima na ocasião do homicídio.

O depoimento da viúva revestiu-se de importância, pois a mesma estava a par de toda a situação, sendo que seu nome foi citado em entrevista do comerciante homicida ao *Diário da Tarde*: “Eu pedi pelo amor de Deus, por duas vezes, à esposa de Brochado para que ele colocasse um fim ao assédio à minha mulher. Tudo foi inútil. Ele não atendeu ao meu apelo.”⁹⁰ A viúva foi representada pela imprensa como uma mulher “bonita, elegante e muito calma” e que informou “com voz pausada e muito segura de si” em curto depoimento, que tinha conhecimento do romance de cerca de três anos entre seu marido e a esposa do assassino e também “que seu marido, ‘em diálogo franco’ com ela, manifestou-lhe o desejo de terminar tudo definitivamente”.⁹¹ Apresentou a amante de seu marido como uma mulher insistente que o procurava “com ‘até cinco telefonemas por dia’, para sua casa e para o escritório do advogado.”⁹² O crime foi anunciado, pois anteriormente houve uma discussão entre os dois homens no trânsito, quando o comerciante tentou por várias vezes abalroar o carro do advogado ao longo da Avenida Rio Branco, quase provocando um acidente e ameaçando-o com revólver e faca, na presença das respectivas esposas. O comerciante foi retratado pela viúva como um homem vingativo, que ameaçou matar seu marido ou atropelar seus filhos.⁹³

Os comportamentos dos dois “traídos” foram opostos e demonstraram diferenças entre os gêneros. Enquanto o marido traído lavou sua honra com sangue, a viúva do advogado apagou em seu depoimento a clássica imagem da mulher traída como a última a tomar conhecimento, assumiu que sabia do romance, ou seja, tinha a ciência de tudo e não era a culpada pela situação. A amante de seu marido ao contrário, ao persegui-lo com insistentes telefonemas e não aceitando terminar com o caso amoroso, mesmo sendo casada, é quem rompeu com o papel de boa esposa. O comerciante homicida não tinha a certeza do romance, “ele suspeitava”, por isso convivia com as dúvidas que o deixavam “muito transtornado”.⁹⁴ A esposa não se representou e não foi representada pelo assassino de seu marido como a infeliz

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ COMERCIANTE conta seu drama. *Diário da Tarde*, 20 nov. 1973, p. 8.

⁹¹ Na polícia, a bela viúva fala da morte de Brochado. *Diário da Tarde*, 29 nov. 1973, p. 1. O crime, segundo Edna Brochado. Idem, p. 8.

⁹² Idem.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Ibidem.

traída, mas como uma mulher forte e serena, que teria o poder de interferir para por fim ao romance do casal.

A mulher que insistiu no “romance proibido” foi ouvida pelos responsáveis pelo inquérito na casa de seus pais, onde se recuperava dos ferimentos provocados pelos tiros. O seu depoimento, adiado por duas vezes, pouca novidade trouxe ao caso, contrariando todas as expectativas, uma vez que negou seu envolvimento com o advogado, que foi apontado pela viúva e pelo homicida como seu amante. Disse que tudo foi uma coincidência, pois ao sair para passear com seu cachorrinho encontrou casualmente o advogado e iniciaram uma conversa sobre banalidades. Na sua fala deixou evidente que conhecia como a sociedade local vigiava e punia sendo implacável com uma mulher “mal falada”, isto é, com aquela que não seguisse um código de conduta estabelecido para “as direitas”: ela disse que entrou no carro para não ficar “expondo-se à vista de quem passasse”.⁹⁵ As representações construídas pela mulher para si são a de uma boa esposa, que vivia bem com o marido, que conheceu havia vinte anos, apesar das brigas comuns entre casais. O seu marido, ao contrário, era cismado com um provável romance entre ela e o amigo do casal. Lembrou que pretendia na noite do crime levar ao teatro o único filho do casal, com quinze anos de idade, demonstrando que era uma boa mãe.⁹⁶

Tanto no incêndio criminoso do barraco de Santo Antônio, envolvendo pessoas de camadas populares, como no “Crime do São Mateus” com protagonistas com bom nível sócio-econômico, o ciúme foi o ingrediente principal. O primeiro não se conformou em ver a amada nos braços de outro e foi consumido pelo desejo de vingança. O segundo tomado pela desconfiança, talvez mais cruel do que a certeza, desejou eliminar seu desafeto. Na análise do que Mariza Corrêa denominou de “casos masculinos”, a autora distinguiu quatro categorias de motivos ou temas para o crime, a saber: a suspeita da infidelidade da companheira; abandono, após a separação do casal; briga (o crime ocorre em meio a uma agressão mútua) e a negativa de autoria do crime.⁹⁷ Algumas regularidades foram observadas por Mariza Corrêa, que merecem ser citadas: a maior incidência de agressões entre os casais estáveis (casados e amasiados) e ocorridas dentro do espaço doméstico; as condenações mais pesadas recaíram sobre os homens inseridos na categoria “abandono”; no tema infidelidade se concentrou o maior percentual de absolvição e média de punição menor que os demais casos.⁹⁸

⁹⁵ O crime, segundo Ordália. *Diário da Tarde*, 5 dez. 1973, p. 8.

⁹⁶ Idem. O crime, visto por Ordália. Idem, p. 1.

⁹⁷ CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 97.

⁹⁸ Idem.

O amor não correspondido de um rico agiota que se passava por solteirão (na verdade era casado), residente em uma pensão no Centro da cidade, transformou-se em ódio diante da repulsa da jovem, com menos da metade de sua idade e provocou uma tragédia que abalou a cidade em 1969.⁹⁹ A moça foi procurar o dono da pensão para saber se o mesmo havia transmitido ao hóspede seu recado, de que não queria casar-se com o agiota e que o mesmo deveria deixar de persegui-la. O homicida-suicida aproveitou a ocasião para atirar na jovem (dois tiros que atingiram o coração e o pulmão) e depois se matou.¹⁰⁰ A reportagem do *Diário da Tarde* provocou impacto ao divulgar as fotos dos protagonistas vivos (antes) e mortos (depois). A legenda da fotografia da moça viva e sorridente informou: “Antes de ser assassinada, (...) era uma jovem comerciária, bonita que chamava sempre a atenção de todos pela sua simpatia”.¹⁰¹ Enquanto a fotografia da jovem após o crime contou com o texto: “Depois de assassinada, Maria Stella é uma inocente estimada por todos, morta por recusar um homem que não a merecia.”¹⁰²

As representações construídas para a jovem assassinada, simplesmente por repudiar um homem mais velho, foram positivas. Os exames periciais provaram que a moça era virgem, o que eliminou a hipótese de um caso amoroso incluindo relações sexuais e as investigações policiais indicaram que o criminoso perseguia insistentemente a vítima.¹⁰³

Os homicidas foram rotulados pela imprensa como extremamente ciumentos e loucos. Por outro lado, as mulheres pivôs e vítimas de crimes foram consideradas infiéis ou indiferentes não correspondendo ao amor dedicado por seus maridos, namorados ou companheiros, sendo assim penalizadas pelos mesmos com a morte. Será que a certeza da impunidade contribuiu para que homens cometessem atos tão extremos? A imprensa deu sinais da provável não punição dos homicidas em Juiz de Fora, devido à ausência de mulheres entre os membros do Júri.

A não inclusão de mulheres entre os julgadores não foi fato somente em Juiz de Fora, pois até mesmo em Belo Horizonte, elas eram “colocadas de lado”.¹⁰⁴ No tribunal de Campinas as mulheres começaram a ser alistadas em 1970, sendo que a ausência feminina

⁹⁹ “COROA” enciumado matou broto e depois suicidou-se. *Diário da Tarde*, 18 jul. 1969, p. 1. MATOU e morreu. Idem, p. 8. MANHÃ de sangue na rua Batista: Matou a mulher e suicidou-se. *Diário Mercantil*, 19 jul. 1969, p. 8.

¹⁰⁰ MATOU e morreu. *Diário da Tarde*, 18 jul. 1969, p. 8.

¹⁰¹ AGIOTA matou por amor. *Diário da Tarde*, 19 jul. 1969, p. 8.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ JOVEM não tinha romance com o agita. *Diário da Tarde*, 21 jul. 1969, p. 8.

¹⁰⁴ A Justiça exclui sempre a mulher no Júri. Por quê? *Diário da Tarde*, 12 out. 1974, p. 8.

entre os julgadores dos crimes passionais foi apontada por Mariza Corrêa, como um fator, que em parte colaborou pela desinibição dos advogados ao pedir a absolvição dos criminosos.¹⁰⁵

Em Juiz de Fora as mulheres conquistaram o direito de participarem do júri em 1976. Várias reportagens demonstraram a preocupação com a não inclusão de mulheres na lista elaborada pelo tribunal, como no texto de 1974, que questionou a exclusão feminina e esclareceu que nem sempre foi assim:

Antigamente, quando o único cartório criminal da cidade estava entregue ao escrivão Áureo Gomes Carneiro, algumas senhoras da sociedade local faziam parte do Corpo de jurados. Muitas chegaram a funcionar em processos de competência do Júri.

Posteriormente, com o passar do tempo, o velho prédio que servia à Justiça, na rua Halfeld, deixou de oferecer acomodações necessárias e indispensáveis à mulheres e elas, por esse motivo, deixaram de fazer parte do Corpo de Jurados. Pelo menos naquela oportunidade, era esta a justificativa pela qual as mulheres não faziam parte do Conselho de Sentença em Juiz de Fora.

Mais tarde, com a mudança do Judiciário para a rua Marechal Deodoro, a lista de jurados foi renovada e as mulheres, mais um vez, foram esquecidas. **A presunção que se faz é de que a Justiça não confia muito no belo sexo para funcionar nos casos de homicídio ou tentativas de homicídio.**¹⁰⁶ [Grifos meus]

Ao mesmo tempo em que a reportagem denunciou um suposto descrédito da Justiça para com as mulheres, ressaltou o crescente número de formadas em Direito, sendo que muitas faziam concursos para promotoras, juízas e até para delegadas, como Leda Terezinha Peixoto, Delegada de Menores de Juiz de Fora, “a primeira mulher em nosso Estado a exercer essa função.”¹⁰⁷ Na cidade, as advogadas eram em número grande, porém atuavam mais nos ramos civis e trabalhistas e dificilmente no criminal, porém a primeira advogada a funcionar em um júri de Juiz de Fora, sra. Maria do Carmo Volpi de Freitas, na época ainda militava no foro em pequena escala, em processos criminais.¹⁰⁸

As opiniões masculinas – de um advogado e de um criminalista – foram favoráveis à presença das mulheres no júri. O advogado ressaltou as qualidades femininas, uma vez que as mulheres são sentimentais, emotivas e têm mais compreensão da vida. O criminalista afirmou que as mulheres agiriam com mais compreensão do que os homens, mas afirmou que em alguns momentos a presença feminina poderia ser ruim para a defesa.¹⁰⁹ A fala do criminalista de que as mulheres no Júri seriam ruins para a defesa reforçam a idéia de que a exclusão do elemento feminino facilitava a absolvição de homens envolvidos em crimes passionais.

¹⁰⁵ CORRÊA, Mariza, 1981, p. 28.

¹⁰⁶ A Justiça exclui sempre a mulher no Júri. Por quê? *Diário da Tarde*, 12 out. 1974, p. 8.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

A justificativa para a exclusão das mulheres do Júri não tinha mais sentido naquele momento, pois Juiz de Fora tinha um novo Fórum inaugurado em 29 de dezembro de 1970.¹¹⁰ Na reportagem sobre o primeiro julgamento no novo Fórum, a presença feminina no Júri foi cobrada, uma vez que as novas acomodações do Palácio da Justiça não ofereciam mais margem para desculpas.¹¹¹

Diante da fragilidade da justificativa para a exclusão, em 1975 as pressões para a presença feminina no júri aumentaram, o que demonstram as várias reportagens sobre o tema. Em janeiro de 1975, após a divulgação da lista com trezentos e cinquenta e sete nomes de cidadãos homens, a ausência das mulheres foi questionada pelo *Diário Mercantil*.¹¹² O jornal informou que embora o Palácio da Justiça ainda necessitasse de muitas obras, oferecia um mínimo de conforto aos freqüentadores, por isso causava estranheza, numa cidade como Juiz de Fora, a segunda do Estado, a não inclusão de mulheres no corpo de jurados em uma época em que elas lutavam pela igualdade de direitos.¹¹³ A reportagem lembrou ainda que as leis brasileiras não faziam distinção entre homens e mulheres.¹¹⁴

As pressões obtiveram resultado positivo. Em dezembro de 1975, foi noticiada a inclusão de oitenta nomes de mulheres na lista do Júri Popular para 1976. A Justiça procurou resolver a questão da dupla exclusão – de gênero e raça –¹¹⁵ no corpo do Júri Popular, conforme informou a matéria jornalística:

Ficou confirmada a participação da mulher juizforana no Júri Popular a partir do próximo ano. Oitenta delas, entre as mais diversas profissões, foram selecionadas, sendo os nomes escolhidos nos Cartórios Eleitorais.

O número de inscritos no Corpo de Sentença aumentou de trezentos e cinquenta para quatrocentos e cinquenta. Várias pessoas escuras estão também sendo selecionadas e assim os júris a partir de 1976 estarão totalmente remodelados quanto ao Conselho de Sentença.

EXCLUSÕES

Juiz de Fora, uma das poucas cidades do Brasil em que a mulher não era convocada para servir no Júri Popular, acaba de abolir esse costume. Quinze nomes de senhoras e senhoritas foram apresentados ao diretor do Foro pelo promotor Raimundo Pereira Guedes, sendo incluídos como juradas para o próximo ano.

Todavia, a intenção da Justiça é carrear para o Júri Popular pelo menos 150 representantes do sexo feminino. Para tanto já foram selecionados oitenta nomes, junto aos cartórios eleitorais. Por isso, a partir de fevereiro vindouro já poderemos ver algumas mulheres funcionando no Tribunal do Júri.

OUTRA ESCOLHA

¹¹⁰ ISRAEL veio inaugurar hoje nossa Justiça. *Diário da Tarde*, 29 dez. 1970, p. 1. ISRAEL chega para inaugurar (afinal) o Palácio da Justiça. *Idem*, p. 3.

¹¹¹ ABSOLVIDOS acusados do crime da Usina-4. *Diário da Tarde*, 2 mar. 1971, p. 8.

¹¹² MULHERES reclamam ausências no corpo de jurados. *Diário Mercantil*, 28 jan. 1975, p. 6.

¹¹³ *Idem*.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Em 1975 tomou grande vulto na imprensa a denúncia de discriminação racial e de gênero sofrida por estudante impedida de entrar em uma boate. Cf. Capítulo 3: “Ser mulher” na “Metrópole interiorana”, item: 3.3. “Elas também sabem mandar!”

Segundo revelou o promotor Raimundo Pereira Guedes era também notadas a ausência de pessoas escuras no Corpo de Jurados, dando a entender que havia um certo preconceito racial, o que não é verdadeiro. (...) ¹¹⁶

Sobre a conquista do direito de participar do Júri Popular o jornal entrevistou quatro mulheres de diferentes segmentos da sociedade. A comerciária definiu como "fabulosa" essa participação e afirmou que a mulher deveria chegar até à presidência da República, porque "é provida de critério e responsabilidade tanto quanto o homem e, às vezes até desempenha melhor que ele, bastando ter oportunidade e domínio do assunto". ¹¹⁷ A advogada e Oficial do Registro de Títulos e Documentos do Fórum afirmou que a mulher possui "muito mais capacidade de julgamento que os homens, devido à sua maior sensibilidade e poder de percepção." ¹¹⁸ A psicóloga considerou a "inclusão democrática" e que a mulher é "tão justa quanto o homem". ¹¹⁹ A líder cristã (Renovação Cristã) disse que a mulher tem tanta capacidade quanto o homem de discernir se uma acusação está sendo levada certa ou displicentemente. ¹²⁰ Também afirmou que as mulheres às vezes eram culpadas de não fazerem parte das grandes decisões, uma vez que muitas se dedicavam exclusivamente ao marido e aos filhos, se esquecendo que estavam ficando alienadas dos gritantes problemas sociais. ¹²¹ E concluiu: "Elas têm capacidade e inteligência, então porque esse alheamento?" ¹²²

Embora a ausência feminina no Júri Popular, como os jornais pesquisados reconheceram, fosse um fator importante na absolvição de homens que cometeram homicídios contra companheiras de relacionamentos estáveis, a própria imprensa ao divulgar com ênfase a justificativa da legítima defesa da honra, reproduziu e contribuiu na validação do discurso de atores jurídicos responsável pela não punição de muitos homens. Em reportagens que mostraram homens que lavaram a honra com sangue as mulheres foram delineadas como "masculinas" no modo de agir e de vestir ou que não se comportavam bem como mães ou esposas ao saírem para se divertir deixando os filhos em casa ou não prepararem as refeições dos maridos, isto é, não se enquadravam no modelo idealizado de mulher-mãe-esposa. Em uma sociedade em transição, em termos comportamentais, a questão da honra "Ser direita... parecer direita..." ainda representava um dado importante e em defesa da mesma, mulheres perderam suas vidas, afinal eram "infiéis".

¹¹⁶ PRESENÇA de mulheres no júri foi aceita e 80 já estão na lista. *Diário da Tarde*, 15 dez. 1975, p. 8.

¹¹⁷ JÚRI terá participação de mulheres. *Diário da Tarde*, 17 dez. 1975, p. 2.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Ibidem.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ Ibidem.

¹²² Ibidem.

5.3. MOCINHAS OU BANDIDAS: ELAS TAMBÉM MATAM

Em seu trabalho sobre as “mulheres que matam” Rosemary de Oliveira Almeida, construiu três categorias, de acordo com o perfil da assassina e suas relações com a vítima, a saber: crimes contra companheiros, crimes contra inimigos e os crimes contra crianças.¹²³

No primeiro perfil, isto é, em que a mulher mata seu companheiro, considerado um crime tipicamente feminino praticado por “mulheres domésticas”, as fontes pesquisadas apontaram que em Juiz de Fora no período estudado esse tipo de ocorrência foi em número inferior aos casos em que as companheiras foram vítimas.¹²⁴ Entre os casos nas quais mulheres mataram seus maridos, companheiros ou amantes destacaram-se dois, pelos perfis dos envolvidos, os motivos e a construção das imagens das criminosas pela e na imprensa: um ocorreu em 1964 e o outro em 1975, sendo que em ambos as mulheres usaram armas de fogo.

Em 1964, Maria não suportou conviver com a situação financeira do marido, que estava praticamente falido, por isso premeditou matá-lo, assim como todos os cinco filhos do casal, e finalmente suicidar-se. A primeira parte do plano – matar o marido – Maria concretizou em agosto de 1964, em uma fazenda localizada na Barreira do Triunfo, zona rural de Juiz de Fora que pertencia a seu pai, um homem abastado e bem relacionado na cidade. A mulher que tinha em seu histórico uma tentativa de suicídio e passagem em uma clínica psiquiátrica na capital procurou veneno para eliminar toda a família, mas como não encontrou, armou-se de uma espingarda de caça (calibre 32). A assassina matou o marido que estava deitado ao lado de dois filhos do casal e só não levou adiante seu plano de exterminar a família devido à intervenção de seu pai.¹²⁵

Quem era essa assassina? O perfil de Maria traçado pelos jornais foi o de uma doente mental, que deveria ser recolhida a um sanatório. A mulher, segundo o jornal, tinha “a idéia homicida fixa na cabeça”, “sentia-se uma inútil” e se culpava por tudo: pelas dívidas do marido e pela separação de seus pais ocorrida havia 14 anos.¹²⁶ Maria disse em seu

¹²³ ALMEIDA, Rosemary de O. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001. p. 33.

¹²⁴ Idem, p. 33 e 63. A autora entende por “mulheres domésticas”: “não só a mulher ‘do lar’ ou a empregada doméstica, como também aquela que desempenha as tarefas extensivas do lar e, mesmo assim, é considerada, doméstica pela instituição cultural da mulher dedicada ao mundo privado”.

¹²⁵ SOFRE das faculdades mentais. Matou o marido e disse que pretendia exterminar os filhos e depois suicidar-se. *Diário da Tarde*, 7 ago. 1964, p. 5-6.

¹²⁶ Matou o marido... (Cont.). *Diário da Tarde*, 7 ago. 1964, p. 5. CRIMINOSA prestou depoimento, narrando a seu modo, a história da tragédia. *Diário da Tarde*, 10 ago. 1964, p. 6.

depoimento que sempre viveu bem com o esposo, mas quando estava de resguardo do último filho do casal (com cinco meses de idade à época do crime) ficou sabendo “devido à ida contínua de cobradores à sua casa” que o marido estava endividado, levando-a a entrar em estado de choque, sendo por esse motivo internada em uma clínica de Belo Horizonte.¹²⁷

O laudo médico constatou que a criminosa era “anormal mentalmente”, por isso deveria ser internada em uma clínica para doentes mentais “para se restabelecer do golpe que causou a si própria e a toda sua família, do qual dizia não ter arrependimento algum.”¹²⁸ A providência foi tomada com urgência pelas autoridades, uma vez que a maritícida continuava com a idéia fixa de exterminar os filhos, pois “não havia feito o trabalho completo”.¹²⁹ O jornal publicou uma ampla reportagem com foto do momento em que Maria foi levada da fazenda de seu pai para um sanatório, afinal, afirmava a reportagem, a única explicação para o seu caso era a loucura. A fotografia mostrou Maria em meio a familiares, amigos e um filho de seis anos de idade, sendo que a legenda explica: “Pode-se notar, entre as pessoas, o filho mais velho do casal, cabisbaixo, sem saber ainda o que acontecera. Esse garoto é que dormia em companhia de Sebastião Ferreira, quando houve o assassinato.”¹³⁰

Anos depois em que Maria tomada por diagnosticada loucura assassinou seu marido, outra mulher tornou-se autora de um homicídio que chamou a atenção dos moradores de Juiz de Fora. O “Crime do Bom Pastor” se destacou por vários motivos e a imprensa dedicou várias páginas para a cobertura do caso, como observou a irmã da vítima: “os jornais já falaram demais sobre o assunto”.¹³¹ Em primeiro lugar, por ter ocorrido em uma região cujos moradores pertencem à camada social privilegiada. Em segundo, por ter sido praticado pela amante inconformada com o casamento do homem amado com outra mulher mais jovem. Os ingredientes do crime foram colocados na manchete que o tornou público em primeira página: “amante, ciúme e casamento à vista”.¹³²

A tragédia foi anunciada, conforme a noiva do falecido declarou à polícia: a amante abordou o casal na rua e os ameaçou: “- É com essa aí que você vai se casar?” (...) “- Não vai, não. Antes disso eu mato um dos dois.”¹³³ Diante das ameaças o homem pediu proteção policial, sendo atendido pelo delegado que destacou seguranças para o momento do casamento. No entanto, ele aceitou encontrar-se com a amante na véspera de seu casamento,

¹²⁷ CRIMINOSA prestou depoimento, narrando a seu modo, a história da tragédia. *Diário da Tarde*, 10 ago. 1964, p. 6.

¹²⁸ JUIZ determinou o internamento de Maria de Lourdes num sanatório. *Diário da Tarde*, 8 ago. 1964, p. 6.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ CRIME do Bom Pastor: desapareceu Aparecida. *Diário da Tarde*, 29 jan. 1975, p. 8.

¹³² O crime do Bom Pastor era previsto: amante, ciúme e casamento à vista. *Diário da Tarde*, 28 jan. 1975, p. 1.

ocasião em que foi por ela baleado com dois tiros de revólver *Taurus*, calibre 22, que atingiram sua cabeça, ficou hospitalizado por dois meses, mas faleceu.

Quem era e o que levou essa mulher a matar o homem que dizia amar acima de tudo? A primeira questão o jornal tentou elucidar entrevistando os vizinhos da homicida, que morava em uma casa alugada, em Santa Luzia, bairro da Zona Sul da cidade:

Alguns aspectos sobre a personalidade de Maria Aparecida estão agora sendo apurados. Um deles é o de que ela não mantinha boas relações com os vizinhos e a maioria deles não lhe dirige a palavra, mesmo os mais chegados. Seu aspecto arredio, pouco sociável, é muito comentado por todos, pois ela vive só com a mãe, numa casa que pode ser considerada grande para duas pessoas. Assim, Maria Aparecida pouco ou quase nada fala com ninguém. Mas os vizinhos garantiram que Ezídio nunca ia à rua Chácara, para buscá-la, sendo que eles se encontravam mesmo no local onde se deu o atentado. E, mesmo assim, são poucas as pessoas que sabiam de suas relações com Ezídio. Muitos até se mostravam curiosos pelo fato de que ela, já perto dos 35 anos, não tivesse nenhum namorado ou coisa assim.¹³⁴

O texto ressaltou a personalidade pouco sociável da homicida, imagem que a imprensa buscou ratificar através das poses das fotos tiradas por ocasião dos depoimentos da mulher. A questão do estado civil da acusada foi também alvo de especulação dos vizinhos, que em meados dos anos de 1970, estranhavam sua “solteirice” em idade madura.

Em depoimento ao *Diário da Tarde*, a homicida se defendeu dizendo que o amante queria matá-la: “Era ele ou eu”.¹³⁵ Ela não usou como justificativa para seu ato nem o amor, muito menos os ciúmes ou a proximidade do casamento do amante, no entanto afirmou: “nem cheguei a atirar nele, (...) o revólver disparou quando eu tentava me defender dele, que demonstrava claramente a intenção de matar-me.”¹³⁶ Em sua versão a amante inverteu a lógica do típico crime passionnal, ao afirmar que não tinha motivos para matar seu amante, pois combinaram que continuariam se encontrando após o casamento do mesmo. Os tiros foram em legítima defesa, uma vez que o rapaz sacou a arma e ela sentindo-se ameaçada lutou com a vítima e o revólver disparou por duas vezes.¹³⁷ Como a acusada sumiu e não compareceu a quatro intimações, alegando motivos de saúde e depressão nervosa o seu depoimento ao *Diário da Tarde* de 30 de janeiro de 1975 foi anexado ao processo.¹³⁸

A vítima ganhou no discurso da homicida o papel de vilão: era um homem ciumento, que a acusava de infidelidade e a espancava a ponto de provocar a morte de uma filha do casal

¹³³ CRIME no Bom Pastor: amante foi culpada. *Diário da Tarde*, 28 jan. 1975, p. 8.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ CRIME do Bom Pastor. “Ezídio quis me matar. Era ele ou eu”. *Diário da Tarde*, 30 jan. 1975, p. 8.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ DEPOIMENTO de Aparecida será a reportagem do DT. *Diário da Tarde*, 13 mar. 1975, p. 8.

quando esteve grávida tempos atrás. Teceu elogios à família do amante. A reportagem também deu espaço para a versão da família do falecido. A irmã da vítima, que falava em nome da família elaborou um depoimento (oito páginas manuscritas) com imagem negativa da ex-cunhada: era uma mulher ameaçadora que tanto perseguiu um ex-namorado militar, que o mesmo teve que pedir transferência; maltratava a própria mãe e a madrinha (que moraram em sua companhia quando ela se amasiou com seu irmão); que proibia seu irmão de sair de casa (chegando a deitar embaixo de seu carro) e promovia a maior bagunça em casa. Quando a vítima resolveu terminar tudo e começou um namoro, a acusada promoveu a separação do casal, fazendo ameaças na casa da namorada de seu irmão, que ficou com medo.¹³⁹

O confronto de idéias das duas mulheres muito próximas à vítima é interessante, pois são discursos antagônicos que não têm pontos de tangência. Somente poucos dias antes da morte de sua vítima, a amante compareceu à Delegacia para depor. Começou seu depoimento falando de uma época pretérita em que era uma mulher feliz, que trabalhava como contadora em um posto de gasolina e “era muito bem quista pelos seus patrões”.¹⁴⁰ Depois contou como conheceu a vítima, o relacionamento com a mesma e o sofrimento pelos quatro abortos naturais, sendo que no último o companheiro não cuidou dela. A resignação quando o amante resolveu reatar o namoro com uma antiga namorada e a notícia de que ele “precisava de alguém que cuidasse de sua roupa e morasse com ele” (as tentativas de morar com ela foram desastrosas).¹⁴¹ A amante aceitou a situação, pois não podia abandonar a madrinha e a mãe. Finalmente, assumiu que fora a autora dos disparos contra o amante. Aparecida era uma mulher sozinha, rodeada por figuras femininas (sua mãe e sua madrinha) fixou-se em Ezídio e o via como seu grande amor e por ele foi capaz de matar.

Prosseguindo com a classificação de Rosemary de Oliveira Almeida, na segunda categoria de mulheres assassinas estão aquelas “que mataram desafetos e inimigos, por causa de brigas, rixas, vinganças, defesa da vida, enfim pela generalização da violência em seu cotidiano”.¹⁴² Para a autora, nesse perfil de assassinas há “o deslocamento da figura tipicamente feminina para a imagem transgressora da mulher.”¹⁴³ A leitura dos jornais, mostrou que os ciúmes, a rivalidade entre mulheres e os desentendimentos com vizinhos foram motivos de muitas ocorrências registradas na delegacia. Mas, os casos em que as mulheres se tornaram assassinas de inimigos foram pequenos no período estudado.

¹³⁹ IRMÃ diz que Sineide esperou 11 anos para casar com Ezídio. *Diário da Tarde*, 30 jan. 1975, p. 8.

¹⁴⁰ APARECIDA presta depoimento e diz que atirou em Ezídio. *Diário da Tarde*, 22 mar. 1975, p. 8.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² ALMEIDA, Rosemary de O., op. cit., p. 33.

¹⁴³ Idem, p. 43.

Em um desses casos, ocorrido em dezembro de 1966, na Vila Olavo Costa, bairro marcado pela pobreza e carência, uma mulher matou com uma facada um rapaz, que em companhia de outros ofenderam (chamaram-na de “velha cachaceira”) e agrediram sua mãe, “depois de um rififi ocorrido na localidade, devido a uma briga de crianças.”¹⁴⁴ Nadir, a criminosa, foi apontada pelos policiais como autora de pequenos furtos, que lhe renderam duas prisões, enquanto a vítima era dada a bebedeiras e muito trabalho dava aos responsáveis pelo patrulhamento do bairro.¹⁴⁵ Levada ao Júri Popular foi absolvida em dezembro de 1968.¹⁴⁶

Os crimes como o mencionado no parágrafo anterior, no qual a vítima foi um homem não aparentado com a assassina foram menos comuns nos noticiários da imprensa revelando uma questão de gênero. As mulheres dotadas da fragilidade e mais voltadas ao espaço doméstico estariam menos propensas a cometer crimes como o protagonizado por Nadir, em uma briga de rua, mesmo que em defesa de sua mãe. Em várias ocorrências registradas pelos jornais, as mulheres solicitaram as interferências de esposos ou amásios para defendê-las em contendas contra vizinhos(as). Os desentendimentos entre mulheres não aparentadas foram mais comuns variando entre as agressões verbais e físicas, as tentativas de homicídios, sendo que alguns terminaram em morte.

A tragédia marcou a história da doméstica Júlia que esfaqueou uma vizinha e colega de profissão, em um crime que ganhou muito destaque na imprensa em 1964. A homicida não demonstrou arrependimento e disse que estava levando a faca de cozinha para amolar, mas como foi agredida pela vítima e uma outra companheira, reagiu desferindo a facada mortal.¹⁴⁷

O que levou Júlia a cometer tal ato? A vítima, grávida de seis meses, acreditava que Júlia fosse a autora de boatos envolvendo seu nome, o que provocou o desentendimento entre as mulheres, culminando no crime cometido numa tarde de julho na Avenida Rio Branco, a principal de Juiz de Fora. À polícia coube apurar se os boatos estavam relacionados com o noivo da vítima ou outro homem, uma vez que Júlia em depoimento mudou sua versão ao

¹⁴⁴ BRIGA de crianças resulta em crime de morte na Vila Olavo Costa. *Diário da Tarde*, 10 dez. 1966, p. 6. PROCESSOS preparados para julgamento no Júri. *Diário da Tarde*, 10 dez. 1968, p. 6.

¹⁴⁵ Idem, 1966. Anos depois, Nadir novamente ocupou os noticiários policiais por envolver-se em uma disputa pela guarda de seu filho com seu ex-amásio e tentar suicídio. Cf. DELEGACIA de Segurança vai ouvir esfaqueadora. *Diário da Tarde*, 14 ago. 1972, p. 8. TRÊS mulheres movimentam Pronto Socorro e polícia. *Diário Mercantil*, 16 ago. 1972, p. 6. Ver: Capítulo 3: “Ser mulher” na “Metrópole Interiorana”, item 3.1. *É preciso ser e parecer direita*.

¹⁴⁶ TRIBUNAL absolveu a ré. *Diário da Tarde*, 12 dez. 1968, p. 6.

¹⁴⁷ “NÃO apanho de homem, nem de mulher”. E provando, cravou a faca na rival. *Diário da Tarde*, 11 jul. 1964, p. 6.

afirmar que saiu de casa armada para se defender das colegas.¹⁴⁸ A imprensa ironizou a justificativa para o crime:

(...) Pois bem, o delegado que preside o inquérito aceitou a afirmativa “uns boatos”, não procurando esclarecer que “boatos”... o que não lhe seria difícil. É de pasmar-se, mas é verdade. Até agora o crime ocorreu por causa de “UNS BOATOS”....
Francamente, acontece cada uma nesta polícia de Juiz de Fora, que parece mentira.¹⁴⁹

A outra doméstica que estava com a vítima no momento do crime depôs na polícia e informou que as rusgas entre Júlia e Emília começaram devido às opiniões da vítima sobre as pessoas de outras cidades, afirmando serem os forasteiros muitos “metidos”, o que fez com que a homicida se sentisse ofendida pela colega.¹⁵⁰ A versão foi confirmada por outras colegas de profissão ouvidas pelo delegado: Júlia que era da vizinha cidade de Ewbanck da Câmara irritou-se e no dia anterior ao crime as duas domésticas discutiram.¹⁵¹ O delegado chegou a acreditar que o caso não passava de ignorância das duas envolvidas.¹⁵²

O fato é que Júlia por ignorância ou motivos fúteis cometeu um crime, revelando tensões entre as mulheres que eram empregadas domésticas em Juiz de Fora, município para onde acorriam jovens provenientes de cidades vizinhas que se empregavam em casas de família. A rixa entre Emília e Júlia demonstrou que nem sempre havia cordialidade entre as domésticas locais e as “forasteiras”. O destino de Júlia, moça proveniente de um pequeno município vizinho a Juiz de Fora foi trágico: meses depois o *Diário da Tarde* anunciou a sua morte na Cadeia Pública por enforcamento com uma correia de couro. Júlia estava na cela junto com mais quatro detentas, todas homicidas (ou “quase” como a prostituta “Maria Doidinha”), o que deixou a interrogação: foi um suicídio? As primeiras informações eram de que Júlia não tinha desentendimentos com as companheiras de cela e estava alegre no dia que antecedeu sua morte.¹⁵³

As investigações prosseguiram com depoimentos de carcereiros, da irmã de Júlia e das companheiras de cela. A detenta Maria da Conceição foi quem retirou o cobertor, que era colocado na grade da cela feminina em todas as noites e não deu o alarme sobre o corpo. No depoimento de Maria da Conceição, o delegado apurou que Júlia tornou-se inimiga dela,

¹⁴⁸ “UNS boatos” provocaram o crime. Mas a polícia não soube que boatos... *Diário da Tarde*, 13 jul. 1964, p. 6.

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ OUVIDA a principal testemunha do crime de sexta-feira última. *Diário da Tarde*, 14 jul. 1964, p. 6.

¹⁵¹ DEPÕE outra testemunha do crime da avenida Rio Branco. *Diário da Tarde*, 18 jul. 1964, p. 6.

¹⁵² OUVIDA a principal... (cont.) *Diário da Tarde*, 14 jul. 1964, p. 5.

¹⁵³ ENCONTRADA no xadrez, morta por enforcamento, a mulher que matou outra em frente à Excelsior. *Diário da Tarde*, 27 out. 1964, p. 6.

sendo que as divergências entre as duas estavam em torno da questão da “virgindade ou não de uma e de outra”.¹⁵⁴ Júlia era considerada a única virgem da cadeia, fato que foi desmentido pela perícia que fez a autópsia em seu corpo.¹⁵⁵ O caso da morte da detenta, como reivindicou a reportagem do *Diário da Tarde*, merecia mais atenção das autoridades, porém isso não aconteceu. Em novembro, a reportagem exigiu:

QUE NÃO PARE AÍ

Com o já apurado pelas autoridades policiais sobre o caso e pelo que pudemos observar ontem, tudo indica que o processo que visa apurar o ocorrido está em vias de conclusão e pouco mais será feito. Entretanto, lançamos aqui nossa advertência: que o caso seja prosseguido e visto com maior dose de boa vontade e o máximo rigor e cuidado por parte da Polícia. A história está complicada e bem confusa. Aguardemos.¹⁵⁶

O ciúme foi um dos motivos que impeliram mulheres a cometer crimes. A combinação ciúmes mais cachaça levaram Maria, 19 anos, a desferir porretadas na rival Abigail, 25 anos, provocando dias depois a morte de sua vítima. Maria ameaçou várias vezes surrar e algumas matar a rival de quem sentia muitos ciúmes com seu amásio, “pois havia reciprocidade de sentimentos entre a vítima e o amante da assassina.”¹⁵⁷

Como ocorreu o crime? A vítima foi na casa da assassina com a amiga Ilma onde houve uma discussão. As mulheres resolveram sair e beber cachaça em um bar, despesa paga por Ilma. As três saíram do bar deixaram Abigail na estrada que liga os bairros de Benfica ao de Santa Cruz, na Zona Norte da cidade. Quando Maria voltou, Abigail estava no mesmo lugar e ocorreu nova discussão, seguida de luta corporal, ocasião em que Maria de posse de um pedaço de pau bateu muito na vítima. Usou a cachaça como desculpa para seu ato do qual declarou não estar arrependida, pois acreditou que a rival logo ficaria boa. Não foi o primeiro crime de Maria, que foi processada anteriormente pela asfixia de seu filho de apenas cinco meses.¹⁵⁸

O julgamento de Maria e de sua amiga Ilma, indiciada como co-autora do crime, foi no ano seguinte. Maria, que ficou presa por um ano e quatro meses, foi condenada a quatro meses de detenção, pois os jurados aceitaram a tese da defesa de que as varadas ou porretadas não foram a causa da morte de Abigail, desclassificando o delito para lesões corporais leves. O caso de comum complicou-se, sendo que foi pedida a exumação do cadáver de Abigail para

¹⁵⁴ CONTINUA sem uma solução lógica o caso da morte da detenta Júlia. *Diário da Tarde*, 4 nov. 1964, p. 6.

¹⁵⁵ DAS cinco companheiras de cela, quatro são assassinas. Ainda não está devidamente esclarecido se Júlia Cecília suicidou-se ou foi morta. *Diário da Tarde*, 28 out. 1964, p. 6.

¹⁵⁶ CONTINUA sem uma solução lógica o caso da morte da detenta Júlia. *Diário da Tarde*, 4 nov. 1964, p. 6.

¹⁵⁷ Cf. BATEU muito na rival e ela morreu no Pronto Socorro. *Diário da Tarde*, 20 jan. 1967, p. 6.

que os peritos determinassem a *causa mortis*. O julgamento de Ilma foi adiado. Realizada a exumação dos restos mortais nada de conclusivo foi obtido pelos peritos. Ilma também teve seu delito desclassificado, sendo penalizada com cinco meses de detenção.¹⁵⁹

No terceiro grupo de assassinas, Rosemary de Oliveira Almeida enquadró aquelas que matam crianças, sendo que existem nuances entre essas mulheres: as mães que matam os filhos pós-partos e sob o impacto dos mesmos – as infanticidas; as mães que matam seus filhos por maus-tratos ou acidentalmente e por fim, aquelas que não sendo as mães matam as crianças – “vítimas substitutas” - por vingança.¹⁶⁰ Ao analisar esse grupo de criminosas, a autora observa que essas mulheres rompem com a idéia da mulher-mãe, de doce dedicação ao lar. A vítima não tem como se defender, tornando esses crimes “mais inexplicáveis para a condição cultural das mulheres, que deveriam, na figura de mães, proteger as crianças e não matá-las.”¹⁶¹ Rosemary de Oliveira Almeida informa que:

Para os operadores do Direito, os maus-tratos a crianças, cometidos pela mãe ou por alguém que cuida da criança, e o infanticídio, são, como os crimes passionais, os mais encontrados entre as mulheres, embora *bem menos visíveis do que as mulheres que matam seus maridos (juiz)*.¹⁶² [Grifos no original]

Nos jornais juizforanos consultados na presente análise, as infanticidas tiveram seus dramas pessoais expostos. Os infanticídios foram cometidos por mulheres que viviam situações limites em suas vidas sendo justificados por razões morais, emocionais ou a condição social. Além das mulheres, que sob a forte emoção do parto mataram seus rebentos, outras, como as madrastas tornaram-se assassinas de crianças. Nesse sentido, o ano de 1964 destacou-se nas pesquisas realizadas nos jornais *Associados* pelo fato de ter sido marcado por três casos de mortes de crianças que chamaram a atenção, sendo protagonizados por mulheres com histórias diferentes: uma prostituta, uma solteira e uma viúva. Também voltou às pautas nesse ano, devido ao julgamento da ré, um caso de homicídio de criança, ocorrido em 1963, praticado pela amante do pai da vítima.

O primeiro dos casos de 1964, que ocupou grande espaço na imprensa por vários dias, aconteceu na Zona Boêmia da cidade. Foi o drama da prostituta Ana Fernandes, que

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Cf. TRIBUNAL condenou a ré a 4 meses de detenção. *Diário da Tarde*, 18 jun. 1968, p. 6. DESCONHECIDA a “causa mortis”. Promotor pediu exumação do cadáver. *Diário da Tarde*, 19 jun. 1968, p. 6. EM nada resultou a exumação dos restos mortais da mulher. *Diário da Tarde*, 21 jun. 1968, p. 6. JULGAMENTO encerrou-se na madrugada de anteontem. *Diário da Tarde*, 24 jun. 1968, p. 6.

¹⁶⁰ ALMEIDA, Rosemary de O., op. cit., p. 33.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Ibidem.

embriagada, dormiu sobre sua filha de um mês provocando a morte da criança por asfixia, O *Diário da Tarde* estampou em manchete a ocorrência e explicou que a mulher:¹⁶³

(...) já havia bebido em demasia, quando chegou ao bar próximo à sua casa. Um rapaz chamou-a e lhe disse que a filha estava chorando. Bêbada, foi ao seu quarto e achando que fosse o choro da criança por causa de fome, procurou amamentá-la. Devido ao seu estado, não conseguiu sequer tirar o vestido, rasgou-o e procurou amamentar a filha.¹⁶⁴

Como qualquer mãe diante do choro do filho, Ana procurou saciar-lhe a fome, oferecendo seu seio, mesmo não estando sóbria. Portanto, o seu estado de embriaguez levou à fatalidade: a morte de sua filha por asfixia. A prostituta, que teve sua fotografia reproduzida no jornal com uma fisionomia de tristeza, com as lágrimas rolando pela face, foi descrita como “a infeliz mulher, que nem sequer sabe os nomes de seus pais.”¹⁶⁵ No entanto, ela não era tão sozinha, pois tinha uma irmã que morava também na Zona Boêmia, a quem recorreu quando constatou o óbito da filha.¹⁶⁶ Levada a julgamento, Ana foi absolvida.

Longe da Zona Boêmia, no bairro *Granbery*, região central da cidade, num apartamento e não em um simples quarto de “pensão”, poucos meses depois, desenrolou-se o drama de outra mulher: Maria, solteira, 31 anos, deu à luz sozinha a uma menina “apresentando feições lindas” (a reportagem reproduziu a fotografia da criança morta), durante a madrugada. Quando a criança começou a gemer e demonstrar sinais de vida, a mãe rotulada pela reportagem como “desnaturada” atirou-a pela janela do quarto de seu irmão, onde deu à luz por estar o cômodo vazio.¹⁶⁷

A infanticida, com o olhar cabisbaixo e braços cruzados – em uma fotografia que revelou uma mulher com a aparência de mais idade do que tinha –, diante das pistas encontradas pelos policiais, ou seja, rastros de sangue que apontavam para a janela de seu apartamento, a princípio negou tudo recriminando “a pessoa” (entre aspas no jornal) “que praticara semelhante monstruosidade”. Depois confessou o crime e contou sua história: fazia 15 anos que foi “desonrada” em um escritório do pai de seu sedutor.¹⁶⁸ O pai da criança, no

¹⁶³ DRAMA no prostíbulo! Embriagada, dormiu sobre a filha. Ao acordar, procurou beijá-la. Era tarde: ela estava fria... morta. *Diário da Tarde*, 11 jan. 1964, p. 6. Outros infanticídios cometidos na Zona Boêmia serão tratados no capítulo 6: *Os corpos das “filhas de Eva”*, item: 6. 3. As “Operárias da Noite”.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ EMBRIAGADA, a mulher matou a filhinha de um mês. *Diário da Tarde*, 4 jan. 1964, p. 6.

¹⁶⁶ Ana era uma prostituta muito conhecida nos meios policiais pelos furtos que praticava em seus clientes, uma especialista no conto do “suadouro” e do “balão apagado”, que lhe rendeu várias prisões. Cf. BALÃO apagado dá cadeia a duas prostitutas. *Diário da Tarde*, 28 jan. 1971, p. 8. ANA, a “rainha do suadouro” foi presa outra vez em JF. *Diário da Tarde*, 13 mar. 1971, p. 8.

¹⁶⁷ MÃE dá à luz e mata filha minutos depois, jogando-a de um 3º andar em terreno alheio. *Diário da Tarde*, 29 jul. 1964, p. 6.

¹⁶⁸ Idem.

entanto, era João com quem namorava fazia quase dois anos e se encontrava em uma casa no bairro Megiollario (atual bairro Nossa Senhora Aparecida). Uns seis encontros resultaram na gravidez ocultada de todos os familiares (favorecida pelo seu porte físico). Diante da possibilidade de ser descoberta, devido ao choro da criança, Maria, “perturbada”, jogou-a pela janela e procurou apagar as pistas do crime.¹⁶⁹

O drama de Maria, a mulher que não suportou ser mãe solteira, aos 31 anos, expresso em seu rico depoimento, ofereceu pistas para a compreensão da situação das “desonradas” no início da década de 1960, no contexto de uma cidade interiorana mineira. Ainda jovem Maria foi seduzida e “esse mau passo”, como se dizia na época, a condenou a não ter uma “vida honesta”, ou seja, um namorado que a visse como futura esposa. Maria fez questão de enfatizar seu passado de “desonra”. O namoro com João, pai da criança por ela morta, tinha intimidades remetendo à idéia de que uma vez “perdida” nunca mais se recuperaria.

Anos depois, o Júri Popular aceitou as duas teses (uma por 4 a 3 e outra por 7 a 0) apresentadas pelo advogado de defesa da ré, “dentro do crime de infanticídio, que para ser cometido torna-se necessário que a mulher tenha agido sob o estado puerperal, espécie de psicose que ocorre por ocasião do parto, ou minutos após o mesmo”, absolvendo Maria do crime de infanticídio.¹⁷⁰

Outro caso de infanticídio que ganhou repercussão em 1964 demonstrou que a sexualidade das viúvas, assim como a das solteiras era um ponto delicado. Envolver-se em casos amorosos podia ferir a reputação de mulheres pertencentes a esses estados civis. A atitude de desespero de Elza, parda, viúva, 36 anos, mãe de cinco filhos, residente em Retiro, bairro afastado do centro da cidade, que enterrou a criança do sexo feminino a quem deu a luz sozinha, pois tinha experiência, demonstrou a situação das viúvas. A polícia desconfiou do depoimento da mulher que disse que a criança nasceu morta e “para evitar comentários” enterrou-a, mas como a cova era muito rasa cachorros desenterraram o corpo.¹⁷¹

As narrativas de partos solitários e rápidos foram observadas por Joana Maria Pedro em seus estudos sobre mulheres que buscavam ocultar a gravidez, geralmente solitárias, como as viúvas, as solteiras e as empregadas domésticas provenientes de áreas rurais, que residiam nas casas dos patrões. Embora essas mulheres negassem a cumplicidade de outras pessoas no seu ato, uma vez que as penas para os cúmplices no infanticídio eram superiores às aplicadas às gestantes, segundo os Códigos Penais de 1890 e 1940, Joana M. Pedro salienta que: “A

¹⁶⁹ MÃE dá à luz e... (cont.) *Diário da Tarde*, 29 jul. 1964, p. 5.

¹⁷⁰ JÚRI absolveu mulher acusada de infanticídio. *Diário da Tarde*, 20 dez. 1968, p. 8.

¹⁷¹ ABORTO simples, aborto provocado, ou infanticídio. *Diário da Tarde*, 10 set. 1964, p. 5.

semelhança da composição da narrativa sugere solidariedades e cumplicidades com parentes e amigas.”¹⁷²

Outra questão importante levantada por Joana M. Pedro é como as mulheres que narraram partos solitários construíram um tipo de representação do corpo feminino, produtor de múltiplos produtos, além de um bebê. Portanto, não se representaram como infanticidas, pois se desfizeram de “excrementos” ou “secreções” e não de um filho: “Essas mulheres não reconhecem que tiveram uma gestação, pois a esconderam; não reconhecem que tiveram um parto: foi rápido demais; não reconhecem que tiveram um filho: atiraram o produto de seu corpo na fossa ou em outro lugar qualquer.”¹⁷³

Em muitos detalhes as narrativas construídas pelas mulheres acusadas de infanticídios em Juiz de Fora nos anos de 1960 e 1970 captadas pelos jornais se assemelharam com as pesquisas de Joana M. Pedro.

A história da menor M. E. M., de 17 anos, residente na Vila Santa Rita de Cássia, região pobre da cidade, que deu à luz a um feto de sete meses e o jogou na fossa serve como primeiro exemplo. Os vizinhos suspeitaram do ato criminoso porque a jovem em estado adiantado de gravidez apareceu de repente como já tivesse dado à luz sem, no entanto, aparecer com a criança. A jovem afirmou que a criança nasceu morta e livrou-se dela jogando-a na fossa nos fundos do quintal e justificou seu ato alegando que seu pai a induzira a enterrar o feto dizendo-lhe: “Quebra o galho aí na fossa mesmo.”¹⁷⁴

Os terrenos baldios, riachos, córregos e o Rio Paraibuna eram locais usados para as mulheres se desfazerem dos “produtos de seus corpos”.¹⁷⁵ A cobertura jornalística do carnaval de 1966 ofuscou a notícia de um infanticídio praticado por uma viúva, com apenas 24 anos de idade, no bairro de Linhares, na Zona Leste. A criança do sexo masculino, a quem Maria dera à luz sozinha foi atirada em um riacho que corta o bairro. Em 1968, Maria foi absolvida, por 6 a 1, pois os jurados reconheceram que a ré agiu em “estado puerperal”.¹⁷⁶

O Rio Paraibuna era um local muito usado para as mães que queriam livrar-se de seus filhos recém-nascidos. Uma reportagem de outubro de 1968 informou sobre a “descoberta macabra” feita por mulheres que foram buscar água no Rio Paraibuna: um corpo de um recém-nascido. A notícia esclareceu que o corpo era o quarto encontrado no ano no Rio

¹⁷² PEDRO, Joana M. “As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio – século XX.” In: MATOS, Maria Izilda S. de.; SOIHET, Rachel.(orgs) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. pp. 157-176. p. 164.

¹⁷³ Idem, p. 165.

¹⁷⁴ MENOR joga feto na fossa. *Diário da Tarde*, 8 jan. 1969, p. 8.

¹⁷⁵ Um corpo de criança recém-nascida (dois dias) foi encontrado em um terreno baldio, com sinais de asfixia. Cf. RECÉM-NASCIDA é encontrada morta. *Diário Mercantil*, 27 mar. 1975, p. 6.

Paraibuna, sendo os outros três localizados nas grades da Usina Quatro. Os corpos encontrados no rio traziam dúvidas à polícia no enquadramento do crime: aborto espontâneo, aborto provocado, infanticídio ou parto natural no qual a criança nasceu morta. Assim, esses casos passavam para o arquivo como insolúveis, pois os investigadores não conseguiam encontrar os autores.¹⁷⁷

A facilidade de absolvição seria um fator que contribuiu para tantos infanticídios? A lei protegia as infanticidas por considerar o período pós-parto suscetível às alterações comportamentais e psíquicas na mãe. A reportagem do *Diário Mercantil* informou aos leitores sobre a diferença entre o homicídio contra crianças e o infanticídio. O que caracteriza o infanticídio é “que a morte da criança seja praticada por sua própria mãe, logo após o parto e estando em estado puerperal, ou seja, uma espécie de “febre” que a medicina diagnostica como ‘eclampsia’”.¹⁷⁸ E prosseguiu a matéria, esclarecendo sobre a “febre” que “produz uma ‘convulsão’ com perda mais ou menos completa da inteligência e da sensibilidade.”¹⁷⁹ Dessa forma, os demais casos de assassinatos de crianças são considerados homicídios.

A influência do estado puerperal foi a justificativa para o crime cometido por uma empregada doméstica de 27 anos. Sua vida era parecida com a de muitas mulheres que moravam em seus empregos e acompanhavam os patrões nas horas de lazer da família: foi passear com seus patrões na cidade vizinha de Simão Pereira, onde conheceu Sebastião e enamorou-se do rapaz. O namoro “firme” levou o rapaz a mudar-se para Juiz de Fora onde se empregou em uma indústria têxtil. Meses depois, descobriu que estava grávida e pensou em um aborto, mas o namorado convenceu-a a ter a criança, que juntos criariam. Os planos do casal foram interrompidos pelo desemprego de Sebastião, que foi obrigado a mudar-se para a cidade de Serraria (atual Levy Gasparian, no estado do Rio de Janeiro). Em 24 de maio de 1968, Antônio “sentiu que chegara o momento de ser mãe” e como¹⁸⁰

Vivia em casa de patrões, em um quarto de empregada. Ali às escondidas, deu à luz e ato contínuo estrangulou o filho, embrulhando-o, a seguir, num pedaço de plástico e jornais velhos e colocando o macabro embrulho dentro do guarda-roupa, a espera de uma oportunidade de desfazer-se dele.¹⁸¹

O corpo da criança provocou mau cheiro no quarto o que chamou a atenção de uma colega da mulher, que ao procurar o motivo do forte odor, se deparou com “o embrulho e

¹⁷⁶ TRIBUNAL absolveu a ré por 6 a 1. *Diário da Tarde*, 14 jun. 1968, p. 6.

¹⁷⁷ RECÉM-NASCIDO jogado no rio Paraibuna. *Diário da Tarde*, 8 out. 1968, p. 6.

¹⁷⁸ JÚRI verá mãe que matou filho. *Diário Mercantil*, 16 fev. 1971, p. 6.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem.

horrorizada ouviu de Antônia que aquilo ‘parecia um leitãozinho’”.¹⁸² A exclamação da doméstica remete aos estudos de Joana M. Pedro, seu corpo produzira uma “coisa” que não era um novo ser humano, mas um “animalzinho”.¹⁸³ A polícia foi chamada pelo filho da patroa que ouviu a conversa entre Antônia e sua colega. A história de Antônia assemelhou-se com as ocorridas no início do século XX, que foram analisadas por Rachel Soihet, nas quais várias mulheres que praticaram o infanticídio foram obrigadas a esconder a “prova” do crime na casa dos patrões e a descoberta do crime foi feita por colegas da infanticida.¹⁸⁴ No julgamento, Antônia foi absolvida por 5 a 2 do delito de infanticídio a ela imputado, por livrar-se do fruto de um “namoro clandestino”.¹⁸⁵

Além dos infanticídios, os crimes cometidos por mulheres contra uma “vítima substituta” provocam grande comoção na sociedade. Esse tipo de crime foi explicado por Rosemary de O. Almeida da seguinte forma:

O desvio da violência, nessa perspectiva, ocorre em muitos casos de violência em que se ataca uma vítima substituta para se vingar de um crime cometido pelo inimigo, como uma *válvula de escape*, em que se busca saciar parcialmente o desejo de vingança. A vítima alternativa é um objeto fácil de vingança, pelo fato de ser *vulnerável e de estar passando a seu alcance* (...). Vulnerável como uma criança. [Grifos no original].¹⁸⁶

A cidade estava agitada nos dias que antecederam o movimento civil-militar de 1964. As notícias das presenças de líderes tidos como comunistas – como Miguel Arraes – em um evento no Cine Popular provocavam polêmicas.¹⁸⁷ Em meio ao clima político tenso, as notícias do julgamento de “Beatriz” ganharam as páginas do *Diário da Tarde* devido à barbaridade do crime, considerado “um dos casos de maior repercussão” em 1963.¹⁸⁸ Nesse crime a mulher atentou contra a vida de uma “vítima substituta” para alcançar o intento de atingir seu companheiro, de quem que nutria ciúme doentio. O ato cometido pela assassina - que na foto publicada no jornal escondeu o rosto com uma das mãos - conhecida pelo apelido de “Beatriz Franco” foi lembrado na reportagem: “para levar a cabo sua monstruosidade, perfurou com o alfinete [de fralda] a ‘moleira’ da criança, que teve morte quase imediata.”¹⁸⁹

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Cf. PEDRO, Joana M., 2003, p. 165.

¹⁸⁴ SOIHET, Rachel, 1989, p. 346-366.

¹⁸⁵ Cf. TRIBUNAL absolveu ré que matou filho. *Diário da Tarde*, 11 mar. 1971, p. 8. JÚRI absolveu acusada de infanticídio: 5 X 2. *Diário Mercantil*, 11 mar. 1971, p. 6. CONHEÇA os casos dessa periódica do Júri que absolveu quase todos. *Diário da Tarde*, 15 mar. 1971, p. 8.

¹⁸⁶ ALMEIDA, Rosemary de O., op. cit., p. 59.

¹⁸⁷ Cf. capítulo 2: *As bravas guardiãs dos lares e da Pátria*.

¹⁸⁸ BÁRBARA assassina de Chácara será submetida a julgamento amanhã. *Diário da Tarde*, 16 mar. 1964, p. 6. Atualmente Chácara é um pequeno município emancipado, mas foi um distrito pertencente a Juiz de Fora.

¹⁸⁹ Idem.

O julgamento foi adiado e quando ocorreu, teve a duração de dois dias e a assassina foi condenada a 18 anos de reclusão, por 6 a 1.¹⁹⁰

Quais fatores contribuíram para a condenação de “Beatriz”? A reportagem traçou o perfil de “Beatriz” uma mulher que abandonou o marido em São Paulo e veio para Juiz de Fora com seu filho pequeno, onde passou a “levar uma vida irregular”, até conhecer seu amante com quem foi viver em Chácara. Uma senhora passou a cuidar do filho de “Beatriz”, que foi morar em companhia de seu amásio e de uma filha do mesmo (fruto do relacionamento com outra amante), que na ocasião do crime estava com 3 meses.¹⁹¹

No caso de “Beatriz”, o noticiário ressaltou a frieza da mulher com os relatos: “Na noite citada, movida pelo ciúme, planejou dar cabo da criança.” ou “A assassina tentou encobrir o crime, fez encenações com o propósito de que acreditassem que a morte da criança havia sido natural.”¹⁹² Ao contrário de Ana (a mãe meretriz), de Maria e de Antônia (as mães solteiras) ou de Elza (a mãe viúva), “Beatriz” não era a mãe da criança. No seu ato os jurados não encontraram atenuantes para o homicídio, pois não se tratava de infanticídio. O crime qualificado como infanticídio é aceito “menos como crime e mais como perturbação psíquica, ocasionada pelo período do parto e pós-parto, acrescida das condições sociais desfavoráveis: mãe solteira, pobre, dependente...”¹⁹³ A homicida de Chácara agiu com frieza e transgrediu a condição cultural das mulheres, pois ao assumir os cuidados da criança junto ao seu companheiro, deveria protegê-la como se sua mãe fosse.¹⁹⁴

Algumas tentativas de mulheres matarem seus filhos não tiveram sucesso pela intervenção de vizinhos e da polícia. Assim ocorreu com Irani de tal, 30 anos, tida como doente mental, que tentou sufocar seu filho de dois meses de idade.¹⁹⁵ Outra mulher, Joana, 22 anos, que justificou seu ato pelo choro insistente da criança e seu nervosismo, tentou enforcar o filho de 5 anos usando um lenço de renda, mas as intervenções de uma vizinha, de seu irmão e de um policial evitaram a morte da criança.¹⁹⁶ No ano seguinte, Joana foi julgada e acusada de tentativa de homicídio qualificado, porém o crime foi desclassificado para “colocar a vida de terceiro em perigo”, sendo a ré condenada a dez meses de detenção, mas obteve a liberdade, mediante o benefício do “*sursis*”.¹⁹⁷

¹⁹⁰ A assassina de Chácara foi condenada a 18 anos de prisão. *Diário da Tarde*, 19 mar. 1964, p. 6.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ ALMEIDA, Rosemary de O., op. cit., p. 60.

¹⁹⁴ Idem, p. 56.

¹⁹⁵ TENTOU sufocar o filho de 60 dias. Esteve detida por algumas horas. Polícia promoverá internamento. *Diário da Tarde*, 28 dez. 1965, p. 6.

¹⁹⁶ EIS a fúria da mãe estrangulando filho. *Diário da Tarde*, 22 jul. 1970, p. 8.

¹⁹⁷ CONHEÇA os casos dessa periódica do Júri que absolveu quase todos. *Diário da Tarde*, 15 mar. 1971, p. 8.

Em alguns casos, os pais se envolveram em homicídios contra bebês, como no ocorrido em junho de 1968 no subúrbio do Retiro, onde o “casal impiedoso” foi indiciado pelo assassinato de um recém-nascido.¹⁹⁸ O pai, inconformado pelo nascimento de mais um filho, por ocasião do parto, puxou o “recém-nascido pelas pernas arrebatando o cordão umbilical e em seguida atirou o corpo em um esgoto.”¹⁹⁹

As punições para os homens que mataram seus filhos eram mais severas do que as imputadas às mulheres, como ocorreu com Sebastião julgado e condenado por 5 votos a 2 a um ano e seis meses por homicídio culposo, com acréscimo de seis meses. Por ser réu primário e de bons antecedentes, Sebastião obteve o “*sursis*” (livramento condicional).²⁰⁰ O que levou o homem de “bom comportamento” a tornar-se autor de um crime que abalou a cidade, a ponto da imprensa considerá-lo como um “monstro”? A história de Sebastião, não teve a participação direta da sua mulher, mas indiretamente ele culpou-a pela tragédia, pois ela que sofria das “faculdades mentais” tinha o “costume de vagar pela cidade por tempo indefinido”.²⁰¹ No dia do crime, a mulher sumiu e em vão ele a procurou. Parou em alguns bares e bebeu. Ao chegar em casa, pela madrugada, cuidou do filho de oito meses dando-lhe mamadeira, mas diante do choro da criança aplicou-lhe palmadas. Porém como o menino não parou de chorar ele “pegou uma escova de roupa e bateu com ela por várias vezes até que o choro parasse.”²⁰² Bêbado e cansado, dormiu e somente no dia seguinte percebeu que a criança estava sem vida. O velório foi providenciado pelo pai, mas a madrinha do menino que o havia criado por alguns meses, devido a falta de recursos da família e sabia que o mesmo tinha muita saúde estranhou a morte e comunicou o fato à Polícia, que prendeu Sebastião.²⁰³ Os relatos dos fatos demonstraram que a mãe do menino era uma figura ausente, que não cumpria com os deveres da maternidade, talvez motivadas por problemas mentais, sendo necessária a intervenção da madrinha a quem a criança ficou temporariamente aos cuidados e do pai.

Os estudos acerca da violência doméstica centrados nos crimes ocorridos entre casais, como pontua Daniela M. Feriani têm como lacuna os crimes entre filhos e pais.²⁰⁴ Nesse grupo de violência geracional entre filhas e genitores, as brigas que terminaram em homicídios foram em número reduzido. Dois casos servem para ilustrar esse grupo de

¹⁹⁸ RECÉM-NASCIDO foi assassinado pelo casal impiedoso. *Diário da Tarde*, 4 out. 1969, p. 7.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Cf. TRIBUNAL ontem julgou homem que matou filho. *Diário da Tarde*, 6 mar. 1971, p. 8. CONHEÇA os casos dessa periódica do Júri que absolveu quase todos. *Diário da Tarde*, 15 mar. 1971, p. 8.

²⁰¹ MATOU com escovadas um filho de oito meses. *Diário da Tarde*, 25 nov. 1969, p. 8.

²⁰² Idem.

²⁰³ Ibidem.

assassinadas. No primeiro, ocorrido em 1964, Guiomar, 32 anos, casada, residente em um barraco no bairro Vitorino Braga, após uma discussão, desferiu duas facadas que mataram seu pai, o catador de papel Juscelino, 58 anos, viúvo, residente na Vila São Benedito. O crime ocorreu na Avenida Rio Branco, sendo presenciado pela filha da homicida, uma menina de sete anos. A justificativa dada pela assassina foi a de que queria aplicar um “corretivo” no seu pai, “porque ele não estava se portando bem ultimamente.”²⁰⁵ A mesma desculpa Guiomar deu no ano anterior quando armada de faca tentou contra a vida de dois meninos, chegando a atingir um deles, pelas costas, mas o crime foi desclassificado e ela posta em liberdade.²⁰⁶ Enquanto se encontrava presa à espera de julgamento Guiomar voltou às páginas policiais por ter agredido violentamente a pauladas um homem de São Paulo, preso por embriaguez e por tentar “passar a mão nas moças” na rua, que se “engraçou” para o seu lado.²⁰⁷

No segundo caso, ocorrido em uma residência na Avenida Sete de Setembro, no centro de Juiz de Fora, a mãe embriagada discutiu com a filha, apresentada pela reportagem como Vera, solteira, “mas” com dois filhos. A vítima, devido ao estado de embriaguez, ameaçou matar a neta, armando-se de uma vassoura, mas a filha tomou-lhe e começou a surrá-la com o cabo. A irmã de Vera tentou apartar a confusão, mas a mãe caiu e feriu-se ao bater a cabeça no meio fio. Com o óbito da mãe, Vera foi indiciada pelo crime de lesão corporal, seguida de morte.²⁰⁸ A vida de Vera ilustrou a de muitas mulheres que dividiam a casa com sua mãe, sendo mãe solteira, situação que a reportagem frisou usando o “mas” com filhos, convivia com agressões e a bebedeira da mãe, até que se voltou contra a mesma.

Ao passo que os homens que atentaram contra as vidas de suas mulheres utilizaram como justificativa jurídica a legítima defesa da honra, não escrita na lei, mas presente nos discursos de advogados e promotores, o que conferiu à estratégia “um efeito real”, a tese mais usada na defesa de agentes de tentativa ou de homicídios contra seus maridos foi a legítima defesa da vida e/ou da integridade física.²⁰⁹ Como analisa Daniela M. Feriani os crimes femininos são encaixados na esfera biológica de necessidade e sobrevivência, assim a ação se torna reação (secundária e instintiva), a mulher não é ré e sim vítima. Portanto, os agentes do

²⁰⁴ FERIANI, Daniela M., op. cit., p. 2-3.

²⁰⁵ A mulher, débil mental, assassinou o pai a facadas. *Diário da Tarde*, 15 dez. 1964, p. 6.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ MULHER débil mental e assassina perigosa quase mata mais um dentro da Delegacia. *Diário da Tarde*, 13 mar. 1965, p. 6.

²⁰⁸ FILHA que espancou mãe será julgada por homicídio. *Diário da Tarde*, 20 jul. 1970, p. 5.

²⁰⁹ FERIANI, Daniela M., op. cit., p. 7 e 11.

judiciário retiram a racionalidade do crime feminino: a mulher mata num momento de desespero.²¹⁰

Nem sempre amadas... Mas que amaram muito... Assim podem ser resumidas as representações traçadas pelo *Diário da Tarde* e *Diário Mercantil* para as mulheres que protagonizaram as páginas policiais como vítimas ou agentes de agressões e crimes. Por amor suportaram humilhações, mas também revidaram. Romperam muitas vezes com a propalada passividade feminina ao sentirem ciúmes ou vingarem o abandono sofrido, tornando-se assassinas. As mulheres que romperam com o papel de mães, considerado natural e uma dádiva, receberam representações negativas, pois o “instinto materno” deveria prevalecer acima de qualquer perigo ou situação.

²¹⁰ Idem, p. 12.

CAPÍTULO 6 – OS CORPOS DAS “FILHAS DE EVA”¹

Essa delicadeza é que torna as mulheres inquebrantáveis, lâminas de puro aço. Resistiram assim, durante séculos, à opressão, ocupando as mãos e aguçando sua inteligência. Assim Penélope resistiu à brutalidade de seus pretendentes. Nossa maneira de viver, hoje, é outra. (Rachel Jardim. *O Penhoar Chinês*, p. 120)

6.1. SOB AS BÊNÇÃOS DE VÊNUS

As notícias e as imagens divulgadas no *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde* ao longo do período estudado apontaram para uma mudança de padrões estéticos e de valores. As páginas dos mencionados periódicos juizforanos da primeira metade de 1960 mostraram imagens femininas pudicas, tanto em cenas cotidianas, quanto em festas que permitiam uma evasão maior como o carnaval. Nos fins de 1960, as mudanças são percebidas nas imagens de mulheres jovens com trajes sumários e poses insinuantes que ilustraram algumas páginas do *Diário da Tarde*. As transformações não pararam e nos anos de 1970, fotografias de mulheres em atitudes mais ousadas são observadas em coberturas de carnavais e nas programações cinematográficas que divulgaram os filmes da pornochanchada.

O discurso sobre o corpo adquiriu novos contornos a partir dos anos 50 e 60 do século XX e aprofundou-se nos anos 70. Em seu trabalho, Núcia Alexandra de S. de Oliveira constatou o papel desempenhado pela imprensa na construção de um ideal de beleza e de cuidados com corpo, assim como na propagação de que “modificar o corpo era não só possível, mas também necessário.”² A autora verifica a importância da “boa aparência” para ambos os sexos, nas décadas de 1950 e 1960, mas com o reforço das diferenças de gênero: a beleza da mulher estava atrelada à delicadeza e graça de sua feminilidade e a do homem à distinção e masculinidade do conquistador.³

O corpo, dado cultural, que se tornou objeto de consumo devido aos cuidados impostos pelos padrões sociais e motivo para o consumo de cosméticos, roupas, acessórios, ginásticas e cirurgias, continuou sendo alvo de repressão. A virgindade ainda era valorizada,

¹ A expressão “Filhas de Eva” foi citada por Fábio Franzini, sendo que o autor a retirou de uma crônica sobre o futebol feminino na *Folha da Manhã*. Cf. FRANZINI, Fábio. “Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 50, 2005. pp. 315-328. p. 319.

² OLIVEIRA, Núcia Alexandra S. de. *Corpo, beleza e gênero: rupturas e continuidades na instituição de diferenças entre homens e mulheres. Uma leitura a partir da imprensa (1950-1980)*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2005. p. 11.

³ Idem, p. 44-46.

embora vozes de vanguarda como os *hippies* pregassem o amor livre. O livro “Sexo e Virgindade” do Dr. Hernani de Irajá é um exemplo da preocupação com a questão, sendo que o mesmo foi elaborado com base em uma consulta encaminhada ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Guanabara, em 1969, que girou em torno de em três questões acerca da “virgindade perdida” formuladas pelo médico, a saber:⁴

1- “Tem a paciente ou a moça, que solicita cuidados médicos, direito ou não de pretender restauração da membrana himenial destruída por inadvertência sua, doença ou acidente?”; 2- “É ou não permitido ao especialista tentar a reconstrução da dita membrana?”; 3- “A proibição de o médico procurar satisfazer os desejos da consulente não poderá conduzi-la a prática de suicídio, ou a tragédia da família?”⁵

O parecer emitido pelo Professor Dr. Hélio Gomes, em nome do Conselho de Medicina do Estado da Guanabara, às questões formuladas pelo Dr. Hernani, resumidamente foi o seguinte: a resposta à primeira pergunta foi “não”; à segunda questão foi respondido, que se a ruptura da membrana se deu por conjunção carnal a intervenção seria ilícita, em outras circunstâncias era permitida a cirurgia, desde que documentada; e por fim, à terceira questão a recomendação foi o encaminhamento a um psiquiatra da suposta paciente, que venha a pressionar o médico a realizar a reconstituição do hímen.⁶

Coincidentemente, no mesmo ano da publicação do livro do Dr. Hernani, a crônica “Um simples sonho de mulher”, que Raimundo de Oliveira publicou no *Diário da Tarde* narrou a história de uma jovem noiva que costurava roupas dos fregueses, dia e noite, a fim de conseguir dinheiro para se submeter a uma cirurgia reparadora de hímen em São Paulo.⁷ A personagem da crônica, que foi estuprada aos 16 anos por um bando de marginais, conseguiu seu intento e na noite de núpcias demonstrou felicidade ao realizar o sonho de ser possuída pelo marido, como se virgem ainda fosse.⁸

A virgindade continuou a ser um tabu. A declaração - “A virgindade já era.” - dada pela cantora Cláudia Barroso, considerada a “porta-voz das amadas-amantes”, em 1972, teve repercussão nos setores moralistas da sociedade que consideraram a afirmativa uma agressão às famílias brasileiras, como observou Paulo César de Araújo.⁹

⁴ IRAJA, Hernani de. *Sexo e Virgindade (Reconstituição da Virgindade Física)*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1969.

⁵ Idem, p. 12-13.

⁶ Ibidem.

⁷ OLIVEIRA, Raimundo de. Um simples sonho de mulher. *Diário da Tarde*, 24 jul. 1969. Simplesmente Vida..., p. 2.

⁸ Idem.

⁹ ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005. p. 170.

Apesar da virgindade ainda se constituir em um valor que deveria ser preservado, os jornais locais foram, gradativamente, dedicando espaços às matérias jornalísticas analisando assuntos como: o sexo na educação formal, a sexualidade e o erotismo, como ocorreu em maio de 1970, com duas reportagens que trataram dessas temáticas.

A primeira dessas matérias com o título “Erotismo: obsessão de nossos dias”, ilustrada com fotos de cinco mulheres jovens em poses insinuantes, refletiu sobre a questão histórica da nudez e concluiu que nos anos 60 houve uma mudança na utilização do nu, que passou a ser “matéria erótica” ou “forma de atração pública.”¹⁰ **(Anexo 25)** De acordo com o texto jornalístico, em meio aos avanços tecnológicos que alcançavam “as raias do inverossímil” o nu se apresentava como uma grande explosão sexual, que estava sendo considerada, por psicólogos e sociólogos, como a grande revolução da época.¹¹ O texto, que atentou para a possibilidade do uso indevido de imagens de nudez por parte de empresários inescrupulosos com o objetivo de obter maiores lucros, enfatizou que era necessária “uma coibição em massa nesse sentido no Brasil.”¹² E informou sobre as divergências, notadamente nas cidades interioranas, entre aqueles que eram contra a nudez e os que a defendiam (inclusive com a criação de campos de nudismo) e concluiu que proibi-la não seria a solução, pois a proibição era coisa do passado.¹³

A outra matéria, em meio às imagens de três jovens de biquíni, sendo que uma delas não usava o *soutien*, intitulada “Sexo: esse desconhecido” editada no mesmo mês da citada no parágrafo anterior, reiterou alguns pontos da primeira e acrescentou outros. Junto às imagens foi feito o questionamento: “Sexo é consumo diário para milhões de pessoas. Até onde pode chegar essa exploração?”¹⁴ **(Anexo 26)** O texto constatou que uma onda de erotização varria o mundo trazendo consigo a liberdade sexual e informou como os países estavam se posicionando diferentemente em relação ao fato: a liberalização nos países escandinavos (a Dinamarca que realizava II Exposição Mundial da Pornografia); legislações moderadas em outras partes do mundo e no Brasil existiam “medidas excepcionais” para coibir a “corrupção moral”.¹⁵ Por seu turno, a Igreja Católica considerando que a erotização atingira graus de epidemia exortava os cristãos a uma reflexão sobre o tema.

A reportagem estabeleceu uma relação entre a sociedade de consumo e o crescimento da erotização, onde a boa vendagem de uma revista estava atrelada à mesma ter certa

¹⁰ EROTISMO: obsessão de nossos dias. *Diário da Tarde*, 6 mai. 1970, p. 7.

¹¹ Idem.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

¹⁴ SEXO: esse desconhecido *Diário da Tarde*, 25 mai. 1970, p. 5.

dosagem de apelo sexual. A sociedade seria a responsável pela quebra inevitável de valores tradicionais e a matéria jornalística insinuou: “Se há uma revolução sexual em marcha, com a evolução radical dos costumes e novo modo de encarar a sexualidade, só o tempo dirá.”¹⁶

A matéria utilizou as idéias do sociólogo francês Edgar Morin para desvendar as relações publicidade-erotismo. Segundo a matéria, para o mencionado sociólogo cada vez mais produtos com fins não eróticos eram anunciados com imagens eróticas: pernas levantadas, lábios entreabertos, peitos estufados, ou seja, “operou-se uma espantosa conjunção entre o erotismo feminino e o próprio movimento do capitalismo moderno, que procura[va] estimular o consumo.”¹⁷ Ainda com base no pensamento de Morin a reportagem assinalou que as imagens mais fortemente erotizadas se encontram em publicidade dos produtos de beleza que se destinavam diretamente às mulheres consumidoras, a fim de lhes propor conquistas e vitórias.¹⁸ E concluiu: “É para submeter que a mulher se submete ao ideal de sedução e aos figurinos-modelos do erotismo padronizado.”¹⁹

A reportagem que indagou se havia uma revolução sexual em marcha terminou com a apresentação de dados que demonstraram mudanças no comportamento sexual feminino:

Proporção de moças com experiência sexual antes do casamento: na Suécia, 25% das jovens de 20 anos não são virgens; na Inglaterra, 24% das jovens com 19 anos já tiveram experiência sexual, o mesmo acontecendo com 4% das moças de 15 anos; na Alemanha, 50% das jovens de 21 anos já tiveram contatos sexuais. No Rio de Janeiro, que não pode ser tomado como regra para o Brasil, calcula-se que entre mil jovens com idade entre 18 e 21 anos, 12,8% já tiveram relações sexuais.²⁰

O interessante nessas duas reportagens que tratam do erotismo e do sexo analisadas anteriormente foram as imagens utilizadas para ilustrá-las, uma vez que as mesmas haviam sido publicadas entre o segundo semestre de 1968 ao primeiro semestre de 1969, no *Diário da Tarde*. Esse jornal que editou no mencionado período fotografias de mulheres trajando maiôs, biquínis completos ou sem a parte superior, nuas encobertas com almofadas e outros objetos/tecidos em poses sensuais e legendadas por comentários de duplo sentido.

O início da publicação das imagens sensuais de mulheres em 5 de outubro de 1968 coincidiu com momentos conturbados do governo Costa e Silva, isto é, em meio às notícias de greves como em Contagem e as agitações estudantis em várias partes do país, que culminaram

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ Ibidem.

com a prisão de estudantes no XXX Congresso da UNE em Ibiúna.²¹ Em uma reportagem, o *Diário da Tarde* informou que as 23 estudantes presas em Ibiúna, que estavam no Depósito de Presos São Judas Tadeu (SP), viviam em clima de preocupação, ao contrário dos rapazes que estavam tranqüilos. As palavras de Ceci, a detenta mais antiga do Depósito de Presos, foram reproduzidas pela reportagem: “as estudantes pensam que somos criminosas e ficam com medo. Mas também somos humanas e elas não compreendem isto, e penso que sou mais feliz do que elas”.²² Por trás do pensamento da detenta entrevistada estaria embutida a idéia de que ser uma revolucionária, guerrilheira ou presa política era uma infelicidade? Talvez o olhar discriminatório estivesse partindo das presas comuns. A matéria preocupou-se em informar que as estudantes detidas após sete horas que chegaram a São Paulo almoçaram “perante todo o gabinete do secretário de Segurança e os [repórteres dos?] ‘Diários Associados’ do Rio” e frisou que a comida era farta, mas muitas esconderam os rostos durante a fotografia ou deixaram o prato pela metade.²³ Portanto, a matéria serviu de aliada ao governo no convencimento de que havia respeito e bom tratamento às detentas, mas não se preocupou com o outro lado, ou seja, o constrangimento das estudantes expostas aos olhares do aparato policial e da imprensa. **(Anexo 27)**

Retomando as imagens publicadas pelo *Diário da Tarde*, no momento marcado por tensões e a conseqüente decretação do AI-5 (Ato Institucional n. 5) em dezembro de 1968, inaugurando os “Anos de Chumbo” da ditadura no Brasil, pode-se questionar: qual o sentido dessas fotos? O público-alvo das imagens das “boas” (palavra usada pelo *Diário da Tarde* para se referir às mulheres) era o masculino, que recebia as fotos legendadas com textos cujos conteúdos faziam referências ao momento político, esportivo ou econômico e com o uso de gírias da época. No entanto, as imagens e os textos eram apelativos, valorizando uma suposta sensualidade feminina, sobretudo das mulatas. As fontes não permitem inferir se o jornal procurava desviar a atenção do público em um contexto crítico em termos políticos, mas é inegável que a utilização de tais imagens, que agradavam aos homens representou uma dessimetria entre os gêneros uma vez que o tom malicioso (e com “segundas intenções”) evidenciado pelas legendas e poses insinuantes estava em sintonia com a erotização do corpo

²¹ CONTAGEM: 7 mil em greve. *Diário da Tarde*, 2 out. 1968, p.1. BANCÁRIOS entram em greve em Curitiba. *Diário da Tarde*, 3 out. 1968, p. 1. VIOLÊNCIAS policiais contra estudantes. *Diário da Tarde*, 8 out. 1968, p.1. PAIS agora se preocupam. *Diário da Tarde*, 14 out. 1968, p.1. CESSADA a incomunicabilidade dos estudantes presos em SP. *Diário da Tarde*, 15 out. 1968, p.1. NOVAS passeatas de estudantes. Idem. UNE tinha ligações com guerrilheiros de Cuba. *Diário da Tarde*, 16 out. 1968, p. 1.

²² POR trás das grades é assim: Homens: tranqüilidade. Mulheres: preocupação. *Diário da Tarde*, 17 out. 1968, p. 3.

²³ Idem. HORA da bóia. *Diário da Tarde*, 18 out. 1968, p. 3.

feminino, em uma época em que as mulheres lutavam por direitos iguais e respeito, que o referido diário denunciou em reportagens posteriores na década de 1970. **(Anexo 28)**

O certo é que baseado no artigo 153, parágrafo 8º da Emenda Constitucional número 1 de 1969, o decreto-lei 1077 de 26 de janeiro de 1970 dispôs que não seriam “toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e bons costumes”, caracterizando o “anticomunismo doentio das Forças Armadas”, que relacionou “os atentados à moral e um eventual plano subversivo com os decorrentes riscos à segurança nacional”, como observa Maria Aparecida de Aquino.²⁴ A legislação em defesa da moral e bons costumes deve ter contribuído para que as “boas” fossem retiradas das páginas do *Diário da Tarde* em 1969, assim como para a publicação de matérias acerca dos males da erotização da sociedade.

O *Diário Mercantil* tornou explícita sua concordância com a censura prévia “para impedir licenciosidades e atentados aos costumes. Um obstáculo ao erotismo do rádio, jornal, cinema, televisão e das editoras de todo o território nacional.”²⁵ Na reportagem ganharam forças as opiniões favoráveis como a do arcebispo metropolitano Dom Geraldo Maria de Moraes Penido, que telegrafou ao presidente Médici se solidarizando com a aprovação da portaria de censura e da psicóloga dra. Elena Isabel González-Ruiz que considerou a medida do governo importante “para evitar ‘a mostra das anomalias do sexo’, pois (...) as publicações atentatórias aos costumes chegaram até a expor o homossexualismo como uma afirmação”.²⁶ A matéria informou que 80% dos compradores de livros eróticos em Juiz de Fora era do sexo feminino. Talvez esse percentual alto justificasse a preocupação da dra. Elena que estabeleceu a associação entre a frigidez feminina na idade adulta e leitura de publicações eróticas por jovens na adolescência, pois para ela: o “desgaste quase total da energia na precocidade” era fatal.²⁷

Certas atitudes e determinados valores sofreram significativas mudanças nos anos 60 e 70 do século passado, notadamente aqueles relacionados com a sexualidade e a forma de relacionamento entre mulheres e homens. O carnaval festividade popular na qual “a comida, a bebida e a sexualidade assumem enorme importância”, é um ótimo termômetro para as observações das mudanças comportamentais dos gêneros.²⁸ Rachel Soihet ressalta que no carnaval podem ser vislumbrados “o deboche, a irreverência, a subversão dos valores oficiais,

²⁴ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 64.

²⁵ A propósito da censura prévia. *Diário Mercantil*, 7 mar. 1970, p. 5.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem.

²⁸ SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 154.

a inexistência de distinção entre os atores e espectadores – que não assistem simplesmente ao carnaval, mas o vivem -, valorização do corpo, da comida, da bebida e da sexualidade.”²⁹

Os artigos especiais referentes aos carnavais se detiveram em demonstrar que a festa estava mudando radicalmente. Em geral os cronistas relembavam com saudosismo os carnavais do início do século XX e saudavam os dos novos tempos:

(...) Vivemos um carnaval, hoje, com uma nova geração. Os hábitos se transformaram, não foram os carros que se modernizaram e fizeram desaparecer o corso.

Hoje é o clube que manda, para aqueles que vão aos bailes, seguindo-se a festa das escolas de Samba, os Ranchos e os Concursos de Fantasia.

(...)

No momento, com esperanças de grande sucesso, todos os clubes da cidade (onde está o carnaval de hoje), cuidaram de tudo para que você se divirta no carnaval de seu tempo.³⁰

O autor do artigo acima constatou a mudança do carnaval de rua, com a presença das famílias, para os concorridos bailes nos clubes de Juiz de Fora, como o Olímpico, Sport, Tupi, Tupinambás, Vasco, D. Pedro II, Mariano Procópio, Bom Pastor, Círculo Militar, onde rapazes e moças se divertiam durante o Reinado do Momo.

As imagens dos carnavais dos clubes nos anos iniciais da década de 1960 revelaram que as fantasias femininas eram comportadas: colombinas, índias estilizadas trajando vestidos em linhas retas, melindrosas, cangaceiras, “escravas egípcias”, espanholas, “viúvas alegres” e outras que cobriam o corpo feminino.³¹ (**Anexo 29**) Nos anos de 1970, as fantasias foram “perdendo tecidos” e revelando gradativamente os corpos femininos: os biquínis, os *shorts* e os *tops* predominaram nas festas carnavalescas dos clubes.³²

Os jovens dos anos de 1970 questionaram o carnaval como demonstrou uma enquête realizada pelo *Diário da Tarde*, na qual os 19 entrevistados concluíram que a festa era “uma cafonice”, as escolas de samba não tinham criatividade, os clubes em Juiz de Fora cobravam caro por uma mesa, as músicas (“marchinhas”) eram antigas e os bailes terminavam cedo (seguindo às determinações deveriam encerrar às quatro horas da madrugada!).³³ Considerado

²⁹ Idem.

³⁰ CARNAVAL dentro do tempo. *Diário Mercantil*, 14 fev. 1968, p. 4.

³¹ Cf. SAMBA fez um minuto de silêncio em homenagem ao compositor Ari Barroso. *Diário da Tarde*, 12 fev. 1964, p. 1. ESTEVE magnífico o carnaval dos clubes. Idem, p. 3. O *Diário da Tarde* publicou em outras edições da semana notícias e fotos do carnaval de 1964. CARNAVAL interno de JF suplantou os anteriores. *O Lince*, fev. 1964, p. 14-15. ECOS do carnaval. *O Lince*, mar. 1964, p. 9. COLUCCI, Luiz Antônio Horta. *O Lince*, fev./mar. 1965. Nós... Os gatos, p. 6. OLIVEIRA, Adail. Carnaval não esfriou. Idem, p. 7.

³² JÚRI divulga sábado resultado do desfile. *Diário da Tarde*, 27 fev. 1974, p. 1. CLUBES. Samba, beleza e charme nos salões. Idem, p. 2. IMAGENS do carnaval na avenida. Ibidem, p. 9-12.

³³ JOVENS protestam contra as tradições do carnaval. *Diário da Tarde*, 8 fev. 1974, p. 7.

“cafona” pelos jovens, o carnaval de 1974 transcorreu em clima calmo e contou com a “a beleza e o charme da mulher juizforana”.³⁴ **(Anexo 30)**

A presença feminina nos carnavais era grande. As disputas das Rainhas do Carnaval agitavam as quadras das principais escolas de sambas e blocos da cidade. Os concursos para a Rainha do Carnaval permitiam que a beleza negra fosse exaltada. Além desses concursos, as mulheres estavam presentes nas quadras das agremiações carnavalescas participando da preparação dos desfiles e representando-as na avenida: porta-bandeiras, baianas, passistas e destaques femininos eram imprescindíveis. As mulheres também interpretavam sambas-enredos e os compunham: Heloísa conhecida como “a maior passista da cidade” interpretou o samba de Waltinho, Bené e Julieta, o escolhido pelo “Castelo de Ouro”, tradicional agremiação carnavalesca de Juiz de Fora, em 1974.³⁵

Entre as agremiações carnavalescas de Juiz de Fora, havia uma onde somente os homens podiam desfilar. Era o bloco caricato, denominado “Domésticas de Luxo”, que abria os desfiles das escolas de samba e não concorria. Os integrantes do bloco se fantasiavam de empregadas domésticas: aventais, vestidos com saias rodadas e curtas e como adereços levavam objetos do lar como espanadores ou carinhos de bebês. As “domésticas” usavam malhas pretas que cobriam o corpo e no rosto uma tinta preta com batons berrantes completavam o visual. O bloco sofreu críticas e foi acusado de ridicularizar as empregadas domésticas e, sobretudo, a mulher negra. Os dirigentes da agremiação se defenderam das acusações. **(Anexo 29 imagem 2)**

As mulheres de Juiz de Fora se preocupavam com a beleza. O “ser bela” necessitava de um aval social e reconhecimento, por isso muitas jovens empreenderam longas maratonas no intuito de ser a escolhida como miss nos diversos concursos de beleza. Os concursos de miss sempre contaram com o aval do *Grupo Associado*, como observou Leoní Teresinha Vieira Serpa em seu estudo sobre a revista *O Cruzeiro*, onde os concursos de misses recebiam ampla cobertura.³⁶

A idéia de beleza supõe uma relação de dominação. As jovens que ingressavam nos concurso de beleza aceitavam as regras de um jogo de poder. Em sua análise acerca das “Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica”, Roger Chartier observa que:

Uma tal incorporação da dominação não exclui, entretanto, afastamentos e manipulações. Como prova, de início o “efeito de beleza”. Para as mulheres, se

³⁴ JÚRI divulga sábado resultado do desfile. *Diário da Tarde*, 27 fev. 1974, p. 1.

³⁵ JOVENS protestam contra as tradições do carnaval. *Diário da Tarde*, 8 fev. 1974, p. 7.

³⁶ SERPA, Leoní Teresinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

conformar aos cânones corporais (moveis e variados, inclusive) ditados pelo olhar e pelo desejo dos homens não é somente se curvar a uma submissão alienante, mas também construir um recurso permitindo deslocar ou subverter a relação de dominação. O "efeito de beleza" deve ser entendido como uma tática que mobiliza para seus próprios fins, uma representação imposta - aceita mas que se volta contra a ordem que a produziu.³⁷

Ao buscarem representarem-se como belas, as jovens compactuavam com uma relação de poder, o que Pierre Bourdieu diz do dominado consentir com a dominação.³⁸ Os concursos de beleza, que desde o início do século XX faziam sucesso, continuaram a ser valorizados. Maria de Fátima da Cunha analisa a força desses concursos nos anos 60 e 70:

Se, por um lado, temos um exemplo tão de vanguarda e “avançado” no comportamento feminino, por outro, é possível nos depararmos também com um acontecimento que deixaria qualquer “feminista radical” muito exacerbada: os concursos de beleza feminina, definidos por alguns como **a expressão maior da identidade mulher/objeto**.

É impressionante (especialmente se pensarmos o quanto esses concursos já não têm a mesma receptividade, sendo substituídos por outros tipos de disputa de beleza) a atenção que essas competições obtinham por parte da imprensa, merecendo reportagens que se avolumavam para além de vinte páginas! Os leitores poderiam saber as medidas das candidatas em polegadas, os mexericos dos bastidores e os milhões gastos com as roupas. Com relação à vencedora, era possível conhecer particularidades da vida pessoal, desde o que ela comia no café da manhã, até toda a sua história de vida.³⁹ [Grifos meus].

Os concursos de beleza movimentavam Juiz de Fora e ocupavam grande espaço na imprensa, como ocorria em muitas cidades do Brasil. O cronista e historiador Paulino de Oliveira, em sua coluna no *Diário Mercantil* traçou um histórico sobre os mesmos:⁴⁰

A primeira Miss Brasil, se não me engano, foi eleita em 1928. Talvez um ano antes ou um ano depois. Não se falava ainda em “miss” o que se dizia era “rainha”. E a que então foi eleita, num concurso memorável, deu origem a uma canção – “Zezé Leone! Zezé Leone! Foi proclamada a rainha da beleza” – adaptada à música de um foxtrote da opereta “A dança das libélulas”. Já em 1931 a palavra “miss” estava vulgarizada. Porque a que fosse eleita participaria de outra competição, nos Estados Unidos. Então, Iolanda Pereira, eleita Miss Brasil, teve a glória de ser Miss Universo.

Muito antes, na década de 1920 e nos últimos anos da de 1910 este e outros jornais da cidade andaram promovendo concursos de beleza. Guardo na memória os nomes de várias vencedoras, que não cito, por estarem vivas, e talvez não gostem.⁴¹

A memória de Paulino de Oliveira falhou no ano da escolha de Zezé Leone, a primeira miss Brasil, eleita em 1923, mas não ao explicitar a importância que os concursos de

³⁷ CHARTIER, Roger. “Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica”. In: *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995. pp. 37-47. p. 41.

³⁸ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 8.

³⁹ CUNHA, Maria de Fátima da. “Homens e Mulheres nos anos 1960/70: Um Modelo Definido?” In: *História: Questões & Debates*, n. 34. Curitiba: Editora da UFPR, 200. pp. 201-222. p. 205.

⁴⁰ CONCURSOS de beleza. *Diário Mercantil*, 15 fev.1973. Depoimento, p. 2.

beleza ganharam desde o início do século.⁴² A escritora Rachel Jardim também destacou os concursos realizados em Juiz de Fora nos anos de 1920, “nos quais a idéia de se usar um maiô não passava pela cabeça de ninguém” e predominava o recato nos gestos e nas roupas.⁴³ Rachel Jardim observa que as fotos de meio corpo das rainhas de Juiz de Fora, de ombros cobertos, com seus rostos angelicais parecia tratarem de “um concurso de narizes.”⁴⁴

As representações das candidatas dos concursos de beleza que ocuparam as páginas dos jornais locais nas décadas de 1960 e 1970 estavam longe das fotos de meio corpo do início do século. As jovens que participavam das “maratonas da beleza” eram retratadas de corpo inteiro em fotos que foram ganhando sensualidade à medida que os anos 70 avançavam. As sorridentes candidatas à Miss Juiz de Fora 1973 foram apresentadas aos leitores usando biquínis bem ousados em relação aos das misses dos anos de 1960.⁴⁵ **(Anexo 31)**

As vencedoras dos concursos ganhavam visibilidade ao serem recebidas por políticos e participarem de eventos sociais. No entanto, como observou Maria de Fátima da Cunha, sua vida pessoal se tornava alvo de exposição pública.⁴⁶ A eleição da baiana Marta Vasconcelos a Miss Universo de 1968, que desfilou de aliança levou a imprensa a questionar se a jovem “professorinha” iria desistir do título para se casar.⁴⁷ A polêmica trouxe à cena seu pai e o seu noivo Reinaldo, considerados pela imprensa como fundamentais no destino da miss.⁴⁸

Os concursos que escolhiam as representantes da beleza feminina em Juiz de Fora eram vários e englobavam ocupações como a “Miss Comerciária” ou até o concurso da “Rainha dos Bairros”. Nessa diversidade de concursos de beleza destacou-se, nos anos de 1960, o que premiava a beleza da mulher negra. Inicialmente chamado de “Miss Escurinha”, o concurso denominou-se “Rosa Negra”, a partir de 1965.⁴⁹ O nome do concurso foi trocado

⁴¹ Idem.

⁴² FALECEU em S. Paulo, dia 1º, a primeira “Miss Brasil” – Zezé Leone, escolhida em 1923 – S. Paulo (M). *Diário da Tarde*, 4 dez.1965. Nessa edição foi noticiado: “Faleceu dia 1º nesta capital, vítima de derrame cerebral, a primeira “Miss Brasil, Zezé Leone, escolhida em 1923, quando contava com 20 anos de idade. Nascida a 1º de dezembro de 1903, Maria José Duarte Leone participou daquele concurso, promovido pela “Revista da Semana” e pelo jornal “A Noite”, processando-se a votação em todo o território nacional. Eleita, seu nome tornou-se conhecido em todo o País transformando-se – num tempo em que não se cobravam direitos por isso – em marca de sabonete, de loção, de cigarros, de “baton” e em nomes de valsas e maxixes, que eram as danças preferidas na época. Zezé Leone faleceu exatamente no dia em que completava 62 anos e o seu sepultamento teve lugar hoje, no cemitério da Ordem Terceira do Carmo, na Consolação.”

⁴³ JARDIM, Rachel; BUENO, Alexei. *Num Reino à Beira do Rio: um caderno poético*. Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2004. p. 73-74.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ JF terá sai miss-73, hoje. *Diário Mercantil*, 18 mai. 1973, p. 5.

⁴⁶ CUNHA, Maria de Fátima da, op. cit., p. 206.

⁴⁷ “MISS” Brasil é baiana e desfilou de aliança. *Diário da Tarde*, 1 jul. 1968, p. 1. MARTA continuará “Miss”-U e casamento foi adiado. *Diário da Tarde*, 25 jul. 1968, p. 4.

⁴⁸ CUNHA, Maria de Fátima da, op. cit., p. 206.

⁴⁹ MARIA Aparecida, a primeira “Miss Escurinha” de J.F. *Diário Mercantil*, 18 set. 1962, p. 1 e 3.

porque “Miss Escurinha” era patenteado pelo Grêmio 13 de maio do Rio de Janeiro. Em 1965, o concurso “Rosa Negra” promovido pelo Grêmio Cruz e Souza contou com 11 candidatas, sendo eleita Maria Bernadete da Silva Reis, de 18 anos, representante do bairro Costa Carvalho.⁵⁰ Em 1969, o *Diário Tarde* divulgou a eleição da “Tulipa Negra”, dando prosseguimento aos concursos de beleza de mulheres afrodescendentes.⁵¹

As mulheres conquistaram aos poucos o direito de disporem livremente de seus corpos, porém continuaram alvos de censura e patrulhamento ao longo das décadas de 1960 e 1970. Aquelas que ousaram, ao desqualificarem a importância da virgindade ou ao exporem seus corpos transformados pela gravidez, como fez Leila Diniz, não foram bem compreendidas pela sociedade.⁵² No jogo de poder brilhantemente disputado pela imprensa, esta tirou vantagens, ao seu modo, do novo contexto: proliferaram as imagens de mulheres exibindo seus corpos não com fins de liberdade, mas de consumo. O culto à beleza, o desnudamento feminino, o questionamento sobre a sexualidade foram apropriados pela imprensa com fins comerciais.

O corpo feminino, no contexto de mudanças dos anos de 1960 e 1970, recebeu novas significações: foram se despiando e sendo despidos em um movimento dúbio. Se para muitas mulheres a conquista da liberdade e o domínio sobre seus corpos representaram um grande avanço; para outras que tiveram suas imagens exploradas pelos anúncios comerciais com fins de lucros fácieis denotou um retrocesso.

6.2. MUSAS NOS DESPORTOS

O movimento de emancipação das mulheres ampliou a presença feminina em espaços considerados tipicamente masculinos. No setor dos desportos (nomenclatura usada na época) as mulheres conquistaram o direito de disputar várias modalidades esportivas nos anos de 1960 e 1970. No entanto, a prática do futebol, esporte de massa foi vetada às mulheres. Quais as representações construídas em torno da mulher que sustentaram o acesso ou o veto a determinadas práticas esportivas?

⁵⁰ ROSA Negra – 65. *Diário Mercantil*, 20 e 21 jun. 1965, p. 11.

⁵¹ Cf. [Sem título]. *Diário da Tarde*, 5 mai. 1969, p. 3. CELESTE é “Tulipa Negra” de JF e vai representar cidade em SP. *Diário da Tarde*, 6 mai. 1969, p. 7.

⁵² GOLDENBERG, Miriam. “Leila Diniz (1945-1972)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.) *Revolução e Democracia (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 243-259.

O corpo feminino considerado frágil deveria ser preservado, por isso durante muito tempo as atividades corporais e esportivas como a ginástica, os esportes e as lutas não eram recomendados às mulheres. Os vetos às essas atividades físicas eram centrados em explicações biológicas, ou seja, “na fragilidade dos órgãos reprodutivos e na necessidade de sua preservação para uma maternidade sadia”, no entanto, como observa Silvana Vilodre Goellner⁵³ tais proibições definiam

diferentes lugares sociais para mulheres e homens onde o espaço privado – lar – passou a ser reconhecido como de domínio da mulher, que nele poderia exercer, na sua plenitude, as virtudes consideradas como próprias de seu sexo tais como a paciência, a intuição, a benevolência, entre outras. As explicações para tal localização advinha da biologia do corpo, representado como frágil, não pela tenacidade de seus músculos pela sua maior ou menor capacidade respiratória ou, ainda, pela envergadura de seus ossos, mas pelo discurso e pelas representações de corpo feminino que nesse momento se operam.⁵⁴

Em consonância com a idéia de espaços delimitados, a saber, o do lar - privado e feminino e o das ruas e estádios - público e masculino, Fábio Franzini analisa:

É notório que o universo do futebol caracteriza-se por ser, desde sua origem, um espaço eminentemente masculino; como esse espaço não é apenas esportivo, mas também sociocultural, os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da ‘ordem’, ou da ‘lógica’, que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada. A entrada das mulheres em campo subverteria tal ordem, e as reações daí decorrentes expressam muito bem as relações de gênero presentes em cada sociedade: quanto mais machista, ou sexista, ela for, mais exacerbadas as suas réplicas.⁵⁵

Fábio Franzini informa que existe uma grande bibliografia sobre educação física e desportos que associam a prática do futebol – o “velho esporte bretão” – como incompatível ao corpo das mulheres, por poder-lhes acarretar traumatismos e afetar órgãos de importância vital. No entender de Fábio Franzini, essas preocupações além do machismo e moralismo, revelam não a preocupação com o futebol em si, “mas justamente à subversão de papéis promovida pelas jovens que o praticavam, uma vez que elas estariam abandonando suas ‘funções naturais’ para invadirem o espaço dos homens”.⁵⁶

⁵³ GOELLNER, Silvana Vilodre. “A produção cultural do corpo”. In: LOURO, Guacira L. et. al. (orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 28-40. p. 31.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ FRANZINI, Fábio, op. cit., p. 316.

⁵⁶ Idem, p. 320-321.

Em 1941, o Conselho Nacional de Desportos (CND) vetou às mulheres a prática de esportes que não fossem compatíveis com “sua natureza”.⁵⁷ Os esportes recomendáveis à prática feminina eram: tênis, voleibol, críquete, enquanto a natação e o ciclismo deveriam ser praticados moderadamente. Durante a Ditadura Militar, o CND proibiu às mulheres “a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, *rugby*, halterofilismo e baseball”.⁵⁸

Sobre a prática do futebol feminino em Juiz de Fora, o cronista esportivo Arides Braga, responsável pelas páginas de esportes do *Diário da Tarde* e *Diário Mercantil*, se declarou contra a realização de uma partida em benefício de uma entidade de assistência social, em 1965. O cronista justificou sua decisão dizendo que o futebol feminino estava “proibido por lei e nem sempre foi o espetáculo que noticiavam, nem mesmo alguns prélios disputados por vedetes do teatro rebolado, no Rio de Janeiro”.⁵⁹ No entanto, está implícito que ele suspeitava da qualidade de uma partida disputada por mulheres. Falou da provável intervenção da polícia para evitar “tal palhaçada” e “marmelada”, uma vez que em Juiz de Fora “espertinhos” da Guanabara promoveram, anos antes, um espetáculo no campo do Tupi em que o presidente do clube teve que intervir, pois “os empresários, até as bolas que compraram fiado não iam pagar...”⁶⁰ E concluiu: “Futebol feminino é proibido em Juiz de Fora, os seus exploradores, exploradores mesmo no duro, não irão conseguir ludibriar a fé pública, pois não deixaremos. Vai baixar em outro centro! Aqui não!”⁶¹

O assunto futebol feminino voltou às páginas do *Diário da Tarde* em 1971. Em duas edições, as notícias sobre uma frustrada idéia de promover um espetáculo do gênero na cidade ocuparam meia página em cada dia. A ampla reportagem anunciava os novos tempos para o esporte, embora houvesse o veto oficial:

Se não nos falha a memória, nossa cidade viu um único espetáculo desta espécie, há mais de vinte anos, no estádio do Tupi mas, na época, a difusão era muito menor. **Hoje, o futebol feminino está com outro impulso** mas há um detalhe que não pode ser desprezado ele é jogo proibido. Uma determinação do CND impede que o jogo entre os elementos do chamado sexo frágil tome conta do País, **se bem que como acontece com quase tudo o que não é permitido, ele continuou a volta** e meia

⁵⁷ Ibidem, p. 322. O autor esclarece: “o Decreto-lei 3.199, que em abril de 1941 instituiu o Conselho Nacional de Desportos (CND), afirmava em seu artigo 54 que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

⁵⁸ Ibidem, p. 322 e 325. Fábio Franzini informa que: “A proibição só veio a ser revogada na década de 1980, e se fez acompanhar da criação de departamentos de futebol feminino em vários clubes do país, bem como do surgimento de equipes como a do Radar, do Rio de Janeiro”.

⁵⁹ BRAGA, Arides. Futebol Feminino é proibido. *Diário Mercantil*, 7 abr. 1965, p. 2 e 4.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Ibidem.

vemos notícias a respeito da realização de cotejos de futebol entre mulheres.⁶²
[Grifos meus]

A promoção idealizada por uma comissão de senhoras no intuito de angariar fundos para a construção da Capela Menino Jesus de Praga, no bairro central do Poço Rico, previa a disputa no estádio do *Sport* entre duas equipes de cidades vizinhas: “A matéria-prima do espetáculo que o pessoal da igreja quer promover teve que ser buscado em outra praça porque Juiz de Fora não dispõe, no momento, de nada na espécie”.⁶³ A partida entre a equipe de Rio Novo com o sugestivo nome de Prafrentex⁶⁴ e a Ubaense da cidade de Ubá, teria o caráter de revanche e despertaria muito interesse, como informou a matéria jornalística: no “prélio anterior o Prafrentex venceu por 4 X 0 o Ubaense quer ir à forra e acha o ambiente em nossa cidade é muito propício para isto, pois aqui não existem torcedores tão fanáticos como na terra dos dois clubes”.⁶⁵ A reportagem ressaltou a qualidade técnica das atletas: “as notícias que temos é de que ambos possuem jogadoras que têm muito jeito para a prática de futebol, e que promovem um espetáculo com características de um verdadeiro embate”.⁶⁶

A realização do espetáculo dependia da autorização da Federação Mineira de Futebol e para obtê-la a comissão enviou uma representante para a capital mineira, que embora tenha sido bem recebida, não conseguiu êxito em seu intento. O representante da FMF deu a sugestão da realização do espetáculo em campo não filiado à liga de futebol, mas as senhoras não tiveram sucesso, pois as instalações do Colégio Metodista *Granbery* estavam ocupadas com uma competição e as da Academia de Comércio, escola católica, não comportariam o público. Por outro lado, a Polícia Militar não poderia enviar policiamento para o evento realizado por entidade esportiva não reconhecida. As senhoras cancelaram o evento e devolveram o dinheiro dos ingressos vendidos.⁶⁷

Nas reportagens apuradas, observa-se que a crônica esportiva juizforana não utilizou explicitamente como justificativa para o impedimento da prática do futebol feminino a questão da suposta fragilidade natural da mulher, ao contrário do que constatou Fábio Franzini.⁶⁸ No entanto, os cronistas locais usaram freqüentemente as expressões “sexo frágil” e o “belo sexo” indicando a impossibilidade física das mulheres para a prática do futebol. Sobre a questão da técnica, Franzini percebeu a acusação de cronistas esportivos de falta da

⁶² JF pode ver futebol feminino dia 7. *Diário da Tarde*, 2 set. 1971, p. 5.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Ser “pra frente” na gíria da época era ser “avançado”, ou seja, adepto de idéias modernas e avançadas.

⁶⁵ JF pode ver futebol feminino dia 7. *Diário da Tarde*, 2 set. 1971, p. 5.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ NÃO poderá haver o jogo das moças. *Diário da Tarde*, 3 set. 1971, p. 5.

⁶⁸ FRANZINI, Fábio, op. cit., p. 323-324.

mesma nas mulheres que praticavam o “esporte-rei”, afinal “a comparação era inevitável, como era inevitável que ela colocasse a mulher em uma posição diferenciada frente ao homem, de acordo com as qualidades tidas “ideais” para cada um”.⁶⁹

A proibição do CND à prática do futebol feminino não arrefeceu o interesse das mulheres pelo esporte. Por várias vezes o noticiário destacou a presença feminina nos estádios juizforanos. Os clubes locais incentivaram o comparecimento do “belo sexo” nas partidas franqueando-lhe a entrada, mas não deixaram de impor restrições. A medida tomada em um dos torneios entre os clubes da cidade permitiu a entrada de senhoras e senhoritas sem pagar, desde que estivessem acompanhadas, pois se fossem sozinhas teriam que comprar seus ingressos.⁷⁰

Outra demonstração do interesse feminino pelo futebol, território considerado masculino, foi a participação de mulheres em cursos de arbitragem, como no promovido pela Diretoria Municipal de Esportes e Recreação, em 1974, no qual 19 mulheres estavam entre os 87 inscritos (maioria universitários), o que foi destacado pela reportagem: “É uma prova indiscutível de que o elemento feminino, nos dias atuais, está vivamente interessado no futebol e ampliar seus conhecimentos esportivos”.⁷¹

Enquanto o futebol feminino sofria restrições, o vôlei liberado e recomendado para as mulheres desfrutou de prestígio na cidade. Várias equipes de vôlei feminino disputaram torneios locais e estaduais. Os campeonatos de vôlei feminino transformaram-se em grandes espetáculos com a presença de “estrelas”⁷² nacionais e internacionais como as moças do *Yashica* do Japão. As atletas ganharam amplo espaço nas páginas esportivas do *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, sendo que duas se destacaram: Rose e Helenize.

A paixão feminina pelo vôlei pode ser observada pela notícia da fuga de uma moça de Belo Horizonte para a Guanabara, onde passou alguns dias. A mãe da jovem atribuiu a fuga da filha à proibição por parte da família de praticar o vôlei, esporte que a apaixonava desde criança e do qual chegou a ser campeã mineira.⁷³ Vera era outra apaixonada pelo vôlei e demonstrou isso ao deixar de lado os preparativos para seu enlace matrimonial, voltar aos treinos e jogar na semana antes do casamento para ajudar o Olímpico na disputa do certame do interior, em uma atitude que segundo a reportagem “dignifica[va] o esporte amador”.⁷⁴

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ SÓCIO paga metade e o belo sexo entra de graça. *Diário da Tarde*, 22 dez. 1969, p. 5.

⁷¹ CURSO de Arbitragem começou ontem e tem 19 moças inscritas. *Diário da Tarde*, 5 nov. 1974, p. 7.

⁷² Os jornais referiam-se às atletas do vôlei como “estrelas”, “nossas estrelas”, “as estrelinhas do vôlei”.

⁷³ SIMONE fugiu e voltou por causa do vôlei. *Diário da Tarde*, 17 out. 1969, p.1.

⁷⁴ ATITUDE de Vera dignificada o esporte amador. *Diário da Tarde*, 2 fev. 1968, p. 5.

A cidade de Juiz de Fora contava com uma respeitável colônia italiana e seus membros apreciavam o jogo de bocha, modalidade esportiva muito disputada na Casa D'Itália.⁷⁵ A adesão das mulheres à prática de bocha e os torneios com equipes femininas foram saudados entusiasticamente pelo *Diário da Tarde*.⁷⁶

A importância da participação das mulheres nos esportes, como atletas, técnicas ou árbitros foi confirmada por várias reportagens dos jornais do *Grupo Associado*, como por exemplo, a de uma página inteira sobre presença feminina nos III Jogos de Estímulo intitulada “Elas também sabem mandar”.⁷⁷ Segundo a reportagem, a competição entre escolas de Juiz de Fora provou que no desporto as mulheres podiam ser “bastante úteis e eficientes”.⁷⁸ No entanto, a exclusão das mulheres em esportes considerados viris foi reforçada pela imprensa e ratificada pelo governo através da legislação. Eram consideradas “estrelas” as mulheres que disputavam modalidades esportivas que opõem equipes em campos distintos, evitando o confronto corpo-a-corpo como o vôlei e a queimada. O handebol e o basquete femininos receberam também representações positivas, apesar do embate direto entre as atletas, mas não ocuparam tanto espaço nos *Diários Associados* juizforanos como as “estrelinhas” do vôlei.

6.3. AS “OPERÁRIAS DA NOITE”⁷⁹

A reportagem do *Diário da Tarde*, cujo tema foi a decadência da Zona Boêmia⁸⁰ de Juiz de Fora, reproduziu a fala de uma prostituta que em seu desabafo interpretou de forma dura e simples a representação que os jornais e a sociedade faziam de mulheres como ela:

“Vocês não consideram a gente como ser humano. Quando acontece qualquer coisa com a gente, por mais insignificante que seja, vocês encham logo o jornal. Quando é sujeira da alta sociedade ninguém fala nada. A gente já tem que levar esta vida desgraçada e na hora que se precisa de um apoio não aparece ninguém”.⁸¹

⁷⁵ A bocha nos esportes. *Diário Mercantil*, 1 jan. 1975. Retro 74. Esporte, p. 4.

⁷⁶ BOCHA feminina é hoje, às 14 hs. no baeta. *Diário da Tarde*, 21 set. 1974, p. 7. TUPINAMBÁS e Náutico triunfaram na bocha feminina. *Diário da Tarde*, 2 out. 1974, p. 7.

⁷⁷ ELAS também sabem mandar. *Diário da Tarde*, 1 nov. 1968, p. 5.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ A expressão foi retirada de: PROMOÇÃO Humana (I) “Operárias da noite” encontram compreensão e amor fraternal. *Diário Mercantil*, 28 e 29 set. 1999, p. 8.

⁸⁰ Na Rua Henrique Vaz, Rua 31 de Maio e adjacências estava situada a Zona Boêmia da época. Pelos decretos de criação das ruas da “Zona” e imediações; por informações de OLIVEIRA, Paulino de. Largo da Alegria. *Diário Mercantil*, 1 jul. 1975, p. 7, que data a transferência da “Zona” para a Rua Henrique Vaz na época em que o jovem delegado de polícia era Silvio de Abreu e a notícia: PIOR a emenda!... *O Lince*, 15 mai. 1947, p. 4. conclui-se que a mudança de endereço da Zona Boêmia tenha ocorrido na segunda metade da década de 1940, por volta do ano de 1947.

⁸¹ PROSTITUTAS querem tabela no comércio. *Diário da Tarde*, 16 abr. 1974, p. 3.

A prostituição incluída na lógica da não produção e da vadiagem sempre incomodou Juiz de Fora, a “Manchester Mineira”, com suas tradições industriais e operárias. Nos anos de 60 e 70 do século passado, a cidade desejava construir um presente de progresso. Portanto, a almejada cidade moderna não combinava com a prática da prostituição rotulada por muitos como a “mais antiga das profissões”.⁸²

As várias tentativas de disseminar a prostituição foram amplamente divulgadas nas páginas dos jornais juizforanos. Nos anos de 1960, a prática da prostituição e do lenocínio na Praça João Penido (mais conhecida como Praça da Estação) e adjacências incomodavam os meios policiais e a sociedade. **(Anexo 2)** O *Diário da Tarde* tornou-se porta-voz dos anseios de extirpar da região os denominados “antros de perdição”. As longas manchetes foram enfáticas e denunciaram a ineficiência da Polícia de Costumes e cobraram providências.⁸³

A ineficiência da Delegacia de Costumes recebeu severas críticas da imprensa em várias ocasiões. Em 1964, a reportagem informou a prisão de quatorze mulheres que incomodavam a ordem na região da Delegacia, número baixo em relação ao “mulherio” que freqüentava as ruas da chamada “parte baixa da cidade” (ruas Floriano Peixoto, Hipólito Caron, Fonseca Hermes, Praça da Estação e Avenida Francisco Bernardino). Somente a metade das mulheres detidas permaneceu na prisão, o que levou o jornal a questionar: “Não se sabe porque, se eram por serem ‘bonitinhas’ ou por terem qualquer outra qualidade (que ao nosso ver deveria ter sido notada antes da detenção).”⁸⁴ A reportagem reconheceu que a prisão não resolvia o problema social da prostituição, pois as mulheres presas eram colocadas em um “xadrez mais imundo” que as ruas onde elas foram apanharam, sendo que as ações sem eficácia do delegado tinham o intuito apenas de promovê-lo, bem como a sua Delegacia.⁸⁵

Na região da Praça da Estação, vários “dormitórios” e “hotéis” que serviam para encontros entre as meretrizes e seus clientes foram alvos de crítica dos jornais. Em 1957, o

⁸² A expressão foi usada no presente trabalho por ser recorrente nas fontes estudadas. No entanto, Margareth Rago questiona “uma leitura que transforma a prostituição em objeto natural, invariante e trans-histórico que poderia ser observado em todas as épocas e sociedades”. Lembra a autora, que o uso da expressão “a profissão mais antiga do mundo” remete a uma continuidade histórica, generalizando o termo “prostituição”. Se todas as sociedades conheceram o fenômeno da prostituição como uma necessidade biológica masculina e componente da sexualidade feminina, o mesmo não merece problematizações e questionamentos. Cf. RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 22-23.

⁸³ São exemplos dessas manchetes: POLÍCIA de costumes protege meretrizes e marginais em detrimento de milhares de criaturas decentes. *Diário da Tarde*, 18 ago. 1966, p. 6. A Delegacia de Costumes não age e o mulherio toma conta da cidade. *Diário da Tarde*, 20 ago. 1966, p. 6. PREFEITO aplica lei 1028 de 29/10/57 e fecha antro de perdição, agora a continuação do funcionamento de muitos outros será da inteira responsabilidade das autoridades policiais. *Diário da Tarde*, 23 ago. 1966, p. 6. PRAÇA da estação assume aspecto moderno; o resto é com a polícia. *Diário da Tarde*, 10 mai. 1968, p. 6.

⁸⁴ DELEGADO visa apenas publicidade com sua campanha de moralização. *Diário da Tarde*, 11 abr. 1964, p. 6.

⁸⁵ Idem.

vereador Valdir Mazocoli apresentou um projeto de lei que dispunha sobre a suspensão do funcionamento e a cassação de licença de estabelecimentos comerciais suspeitos de explorar o lenocínio.⁸⁶ O projeto tornou-se lei, mas a colocação da mesma em prática não ocorreu.

A cruzada pela moralização da região realizada em 1966 e a remodelação da praça em 1968, assim como outras que ocorreram em anos posteriores não surtiram o efeito desejado e o local continuou nos noticiários, sobretudo do *Diário da Tarde*.⁸⁷ Em 1970, a reportagem insistiu no desafio que a praça representava e traçou um perfil das “dezenas de mulheres de vida fácil” que “faziam suas rondas noturnas” no local perturbando o lazer de famílias que transitavam pelo local ou frequentavam as sessões do Cine São Luiz.⁸⁸ O autor do texto retratou as prostitutas como “imprevisíveis”, uma vez que seus nomes variavam tanto quanto as roupas que vestiam, assim a “Marianinha de ontem” é a “Sueli de hoje”. A descrição da prostituta “Sônia”, moradora em uma das pensões da região, que não se encontrava bêbada, mas “praticamente em estado de coma alcoólica”, foi a seguinte: tinha um aspecto que “assemelhava-se ao mais alto grau de degradação humana. Um verdadeiro farrapo vestido de mulher.”⁸⁹ A reportagem concluiu que o mal da prostituição era crônico na Praça da Estação e que apesar de viaturas policiais passarem várias vezes pelo local eram incapazes de dispersar os “verdadeiros bandos de mulheres”.⁹⁰ A solução seria transferir as meretrizes para a Zona Boêmia e manter a vigilância para que as mesmas não retornassem à praça.⁹¹

As vozes das prostitutas que freqüentavam a Praça da Estação foram ouvidas através do texto do repórter. Elas falaram sobre as suas detenções nas ocasiões de *blitz* policiais que eram constantes na região:

- “É a sede que dá na gente lá na delegacia, com aquela água ruim, sem pinga e salgadinhos tira-gosto. Quando a gente sai das grades encontra sempre o aluguel do quarto vencido e o trabalho tem de ser dobrado durante as noites. É por tudo isto que constantemente a gente tá brigando uma com as outras...”
 “Medo da Polícia?!” – espantaram-se as mulheres. “E o que eles podem fazer conosco. Eles prendem hoje, soltam amanhã e a vida vai rolando, conforme a sorte der.”⁹²

⁸⁶ VENCEREMOS outra campanha: Vai acabar a imoralidade. *Diário da Tarde*, 9 out. 1957, p. 8.

⁸⁷ PRAÇA da Estação assume aspecto moderno; o resto é com a polícia. *Diário da Tarde*, 10 mai. 1968, p. 6.

⁸⁸ A praça é um desafio à cidade. *Diário da Tarde*, 3 set. 1970, p. 8. O cinema São Luiz na época era uma das melhores casas de exibição de filmes da cidade, freqüentado por famílias. Anos depois a sala tornou especializada em exibição de filmes pornográficos e freqüentada pelo público masculino e homossexual. Em 2007, a sala de exibição começou a ser demolida, mas as obras foram embargadas por decisão judicial.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem.

A fala da prostituta deixou transparecer a precariedade de seu cotidiano: quartos insalubres alugados em “pensões”; as brigas entre as companheiras de trabalho e quando eram presas ocupavam celas inadequadas e improvisadas na delegacia, que abrigavam no mesmo ambiente acusadas de prostituição e menores infratores.⁹³

A repressão à prostituição através de detenções levou muitas mulheres a passarem noites na cadeia. Essa experiência tida como terrível foi relatada por várias prostitutas ouvidas em reportagens. A situação da Delegacia de Juiz de Fora era precária para presos de ambos os sexos. No caso das mulheres detidas a situação agravava-se por falta de uma cela feminina. Em algumas ocasiões não havia uma cela sequer que pudesse ser ocupada por mulheres presas por motivos corriqueiros, fazendo com que o policial de plantão tivesse que ficar ao lado da detida por toda a noite.⁹⁴ A reportagem, que relatou a prisão de duas prostitutas da Zona Boêmia e a falta de celas femininas, enfatizou o tratamento dispensado pelas autoridades policiais a pessoas de grupos sociais diferentes, como demonstra o trecho a seguir:

Ontem, amontoadas em um cubículo de pouco mais de um metro quadrado, sujo, infecto, miserável até, sem sanitários ou mesmo uma torneira de água potável, expostas à chuva e às oscilações do tempo, seminuas, disputando um velho e inútil cobertor colocado ali talvez por obra de algum policial caridoso, estavam duas mulheres. Crime da primeira: foi encontrada em uma pensão da Zona Boêmia com um dólar de maconha. Havia também alguns comprimidos, que o livro de ocorrências policiais não explica se estavam com a mulher ou com **os dois menores implicados no caso**, os quais, a esta hora, **descansam tranquilamente em seus confortáveis apartamentos da avenida Rio Branco**. Crime da segunda mulher: embriaguez e desordens na ZB.⁹⁵ [Grifos meus.]

Em resposta às pressões da imprensa e da sociedade o delegado de Costumes e Menores resolveu usar um recurso bem antigo, isto é, cadastrar as mulheres de “vida irregular”, em 1967, através de uma ficha “bem bolada” contendo anotações de passagens pela polícia.⁹⁶ O delegado pretendia se unir ao governo municipal e encaminhar prostitutas para consultas médicas periódicas, pois Juiz de Fora estava com índice elevado de infectados com doenças venéreas. Esse tipo de campanha não era novidade e tinha surtido efeito na cidade quando foi implantada antes do advento da penicilina.⁹⁷

Além de noticiar o cadastro, a reportagem se deteve na questão da presença de menores na prostituição e informou que as jovens vêm para Juiz de Fora com a finalidade de

⁹³ LUPPI, Carlos Alberto. Mendicância Infantil (III): Falta de espaço na Delegacia deixa menores ao lado de prostitutas e bandidos. *Diário Mercantil*, 10 set. 1969, p. 5. A mesma reportagem foi publicada no *Diário da Tarde*, 10 set. 1969, p. 7.

⁹⁴ DELEGACIA, mulheres e os lírios do campo: Até quando? *Diário da Tarde*. 7 mai. 1973, p. 7.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ POLÍCIA vai cadastrar as mulheres de vida irregular. *Diário da Tarde*, 11 fev. 1967, p. 6. Sobre a estratégia de cadastramento de prostitutas, cf. SOIHET, Rachel, 1989, p. 206. RAGO, Margareth, 1991, p. 117.

trabalharem em casa de família, mas ao se "perderem" com os namorados, restava-lhes o caminho do meretrício. A Casa das Meninas, um local de acolhida, seria a solução para o problema dessas jovens, que em geral eram órfãs. A entrevistada M. G. G. S., de 17 anos, analfabeta, órfã, natural de Barbacena, chegou em Juiz de Fora havia quatro anos, vivia na ocasião em uma espelunca na Avenida Raul Soares com um "companheiro". A jovem prostituta, que anteriormente trabalhou por dois anos em casas de famílias até que "se perdeu" com o namorado, declarou que fumava e bebia. Também já tinha sido mãe de uma menina, que nasceu morta aos sete meses de gravidez.⁹⁸

Meses depois as notícias informaram que a Delegacia de Costumes havia cadastrado 200 prostitutas, recebendo por isso elogios do jornal. O trabalho de cadastro começou pelas prostitutas que faziam o *trottoir* pelas ruas do centro da cidade e depois pelas da Zona Boêmia.⁹⁹ Como as mulheres eram obrigadas a apresentar fotografia e alguns exames, incluindo a abreugrafia, o delegado detectou uma prostituta com tuberculose, por isso procurou providenciar seu internamento em hospital de Belo Horizonte.¹⁰⁰

Em 1971, novamente a Delegacia de Costumes iniciou o fichamento das prostitutas que faziam o *trottoir* pelas ruas infiltrando-se no meio familiar para aliciar homens. As prostitutas que moravam nas casas de tolerância e atuavam nos "inferninhos" também foram convocadas a fazerem o cadastro, que já contava com 200 fichas. O texto, que foi ilustrado com uma fotografia com três prostitutas (duas esconderam o rosto com uma das mãos), informou que a medida estava surtindo bom resultado, pois algumas mulheres que insistiram em praticar o *trottoir* estavam presas, livrando os bares da parte baixa da Rua Halfeld e da Praça da Estação de incômoda presença.¹⁰¹

Os dados, coletados através do cadastro das prostitutas que atuavam em Juiz de Fora, foram informados em 1972, época em que 641 mulheres estavam fichadas. A maioria residia nas ruas Henrique Vaz (HV nos noticiários) e 31 de Maio. As informações sobre as prostitutas fichadas indicaram:

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Margareth Rago observou que uma política de confinamento da prostituição em São Paulo ocorreu nos anos de 1940, durante a ditadura do Estado Novo. As meretrizes foram segregadas no bairro judeu do Bom Retiro. Em 1954 ocorreu o desconfinamento e a "Zona" foi fechada. Assim surgiu o *trottoir*, "quando muitas mulheres foram lançadas às ruas sem qualquer iniciativa de proteção e ajuda pública, espalhando-se por diversos bairros da cidade, onde isoladas, ficavam ainda, mais expostas à violência policial." Cf. RAGO, Margareth. "Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)". In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. pp. 51-60. p. 57. Para o caso de Juiz de Fora não foram elaborados estudos sobre os motivos que impeliram mulheres à prática do "trottoir", pois a Zona Boêmia era considerada pela polícia como o espaço ideal para o exercício do meretrício.

¹⁰⁰ DELEGACIA de Costumes cadastrou 200 mulheres. *Diário da Tarde*, 20 mai. 1967, p. 6.

Na faixa dos dezoito anos, 73 mulheres fichadas; 19 anos, 49 mulheres; 20 anos, 60 mulheres; 21 anos, 68; 22 anos, 81; 23 anos, 45; 24 anos, 28 mulheres; 25 anos, 43; 26 anos, 13; 28 anos, 35 mulheres; 29 anos, 34; 30 anos, 19; 31 anos, 22; 32 anos, 23; 33 anos, 20; com idades de 34, 38, 42, 45 e 64 anos apenas uma mulher; 35 anos, 7 mulheres; 36 anos, 4; 41 anos, 6 e 47 anos duas mulheres.

A estatística da Polícia destaca ainda que destas mulheres, 112 já foram casadas, duas são desquitadas e 526 solteiras. Menores não podem ser fichadas e, normalmente, são encaminhadas a residências de seus pais ou responsáveis ou, quando possível, a entidades assistenciais.¹⁰²

As “batidas” policiais nos dormitórios da região da Praça da Estação, o “antro pernicioso” e adjacências foram constantes, ocasiões nas quais vários donos eram presos sob a acusação de prática do lenocínio. Em uma das operações policiais, em 1968, a Polícia vasculhou os prostíbulos rotulados como hotéis e pensões e prendeu quatro responsáveis por três estabelecimentos: “Redentor Hotel”, “Hotel Brasil” e “Dormitório Leopoldina”, por favorecimento à prostituição.¹⁰³ No “Hotel Redentor” funcionava uma boate, onde segundo a reportagem, se reuniam as “mariposas”.¹⁰⁴ Um dos donos dos estabelecimentos ao se defender dizendo -“Quando eu alugo o quarto, não quero saber quem a pessoa vai levar.” – deixou claro que favorecia a prostituição ao não se preocupar com quem freqüentava seu hotel.¹⁰⁵ A reportagem qualificou os homens que exploravam a prostituição como “verdadeiros tumores cancerosos da comunidade”, mas não teceu comentários a respeito das mulheres que freqüentavam esses ambientes.¹⁰⁶

As demolições de prédios dos dormitórios existentes na “Avenida Proibida” (Avenida Raul Soares) começaram em 1971, para dar passagem à Avenida Brasil, margeando o Rio Paraibuna, mas foram anunciadas em 1968, quando a reportagem informou que as obras no trecho tinham se iniciado e iriam destruir os imóveis usados como casas de tolerância e os barracos de madeira da Avenida Bargiona (que tinham aspecto de favela).¹⁰⁷ O fim das duas avenidas, que eram focos de ocorrências policiais cotidianamente, agradou ao redator da matéria: “Dentro de mais algum tempo, todavia, a polícia não mais terá preocupação com as referidas artérias, já que uma moderna avenida passará pelo local prestando com isso relevantes serviços à cidade.”¹⁰⁸

¹⁰¹ COSTUMES ficha mulheres e controla “inferninhos”. *Diário da Tarde*, 29 jan. 1971, p. 6.

¹⁰² JUIZ de Fora tem 641 prostitutas. A mais velha é vovó e tem 64 anos. *Diário da Tarde*, 14 dez. 1972, p. 2.

¹⁰³ POLÍCIA vasculhou os prostíbulos rotulados como hotéis e pensões. *Diário da Tarde*, 2 fev. 1968, p. 6.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ CASAS de tolerância e favela darão lugar à nova e moderna avenida. *Diário da Tarde*, 26 ago. 1968, p. 8. COMEÇOU o fim de uma avenida proibida. *Diário da Tarde*, 3 fev. 1971, p. 8.

¹⁰⁸ Idem, 1968.

A notícia que estampou a fotografia da demolição do prédio onde funcionavam o Bar São Jorge e o “Dormitório” Brasil, localizado na esquina da Rua Halfeld com a Avenida Raul Soares, mostrou a esperança de autoridades e da imprensa de que o problema da prostituição na Praça da Estação seria resolvido, pois as obras no local uniam o “útil ao agradável”.¹⁰⁹ **(Anexo 3)** No entanto, todos estavam enganados, porque a Praça da Estação continuou sendo alvo de críticas da imprensa devido ao “mulherio” que a freqüentava e a limpeza da área foi solicitada em reportagens de 1975, pois “os maus elementos” teimavam “em manter a triste tradição do lugar.”¹¹⁰

As campanhas de moralização e controle da prostituição, sempre presentes nas cidades, onde o “mundo da desordem” era uma ameaça ao “mundo da ordem”, ganharam contornos especiais no Brasil na ditadura militar.¹¹¹ No caso brasileiro, Paulo César de Araújo identificou que no período posterior ao AI-5 as autoridades militares tentaram implantar o que o autor denominou em sua obra de “reinado de terror e virtude”, isto é, a repressão política caminhou ao lado da repressão moral.¹¹² Por outro lado, como atenta Margareth Rago eram tempos nos quais as mudanças dos costumes e padrões comportamentais e a “revolução sexual” (a autora citou os métodos contraceptivos mais eficazes, como a pílula anticoncepcional e a maior visibilidade das práticas homoeróticas femininas e masculinas como exemplos) assinalavam a decadência do modelo de prostituição iniciado no final do século XIX.¹¹³ A música dita “cafona” incorporou a temática da prostituição feminina com o sucesso de Adair José, em 1972, “Vou tirar você desse lugar”, sendo que as prostitutas retratadas por essas canções exibiam-se “solitárias pelas ruas da cidade.”¹¹⁴ Em sua análise, Paulo César de Araújo, destacou nomes de cantores “cafona” como Waldick Soriano e Nelson Ned que se casaram (no caso do primeiro) ou se envolveram amorosamente com prostitutas (como o segundo). O autor observa que no caso da citada letra de Adair José o narrador se mostra disposto a enfrentar todos os preconceitos para viver o seu amor, no entanto, demonstrou repulsa à prostituição ao desejar tirar a prostituta “daquele lugar”.¹¹⁵

¹⁰⁹ COMEÇOU o fim de uma avenida proibida. *Diário da Tarde*, 3 fev. 1971, p. 8.

¹¹⁰ Cf. POLÍCIA vai limpar a praça da Estação. *Diário da Tarde*, 13 mar. 1975, p. 1. POLÍCIA quer “limpar” a Praça da estação. *Idem*, p. 8.

¹¹¹ As notícias sobre o destino que deveria ser dado às prostitutas do Mangue no Rio de Janeiro foram divulgadas na imprensa de Juiz de Fora. Uma dessas reportagens informou: DUAS mil prostitutas do Mangue não têm para onde ir. *Diário da Tarde*, 3 jul. 1969, p. 3.

¹¹² ARAÚJO, Paulo César de, op. cit., p. 55.

¹¹³ RAGO, Margareth, 1996, p. 52.

¹¹⁴ ARAÚJO, Paulo César de, op. cit., p. 149.

¹¹⁵ *Idem*, p. 150-151.

O mundo da prostituição, combatido pelo moralismo da ditadura militar, com mulheres se exibindo no *trottoir*, também não combinava com a idéia de progresso encampada pela administração municipal e pela imprensa. A cidade progredia e expandia-se com o surgimento de novos bairros e de empreendimentos imobiliários, que anunciavam os “arranha-céus”. Os espaços da cidade tornavam-se cada vez mais valorizados e as mulheres de “vida irregular” não estavam inseridas nessa ordem.

Nesse contexto, o texto de Helena Gilda Duque, publicado no *Diário da Tarde*, lançou um raro olhar feminino sobre a prostituição em Juiz de Fora.¹¹⁶ A autora diferenciou as prostitutas (palavra por ela considerada horrorosa) de rua (do *trottoir*, tão coibido pelas autoridades) daquelas da Zona Boêmia. No entanto, em ambos os grupos existiam semelhanças que permeavam uma vida difícil, marcada pelo descaso e humilhação a que eram submetidas as mulheres impelidas por motivos diversos ao meretrício. Na referida crônica, destacou-se o trecho:

Você sempre descobre uma prostituta numa esquina qualquer. As caras não são as mesmas. As ruas também diferem. As causas se confundem. A mulher é jogada em cena. Às vezes uma pensão garante o pequeno encontro. A noite é mais aproveitada despistando o policial. Está quase escuro na Rio Branco, bem em frente à Catedral. O barulho de saltos de sapato é abafado pelo bonde. Depois vem aquele assovio, o convite e a gente pressente a entrega. O vestido preto servirá para novas conquistas. Até a saia de “tergal” surrada faz beleza agora na rua São João. As amadoras fazem seu “trottoir”, como se vê, no centro de Juiz de Fora. Com chuva rende menos. E o lamento é gritante.
- Hoje só estou com o almoço. Este meu vestido tá batido, mas amanhã a coisa melhora.
Já ameniza a espera. Fazer ponto na Getúlio Vargas. Interessante é o olhar perguntador de quem não tem nada com isso. Passa, condena e continua seu andar tranqüilo. “Mal necessário”, como disse um policial.
Surge então o profissionalismo. Muda só de cena. A coisa é a mesma. Mulheres semi-analfabetas, abatidas, humilhadas pela sociedade, vivem na rua Henrique Vaz. 200 a 300 mulheres fazem sua vida lá, e são as prostitutas (nome horroroso) dentro da lei. Parece piada, mas é a verdade.¹¹⁷

Na página da qual foi extraído o trecho acima foi informado que o projeto enviado ao Congresso Nacional pelo ex-presidente Castelo Branco propunha incluir o *trottoir* no capítulo vadiagem (artigo 59 das contravenções penais), com penas de 15 dias a três meses de prisão a “quem, dedicando-se de modo exclusivo, ou de forma eventual, à prostituição, procura aliciar homens, em lugar público, para o comércio sexual, constrangendo importunadamente as

¹¹⁶ O texto de Helena Gilda Duque faz parte de um grupo de notícias sobre a prostituição na cidade. Nessa edição do *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6. foram publicadas as seguintes reportagens: “Polícia de JF está bem colocada no polígono do ‘trottoir’”, “Inclusão no capítulo de vadiagem”; “Polícia ataca apenas um antro” e “Você as descobre numa esquina qualquer”.

¹¹⁷ DUQUE, Helena Gilda. Você as descobre numa esquina qualquer. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6.

pessoas presentes ou em trânsito pelo local.”¹¹⁸ O professor Sebastião Marsicano Ribeiro, catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito, da UFJF, discordou da inclusão, pois considerava o *trottoir* como atentado ao pudor.¹¹⁹

A matéria do jornal informou os locais de maior incidência do *trottoir* na cidade:

Tem cinco lados o polígono do “trottoir”, em Juiz de fora, rua Halfeld (parte baixa), Francisco Bernardino, São Sebastião, Batista de Oliveira, fechando com a avenida Getúlio Vargas. A delegacia Geral de Polícia está exatamente em um dos lados. Outros locais infestados: praça da Estação, rua São João e avenida Rio Branco, já a partir de 20 horas.¹²⁰

As mulheres que praticavam o *trottoir* eram exploradas por homens que receberam a atenção da reportagem:

O tipo que explora estas mulheres é legalmente conhecido como rufião, mas é bem vestido com roupas importadas – unhas feitas, perfumado, [ilegível] nome espancando mulheres, dança bem, muita ginga embutida numa pinta de malandro, trocando a noite pelo dia, vivendo sempre em rodas policiais, pagando cervejas.¹²¹

A imagem traçada para os rufiões – de “boa pinta” (como dizia a gíria da época), que se relacionavam bem inclusive com policiais - é oposta à imagem construída e retratada através de fotografia nos jornais para as prostitutas: roupas simples, chinelos de borracha, cabelos desalinhados, olhar sofrido, ou seja, sem nenhum *glamour*. A presença de rufiões e gigolôs no universo da prostituição representava para as prostitutas ao mesmo tempo submissão e demonstração de *status*, ou seja, essas figuras se tornavam necessárias:

No desespero de uma vida sem nenhum amor, buscam-se impaciente, chegando a pagar pela proteção e convívio de determinados homens, que lhes tomam todo dinheiro, que lhes obrigam a fornecer-lhes roupas caras e de bom gosto; são os “gigolôs”, conhecidos exploradores de mulheres, que vivem às suas custas, em troca de companhia no final das noites onde, são espancadas e maltratadas. As mulheres agarram-se a estes homens, existindo mesmo, entre elas, uma disputa das mais acirradas, todas querendo que “seus homens” sejam os mais bonitos, os mais cobiçados, os mais bem vestidos, empregando para isso, todo o pouco dinheiro que recebem, dando-lhes além de local para dormir e refeições dinheiro para bebidas e jogos, até que são abandonadas por uma mais nova ou bonita, vindo, então, o desespero profundo, a fossa e, muitas vezes, o suicídio.¹²²

As denominações dadas às prostitutas, nas páginas dos jornais locais se constituem em indicativos das representações negativas acerca dessas mulheres: “irregulares”, “decaídas”, “mulheres de vida fácil”, “meretrizes”, “mariposas”, “piranhas”, “mundanas” “damas da noite”, “operárias da noite”... Muito além da diversidade de denominações

¹¹⁸ POLÍCIA de JF está bem colocada no polígono do “trottoir”. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6.

¹¹⁹ INCLUSÃO no capítulo de vadiagem. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6.

¹²⁰ POLÍCIA de JF está bem colocada no polígono do “trottoir”. *Diário da Tarde*, 21 mar. 1967, p. 6.

¹²¹ Idem.

algumas questões acerca das mulheres que se dedicavam ao meretrício devem ser levantadas: Como ingressaram no mundo da prostituição? Quem eram essas mulheres que receberam tantas denominações e foram alvos de tanta perseguição policial e repulsa da sociedade?

De acordo com as reportagens, alguns fatores eram determinantes para o ingresso na “difícil vida fácil”: os pais que expulsavam de casa a filha possuída e abandonada pelo namorado ou noivo; um casamento fracassado que findou após a infidelidade e os sonhos de moças inexperientes do interior que viam na cidade grande uma promessa de riqueza.¹²³ Outras razões que impeliavam as jovens para a prostituição eram o

desleixo dos pais na educação de suas filhas, dando-lhes excessiva liberdade; o problema da falta de dinheiro na cidade grande, onde é preciso profissionalizar-se para não morrer, a influência do progresso da civilização, onde os convites à prática sexual são freqüentes e ainda o desajuste conjugal dos pais, cujas conseqüências traumatizam os filhos.¹²⁴

A série de reportagens sobre a prostituição em Juiz de Fora, realizada por Carlos Alberto Luppi apontou cerca de 400 mulheres “conhecidas como profissionais no ‘comércio do amor’”, sendo que a maioria morava na Zona Boêmia e outras em quartos de hotéis e pensões.¹²⁵ Os dados sobre as procedências das prostitutas deram conta que 90% não eram de Juiz de Fora, sendo 60% de cidades próximas, enquanto que as demais vieram dos mais diversos Estados.¹²⁶

Ao definir o perfil das mulheres que ingressavam no mundo da prostituição na cidade, as reportagens identificaram um número significativo de oriundas de localidades vizinhas.¹²⁷ As jovens seduzidas por namorados ou “Don Juans” do interior eram renegadas por suas famílias e buscavam em um centro urbano maior uma oportunidade. Juiz de Fora, um pólo regional e uma “cidade de passagem”, atraiu tanto jovens interessados em prosseguir seus estudos nas escolas secundárias e na recém-inaugurada Universidade Federal, quanto as

¹²² A difícil vida fácil. *Diário da Tarde*, 24 nov. 1969, p. 2.

¹²³ Idem.

¹²⁴ LUPPI, Carlos Alberto. A difícil vida fácil. Elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da Tarde*, 10 jul. 1969, p. 8. (Segunda de uma série especial para o *Diário da Tarde*).

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ As reportagens demonstram que havia uma grande preocupação com as “Gangs do Sexo”, que aliciavam moças nas cidades pequenas – as “escravas brancas” e as traziam para a prostituição nos grandes centros. Cf. ESCRAVAS brancas, o drama sem solução! *Diário da Tarde*, 12 out. 1972, p. 1. GANGS do sexo preocupam polícia. Idem, p. 8. O tráfico de mulheres recrutadas sob falsas promessas, mas usadas para a prática da prostituição não era novidade. Beatriz Kushnir analisou uma rede responsável pelo tráfico de mulheres judias usadas como prostitutas em vários centros, sobretudo no Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX. Cf. KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago. 1996.

peessoas das cidades vizinhas com economia voltada às atividades rurais, portanto sem qualificação profissional que lhes possibilitasse a inserção no mercado de trabalho formal.¹²⁸

A história de Marlene, que ganhou voz na série de Carlos Alberto Luppi, revelou o drama de uma jovem desvirginada pelo pai em uma noite na qual ele bebeu muito, embora o mesmo não fosse um alcoólatra. Marlene narrou três fases marcantes de sua vida. Na primeira fase, a sua família foi desfeita após a atitude do pai. Ela contou que era uma jovem de 16 anos, estudante ginasial, com amigos e namorado, como muitas outras de sua cidade do interior de Minas Gerais, até que foi abandonada por seus familiares, que acreditavam que ela se entregou por vontade própria. Na segunda fase, ela tentou apagar seu passado mudando-se para a capital mineira, no entanto, sofreu com o abandono do homem com quem morava. Por fim, a fase na qual vivia havia quatro anos, ou seja, a de uma prostituta na Zona Boêmia de Juiz de Fora. A fala de Marlene, que dizia ser “infeliz de corpo e alma”, foi pautada pela tristeza e a vergonha explicitadas pela sua fotografia reproduzida no jornal, onde escondeu o rosto com o lenço oferecido pelo repórter para enxugar as lágrimas: “Por favor, moço, não pergunta mais não, que a infelicidade a gente não deve contar pra ninguém, ela fica é guardada no coração da gente.”¹²⁹ **(Anexo 32)**

A carreira de muitas prostitutas começava no ponto mais alto, pois ainda jovens (muitas na menoridade) e dispendo de beleza e corpo bonito, conseguiam trabalho em bordéis de alta categoria. Nesses locais aprendiam a se vestir bem, a se comportar de maneira *sexy* e educada a fim de atrair os “fregueses”. O mercado do sexo era exigente e o tempo um ingrediente cruel: aos 25, 30 anos as mulheres consideradas velhas eram obrigadas a procurar *rendez-vous* de qualidade inferior. Com o passar do tempo as prostitutas sentiam gradativamente sua qualidade de vida cair: o corpo envelhecido, as doenças e a necessidade de trabalhar mais porque os programas rendiam cada vez menos. Algumas procuravam os prostíbulos de cidades pequenas, outras apelavam pelo *trottoir* perambulando pelas ruas da cidade, embebedando-se em bares e vendendo-se por quantias irrisórias.¹³⁰

O fim de carreira marcado pelo abandono sempre foi realçado nas reportagens sobre a prostituição. Um projeto sobre a regulamentação da profissão seria a solução para um amparo na velhice das prostitutas? A mulher identificada como Ana, entrevistada sobre o projeto que previa a contribuição das prostitutas ao INPS (Instituto Nacional de Previdência

¹²⁸ MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 110.

¹²⁹ LUPPI, Carlos Alberto. DEPOIS do primeiro passo, só vergonha e humilhação. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1969, p. 8.

¹³⁰ A difícil vida fácil. *Diário da Tarde*, 24 nov. 1969, p. 2.

Social), disse que as meretrizes não teriam interesse em contribuir, pois “se for aprovado o projeto, em Minas as prostitutas deveriam ser educadas para tanto, ou não teriam seus interesses voltados para o assunto.”¹³¹ Ana, que segundo a matéria trajava um vestido curtíssimo, bota de cano longo muito em moda no ano 1971, maquiagem exagerada, tinha 19 anos, era natural da cidade mineira de Muriaé e estudou até a terceira série do curso secundário. Ela que foi expulsa de casa acusada de ter “enlameado o nome da família”, analisou com sensatez a vida que ela e suas companheiras levavam:¹³²

– “As prostitutas que residem na “zona boêmia” – disse – dificilmente terão condições de contribuir para o INPS, visto que todo o dinheiro que ganham vai para as mãos das “caftinas” ou dos “amantes gigolôs”, e o pouco que lhes sobra é gasto em bebidas. As “prostitutas de classe” dificilmente teriam interesse em contribuir para o instituto, pois ganham dinheiro bastante para pagar a médicos particulares e, “como eu”, não se não se preocupam com o futuro, visto que, se o fizessem, não se deixariam dominar pela prostituição, que garante um futuro bem amargo.”¹³³

O depoimento de Ana foi interessante ao estabelecer a diferenciação entre as prostitutas de Juiz de Fora entre as de “classe baixa” residentes na Rua Henrique Vaz e adjacências e as da “alta classe” que atuavam nas boates. Apesar da diferenciação, as prostitutas tinham o mesmo destino, isto é, “todas terminam a carreira na mais baixa categoria, visto que o que faz tal distinção é a idade e a beleza do corpo.”¹³⁴

A carta de um leitor deixou pistas sobre a prostituição de alto luxo na cidade:

A autora do roubo é uma pseudo-senhorita, de nome “T” e o roubo se deu quando a mesma, após passear e jantar comigo na Estância Gaúcha e após um desentendimento repentino, apropriou-se de tal cheque - em branco, com a minha assinatura. Sei também que tal **pseudo-senhorita tem o costume de entrar em carros de vários homens para fazer programas**, etc., mas ignorava que tinha tais costumes. **Residindo nas imediações das ruas Pasteur, Tiradentes e Olegário Maciel**, esta **grã-fina de porão** nada mais é do que uma mulher bastante vulgar, porém **fantasiada com roupagem de filha de família distinta**.¹³⁵ [Grifos meus.]

Os chamados de *rendez-vous* eram locais de prostituição bem distintos do Baixo Meretrício. Margareth Rago observou que esses “ambientes mais discretos e aconchegantes” passaram a existir em São Paulo a partir da década de 1930.¹³⁶ No bairro Aeroporto, distante do centro da cidade, localizavam-se os principais *rendez-vous* de Juiz de Fora nos anos de 1960 e 1970. Eram quatro as casas de tolerância no Aeroporto: “Ângela”, “Português”,

¹³¹ PROSTITUTAS acham que contribuir com INPS é medida difícil. *Diário da Tarde*, 1 set. 1973, p. 2.

¹³² Idem.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ DAMA de Porão. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1974. Cartas dos Leitores, p. 2.

¹³⁶ RAGO, Margareth, 1996, p. 54.

“Titia” (o mais famoso) e “KM-4”, sendo os três últimos localizados na mesma rua. O *rendez-vous* da “Ângela” funcionava em uma colina. Essas casas que exploravam o lenocínio eram bem movimentadas, evidenciado pelo entra e sai de veículos (de alugueis e particulares), fato observado pela reportagem que esteve no local. A atenção da imprensa voltou-se para as casas ditas “suspeitas” do Aeroporto, após uma tentativa de homicídio onde uma mulher foi alvejada com três tiros disparados por seu amante. A cafetina responsável pelo *rendez-vous* da “Titia”, preocupada com a possível perda da “freguesia” motivada pelo crime na região, enviou uma carta ao jornal explicando que seu estabelecimento não teve relação com a ocorrência, uma vez que sua casa era “calma e respeitosa”.¹³⁷ Observa-se de um lado a reportagem buscando salientar os lugares como focos de exploração da prostituição e por outro a tentativa da cafetina em fazer crer que seu “negócio” era respeitoso e de credibilidade.

As sempre citadas cafetinas exerciam muito poder sobre as prostitutas, pois eram as responsáveis pela casa, pelos lucros, pelos homens e até pela vontade das mulheres.¹³⁸ Na Zona Boêmia, as cafetinas eram solicitadas para resolver questões entre prostitutas, sendo algumas apontadas como lésbicas.¹³⁹

Algumas mulheres que conseguiram sair da “vida fácil” retornaram às páginas dos jornais envolvidas em ocorrências policiais. As mulheres que agiram contra homens, que as tiram “daquele ambiente” foram representadas como ingratas, como ocorreu com Deolinda, que voltou a beber e a ofender “seu amásio e benfeitor” com quem tinha um filho.¹⁴⁰ Deolinda inicialmente agrediu verbalmente o companheiro com “palavras injuriosas”, mas como estava alcoolizada deu-lhe facadas e cacetadas.¹⁴¹ Em sua análise, Mariza Corrêa observou a questão da não regeneração de uma ex-prostituta, que atentou contra a vida de seu companheiro, que a retirou do “mercantilismo do sexo”.¹⁴² No auge da discussão com o companheiro a mulher procurou marcar-lhe o rosto com uma faca, o que provocou a violenta reação do homem que se voltou contra a agressora. A autora demonstrou a “tendência classística” das prostitutas de marcarem o rosto do oponente com objetos cortantes (navalhas, giletes, caco de garrafa, facas e canivetes).¹⁴³ A “ingrata” Deolinda também investiu contra seu benfeitor usando uma faca demonstrando que não abandonou estratégias próprias do universo das prostitutas, atitude que

¹³⁷ AEROPORTO: o paraíso dos rendez-vous. *Diário da Tarde*, 6 nov. 1968, p. 8.

¹³⁸ A difícil vida fácil. *Diário da Tarde*, 24 nov. 1969, p. 2.

¹³⁹ PADRE quer modificar os costumes de uma rua. Do amor fácil ao trabalho sério. *Diário da Tarde*, 4 ago. 1973, p. 3.

¹⁴⁰ MULHER embriagou-se e atacou o seu benfeitor a porretadas. *Diário da Tarde*, 9 jan. 1968, p. 6.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 59.

¹⁴³ Idem, p. 58-59.

reforçava o discurso proferido pelos jornais de que era prudente a uma mulher evitar o ingresso na órbita da prostituição, pois era difícil sair dela.

Em várias reportagens ficou explícito o descrédito quanto ao fim da prostituição: “A lei não pode, como não vai, agir nunca contra as prostitutas, simplesmente pelo fato de não poder intentar contra a liberdade de qualquer pessoa.”¹⁴⁴ Não era possível exterminar com a prostituição afirmou a imprensa, pois “elas [as prostitutas] sempre vão existir, como existem desde a criação do mundo”, mas esforços para reduzir as razões que levavam jovens a ingressar nessa órbita eram necessários.¹⁴⁵ O que fazer? Foi uma questão discutida nos jornais de Juiz de Fora.

A construção do Instituto das Meninas foi considerada uma solução para o problema das meninas que viviam “a vagar pelas ruas como se fossem farrapos humanos” e o jornal frisou que somente através de uma efetiva assistência às “órfãs ou desamparadas” estas estariam livres dos caminhos da prostituição.¹⁴⁶ No entanto, a concretização desse projeto foi muito complicada. As obras do Instituto foram paralisadas, em 1969, por problemas materiais e o editorial do *Diário Mercantil* pediu ajuda à sociedade local fazendo um apelo aos pais perto da data de comemoração de seu dia.¹⁴⁷ Essa situação se repetiu por várias vezes ameaçando a finalização do prédio que abrigaria o Instituto. Finalmente, o Instituto das Meninas foi inaugurado, mas não iniciou o funcionamento o que preocupou o vereador Olavo Gomes, que muito se empenhou para a sua realização.¹⁴⁸ As notícias de 1975 informaram que as autoridades não sabiam como ou não tinham condições para que o Instituto das Meninas entrasse em funcionamento. Diante do impasse da obra pronta e sem data para o início das atividades o vereador Olavo Gomes, que não aceitou dirigir o Instituto das Meninas, pensou em reunir senhoras da sociedade local para promover campanhas e fazê-lo funcionar.¹⁴⁹

A imprensa juizforana concordou que extinguir a prostituição era impossível, porém deixou clara a opinião de autoridades que a atividade era tolerável dentro dos limites da Zona Boêmia (ZB nos jornais) localizada “do outro lado do rio”, que foi recordista em ocorrências policiais sendo “o local mais agitado, sobretudo nos fins de semana”.¹⁵⁰ Portanto, a imagem

¹⁴⁴ LUPPI, Carlos Alberto. A difícil vida fácil. Elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da Tarde*, 10 jul. 1969, p. 8. (Segunda de uma série especial para o Diário da Tarde).

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ PELA redenção das meninas. *Diário Mercantil*, 7 ago. 1969, p. 2.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ INSTITUTO das Meninas paralisado entristece Olavo. *Diário Mercantil*, 31 jan. 1975, p. 3. JUIZADO vê Instituto das Meninas. *Diário Mercantil*, 5 mar. 1975, p. 1. INSTITUTO das Meninas ainda continua fechado. Idem, p. 8.

¹⁴⁹ D. SILVIA: nasce no lar o abandono dos menores. *Diário Mercantil*, 6 e 7 abr. 1975, p. 8. OLAVO Gomes não quer aceitar dirigir Instituto de Meninas. *Diário Mercantil*, 5 jun. 1975, p. 6.

¹⁵⁰ ZONA boêmia cada vez mais violenta perturba a polícia. *Diário Mercantil*, 16 ago. 1972, p. 6.

construída pelos jornais para a região foi negativa e preconceituosa uma vez que não sendo “um lugar não muito católico” era foco de muitas confusões e desordens.¹⁵¹ A solidariedade comum entre grupos que sofrem a opressão/exclusão não foi revelada nas páginas dos jornais, quando se referiam às relações sociais estabelecidas entre os moradores e os freqüentadores da região do Baixo Meretrício. O leitor tem a idéia de que a vida no local era uma constante tensão: prostitutas se agredindo, sendo agredidas por amantes, gigolôs, clientes ou policiais; tráfico de drogas; refúgio para ladrões e outros criminosos.¹⁵²

Os desentendimentos entre as prostitutas e dessas com seus amantes (gigolôs que as exploravam), que ocuparam muito espaço nos jornais analisados foram, em geral, motivados pelos ciúmes. As contendidas podiam não passar de brigas com agressões verbais e lutas corporais, mas em muitas ocorrências houve o uso de objetos cortantes, confirmando as observações de Mariza Corrêa.¹⁵³ A arma mais usual era a lâmina de barbear (gilete), seguida de facas, cacos de vidro e até a “Filarmônica” (marca de navalha). A confusão que envolveu quatro mulheres por causa do mesmo homem, na Rua Maria Perpétua nas imediações da Zona Boêmia ilustra bem a questão dos ciúmes e a disputa pelo gigolô: o rapaz que “tirava” dinheiro das quatro prostitutas (sendo três delas “Marias” com idades variando entre 18, 20 e 31 anos) queria ficar com todas, mas elas discordaram. Uma das mulheres de posse de um caco de vidro feriu o rapaz de 22 anos.¹⁵⁴

A Zona Boêmia, segundo as imagens divulgadas pela imprensa, contava com casebres e botecos onde residiam e freqüentavam mulheres sem nenhum *glamour*, com semblantes de cansaço, que trajavam roupas simples e tinham os cabelos desalinhados. Em muitas ocasiões, as prostitutas foram fotografadas ao lado de seus filhos que viviam no local. **(Anexo 33).**

A presença de crianças na Zona Boêmia levou às ocorrências envolvendo prostitutas e seus filhos, que chamaram a atenção nos noticiários policiais do período. No primeiro mês de janeiro de 1964, a história de Ana Fernandes, que bêbada dormiu sobre sua filha enquanto a amamentava ocupou várias edições dos jornais.¹⁵⁵ No ano seguinte, outro homicídio foi noticiado com sensacionalismo: “uma mundana exterminou a sua filhinha de dois meses” a

¹⁵¹ PLANTÃO Policial: Ameaçou com navalha. *Diário Mercantil*, 11 out. 1969, p. 6.

¹⁵² A Zona Boêmia era um “ponto” disputadíssimo pelos traficantes de drogas o que muito preocupou as autoridades policiais. Em 1996 a venda de maconha era o forte na “Zona”, cf. TRAFICANTES de maconha disputaram a bala o “ponto” mais importante da cidade: Zona boêmia. *Diário da Tarde*, 27 ago. 1966, p. 6.

¹⁵³ CORRÊA, Mariza, 1983, p. 59.

¹⁵⁴ ZONA boêmia cada vez mais violenta perturba a polícia. *Diário Mercantil*, 16 ago. 1972, p. 6.

¹⁵⁵ DRAMA no prostíbulo! Embriagada, dormiu sobre a filha. Ao acordar, procurou beijá-la. Era tarde: ela estava fria... morta. *Diário da Tarde*, 11 jan. 1964, p. 6. A história de Ana foi analisada no Capítulo 5: *Nem sempre amadas...*, no item 5.3. *Mocinhas ou bandidas: Elas também matam*.

quem deu a luz “tirada a ferro no PSM”, por asfixia empregando um travesseiro como arma do crime.¹⁵⁶ O fato ocorreu na pensão da Zilda, onde a prostituta Teresinha (também conhecida como Maria do Carmo ou Carminha) asfixiou a filha que chorava muito atrapalhando seu trabalho, aproveitando o momento em que o seu “freguês” de Petrópolis foi até o banheiro.¹⁵⁷ O “freguês” de Carminha, que já a conhecia de outro encontro no qual ele “hospedou-se com a acusada em um quarto do Hotel Renascença” e que passou a noite do crime em sua companhia, na mesma cama em que dormiu também o bebê, construiu a imagem da assassina: “julga que se trata de uma pessoa perturbada, pois hora afirma que o pai da criança havia morrido e às vezes dizia que iria apanhar dinheiro com o mesmo, tudo levando a crer que se trata de uma anormal.”¹⁵⁸ A legenda da fotografia que mostrou a acusada do crime com um olhar perdido e os dedos de uma das mãos na boca apoiado no queixo, a apresentou aos leitores e construiu uma representação negativa para mulher:

a homicida perversa e desclassificada Teresinha (...), que **abateu friamente** sua filhinha (...), de apenas dois meses de idade. Depois de ser interrogada pelos policiais da delegacia de Segurança Pessoal a acusada **cinicamente** confessou o delito alegando que a infeliz criança chorava demais. **Tal ato indigno revela seus maus instintos e contraindo mais uma dívida da qual não se livrará entre as grandes, indeterminadamente ficará para aquilatar o impensado gesto que praticou.**¹⁵⁹ [Grifos meus]

O retrato traçado para a prostituta acusada do crime, no texto supracitado, foi marcado pela animalidade, as palavras “abateu” e “instintos” são dotadas de forte negatividade. Ao passo que a reportagem do *Diário da Tarde* referiu-se de forma mais amena e deu menor relevo à prostituta Cleuza, que embriagada dormiu em cima de seu filho de um ano de idade, matando-o por asfixia, fato que percebeu ao acordar e informou à “sua ‘dona de casa’”, isto é, à cafetina.¹⁶⁰ A prostituta tentou justificar a morte do filho denunciando a precariedade dos cômodos alugados pelas cafetinas na Zona Boêmia, uma vez que seu quarto não tinha chave, desconfiava que alguém entrou nele “afim de liquidar a criança.”¹⁶¹

A aplicação de golpes, conhecidos na gíria policial como o conto do “suadouro” e o conto do “balão apagado” pelas prostitutas em seus “clientes” foi outro aspecto do cotidiano

¹⁵⁶ A perversa da rua Henrique Vaz merece xadrez por tempo indeterminado: matou criança sob violências. *Diário da Tarde*, 22 out. 1965, p. 6.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Ibidem.

¹⁶⁰ PROSTITUTA dorme em cima do filho que morre asfixiado. *Diário da Tarde*, 14 ago. 1969, p. 7. Outro caso semelhante ocorreu anos depois na Zona Boêmia: a meretriz Cláudia, 21 anos, oriunda de Marquês de Valença, mãe de dois filhos, com várias entradas na polícia e que respondia a processo na Justiça, matou o filho de um ano e dezoito dias, ao deitar-se sobre o mesmo quando o amamentava, após chegar bêbada em casa. Cf. MULHER dorme sobre o filho e o mata. *Diário da Tarde*, 19 fev. 1973, p. 8.

da Zona Boêmia, que fizeram as mulheres que atuavam no local ficarem famosas. A prostituta Ana Fernandes, a mesma do infanticídio em 1964, era uma especialista nesses golpes e por isso foi considerada a “rainha do suadouro”, sendo suas vítimas dezenas que acreditaram em sua “boa conversa” e não conheciam essa sua “virtude”.¹⁶² O conto do suadouro, como esclareceu uma reportagem especial sobre o tema, consistia na ação da prostituta auxiliada por um cúmplice: o “cliente” que pernoitava, não percebia que sua carteira era roubada por um comparsa da mulher de quem contratou os serviços.¹⁶³ O conto do “balão apagado” era similar ao do “suadouro”, ou seja, o dinheiro do cliente sumia misteriosamente. Ana Fernandes em cumplicidade com a prostituta Maria do Carmo aplicou o conto do “balão apagado” em um “cliente” que denunciou o fato, mas a quantia furtada não apareceu uma vez que se tratava “de uma mulher experiente na arte de furtar, tão logo consegue o dinheiro, dá sumiço nele, dificultando o trabalho da polícia.”¹⁶⁴

A leitura dos jornais possibilitou vislumbrar a sexualidade das mulheres que habitavam a Zona Boêmia. Muitas tinham amantes que na maioria dos casos as exploravam, além de não lhes dedicarem o carinho desejado gerando conflitos entre o casal. Outras prostitutas mantinham relações homossexuais que foram descritas por um detive que atuava na área: “o lesbianismo segue curso normal lá na zona do baixo meretrício. Algumas donas de pensão têm suas ‘amantes exclusivas’ que, em geral, são moças novinhas vindas das cidades vizinhas.”¹⁶⁵ Em um caso noticiado pelo *Diário da Tarde*, os ciúmes entre prostitutas lésbicas provocaram ameaça de morte com uso de garrucha.¹⁶⁶ Em trabalho de pesquisa iniciado em 2003 em Curitiba, Evelyn Raquel Carvalho e Suzana Maria Borges observaram a presença de relações homoeróticas entre prostitutas e também a existência de “proprietária de casa” assumidamente homossexual.¹⁶⁷ No entanto, as pesquisadoras verificaram que

em algumas das casas, as profissionais definiram como “putas” as mulheres que mantêm relação sexual com outras mulheres. Podemos assim observar a existência do preconceito entre as próprias profissionais, em que o diferente continua a ser motivo de exclusão e distanciamento, ainda que em determinadas situações elas enfrentem a mesma realidade.¹⁶⁸

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² ANA, a “rainha do suadouro” foi presa outra vez em JF. *Diário da Tarde*, 13 mar. 1971, p. 8.

¹⁶³ “SUADOURO” é um golpe fácil e sem perigo: a vítima nunca reclama. *Diário da Tarde*, 26 nov. 1969, p. 8.

¹⁶⁴ BALÃO apagado dá cadeia a duas prostitutas. *Diário da Tarde*, 28 jan. 1971, p. 8.

¹⁶⁵ PADRE quer modificar os costumes de uma rua. Do amor fácil ao trabalho sério. *Diário da Tarde*, 4 ago. 1973, p. 3.

¹⁶⁶ AMOR proibido de mulheres acaba em quase morte. *Diário da Tarde*, 15 out. 1971, p. 8.

¹⁶⁷ CARVALHO, Evelyn Raquel; BORGES, Suzana Maria. “Babados e batalhas - a difícil vida fácil das profissionais do sexo em Curitiba.” In: *Tuiuti: Ciência e Cultura*. Curitiba, 2005. pp. 73-89. p. 85.

¹⁶⁸ Idem.

Além da questão da sexualidade, outro dado importante em relação ao universo da prostituição em Juiz de Fora se refere ao grande número de tentativas de suicídios por prostitutas, na maioria mulheres jovens.¹⁶⁹ Os atentados contra a própria vida ocorriam geralmente dentro da Zona Boêmia, após brigas com colegas ou amantes. Os adjetivos mais utilizados pela imprensa local para qualificar as prostitutas que tentavam o suicídio foram: “tresloucada”, “desiludida”, “alcoólatra inveterada” ou “infeliz”. Acerca das formas como as prostitutas tentavam o suicídio, o *Diário da Tarde* informou:

Segundo as estatísticas vêm apontando, atualmente o maior número de suicídios e tentativas de suicídio ocorrem no baixo meretrício da cidade. O meio mais usado é por intermédio de lâminas de barbear, chegando as quase suicidas a se cortarem nos pulsos e em outras partes do corpo. Em segundo lugar figura o delito pelo fogo. A vítima despeja um pouco de álcool nas vestes e depois coloca fogo. Finalmente, a terceira modalidade usada é a morte por afogamento, tendo esta tarefa facilitada porquanto o rio Paraibuna passa pelo baixo meretrício e já fez um grande número de vítimas.¹⁷⁰

Entre as várias tentativas de suicídio de prostitutas noticiadas, destacou-se a história de uma jovem com 18 anos de idade, moreninha baiana de Feira de Santana, que resolveu dar fim à sua vida em 1972. A jovem que “desde pequena, sua vida foi irregular e de muito sofrimento”, morava sozinha na Rua Henrique Vaz (a notícia frisa a situação de solidão da moça ao usar o subtítulo “SOLIDÃO”) e era apaixonada por um jovem com quem havia marcado um encontro.¹⁷¹ Como o rapaz não apareceu a prostituta, que estava grávida, bebeu durante toda a noite e embriagada atirou-se nas águas do rio. Um homem desconhecido que passava pelo local atirou-se no rio e salvou-a. Porém, ele não teve a mesma sorte, pois morreu afogado e o corpo desapareceu somente sendo encontrado dias depois. No Pronto Socorro, a jovem baiana demonstrou “pena do rapaz que morreu para salvar sua vida”, tristeza porque o namorado não foi visitá-la e uma vontade de voltar à Bahia e viver até a velhice.¹⁷² Portanto, a história dessa jovem prostituta baiana retratou bem a realidade de inúmeras mulheres que

¹⁶⁹ O ano de 1968 foi exemplar em termos de tentativas de suicídio de prostitutas. Alguns casos apurados nesse ano foram: MULHER tentou suicidar-se e foi espancada pelo amásio. *Diário da Tarde*, 27 abr. 1968, p. 6. PROSTITUTA cansada da vida quis morrer no Paraibuna. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1968, p. 6. ALCOÓLATRA inveterada ingeriu os comprimidos e quase se “apagou”. *Diário da Tarde*, 11 jul. 1968, p. 6. (Essa reportagem é interessante, pois informa que uma prostituta, que fazia o *trottoir* na Praça da Estação e uma dona-de-casa da Zona Sul da cidade tentaram suicídio no mesmo dia, ou seja, duas “Marias” com vidas diferentes e a mesma opção: deixar de viver ingerindo comprimidos). MULHER queria matar-se, mas foi dominada a força. *Diário da Tarde*, 9 ago. 1968, p. 6. CHEIA de cachaça ateou fogo no quarto. *Diário da Tarde*, 5 nov. 1968, p. 6. Nos noticiários de 1972 tentativas de suicídio de prostitutas também ganharam evidência, como por exemplo: UM fim de semana trágico 4 mulheres se desesperam. *Diário Mercantil*, 5 dez. 1972, p. 6.

¹⁷⁰ PROSTITUTA cansada da vida quis morrer no Paraibuna. *Diário da Tarde*, 9 jul. 1968, p. 6.

¹⁷¹ MULHER quis morrer; rapaz foi primeiro. *Diário Mercantil*, 4 ago. 1972; p. 6.

¹⁷² Idem.

viviam da prostituição: vidas miseráveis na infância; famílias que as rechaçaram de casa, após terem “se perdido”; a solidão da vida na Zona Boêmia; o desejo de carinho e a necessidade de apaixonar-se; a gravidez não desejada e o sonho de voltar à terra natal.

Para tentar amenizar o sofrimento das prostitutas e de seus filhos residentes na região do Baixo Meretrício de Juiz de Fora religiosos católicos e membros da sociedade civil, reunidos na Obra Social Nossa Senhora Aparecida, que era ligada à Ação Social Arquidiocesana, organizaram atividades assistenciais. A idéia de criar um serviço de ajuda às meretrizes surgiu junto com as obras do Dormitório São Vicente de Paulo, localizado em uma rua próxima à Zona Boêmia.¹⁷³ O sr. Ernane Lara Mourão diretor da Ação Social Arquidiocesana descreveu a criação da obra:

(...) Inesperadamente, por inspiração de Deus, diríamos, uma “dona de casa”, acometida de doença grave e já em seus últimos dias ofereceu ao “Grupo da Noite” o prédio de sua propriedade, à rua Henrique Vaz n. 269, manifestando o desejo de que viesse a ser utilizado em benefício e não para perdição de pobres mulheres, como fora no passado.

Poucos dias depois, a senhora morreu e, a pedido da Ação Social Arquidiocesana, o prefeito Ademar Rezende de Andrade desapropriou o imóvel (por NCr\$ 1.500,00) e o doou para a finalidade expressa pela “dona de casa”.¹⁷⁴

A obra assistencial enfrentou vários problemas desde a sua criação provocando várias paralisações, mas com a chegada dos religiosos franceses – padre Bernard Marcel Crochet e da irmã Maria da Cruz, da Congregação das Filhas da Cruz – tudo mudou.¹⁷⁵ O trabalho revitalizou-se e em 1966 foi organizada a Obra Social Nossa Senhora Aparecida, nome escolhido devido “a grande devoção à Padroeira do Brasil entre as infelizes, a imagem da Virgem é comumente vista nos quartos e o nome de Aparecida é dos mais usados”, além da proximidade da Igreja dedicada a Nossa Senhora Aparecida.¹⁷⁶ O certo é que a obra cresceu e ganhou respeito na sociedade local.¹⁷⁷

O Posto Médico, que durante os dez anos de funcionamento foi fechado por duas vezes por não ter havido entrosamento entre as pessoas que o dirigiam e as mulheres que viviam na Zona Boêmia, contava em 1973 com dois médicos ginecologistas e um psiquiatra, remunerados pela Prefeitura Municipal, oferecia remédios conseguidos através de doações e

¹⁷³ O objetivo do Dormitório São Vicente de Paulo, existente até hoje, é oferecer um abrigo somente durante a noite, para a população de rua e migrantes que chegam a Juiz de Fora em busca de trabalho.

¹⁷⁴ PROMOÇÃO HUMANA (I). “Operárias da noite” encontram compreensão e amor fraternal. *Diário Mercantil*, 28 e 29 set. 1969, p. 8. A expressão “dona de casa” usada entre aspas em reportagens sobre a vida na Zona Boêmia, refere-se às cafetinas, donas de casas de prostituição.

¹⁷⁵ ESTA freira francesa, única irmã das mulheres da zona. *Diário Mercantil*, 14 a 20 jul. 1971. Suplemento Júnior, s/p.

¹⁷⁶ PROMOÇÃO HUMANA (I). “Operárias da noite” encontram compreensão e amor fraternal. *Diário Mercantil*, 28 e 29 set. 1969, p. 8.

atendia 200 casos diariamente, sobretudo as doenças venéreas.¹⁷⁷ Em 1973, existiam dois Lares de Santa Cruz, um na Rua Howian e outro na Rua Alencar Tristão, ambos localizados fora da Zona Boêmia. Nesse ano, 20 crianças eram assistidas pela obra, cujo objetivo principal era encaminhá-las para “uma vida normal”.¹⁷⁸ Assim, os filhos seriam os instrumentos para alcançarem as mães e convencê-las a deixarem a vida na prostituição, evitando assim o caminho de Dona Rosa, a “Mãezinha”, antiga dona de pensão que

com aproximadamente 98 anos, está parálitica e cega. De antiga cafetina, transformou-se em uma ruína humana, onde a sujeira e a fome são constantes em seu fim de vida. De mocinha de alto cachê a cafetina, e disto para o asilo de velhos ou o cemitério. Sem filhos, sem ninguém, apenas com a fome e a doença apressando a morte, esta é a herança que a prostituição lhe deu.¹⁸⁰

O projeto assistencial na Zona Boêmia incluía a alfabetização das mulheres, trabalho que inicialmente era desenvolvido pela irmã Maria da Cruz e depois houve a inclusão das prostitutas no Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) e cursos profissionalizantes como o de corte e costura, que também enfrentou dificuldades devido à falta de professoras dispostas a atuarem na região.¹⁸¹

Na reportagem onde foram analisados os projetos sociais realizados na Zona Boêmia, o panorama da região foi traçado:

Na rua suja, onde transitam várias pessoas, 150 mulheres vendem o prazer por 10, 5 e até 2,00. Estas mulheres sem apoio familiar, sem favores da sorte, desembocam na Rua Henrique Vaz à procura do dinheiro para sua sobrevivência. Esse dinheiro é gasto quase todo em bebidas, e dividido com o amante gigolô ou, em alguns casos, enviando ao pai que “na roça precisa tratar dos irmãos menores.”
(...)

As 20 pensões existentes na Rua Henrique Vaz, mantidas pelas diárias variáveis – de 15 a 20 cruzeiros – com alimentação deficiente, quartos minúsculos, falta de higiene e constantemente lotadas pelas garotas previamente escolhidas pela cafetina, constituem o que há de melhor naquele ambiente de miséria e vícios.

Das 200 mulheres que são fichadas na Delegacia de costumes, apenas 150 estão atualmente residindo na Henrique Vaz, nos quartos das já citadas pensões ou em barracos precariamente construídos. A idade destas mulheres varia entre 15 a 70 anos e todas com aspecto precário.¹⁸²

A precariedade da região do Baixo Meretrício foi destacada nos jornais dos anos de 1970, que anunciaram a decadência da Zona Boêmia, que era “apenas um pálido retrato de

¹⁷⁷ LAR Santa Cruz, uma idéia que venceu a incompreensão. *Diário Mercantil*, 15 e 16 jun. 1975, p. 8.

¹⁷⁸ PADRE quer modificar os costumes de uma rua. Do amor fácil ao trabalho sério. *Diário da Tarde*, 4 ago. 1973, p. 3.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ PROMOÇÃO HUMANA (II). “Principal objetivo da obra é levar um pouco de calor às mulheres marginalizadas”. *Diário Mercantil*, 30 set. 1969, p. 8.

¹⁸² Idem.

seus tempos de ouro, quando a cidade quase nada oferecia em matéria de entretenimento e a prostituição era o fenômeno social da moda”.¹⁸³ A visão de estudiosos para os quais o fenômeno da “morte gradativa e silenciosa da zona boêmia” era uma característica da evolução dos costumes foi exposta pela reportagem, da qual foi extraída a citação a seguir.¹⁸⁴

Hoje, a zona boêmia, que tanta atração exercia sobre os menores que se iniciavam nos segredos do sexo, sobre os menos favorecidos economicamente e sobre os recrutas que viam nela uma válvula de escape à sua vida, é um retrato melancólico de sua época áurea. Simplesmente tornou-se desnecessária, mesmo considerando-se os usos e costumes da tradicional família mineira. O acréscimo da criminalidade em seus limites ocorreu na mesma proporção em que a evolução tornou pitoresco apenas a existência de tais meios que antes marcavam as noites do juizforano.

EVOLUÇÃO

É certo que isto não obriga a reconhecer que houve uma transferência que canalizou as atenções masculinas para outra forma de satisfação sexual, sem os perigos que pode trazer o contágio do “manuseio” quantitativo e qualitativo das mulheres da vida. É certo, porém, que de repente as classes mais favorecidas viram-se diante do fenômeno social que as envolve em suas próprias casas, embora muitas vezes não tenham a coragem de reconhecê-lo, sob o risco de verem desabar todos os séculos de dominação religiosa, hoje, já, posta em xeque na prática. Falta-lhes coragem para admitir a realidade.

Mary Quant era uma obscura inglesa até que inventou a minissaia, comodamente aceita pelos países tropicais, sendo a forma mais cruel e terrível de estabelecer o paradoxo no qual insistem os homens de terno. As pílulas anticoncepcionais existem tanto quanto é verdade que o homem foi à Lua. A frente única veio para derrubar todas as barreiras e a “tanga” ipanemense está aí para mostrar que “não é de brincadeira”. A responsabilidade paterna, hoje, não se mede pelo controle do horário caseiro, mas sim pelo grau de moral inculcado nos filhos, dando-lhes liberdade para escolherem a melhor vida, como todo ser humano tem direito.

As reflexões puras e simples, a análise ligeira sobre o fim próximo da zona boêmia englobam uma série de fatores que ultrapassam os horizontes policiais e geográficos, onde ela se localiza e indicam uma profunda mudança, sigilosa e maneira, nos costumes e usos da sociedade local, que, teimosamente, destaca as tradições mineiras mais caras incoerentes com a situação em que vive, sob o “stress” do homem atual.¹⁸⁵

A reportagem apontou a diminuição no número de prostitutas em Juiz de Fora, que em 1970 eram 700, em 1972 este número caiu para 600 e em 1973 devido a repressão policial que foi colocada em prática havia a previsão para o esvaziamento da zona boêmia em quarenta por cento.¹⁸⁶

A crise na Zona Boêmia, por “falta de mercado” tornou-se notícia em 1974. A situação das prostitutas do local não era nada boa, pois a mudança dos costumes que gerou a

¹⁸³ ZONA boêmia entra em decadência e vira foco de marginais. *Diário da Tarde*, 10 abr. 1973, p. 7.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Ibidem. No estudo acerca da prostituição em São Paulo, Margareth Rago aponta motivos semelhantes (como a “revolução sexual” e a alteração dos costumes e padrões comportamentais) para o declínio a partir da década de 1960 da prostituição que emergiu em fins do século XIX no Brasil. Cf. RAGO, Margareth, 1996. p. 52.

¹⁸⁶ ZONA boêmia entra em decadência e vira foco de marginais. *Diário da Tarde*, 10 abr. 1973, p. 7. Algumas reportagens de 1972 reforçaram o número de prostitutas em Juiz de Fora em torno de 600, cf. JUIZ DE FORA tem 641 prostitutas. A mais velha é vovó e tem 64 anos. *Diário da Tarde*, 14 dez. 1972, p. 2.

falta de “clientes” trouxe dificuldades financeiras às mulheres, que às vezes ganhavam para o almoço, mas tinham que se contentar com um sanduíche com café no jantar. O tabelamento dos preços dos programas, teria sido sugerido por um comerciante da região, conhecedor do drama das mulheres.¹⁸⁷ O certo é que as prostitutas estavam faturando cada vez menos:

Em 1968, uma prostituta pagava de 100 a 120,00 mensais para morar e fazer refeição. Em média seus gastos não passavam de trezentos cruzeiros. Hoje, em 1974, ela paga 600,00 entre moradia e refeições diárias e seus gastos mensais chegam até a 900,00. Em 68 os preços das “consultas” variavam entre quatro e cinco cruzeiros. De 1970 em diante, passaram a cobrar dez cruzeiros. Isto significa que, enquanto o custo de vida e os gastos tiveram um aumento de mais de 100% o lucro continuou o mesmo, ou pior, decaiu com a frequência.¹⁸⁸

Em 1975, outra reportagem deu contornos melancólicos à situação da Zona Boêmia de Juiz de Fora. A matéria lembrou o auge da boemia na cidade nos anos de 1940 quando o foco da prostituição se concentrava nos bordéis da Rua Floriano Peixoto, no Centro. Mas foram fatais para a Zona Boêmia a mudança de costumes e a proximidade de Juiz de Fora com grandes centros como o Rio de Janeiro de onde vinham as novidades que chegavam rapidamente à cidade. Os jovens universitários não mais resolviam seus problemas sexuais com as prostitutas. Assim, observou a matéria jornalística, a sobrevivência da Zona Boêmia, diante de outras opções, incluindo os estabelecimentos que ofereciam prostituição de melhor nível, se dava graças a uma faixa especial de freqüentadores que se apegavam a hábitos nostálgicos que em outras épocas marcaram os costumes sociais.¹⁸⁹

A repressão contra as prostitutas que insistiam em aliciar homens nas ruas de Juiz de Fora freqüentadas por famílias foi ininterrupta. A cidade além de ser um espaço sexuado, como afirmou Michelle Perrot, é também “intersexuada”. Existem os espaços para as mulheres “honestas” e os para as “públicas” e quando os contornos invisíveis desses mundos são rompidos a repressão se faz presente. O discurso encampado pela imprensa e pelas autoridades policiais não visava exterminar a prostituição em Juiz de Fora, tarefa considerada impossível, mas pretendia pelo menos ocultá-la confinando-a ao espaço limitado da Zona Boêmia ou aos *rendez-vous* distantes do centro da cidade e dos olhares conservadores.

Os projetos para solucionar a questão social da prostituição foram poucos. A antiga Zona Boêmia foi se definindo devido às mudanças de costumes em torno do sexo, como afirmam muitos moradores de Juiz de Fora: “Acabou a Zona porque a cidade virou uma

¹⁸⁷ ZONA boêmia vive crise de mercado. *Diário da Tarde*, 16 abr. 1974, p. 1. PROSTITUTAS querem tabela no comércio. *Idem*, p. 3.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 3.

¹⁸⁹ COMPORTAMENTO muda e mata aos poucos a boemia. *Diário da Tarde*, 7 mar. 1975, p. 2.

Grande Zona.” As prostitutas renderam inúmeras matérias jornalísticas, que as retrataram com desconfiança, preconceito e moralismo, este último chancelado pelo regime militar. Poucos foram os textos que as apresentaram como “serem humanos”, isto é, pessoas dotadas de sentimentos e com uma história que merecia ser ouvida com respeito.

Em sua pesquisa Maria Aparecida de Aquino observou a censura integral a um artigo que tratava da problemática da prostituição, no trecho transcrito pela autora a prostituta entrevistada mostrou sua disposição em não largar aquele tipo de vida, mesmo sofrendo violências por parte dos “clientes”.¹⁹⁰ Nesse caso, a censura é explicada porque ao contrário das matérias publicadas pelos jornais *Associados* juizforanos acerca dos males da prostituição que enfatizaram a idéia de que esse era um caminho ruim; a prostituta “Diva” entrevistada no artigo vetado mencionado por Aquino, insistiu na prática do *trottoir* abominada pelo governo da ditadura, assim como incentivou a ociosidade do companheiro, ao preferir que ele ficasse em casa sem desempenhar seu papel de homem provedor, atitude que não se adequava ao “projeto masculinizante” dos militares no poder.¹⁹¹

As representações das prostitutas de Juiz de Fora, que incomodavam vários setores da sociedade preocupados com a moral, se revestiram de negatividade desde as denominações até as fotografias tiradas em ângulos que reforçaram as suas condições de miseráveis: cabelos em desalinho, roupas maltrapilhas, corpos em poses não “decentes”, a humilhação das detidas em operações policiais... As imagens construídas pela imprensa juizforana criavam nos leitores uma repulsa ao mundo do meretrício, que deveria ser evitado, pois era difícil romper com a “vida fácil”. Portanto, ao sugerir um jogo de quebra-cabeças, no qual as peças se encaixavam harmoniosamente, constituído por imagens e textos que desqualificavam as prostitutas e a prostituição, a imprensa cumpriu com o papel pedagógico e ideológico de mostrar o caminho para ser uma mulher honesta em “Paraiburgo”.

¹⁹⁰ AQUINO, Maria Aparecida de, op. cit., p. 177-178. A autora informa que o artigo totalmente vetado foi: “Elas” de Rachel Moreno, que deveria ser publicado na revista *Movimento* de 13 de nov. de 1977.

¹⁹¹ Idem. A expressão “projeto masculinizante” foi extraída de ARAÚJO, Paulo César de. op. cit., p. 140.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se eu me esquecer de ti, Juiz de Fora, que como no salmo, minha mão direita se resseque e que a língua se me pregue no céu da boca. (Rachel Jardim. “Elegia”. *Num Reino à Beira do Rio*. p. 91.)

A idéia de analisar as representações de gênero em Juiz de Fora de 1964 a 1975, através das lentes do *Diário Mercantil* e do *Diário da Tarde*, os dois maiores jornais em circulação na cidade no período, foi colocada em prática no presente trabalho e trouxe surpresas, assim como a confirmação de hipóteses. Como foi feita a opção de abranger muitos aspectos referentes à questão do gênero nos jornais, a riqueza das fontes pesquisadas impediu um aprofundamento de muitos aspectos, o que abre leque para outras pesquisas empíricas.

Juiz de Fora, revelada na análise dos referidos diários, mostrou ser uma cidade que vivenciou o complexo contexto histórico onde mudanças comportamentais acenavam para a sexualidade mais livre e os avanços da ciência explicitados pela pílula anticoncepcional se processaram em um momento político em que o país estava sob uma ditadura civil-militar, que prezava os valores de uma civilização cristã ameaçada por doutrina vista como atéia. O medo do comunismo, que levou multidões engrossadas pelo elemento feminino às ruas, foi uma justificativa para o moralismo e a defesa dos “bons costumes”. Os múltiplos ingredientes que compuseram a História do período: ditadura, repressão, censura, avanços científicos, discursos da Igreja Católica, contracultura, contestação, movimento *hippie*, métodos anticoncepcionais, nova família, feminismo... foram interpretados em Juiz de Fora, cidade do interior de Minas Gerais, que se configurava como um pólo de atração regional na Zona da Mata, ou seja, era uma “metrópole interiorana”.

Nessa “metrópole interiorana”, apelidada de “Paraiburgo” múltiplas histórias de mulheres se desenvolveram. A maioria delas continua “invisível” aos nossos olhos, mas outras se tornaram “visíveis”, pelo menos em alguns aspectos, quando por motivos diferentes se tornaram notícias de e nos jornais. As histórias dessas mulheres representadas no e pelo *Diário Mercantil* e o *Diário da Tarde* tiveram “tramas” e “texturas” diversas, mas uma “costura” única, que as uniu e deu uniformidade na diversidade, isto é, a norma básica era: “ser direita e parecer direita...”.

As representações de mulheres que fugiram ao padrão de honestidade estabelecido foram revestidas de negatividade. Embora, aos poucos novos tipos de relacionamentos entre os sexos, novas formas de sociabilidade, atitudes e valores, começassem a ser aceitos, ainda

persistiu na imprensa um modelo preconcebido para os gêneros. As mulheres que transgrediram os papéis de boa mãe e esposa, aquelas que viviam como prostitutas ou que ingressaram no mundo do crime, tornando-se homicidas ocuparam lugar de destaque nas manchetes, que às vezes as associaram à “quase animais” ou “loucas” por causa de seus atos. A imprensa que se nutre de escândalos para conseguir vender e sobreviver no mercado capitalista sempre utilizou com maestria os dramas pessoais, sobretudo aqueles em que o sangue verte provocado pela mistura amor-abandono-ciúme.

Em consonância com o discurso do Judiciário, muitas mulheres vítimas de agressões violentas cometidas por seus parceiros foram representadas pela imprensa como culpadas. Por adotarem comportamentos considerados “suspeitos” para uma mulher “direita”, como vestir-se bem e de forma provocativa, transitar por determinada rua, chegar em casa em horário considerado impróprio desqualificavam a vítima, assim como trajar-se como homem e adotar atitudes consideradas próprias “de homem”.

Parafraseando Michel Foucault, os jornais exerciam o papel de vigiar, punir e premiar as mulheres. Em uma sociedade interiorana e num contexto histórico ditatorial, a imprensa vigiava os passos femininos, elogiando determinadas atitudes e condenando outras, delimitando espaços e fazeres para uma “mulher direita”. As mulheres que desempenharam profissões ditas “masculinas”, premiadas com reportagens especiais, foram representadas como profissionais que não tinham rompido com o ideal de mãe e avó, pois frisaram a alegria que sentiram ao desempenhar esses papéis culturalmente femininos.

A hierarquia e a distribuição das notícias nos jornais evidenciavam e demarcavam o que merecia mérito e o que deveria ser reprovado. As damas “premiadas” ficavam “protegidas” pelas páginas internas das colunas sociais e dos cadernos especiais de domingos, onde seus fazeres em prol da comunidade, suas presenças irradiantes em festas e eventos, suas histórias e perfis eram traçados. Ao passo que, as mulheres que transgrediram os papéis de gênero ocupavam as extremidades dos periódicos, sobretudo no *Diário da Tarde* onde forneciam manchetes sensacionalistas para a primeira página e estavam presentes nas minúcias das ocorrências policiais que compunham a diagramação da última página.

A sociedade juizforana, cuja voz se fez ouvir nos jornais diários dos anos de 1960 e 1970, ainda impunha valores para uma mulher “ser e parecer direita”, sendo essa máxima que continuou a nortear vidas e noticiários, embora as conquistas femininas ocorridas no período. Assim, como observou Rachel Jardim, da mesma forma que as montanhas e mais montanhas circundam e delimitam Juiz de Fora em um eterno claustro, a imprensa em consonância com a sociedade que representava ditou e normatizou o que era ser uma mulher em “Paraiburgo”.

FONTES

Impressas

Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes – Juiz de Fora/MG

Jornais

Diário Mercantil – vários números

Diário da Tarde – vários números

Gazeta Comercial – vários números

Tribuna de Minas - 29 mar. 1984

Tribuna de Minas. Suplemento especial comemorativo do 147^o aniversário de Juiz de Fora. Paraibuna: o futuro pulsa nas curvas do velho rio.

Revistas

Momentos – vários números

O Lince – vários números.

Razões – vários números.

Arquivo Histórico da Cidade de Juiz de Fora/MG

Jornais

Diário Mercantil – vários números

Diário da Tarde – vários números

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003.

ALMEIDA, Rosemary de O. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. *O que é o feminismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ANTUNES, Priscila. Bomba em Riocentro. In: HERSHBERG, Eric; AGÜERO, Felipe. *Memorias militares sobre la repression en el Cono Sur: visiones em disputa em dictadura y democracia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005. pp. 71-106.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARANTES, Livia Maia C. *Desenvolvimento da TV em Juiz de Fora: um olhar sobre a TV Alterosa*. Disponível em:
<http://reposcom.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17201/1/R3469-1.pdf>.
 Acesso em: 6 abr. 2008.

ARAÚJO, Paulo César de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.

ARCHANJO, Lea R. “Ser Mulher na década de 50 – Representações sociais veiculadas em jornais.” In: TRINDADE, Etelvina Maria de. (org.) *Mulheres na História: Paraná – Séculos 19 e 20*. Curitiba: Universidade Federal do Pará. Departamento de História. Cursos de Pós-Graduação, 1997. pp. 148-172.

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do Golpe - 1962/1964*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2001.

BARROS, José D’Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARSTED, Leila Linhares. “Permanência ou mudanças? O discurso legal sobre a família”. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de. et. al. (orgs.) *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.

BASSANEZI, Carla. “Revistas Femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)”. In: *Cadernos Pagu*, n.1, 1993. pp. 111-148.

_____. “Mulheres nos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BERQUÓ, Elza. “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privado no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 411-437.

BESSA, Karla A. Martins. “O crime de sedução e as relações de gênero”. In: *Cadernos Pagu*, n. 2, 1994. pp. 175-196.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *A dominação Masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAPELATO, Maria Helena R.. *A imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARLOS, Ana Fani A.. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. “31 de marzo de 1964 em Brasil: memórias deshilachadas”. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las Conmemoraciones: las disputas en las fechas “in-felices”*. Madrid: Siglo XXI, 2005. pp. 195-204.

CARVALHO, Evelyn Raquel; BORGES, Suzana Maria. “Babados e batalhas - a difícil vida fácil das profissionais do sexo em Curitiba.” In: *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, 2005. pp. 73-89. Disponível em: http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/TCC_online/Babados/babados.pdf

CARVALHO, Margareth Maria Mendes. *A história da implantação da TV em uma cidade interiorana: memórias de um homem apaixonado pela tecnologia*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. V Congresso Nacional de História da Mídia. São Paulo. 31 mai. 2 de jun. 2007. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0198-1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2008.

CAUFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2000.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 1. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre prática e representações*. Lisboa/Rio: Difel/Bertrand, 1988.

_____. “O Mundo como representação”. In: *Estudos Avançados*. 11(5), 1991. pp. 173-191.

_____. “‘Cultura Popular’: revisitando um conceito historiográfico”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/172.pdf>.

_____. “Textos, impressão, leituras”. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. pp. 211-238.

_____. “Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica”. In: *Cadernos Pagu*, n. 4, 1995. pp. 37-47.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004. pp. 271-302.

CORDEIRO, Janaína Martins. “A Nação que se salvou a si mesma”. *Entre Memória e História, a Campanha da Mulher pela Democracia (1962-1974)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2008.

CORRÊA, Maurício de Castro, *Ação Integralista Brasileira: seus reflexos em Juiz de Fora*, trabalho apresentado ao DCE, Juiz de Fora, 1973.

CORRÊA, MARCOS. *O discurso golpista nos documentários de Jean Manzon para o Ipês (1962/1963)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2005.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Joanice G. *ENTRE CRISTO E BARRABÁS: A Ordem Dominicana na crise do Governo João Goulart*. Dissertação de Mestrado, Ciência da Religião, Juiz de Fora: UFJF, 2004.

COSTA, Mari Angela Herédia da. *PRB-3: Meu ouvinte, meu amigo – A história do Padre Wilson Valle da Costa*. Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2003.

COSTA, Suely Gomes. “Gênero e História”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003. pp. 187-208.

COUTO, Márcia Thereza. “Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero”. In: *Revista Antropológicas*, ano 9, v. 16(1), 2005. pp. 197-216.

COUTINHO, Iluska; FELZ, Jorge. “Memória e poder: o Golpe de 64 na imprensa de Juiz de Fora”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo. v. 27, n. 2, jul./dez., 2004. pp. 149-166.

COUTINHO, Iluska. *Colonismo e Poder: representação nas páginas de Jornal*, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/coutinho-iluska-colunismo-poder.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2008.

CUNHA, Maria de Fátima da. “Homens e Mulheres Nos Anos 1960/70: Um Modelo Definido?” In: *História: Questões & Debates*, n. 34, Curitiba: Editora da UFPR. 2001. pp. 201-222.

DELMANO, Celso. *Código Penal Comentado*. 3. ed. Edição Renovar: Rio de Janeiro. 1991.

DEL PRIORE, Mary. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, pp. 217-457, 2001.

_____. (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENGEL, Magali G. “Cultura popular, crimes passionais e relações de gêneros – Rio de Janeiro, 1890-1930”. In: *Gênero*. Niterói, v. 1, n. 2, 1. sem., 2001. pp. 107-122.

_____. “Psiquiatria e Feminilidade”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 322-361.

ERGAS, Yasmine. “O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980”. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento. v. 5, 1994. pp. 583-635.

ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FERIANI, Daniela M. “A construção da honra e da saúde mental em crimes na família”. In: *Antropologia Social* – PPGAS. IFCH. UNICAMP. Disponível em: <http://antropologias.sarava.org>.

FRANZINI, Fábio. “Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol.” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, n. 50, 2005. pp. 315-328.

FREIRE, Américo. “A fabricação do prefeito da capital: estudo sobre a construção da imagem pública de Pereira Passos”. In: *Revista do Rio de Janeiro*, n. 10, mai./ago. 2003. pp. 113-124.

GANDELMAN, Luciana M. “Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História, conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2003. pp. 209-220.

GASPARI, Elio. *A ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIARD, Luce. *Artes de Nutrir*. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce, MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 2. Petrópolis: Vozes, 1996. pp. 211 – 233.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOLDENBERG, Miriam. “Leila Diniz (1945-1972)”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 243-259.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “A produção cultural do corpo”. In: LOURO, Guacira L. et. al. (orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, 2003. pp. 28-40.

HAMBURGER, Esther. “Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano”. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 439-487.

HOLLANDA, Heloisa Buarque; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HUYSEN, Andréas. *Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público*. Intercom, Porto Alegre, 31 ago. 2004. (mimeo).

IRAJA, Hernani de. *Sexo e Virgindade (Reconstituição da Virgindade Física)*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1969.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2 ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JARDIM, Rachel *Os Anos 40: A ficção e o real em uma época*. 5. ed. Juiz de Fora: FUNALFA/Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

_____.; BUENO, Alexei. *Num Reino à Beira do Rio: um caderno poético*. Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2004.

_____. *O penhoar Chinês*. 5. ed. Juiz de Fora: FUNALFA/Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

JELIN, Elizabeth. Memórias em conflitos. In: *Puentes*, n. 1. ago. 2000.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas associações de Ajuda Mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LACORDIA, Lílian S. et. al.. *Mulher, Mulher e a Sociedade*. Monografia de bacharelado em Ciências Sociais. Juiz de Fora: UFJF, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. “Pedagogias da Sexualidade”. In: _____. (org.). *O corpo educado; pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. pp. 7-34.

LUCA, Tania Regina de. “Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos.” In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 111-153.

LUCENA, Paola Lili. *Entre conflitos e amores: o namoro na vida das jovens dos anos dourados*. In: RODRIGUES, João Paulo et. al. (orgs.). *Encontro Regional de História* (15: 2006 jul. 10-15: São João Del-Rei, MG). Anais Eletrônico e [CD-Rom] / XV Encontro Regional de História; São João Del-Rei: ANPUH, 2006.

MANNHEIN, Karl . “O pensamento Conservador”. In: MARTINS, José Roberto de Souza. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986. pp. 77-131.

MATOS, Maria Izilda S. de. “Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades.” In: SAMARA, Eni Mesquita et. al. (orgs.) *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. pp. 83-114.

_____.; SOIHET, Rachel. (orgs) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MIRANDA, Sonia, Regina. *Cidade, capital e poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação de Mestrado*. Niterói: UFF, 1990.

MOTT, Maria Lúcia. “Estudos Biográficos e Filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington.” In: *Gênero*. Niterói, v. 3, n. 2, 1. sem. 2003. pp. 21-41

_____. “Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação”. In: *Cadernos Pagu*, n. 24, jan./jun. 2005. pp. 41-67.

MOURÃO, Ighes Ferber T.. “Novos conceitos organizacionais e um questionamento sobre o uso instrumental do gênero rumo à complexa era do conhecimento”. In: *Gênero*. Niterói, v. 3, n.1, 2. sem. 2002. pp. 123-132

MUSSE, Christina Ferraz. *Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

NASCIMENTO, Kelly Cristina. *Entre A Mulher Ideal e a Mulher Moderna: Representações Femininas na Imprensa Mineira - 1873-1932*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos: memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio; Editora Sabiá, 1973.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. In: *Projeto história*. São Paulo, n. 10, dez 1993. pp. 7-28.

NOVAIS, Fernando A. (coord.). SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privado no Brasil*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Almir. *A imprensa em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

OLIVEIRA, Elza Reis de. *Ficção e Memória em Diário de Ana, de Cosette de Alencar*. Dissertação de Mestrado/Letras. Juiz de Fora: CES – Centro de Ensino Superior, 2006.

OLIVEIRA, Núcia Alexandra S. de. *Corpo, beleza e gênero: rupturas e continuidades na instituição de diferenças entre homens e mulheres. Uma leitura a partir da imprensa (1950-1980)*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2005.

OLIVEIRA, Paulino de. *Memórias quase póstumas de um escriba provinciano*. Juiz de Fora: Esdeva Empresa Gráfica S. A., 1974.

ORLANDI, Eni P. *As formas de violência no movimento dos sentidos*. 3. ed. São Paulo: UNICAMP, 1995.

PEDRO, Joana. Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. “As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio”. In: MATOS, Maria Izilda S. de.; SOIHET, Rachel. (orgs) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003. pp. 157-176.

_____. “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005. pp. 77-98.

_____. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. pp. 249-272.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *As mulheres ou os silêncios da História*. Bauru, S P: EDUSC, 2005.

_____. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Jefferson de Almeida. *Velhos Atores em Um Novo Cenário: Controle Social e Pobreza em Minas Gerais na Passagem à Modernidade. Juiz de Fora, C.1876 - C.1922*. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2004.

_____. *Controle Social e Pobreza. (Juiz de Fora, c.1876 - c.1922)*. Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2008.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, 1989. pp. 3-15.

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. “Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós)Modernidade no Brasil”. In: *Cadernos AEL*, n. 3/4, 1995/1996. pp. 11-43.

_____. “Prostituição e mundo boêmio em São Paulo (1890-1940)”. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ABIA: IMS/UERJ, 1996. pp. 51-60.

_____. “Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global”. In: *Estudos Feministas*. n. 3, janeiro/ julho 2003.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: _____. et. al. (orgs.) *O Golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. pp. 29-52.

_____. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedades*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 7.

RIBEIRO, Juliana Carvalho de Assunção. *Vozes do Direito: Estupro nos discursos dos acórdãos judiciais*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2004.

SAMARA, Eni Mesquita. “O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina”. In: _____. et. al. (orgs.), *Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. pp. 11-51.

SCOTT, Joan. “História das Mulheres.” In: BURKE, Peter. (org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. pp. 63-95.

SERPA, Leoní Teresinha Vieira. *A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)*. Dissertação de Mestrado. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2003.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.) *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (O Brasil Republicano. v. 4). pp. 243-282.

SILVA, Gabriel G. *Retrato da saudade*. Juiz de Fora: S/E, 1980.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Luiz Barbosa. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2005.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 64*. Belo Horizonte, UFMG, 1983.

SIRIMARCO, Martha. *João Carriço: o amigo do povo*, Juiz de Fora, MG, Funalfa Edições, 2003.

SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. “História das Mulheres”. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: campus, 1997. pp. 275-311.

_____. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. “Formas de violência, relações de Gênero e feminismo”. In: *Gênero*. Niterói, v. 2, n. 2, 1. sem. 2002. pp. 7-25.

_____. “O corpo feminino como lugar de violência.” In: *Projeto História*. “Corpo & Cultura”. n. 25. São Paulo: Educ - Editora da PUC-SP. dez. 2002. pp. 269-289.

_____. “Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários”. In *Estudos Feministas*. Florianópolis, 13(3): 320. set./dez./2005. pp. 591- 611.

_____. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. pp. 362-400.

_____.; ESTEVES, Flávia Copio. “O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980”. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 355- 384.

_____.; PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.” In: *Revista Brasileira de História*. n. 54 v. 27. São Paulo: ANPUH, jul./dez. 2007. pp. 281-300.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o Golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1986.

STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SULLEROT, Evelyne. *A Mulher no Futuro*. São Paulo: Forense. s/d.

THOMPSON, E. P. “Folclore, Antropologia e História Social”. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. pp. 227-267.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

TRIZOLI, Talita. “Noivas (As)Sexuadas”. In: RODRIGUES, João Paulo et. al. (orgs.). In: RODRIGUES, João Paulo et. al. (orgs.) *Encontro Regional de História* (15: 2006 jul. 10-15: São João Del-Rei, MG). Anais Eletrônico e [CD-Rom] / XV Encontro Regional de História; São João Del-Rei: ANPUH, 2006.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. pp. 127-162.

_____. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIEIRA, Evaldo. “Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização”. In: MOTA, Carlos Guilherme. (org.) *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2000. pp. 185-217.

VINCENT, Gérard. Segredos da História e História do Segredo – O trabalho da Memória. In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. (orgs.) *História da Vida Privada: Da Primeira Guerra aos nossos dias*. v. 5. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 157-200.

REFERÊNCIAS VIRTUAIS E EM MÍDIAS

VIRTUAIS: SITES

Dicionário Houaiss - <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=pira&stype=k>. Acesso em 13 jul. 2007.

FASSHEBER, Glauco. Disponível em:
<http://glaucofassheber.blogspot.com/2008/03/radio-difusora-minas-gerais.html>. Acesso em 6 abr. 2008.

CD-ROOM

OLIVEIRA, Márcio Henrique de. *Rua Halfeld: coração de Juiz de Fora*. [multimeio]. Juiz de Fora (MG): Funalfa Edições, 2007.

ANEXOS

Anexo 1: “É um prazer passar na ‘confusão’ do progresso!”

É um prazer passar na “confusão” do progresso!

(repare nosso ônibus)



JUIZ DE FORA — cidade de 300 mil habitantes e que completa 118 anos — está mergulhada na “confusão” do progresso! Máquinas aqui. Caminhões ali. Em toda parte há movimento. Av. Independência. Av. Brasil. Segunda adutora e, agora mesmo, o Estádio e a Cidade Industrial! É o desenvolvimento que chega fazendo a cidade ficar **MAIS IMPORTANTE!**... São apenas algumas das coisas que vêm acontecendo, ultimamente, na cidade que já não é apenas a notícia dos grandes jornais e revistas do país, é, antes de tudo, a comunidade progressista na qual sempre acreditamos. Por isso vemos com alegria essa “confusão” existente por toda parte.

Parabéns, JUIZ DE FORA!

UNIÃO TRANSPORTE INTERESTADUAL DE LUXO S.A.



Anexo 2 - Região da Praça da Estação antes da demolição dos “pardieiros”.

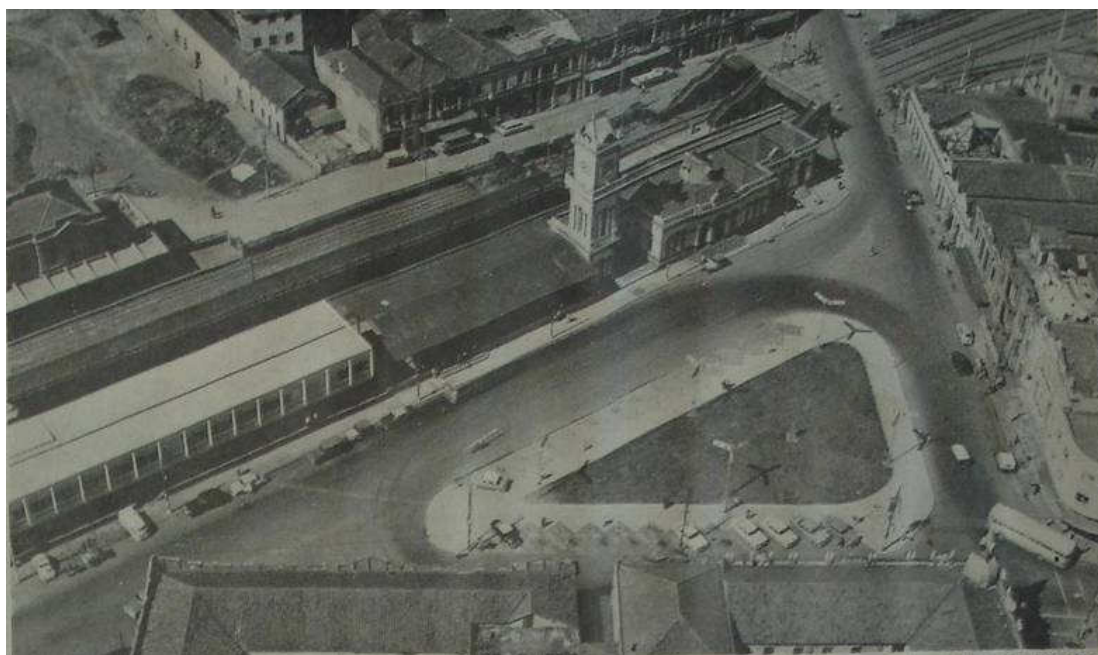


Fotos de Roberto Dornelas. *O Lince*.



Detalhe dos “dormitórios”.

A Linha Férrea e a Praça da Estação. *O Lince*, out.1968, p. 10. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Conjunto da Praça da Estação. No alto da imagem a Avenida Raul Soares com a presença dos “incômodos” dormitórios. *O Lince*, jan. 1969, p. 34. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 3 – Os pseudos dormitórios e o fim de uma “avenida proibida”



A foto de Jorge Coury mostra dois dos pseudos dormitórios que funcionam na avenida Raula Sares, sem que a polícia tome qualquer providência fechá-los, como a medida que fechou o “Dormitório” Central.

Os pseudos dormitórios da Avenida Raul Soares. Foto de Jorge Coury. *Diário da Tarde*, 15 jun. 1965, p. 6. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



O fim de uma “avenida proibida”. *Diário da Tarde*, 3 fev.1971, p. 8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 4 – A mulher na Organização “Associada”

PÁGINA 13 JUIZ DE FORA — Domingo, 18 e Segundo-feira, 19 de Julho de 1965 DIÁRIO MERCANTIL

A Mulher na Organização «Associada»

numa organização jornalística e radiofônica, a presença da mulher complementa o conjunto, trazendo para a dinâmica da notícia, pela penetração de sua inteligência na objetividade e, principalmente, trazendo uma situação de grande responsabilidade aos assuntos de interesse humano.

Pelas fotografias, que estampamos nesta edição, os leitores identificarão as responsáveis por notícias, reportagens, programas radiofônicos e pelas colunas que estabelecem com os leitores das «Associadas» de Juiz de Fora.

Para a Administração, esta reportagem-fotográfica significa, antes de tudo, uma homenagem ao trabalho da mulher «Associada», à sua frutuosa presença, que dá o equilíbrio indispensável ao labor diário da empresa.

No conjunto humano, que dá vida e forma à «Organização «Associada» de Juiz de Fora, a mulher contribui com um esforço que não tem reflexo e é a importância de sua presença. Com os lares, ela conduz a formação da família, numa empresa familiar, o seu trabalho é uma ratificação de que a inteligência, a capacidade e a seriedade da mulher são indispensáveis.

Temos nesta página 20 funcionárias das «Associadas» cada uma exercendo funções que tornam possíveis as notícias e as colunas e o conhecimento de tudo que acontece em torno de nossa cidade.



Margareta Miranda e Mônica Pereira
— Redatoras da Página Feminina —



Marta das Dúas Vargas Moreira
— Chefe da Administração —



Therésina Rodrigues Campos
— Seção Faturamento —



Leda Maria de Oliveira
— Chefe da Contabilidade —



Márcia Calvazara
— Recepcionista —



Joana D'Árque Amaral
— Caixa —



Magaly Corrêa
— Seção de Contabilidade —



Marta Macedo de Oliveira
— Seção de Contabilidade —



Rita-Nice Dubé
— Seção de Contabilidade —



Marta Imaculada Amaral
— Seção de Anúncios —



Abigail Cardoso
— Seção de Faturamento —



Elenice Carvalho Lopes
— Conferente de Publicidade —



Cosette de Alcântara
— Redatora —



Lúcia Pereira
— Redatora —



Dárci de Sousa
— Operadora de Transmissão —



Vitória de Oliveira Campos
— Dactilógrafa —



Ina Coelho
— Lâmpara —

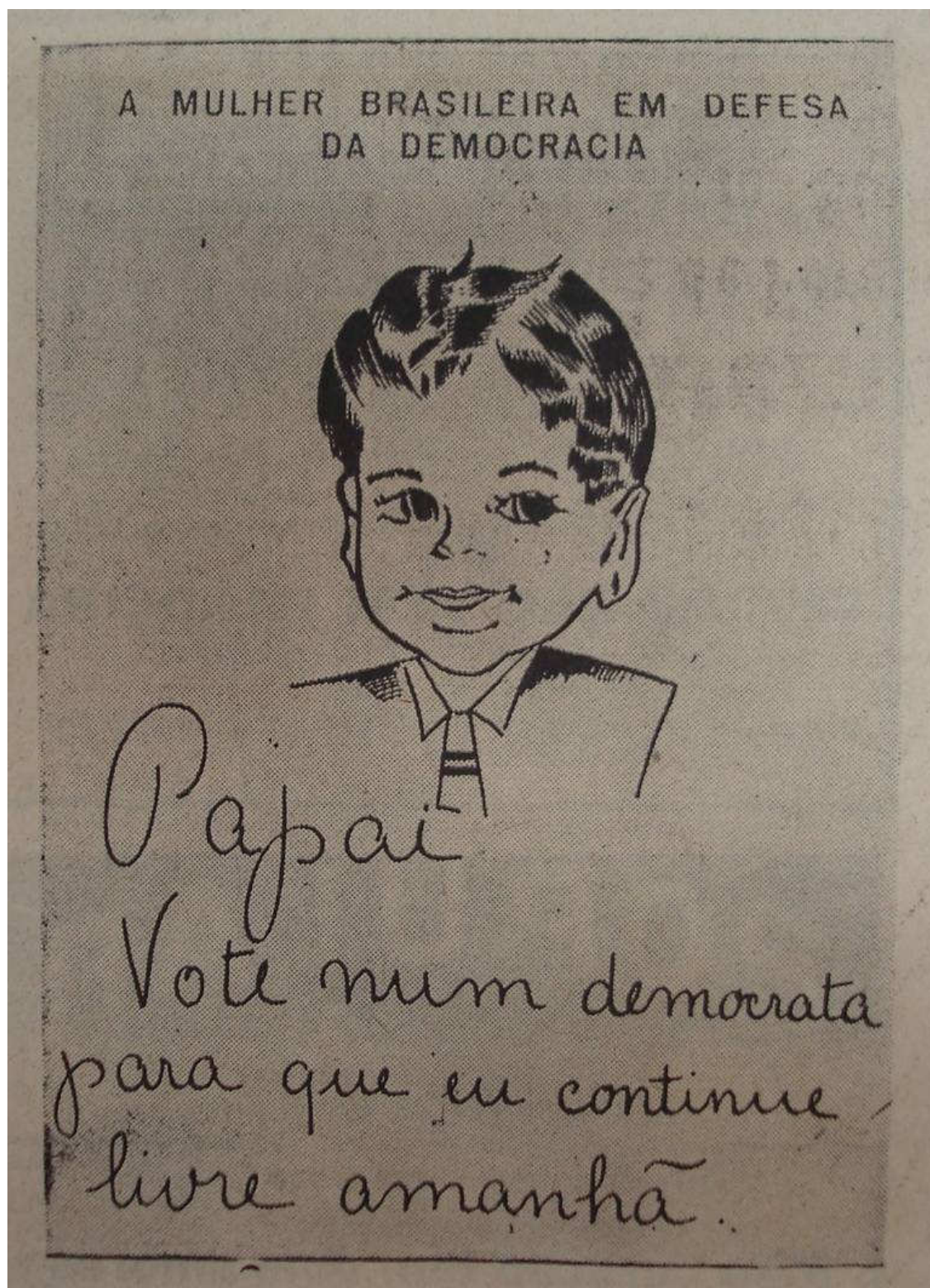


Helena Bittencourt
— Produtora —



Nélia Meyer
— Rádio escola —

Anexo 5 - Campanha da CAMDE – Eleições de 1962



Diário Mercantil, 20 set. 1962, p. 6. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 6 – Imagens do comício em repúdio aos comunistas em 1964



Diário Mercantil, 16 mar. 1964, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.



Diário Mercantil, 28 mar. 1974, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 7 – Mulheres da CAMDE protestam contra a transferência da 4ª R.M.



REUNIAO DA CAMDE — Na foto, flagrante de uma reunião da CAMDE, Campanha da Mulher em Defesa da Democracia, ocasião em que foi decidida a realização da passeata de protesto, aparecendo

à mesa a diretora dos trabalhos, vice-prefeito Fábio Neri, as senhoras José Felipe Ludolf de Melo, José Weiss e Fernando Medeiros Ribeiro.

Diário Mercantil, 17 e 18 mai. 1964, p. 10. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



MULHER JUFZFORENSE PROTESTA CONTRA TRANSFERÊNCIA DA REGIÃO — Como foi divulgado, a CAMDE (Campanha da Mulher em Defesa da Democracia) participou da jornada cívica promovida pelos Diários e Emissoras Associados de Juiz de Fora contra a transferência da sede da 4.ª Região Militar para Belo Horizonte, como está sendo divulgado, principalmente pela imprensa da Capital, através de sucessivos pronunciamentos do general de brigada Carlos Luiz Guedes, que

está respaldando pelo comando deste importante setor do Primeiro Exército. As senhoras da CAMDE promoveram uma concentração no Largo do Riachuelo, seguida de uma marcha até o Parque Halfeld, ocasião em que vários oradores se fizeram ouvir de maneira categórica contra a medida e contra os mudancistas. Na foto, um grupo de senhoras membros da Comissão da CAMDE, quando dava início à marcha.

Diário Mercantil, 19 mai. 1964, p. 6. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 8 – A Capela Nossa Senhora Aparecida no Quartel General



A foto registra o momento em que a sra. Graziela de Carvalho Moura fazia a entrega de um cheque à sra. Geralda Ferreira Armond Marques, na presença da reportagem e demais membros da CAMDE.

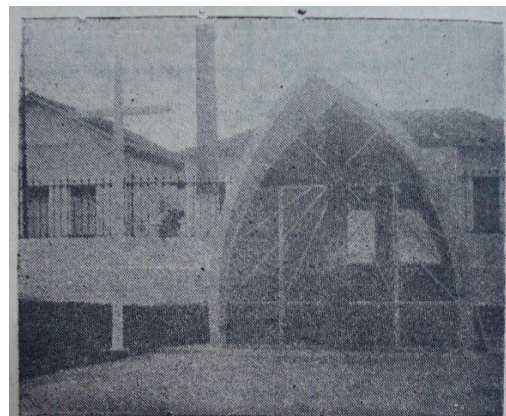
A doação da CAMDE. *Diário da Tarde*, 6 ago. 1964, p. 4. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

CAMPANHA PRO' ALTAR DE NOSSA SENHORA APARECIDA NO QUARTEL GENERAL DA 4ª. R. M.



CAPELA NO QUARTEL GENERAL. — No conjunto fotográfico de Roberto D'Inelias, vemos a senhor Gilda Villela, presidente da Casa da Amizade, ladeada por outras senhoras da diretoria daquela entidade, quando fazia a entrega de um cheque-donativo, destinada à aquisição das grã-lhetas para o altar da Capela de Nossa Senhora Aparecida, a ser inaugurada no pátio do Quartel General. Ao lado, aparecem vários objetos que já foram doados e entregues à sra. Geralda Ferreira Armond Marques, presidente da campanha.

A doação da CASA DA AMIZADE. *Diário Mercantil*, 2 out. 1964, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.



CAPELA DE N. S. APARECIDA — Na foto acima, a capela erguida no Quartel General como marco histórico da Revolução de 31 de março, pois abrigará a imagem de Nossa Senhora Aparecida que as senhoras da Guanabara ofereceram ao general Olympio Mourão Filho, para acompanhar as tropas mineiras de volta à Minas. A celebração da Santa Missa, domingo, às 11 horas, marcará a inauguração da bonita capela.

Capela de N. S. Aparecida. *Diário Mercantil*, 3 out. 1964, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.

Anexo 9 – As comemorações pelo 2º aniversário da “Revolução”



CHEFE REVOLUCIONÁRIO E M JUIZ DE FORA

Ontem, às 17 horas, o general Mourão Filho chegou a Juiz de Fora, acompanhado de sua esposa. Vai, hoje, presidir diversas solenidades de aniversário do movimento político-militar que iniciou há dois anos, em nossa cidade, quando comandava a Quarta RM. Logo após a sua

chegada, o ministro do STM foi cumprimentado pelos amigos e representantes das autoridades. D. Geralda Armond, diretora do Museu Mariano Procópio, é vista com o casal visitante, na sala de recepção do Imperial Hotel.

General Olympio Mourão Filho, “Chefe Revolucionário em Juiz de Fora”. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1966, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



SALA MOURAO FILHO — Teve êxito o plano da professora Geralda Armond, de criar no Museu Mariano Procópio, uma sala que pudesse servir de sede para os objetos de recordação da Revolução 31 de março. A diretora do Museu discursará, hoje, às 15 horas, saudando o general Mourão Filho, que será o primeiro visitante da sala que recebe o seu nome.

Geralda Armond, diretora do Museu Mariano Procópio fala sobre a “Sala Mourão Filho”. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1966, p. 8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



CHAMA DA FÉ CONTINUA ARDENDO — Convidado pela diretora do Museu, Geralda Armond, o general Mourão Filho acendeu uma vela, simbolizando “a fé que

continua viva entre todos os brasileiros, confiantes na sua democracia”, segundo palavras da própria diretora. (Texto na 3a. página)

Chama da Fé continua ardendo. *Diário Mercantil*, 1 abr. 1966, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Foi também assinalar o 2.º aniversário da Revolução, foi inaugurada, no Alto das Flores, nas proximidades do Bom Pastor, a Praça 31 de Março. Na foto, vemos o general Mourão Filho e senhora, no momento em que a Prefeitura entregava ao público aquele novo logradouro.

Uma Praça da Revolução. *Diário Mercantil*, 2 abr. 1966, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 10– “10 anos de Brasil Grande”

Bellini vende óleos e comemora Revolução



O MERCADO BELLINI DESEJOU COMEMORAR, DE MANEIRA DIFERENTE, A PASSAGEM DO DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 1964 — A direção do estabelecimento conseguiu obter, junto aos grandes distribuidores, cerca de três mil latas de óleos comestíveis, que estão faltando no mercado, colocando-as à venda por preço pouco acima do custo. E a iniciativa dos irmãos Bellini foi muito bem aceita pela população, pois uma longa fila se formou diante do conhecido mercado, onde centenas de donas-de-casa disputavam o produto tão escasso. Nos últimos dez anos, o MERCADO BELLINI também vem se projetando como um dos mais importantes centros de venda de gêneros alimentícios de Minas Gerais, dedicando-se, inclusive, à distribuição de pescado, colocando-se à disposição dos juizforanos todos os tipos de peixes, com as mesmas garantias de conservação que são oferecidas às populações de beira-mar. A par disso, o MERCADO BELLINI conquistou a preferência do grande público para os produtos hortifrutigranjeiros. Para que esse importante serviço possa atingir um índice que corresponda à preferência pública, os irmãos Bellini participam diretamente da organização dos serviços de seu mercado (um deles aparece na foto, fazendo a distribuição de latas de óleos comestíveis). O grande mercado da rua Batista de Oliveira, 597, também já se prepara para oferecer à cidade, como ocorre todo ano, um excelente serviço de abastecimento de pescados típicos da Semana Santa. Será mais um “presente” à população, a exemplo do que acaba de ocorrer com a distribuição de óleos, o que se tornou possível graças aos esforços da organização junto aos grandes distribuidores da Guanabara e São Paulo.

Diário Mercantil, 31mar. e 1 abr. 1964, p. 4. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 11a – A mulher juizforana também deu o exemplo, fazendo a Revolução



Geralda Armond levou a palavra da mulher juizforana à praça pública.

Geralda Armond em foto de 1964 quando discursava no comício realizado no Parque Halfeld. *Diário Mercantil*, 28 mar. 1974, p. 8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 11b – Maria Mourão: um exemplo de amor e muita coragem



Abriu-se, ontem, no Museu, a Exposição sobre Mourão, em homenagem aos 10 anos da Revolução de março de 1964.

A Sra. Maria Mourão em solenidade no Museu Mariano Procópio em 1974. *Diário Mercantil*, 31 mar. 1 abr. 1974, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 12a– “Essas mulheres que não podem andar por aqui”



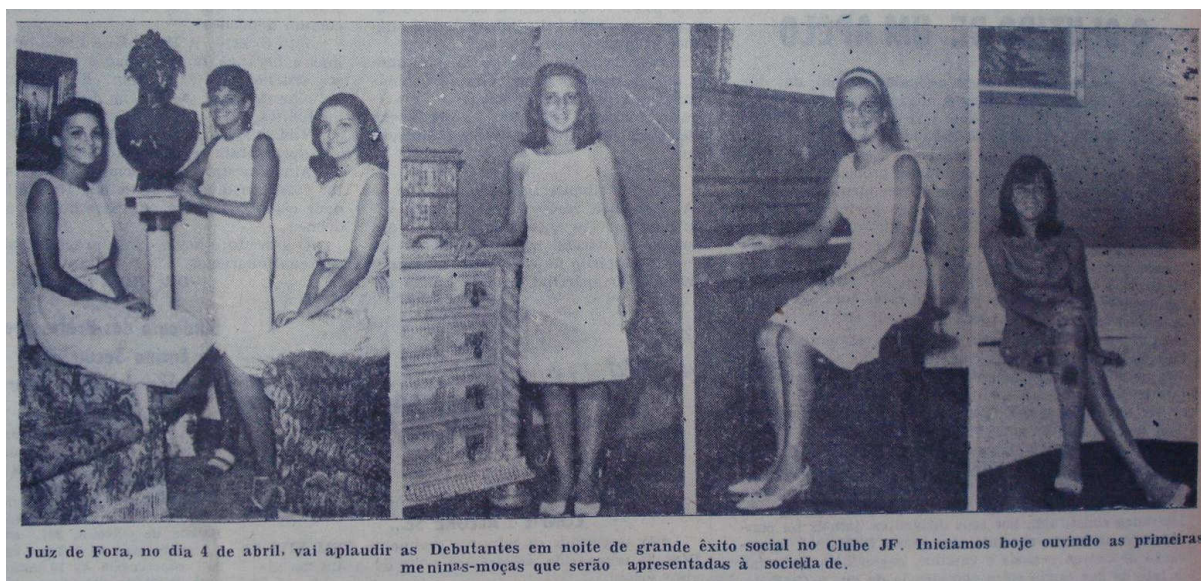
Essas mulheres que não podem andar por aqui. *Diário da tarde*, 21 jan. 1971, p. 8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 12b – “Na fila da triagem, a triste realidade”



A difícil vida fácil. Elas vêm de longe viver num quarto miserável. *Diário da tarde*, 10 jul. 1969, p. 8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

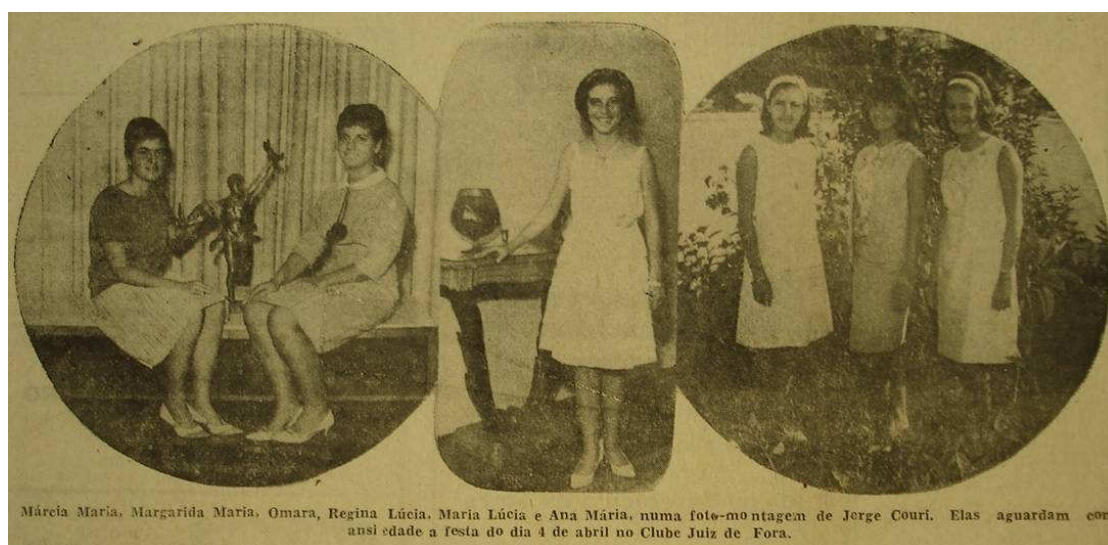
Anexo 13 – As debutantes de 1964



Diário Mercantil, 8 e 9 mar. 1964, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.



Diário Mercantil, 15 e 16 mar. 1964, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.



Diário Mercantil, 29 e 30 mar. 1964, p. 6. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 14 – As debutantes de 1967

Diário Mercantil, 8 nov. 1967, p. 4. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Diário Mercantil, 12 e 13 nov. 1967. Caderno DM na Sociedade, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Diário Mercantil, 12 e 13 nov. 1967. Caderno DM na Sociedade, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 15 - Mulher agora quer mandar em tudo. Até no homem.



Nos Estados Unidos, as mulheres já estão nas ruas em luta por mais direitos. Lá, é onde mais se fazem sentir os efeitos de um matriarcado que sai da área domiciliar.

Mulher agora quer mandar em tudo. Até no homem

Depois de séculos de subordinação feminina e sua evolução na posse de uma emancipação amadurecida, a mulher parece estar ocupando, em alguns países desenvolvidos, um estágio de superação da paridade legal e social para um nível de ascensão sobre o homem. O matriarcado — a mas mandando em todos na casa, inclusive no homem — está saindo de sua esfera domiciliar e começa a imperar em todos os setores da vida moderna. Os escritórios, as grandes firmas comerciais e industriais, enfim, tudo começa a ter uma mulher no comando. A "revolução dos scies" já começou e quem sabe até que ponto ela vai chegar?



Em nações como a América e a Escandinávia, observou-se que, uma vez alcançados os direitos igualitários, a mulher está partindo para a substituição masculina como centro do núcleo familiar. Isso significa que a figura da mãe está se transformando, gradualmente, na de chefe de família, contribuindo mais efetivamente para seu bem-estar material.

Se a secular batalha feminina, desde a conquista inicial de ser considerada um "ser humano", até a subsequente luta para impor-se como tal, ainda "está longe de chegar à sua meta final", como opinam certos sociólogos, como se explica o fenômeno atual do matriarcado? Quais são os sintomas e onde se verificam, trazendo preocupação a sociologia e aos homens, em geral?

PARTICIPAÇÃO PROGRESSIVA

Diário da Tarde, 12 out. 1970, p. 5. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 16 - Women's Liberation...

JR
6

Women's Liberation...



O W. C. masculino: a última cidade lá.

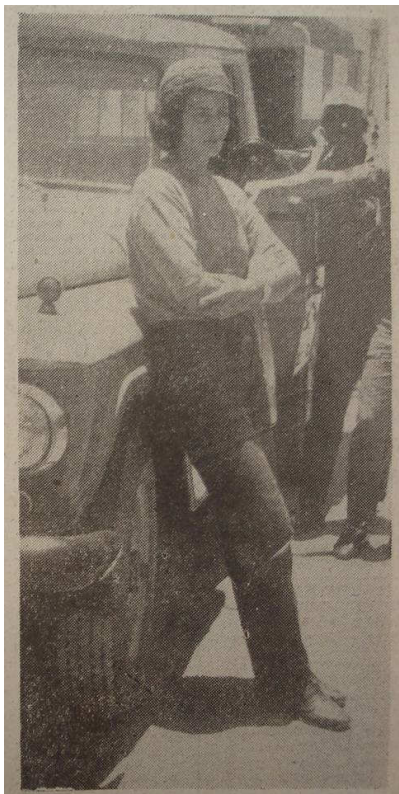


— Alô, papai?... A cozinheira, a arrumadeira, a lavadeira, a boba, todo mundo saiu pra fazer greve!...



— Antes de você sair, poderia trazer docados, querido?

Diário Mercantil, 1 a 7 dez. 1971. Caderno JR, p. 6. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 17 – “Jacira: emancipação da mulher de JF”

Diário da Tarde, 27 jan. 1971, p. 1.
SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Diário da Tarde, 27 jan. 1971, p. 7. SMBMMM
– Juiz de Fora/MG.

Anexo 18 – “Dona Ofélia, sapateira sim senhor”

Diário Mercantil, 6 e 7 fev. 1972, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.

Anexo 19a – Lavadeiras do Arado (atual Bairro São Benedito)



Diário Mercantil, 17 jul. 1971, p. 1. AHCJF – Juiz de Fora/MG.

Anexo 19b – Praça das Lavadeiras



Praça das Lavadeiras — construída no Bairro de São Benedito, vai atender a mais de uma centena de mulheres que trabalham para o sustento de suas famílias. Inauguração às 9 horas.

Diário Mercantil, 13 nov. 1974, p. 5. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 20 – As mulheres entram no “campus” de batalha.



Diário da Tarde, 10 jan. 1975, p. 3. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 21 - “Lar Desfeito”



Em discussão: o direito de não se viver com alguém - *Diário Mercantil*, 23 e 24 mar. 1975.
Caderno 2, p. 6 - SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 22 - A paquera, versão – JF.



A "paquera" é uma instituição nacional. Qualquer brasileiro, seja qualquer a sua posição social, sabe o que é "paquerar uma garôta".

Diário da Tarde, 1 dez. 1969, p. 3. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 23-- Lesbianismo



LESBIANISMO: na busca de caminhos, condenar é a solução? *O Lince*, Jun. de 1975, p. 19. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 24 – Veja o que a polícia acha desses casos de sedução.

...o primeiro e que não seduziu ninguém. "muito pelo contrário", dizem. A Delegacia de Costumes ouve também as testemunhas do rapaz para, em seguida, fazer um completo relatório e enviá-lo à Justiça Criminal, que toma as providências cabíveis.

O CASAMENTO E AS EPOCAS

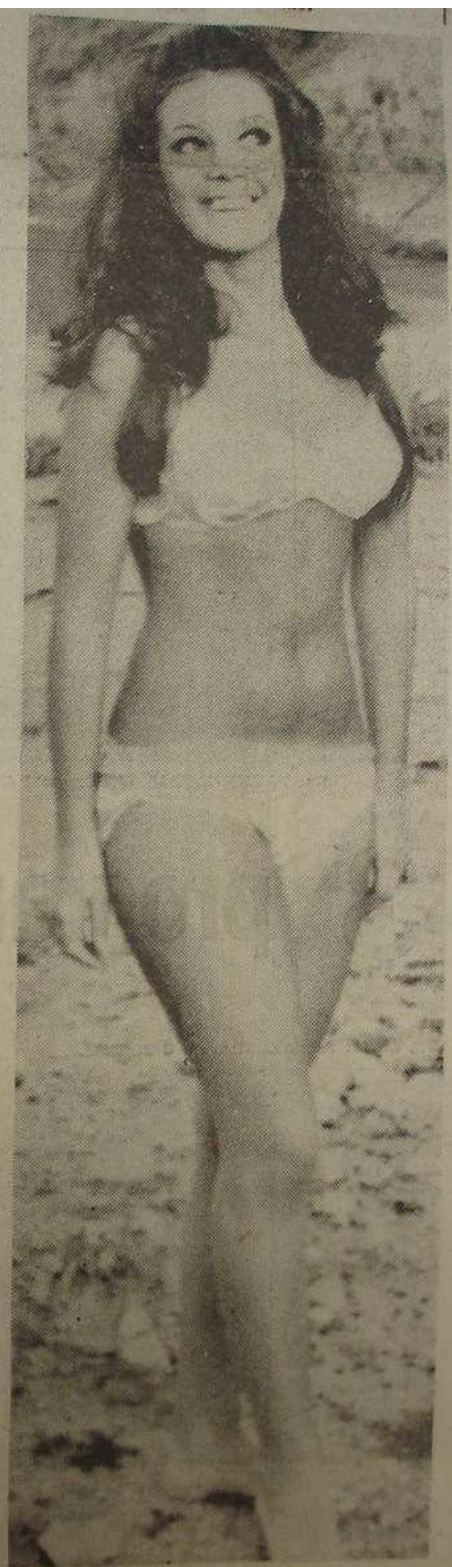
A lei não obriga ninguém a casar — diz o escrivão — ela apenas mostra como o indivíduo acusado de sedutor pode se livrar da prisão e reparar um erro através do casamento. Mas, ele pode muito bem escolher a prisão, caso tem acontecido bastante, aliás. Isso também se aplica ao menor — "Esta é a mesma que o povo tem de que o me-

uma imagem distorcida em sua mente. — ela começa a esperar o príncipe encantado. Vai casar e viver feliz o resto de sua vida. Quando então o namorado vem com as tentadoras promessas de um casamento ela já está preparada para aceitar tudo o que ele pedir em troca.

"Por outro lado, explicou o escrivão da Delegacia de Costumes e Menores, há o fato dos pais impedirem as filhas de namorar este ou aquele rapaz. Nesses casos, ambos de acordo, praticam o ato sexual como sendo o único recurso de se unirem. Muitos destes gêneros de processos já passaram pela delegacia local — e não dão trabalho algum, pois o rapaz se confessa logo culpado e ansioso por reparar o mal feito.



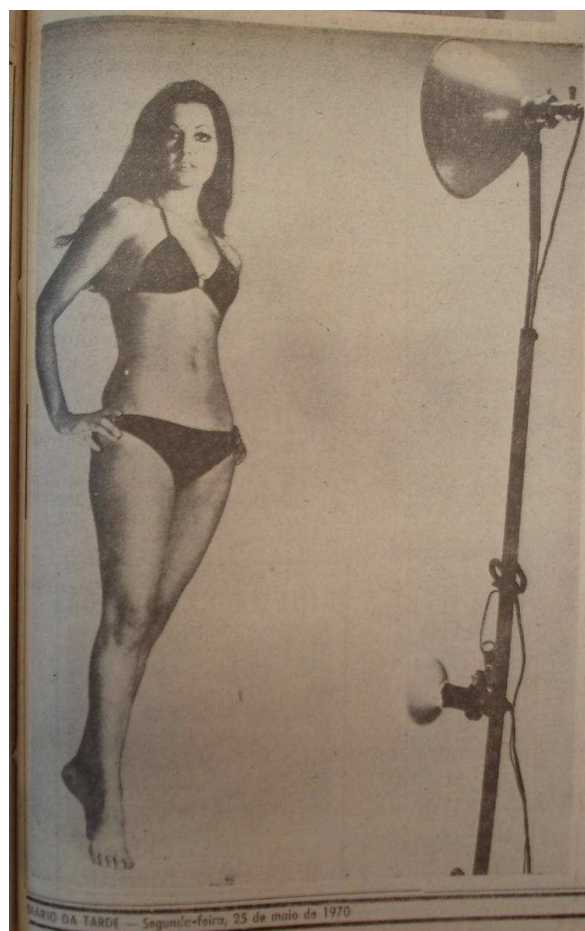
Beijo em público: na praia ou nos banhos dos jardins, tudo normal agora.



Anexo 25 - Erotismo: obsessão de nossos dias



Diário da Tarde, 6 mai. 1970, p. 7. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 26 - Sexo: esse desconhecido

Diário da Tarde, 25 mai. 1970, p. 5. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 27 - Hora da bóia

Diário da Tarde, 18 out. 1968, p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 28 – As “boas” do DT



Diário da Tarde, 5 out. 1968, p. 1.
SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Diário da Tarde, 26 nov. 1968, p. 2.
SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Diário da Tarde, 1 fev. 1969, p. 2
SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Diário da Tarde, 11 abr. 1969, p. 2.
SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 29 – Carnaval de 1964



1



2



3

4

5

CARNAVAL interno de JF suplantou os anteriores. *O Lince*, fev. 1964, p. 14-15. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

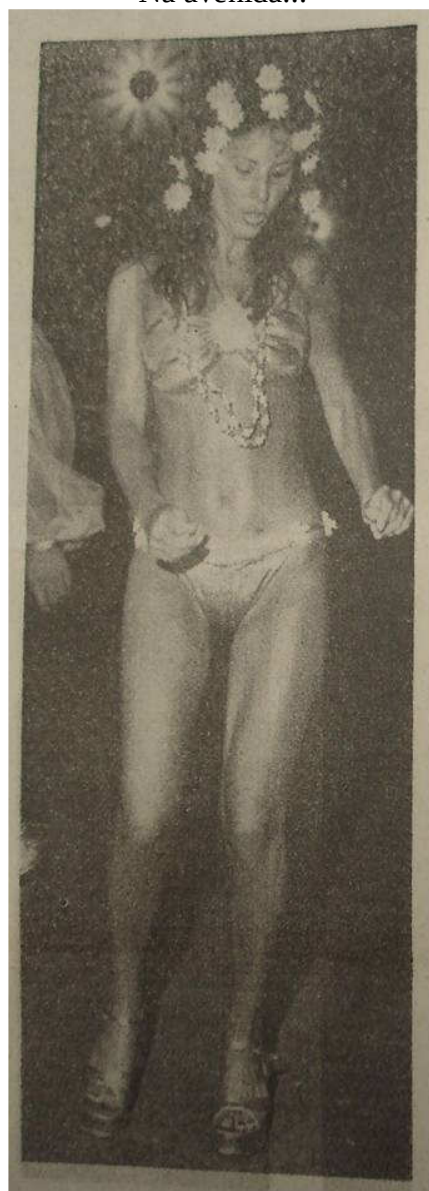
Anexo 30 – Carnaval de 1974



Nos clubes...



Na avenida...



Anexo 31 - Os concursos de Miss



Concurso de Miss Guanabara 1964 - *Diário Mercantil*, 1 jul. 1964. p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Concurso de Miss Brasil 1964 - *Diário da Tarde*, 6 jul. 1964. p. 1. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



Candidatas ao concurso de Miss Juiz de Fora 73, hoje. *Diário Mercantil*, 18 mai. 1973. p. 5. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.

Anexo 32 - Vergonha e humilhação

Depois do primeiro passo, só vergonha e humilhação

Reportagem de CARLOS ALBERTO LUPPI
— Especial para o DIÁRIO DA TARDE

"Por favor, moço, não pergunta mais não, que a infelicidade a gente não deve contar pra ninguém, ela fica é guardada no coração da gente". O desabafo é de Marlene. Mulher que como tantas outras, entrega seu corpo a quem lhe der algum dinheiro. "Infeliz de corpo e alma", como ela mesmo afirma. Diz aquilo que nunca queria dizer. É uma marginalizada. O seu problema é de polícia ou social?

Juiz de Fora. Rua Henrique Vaz, zona perdida da cidade onde as mulheres se vendem ao preço mínimo de 3.000 cruzeiros novos. O ambiente da "boite" é de confusão. Mulheres entram e saem, sempre acompanhadas. Os homens que entram logo são agarrados.

Estou sentado numa mesa. Comigo estão três mulheres que disputam a minha simpatia e, principalmente, o meu dinheiro. Rita, Marlene e Tereza. Digo a elas que desejo saber a sua história.

— Que história? — perguntam.

Respondendo: A da vida de vocês.

Tentam me fazer desistir da ideia. "Benzinho, vamos para o ninho, a gente faz barato". Procuro convencê-las. Rita e Tereza saem me olhando sem jeito. Marlene fica.

Por que ficou, Marlene?

Ela me olha. Dá uma longa tragada de cigarro. Não diz nada. Uma sombra de tristeza atingiu-a.

"Eu bem que podia ter ter casado com ele"...

— "Eu tinha dezessete anos e morava numa cidade do interior de Minas. Minha família não era rica, mas a gente ia vivendo. Nós tínhamos tudo, e até que dava. Eramos cinco. Naquela época papai trabalhava num armazém e mamãe costurava para fora. Minhas duas irmãs, Maria do Carmo, de doze anos, e Conceição, de dez, faziam o primário. Eu, que era a mais velha, já estava na terceira série, ginecista. Tinha muitos amigos e todos eles gostavam muito de mim.

— O que você estudava, Marlene?

Geografia, Português, Matemática, História e até Francês, respondendo ela sorrindo, como a recordar o tempo de felicidade.

Marlene abaixou a cabeça. Parecia tomar fôlego para continuar. Entre seus dedos amarelados pela nicotina, havia outro cigarro aceso. Bebeu, em seguida, um gole da cerveja que eu havia pedido. Prosseguiu: — "Eu até tinha um namorado. Chamava-se Francisco Antônio. Papai não queria, mas a gente namorava nas saídas do colégio. Eu não sei não, mas acho que ele gostava muito de mim. Eu bem que podia ter casado com ele... Mas veio a desgraça."

— Até hoje não pude compreender. Não sei por que. Parece até sonho. Não sei como foi acontecer tudo aquilo. E eu não tinha feito de mal, meu Deus..."

Uma história diferente

Antes mesmo de falar, Marlene estava envergonhada. Balançava a cabeça atando uma triste lembrança. Ao mesmo tempo não sabia por que tudo havia acontecido justamente com ela.

— "Tudo ocorreu numa noite. Não me lembro mais as horas. Mamãe aque-

le dia, havia ido para a casa de minha avó, juntamente com minhas irmãs. Eu estava me preparando para deitar e papai se encontrava na rua.

Repentinamente a porta da casa se abriu e papai apareceu com os olhos vidrados e bastante bêbado. Me chamou e quis água. Imediatamente fui buscar. Quando voltei, ele pediu que eu me despir.

Aqui, Marlene se calou. Permanecia agora com a cabeça entre as mãos, quando notei que ela estava chorando. Este choro é sofrimento? — arrisquei.

E ela quase com raiva:

— "Não pergunta mais não, moço, que a infelicidade a gente não deve contar pra ninguém, ela fica é guardada no coração da gente."

Marlene encontrava-se visivelmente abatida. Recolheu seu choro num lenço que eu lhe ofereci. E continuou:

Toda a cidade onde a gente morava ficou sabendo. Eu não queria mais sair de casa. Um pouco de vergonha e muita tristeza. Quando mamãe apareceu, não quis mais me ver. Minhas irmãs também."

— Por quê?

Acharam que eu tivesse me entregado por vontade.

— Mas você não explicou?

— Estava horrida e nada me importava mais. Depois soube que papai havia desaparecido, porque não sabia como tinha feito aquilo comigo.

— Você culpa seu pai, Marlene?

— Não. Ele bebia muito pouco. Aquela dia ele tinha perdido a razão.

Tenho certeza de que ele fez uma coisa que nunca queria fazer. A gente tem que perdoar, moço, pois ele havia enlouquecido.

Uma mulher no caminho do abandono

Mamãe depois de tudo juntou-se a outro. Levou consigo Conceição e Maria do Carmo. Acho que foram para outro lugar, pois nunca mais as vi. Ela deve ter ido por desgosto. Eu fiquei sózinha. Ninguém conversava mais comigo. Minhas amigas passavam perto de mim e me olhavam como estranha. Eu não tinha a quem recorrer e o pior é que o dinheiro estava começando a me faltar.

— E o namorado?

— Não quis saber mais nada. Nunca mais vi o Chico. Acho que até já casou com outra.

— Mas você não teve culpa, Marlene.

— Acho que contaram tudo errado. Todos ficaram contra mim. Eu não tinha mais jeito de viver. Quis morrer. Quanta infelicidade, meu Deus... Será que eu não merecia ser feliz. Por quê?...

ANO XXVI 8 Páginas

Diário da Tarde

JUIZ DE FORA — Quarta-feira



A caminho da prostituição

Quatro horas da madrugada. Marlene estava mais calma. Seu maço de cigarros, aberto no princípio de nossa conversa, havia terminado. Agora "filava" do meu.

— "Eu estava sem dinheiro. Minha família havia me abandonado. Precisava lutar sozinho, para ganhar alguma coisa. Resolvi deixar a cidade onde a gente era feliz. Fui parar em Belo Horizonte, onde trabalhei numa farmácia. Morava numa pensão muito ruim e quase não tinha nada. Fiquei pouco tempo. Não deu certo. Quando quis deixar Belo Horizonte, conheci um sujeito. Não me lembro mais o nome dele. Até que eu gostei dele. Era simpático. Quis que eu morasse com ele. Disse que estava precisando de mulher. Aceitei. Ele me dava tudo, até dinheiro e, principalmente amor..."

— Você estava contente?

— Estava melhor. Mas não nego que sentia que minha vida não estava direita. Não pude fazer nada. Comecei a gostar daquilo tudo.

— Conheceu muita gente em Belo Horizonte?

— As pessoas com quem a gente conversava eram iguais a gente. Não era gente muito boa, não. Era o jeito. Um ano depois, ele sumiu. Acho

que enjou. Senti um pouco quando sai de Belo Horizonte para vir para cá. Estou aqui há quatro anos.

— Gosta daqui?

— Até que não é ruim, não.

— Ganha muito dinheiro?

— Um pouco, dá para a gente. Ainda mais que eu não tenho filho, o meu morreu.

— O quê, indagui totalmente surpreso.

E, o meu quando nasceu estava morto. Foi um pouco antes de eu ir para Belo Horizonte.

— E sua vida, você está contente com ela?

— Não, sou isso agora, porque todos me abandonaram. Eu tinha que continuar vivendo e a única maneira que encontrei foi essa. Foi o único lugar onde me acalmaram. Não sou nada feliz, moço — seus olhos abaixaram-se sobre a mesa.

— É uma vida muito dura. O bom é a gente se entregar quando realmente gosta. Mas... só pra dinheiro, não dá pé. E depois: Eu que já fui feliz, ser isso agora, é triste... chato demais.

Não sei como consegui dizer tudo isso para você, uma coisa que nunca disse a ninguém. Acho que estava precisando de falar. E eu pouco converso com minhas companheiras.

Além disso tudo agora é tão diferente de quando eu tinha 15 anos. E eu estou dentro de uma vida de onde é difícil sair...

Anexo 33 – Cenas da Zona Boêmia e a Assistência Social



1



2



3

IMAGENS DA ZONA BOÊMIA DE JUIZ DE FORA: 1) *Diário da Tarde*, 16 abr. 1974, p. 3. 2 e 3) *Diário da Tarde*, 7 mar. 1975, p. 2. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



4

4) Filhos de prostitutas no Lar Santa Cruz. *Diário da Tarde*, 12 jul. 1969, p.8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.



5

5) Irmã Maria da Cruz em trabalho de alfabetização na Zona Boêmia. *Diário Mercantil*, 30 set. 1969, p. 8. SMBMMM – Juiz de Fora/MG.